

exemplaridade pelos métodos. Quando  
podem demonstrar seriedade e,  
principalmente, exibir uma tra-  
dição profissional marcada pela  
experiência, influem o leitor a de-  
monstrar uma forte manifestação de  
certeza.

Vão nos deixar, enfim, vamos  
deixar o deus. Nossa (Hans)  
por exemplo, sentença que este é  
um livro que tem aplicações em  
muitos de ética, de religião e  
de teologia, o que nos faz su-  
perior para além os outros e de que  
o texto o tal palavra sem as de-  
das licenças. Assim, vejo a seguir  
definição por "uma coleção prin-  
cipal" de uma coleção de co-  
mportamento e <sup>em</sup> ~~antididático~~ que se  
apresentam alguns versos, mas no  
a contradição entre ~~os~~ <sup>os</sup> refo-

**Volume 1**

# Vaga, lembrança

(memórias não ortodoxas...)

---

---

---

**Flávio A.  
de Andrade Goulart**

Belo Horizonte, 2021

PROJETO GRÁFICO

Fernanda Goulart  
e Vitória Costa

CAPA E DIAGRAMAÇÃO  
Vitória Costa

---

**Dados Internacionais de Catalogação da Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

---

Goulart, Flavio A. de Andrade

Vaga lembrança: (memórias não ortodoxas--) /

Flavio A. de Andrade Goulart. -- Brasília, DF:

Ed. do Autor, 2021.

ISBN 978-65-00-19705-1

1. Goulart, Flavio Alberto de Andrade 2. Histórias  
de vida 3. Homens - Autobiografia 4. Memórias  
autobiográficas I. Título.

21-60456

CDD-920.71

---

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Homens : Memórias autobiográficas 920.71

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

*Para Sophia e Flavinho  
e também para Francisco,  
Martim e Gonçalo,  
que me mostraram  
que escrever sobre a vida  
só faz sentido quando  
a vida, ela mesma,  
se torna repleta de sentido.*



Nem melhor,  
nem pior  
que toda gente.  
Apenas prefiro ser  
diferente.

## VOLUME 1

PRÓLOGO: CASUÍSTICA E “CAUSUÍSTICA” 13

### 1 GENESIS

Família 19

Mais família 20

Mesa dos cem anos 27

Um moço-de-fora em Itabira 38

Anos 50 44

Uma casa 69

Um anjo louro 77

Cheiro de tangerina 80

Éramos cinco 81

Minha cidade 84

O colégio da Elite mineira (e meu também) 85

Fazenda das areias 88

Nós que amávamos a revolução 90

Meu clube da esquina 92

Uma escola que me abriu a cuca 96

Eu fui boy 99

Anos de chumbo 101

*Amarcord* de sabores 107

Minha iniciação espiritual 110

Minha formação humanística 114

Faltou cumprir-se o jornalista 122

## **2 NOVICADO**

- Lição de anatomia 126
- Um rondon às esquerdas 132
- Um enorme passo para a humanidade 134
- Valdemar, o barbeiro 136
- Nem tudo são flores na vida de um noviço 139
- Hospital Amélia Lins: Minha segunda escola 140
- Eu confesso: fui professor aos 21 anos 143
- Uma virada do destino 145
- Médico e dibético: um relato 147
- E a medicina, a que será se destina? 150
- Apontamentos para uma sociologia da vida estudantil dos anos 60 153
- O caso Macrino 156
- As sete vidas de Seu Joaquim 159
- Incompatibilidade de Gênios 162

## **3 VITA ACTIVA**

- Começando 169
- Na Califórnia brasileira 171
- Traçado 178
- Nós já resolvemos tudo, doutor 182
- A gente às vezes se esquece do nariz... 184
- Quem? Eu? 187
- Um Kama-Sutra peculiar 190
- Memórias de um pronto-socorrista 193
- Breaking bad news* 201

- Dois pacientes queridos e uma vaca 205
- Pelos gerais do triângulo 211
- Um visitante ilustre em Uberlândia 216
- Da maldade humana 218
- Eu, quase político 220
- A cura da doença de Chagas 222
- Como deixar de ser homenageado pelos alunos 225
- Cenas da vida de professor 231
- Minha chegada à UNB 236
- Feitiço x Feiticeiro 240
- Back to Berlândia* 244
- Sob as luzes da ribalta 247
- Cargo público nunca mais 251
- Boas vindas 256

## **4 MAR ABERTO**

- De como eu virei a casaca: clínico, sanitaria, gestor, (quase) político 263
- Oitava 267
- A imorredoura instituição 271
- Males que vêm para o bem 276
- De como eu virei doutor de verdade 278
- Tanajuras no verão 281
- Algum médico a bordo? 294
- De como produzir um ótimo relatório 297
- Escola Nacional de Saúde Pública 299
- Prefeituras... 303

## **ÍNDICE REMISSIVO 310**



## PRÓLOGO: CASUÍSTICA E “CAUSUÍSTICA”

“Casuística” é palavra muito apreciada pelos médicos. Quando querem demonstrar sabedoria e, principalmente, exhibir uma trajetória profissional marcada pela experiência, inflam o peito e logo proferem uma frase manjada: pois na minha casuística...

Não nos deixemos enganar, vamos logo ao dicionário. Mestre Houaiss, por exemplo, sentencia que este é um termo que tem suas aplicações principais nos campos da ética, da religião e da teologia, o que nos faz suspeitar que talvez os doutores estejam usando a tal palavra sem as devidas licenças. Assim, se vê a seguinte definição para sua acepção principal: “exame minucioso de casos particulares e cotidianos em que se apresentam dilemas morais, nascidos da contraposição entre regras e leis universais prescritas por doutrinas filosóficas ou religiosas, e as inúmeras circunstâncias concretas que cercam a aplicação prática destes princípios. É termo comum a culturas e circunstâncias históricas diversas, manifestando-se na filosofia estóica e confuciana, no talmudismo hebraico, nos comentários do Corão, na filosofia escolástica, na teologia católica”.

Mas vemos também que o termo se oferece a outros significados. Por exemplo, por extensão de sentido, em Pascal e nos chamados jansenistas, refere-se a “reflexão moral oportunista e enganosa por abdicar dos princípios fundamentais da moralidade cristã em função de circunstâncias empíricas e cotidianas”, crítica esta voltada em especial contra o domínio dos Jesuítas, de influências muito secularizadas na ocasião. Pode ser também “argumentação que utiliza a simulação para justificar ou legitimar qualquer ato ou circunstância”; ou ainda “discussão e análise de problemas filosó-



ficos, morais ou sociais por meio de sutilezas especiosas e artifícios sofisticados”. No Direito, pode ser a “aceitação passiva e acrítica de solução anteriormente dada para um caso jurídico semelhante ao que se busca atualmente analisar, em detrimento de uma análise acurada do texto legal”, o mesmo que “jurisprudência”, talvez.

Finalmente, na Medicina, embora seja considerado um regionalismo brasileiro, representa o registro pormenorizado de casos clínicos das doenças. Ponto.

Minha implicância com a tal “casuística” médica vem de longa data. Aprofundou-se ainda mais depois que aprendi certas noções de estatística e lógica, que me informaram que as possibilidades de generalizações a partir de dados isolados ou não controlados formalmente podem ser fonte de enganos, muito, muito mais do que de certezas.

Passo a duas histórias ilustrativas.

Quando fui trabalhar na Faculdade de Medicina de Uberlândia, em 1975, fiz como a maioria dos médicos, lá e em toda parte, na ocasião e ainda agora: arranjei um segundo emprego. Nada irregular nem indigno, embora na faculdade eu tivesse um contrato de “tempo integral”, mas não de dedicação exclusiva. Mas com aquele salário, eu, que já era pai, não conseguiria sobreviver. E isso valia para os demais colegas, também. Assim, fui trabalhar como supervisor da rede de serviços da Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais, lotado no recém-criado Centro (depois Diretoria) Regional de Saúde do Triângulo Mineiro (depois só de Uberlândia e região).

Na referida repartição, uma das minhas tarefas iniciais foi organizar a coleta de informações sobre as doenças de notificação obrigatória legal na cidade. Aliás, ninguém havia feito isso antes. De posse dos primeiros dados, ainda muito precários e seguramente subnotificados e pouco valorizados pelos médicos em geral, organizei-os em gráficos e tabelas e fui mostrá-los a seletas plateias de homens de branco. Estes, de maneira geral, me cumprimentavam e elogiavam, porém sem deixar de me olhar como se eu fosse um marciano re-

cém ingressado na atmosfera terrestre. Na ocasião, cheguei a ouvir alguns dizerem que aqueles casos de difteria expostos em meu material não deveriam ser verdadeiros, pois “a casuística” de alguém indicava que tal doença nunca tinha grassado em Uberlândia.

Tive que me calar, porque os dados eram pouco confiáveis mesmo, pelo menos naquele momento, mas a palavrinha me fazia cócegas... O mínimo que eu desejava era perguntar: como é que o digno colega organizava a tal “casuística” e que comparação ele poderia fazer com aquela dos demais pares na profissão? Mas deixei passar.

Mais adiante, houve mudanças no esquema nacional de imunizações, já não me lembro se acrescentando ou retirando vacinas tradicionais, ou alterando o número de doses. Desta vez, além de reuniões, fui procurar diretamente alguns dos principais pediatras da cidade em seus consultórios. Hoje eles se contam às centenas, mas naquele tempo, meados dos anos setenta, talvez fossem apenas pouco mais de duas dúzias. De modo geral, eu era bem recebido e ouvido atentamente, todos demonstrando real interesse na novidade que eu trazia.

Até que um dia a palavra surgiu de novo. Eu falava com outro docente da Faculdade de Medicina, um sujeito formado em Ribeirão Preto. A referência a tal cidade não é preconceituosa, mas o fato é que todos sabíamos, em Uberlândia, que a “turma de Ribeirão”, formada por egressos da famosa escola de medicina da USP lá existente, era, para dizer tudo em uma única palavra, um tanto arrogante. Foi aí que o tal sujeito me sapecou esta pérola: minha casuística revela que estas mudanças no calendário de vacinas são desnecessárias.

Foi assim que fiquei irremediavelmente implicado com tal palavra.

Então, resumindo. O que vocês lerão agora – atenção! – não é, definitivamente, uma “casuística”, em qualquer das conotações que tal termo possui, mesmo aquela vulgarizada pelos médicos. Por isso – e para fazer um trocadilho que espero não seja considerado infame – é que resolvi considerar a presente série de escritos com o neologismo de “causuística”, porque o que apresento aqui são apenas



vivências, reflexões, impressões ou, se quiserem, causos, que a vida me mostrou, com a dor e a beleza com que conviveram a criança, o estudante, o médico, o sanitarista, o gestor, ou o homem que observa o mundo, simplesmente.

Vamos combinar: esta não é uma obra de ficção, embora às vezes tenha tido a tentação de que assim fosse. Algumas das histórias que conto – todas verdadeiras, diga-se de passagem – terminam às vezes explicitamente com uma “moral da história”. Mas isso não se aplica a todas as narrativas. Em algumas delas, confesso, não sei até hoje se possuem alguma “moral” ou até mesmo algum sentido ou explicação. Mas como estou bem acompanhado por você, gentil leitor, lhe convido o refletir e tentar descobrir algo sobre isso, reunindo clarividência e alguma distância crítica que me escapam.

Em suma não disponho de casuística, no sentido que os médicos dão ao termo, ou seja, aquele “registro pormenorizado de casos clínicos das doenças”. Mas em compensação pude colecionar muitas histórias – os tais causos – em minha vida, nos vários caminhos que percorri, com maior foco naqueles momentos em que lidei com gente individualmente e deitada em camas de hospital ou em salas de ambulatório, em “colóquio singular” comigo, ou nas salas de aula que tive que enfrentar, frente a alunos variavelmente atentos ou ausentes em espírito, mas também nas várias frentes e instituições ligadas à saúde pública em que militei, onde as pessoas se contam aos milhares ou milhões e cabe, principalmente, evitar que se deem ou se desgastem por motivo de doença.

E encerrarei, em seção que intitulei Torre de Vigia, com reflexões que a idade e a experiência me permitiram expor, talvez com alguma falta de pudor também.

Boa leitura. Abraços a todos. Obrigado pela generosidade de me lerem!

# Genesis

1 *principalmente, exatidão profissional*

Família  
Mais família  
Mesa dos cem anos  
Um moço-de-fora em Itabira  
Anos 50  
Uma casa  
Um anjo louro  
Cheiro de tangeria  
Éramos cinco  
Minha cidade  
O colégio da Elite mineira (e meu também)  
Fazenda das areias  
Nós que amávamos a revolução  
Meu clube da esquina  
Uma escola que me abriu a cuca  
Eu fui boy  
Anos de chumbo  
Amarcord de sabores  
Minha iniciação espiritual  
Minha formação humanística  
Faltou cumprir-se o jornalista

definição para sua categoria por  
apal "exame. um caso de caso

Nasci em Itabira, e pelo menos por um ano vivi nesta cidade. Na infância e na adolescência estive por lá algumas vezes, em férias inesquecíveis, sempre tentando me fazer parte do famoso poema de Drummond, aquele que fala em um “retrato na parede”. Logo vi, porém, que eu não era tão ferreamente triste ou orgulhoso, embora aquelas noites brancas e frias de minhas férias de julho combinassem bem com meus hormônios nascentes e me trouxessem boas sensações, por exemplo, que havia garotas interessantes naquele corredor de footing que corre entre a Praça de Batistinha e o Clube Atlético Itabirano. Com uma tosca câmera “120”, presente de minha tia Darcy, documentei alguns daqueles casarões com a paisagem escavada do ex-Cauê ao fundo e orgulhosamente coloquei a fotografia em meu quarto, com a devida menção ao poema de CDA: “mas como dói”. Mas em verdade nem doía nada, era puro gênero... Belzonte, esta sim, é a minha verdadeira aldeia. E eu a palmilhei por inteiro, do Prado à Lagoinha; do Calafate ao Carlos Prates; da Barroca ao Sion; da Nova Suíça a Serra, passando pela rua Guaicurus e pelo Mercado Central. Ali cresci, brinquei, descobri, sofri, namorei, festei, conheci, além de ter praticado outros verbos, nem todos publicáveis, com os quais se compõe a condição humana. Duas alegrias me traz hoje esta cidade: a de partir e a de ir embora. Mas o que ali vivi foi um genesis perfeito para ser quem eu sou, como todos os meus defeitos e talvez algumas qualidades. Nada mais, nada menos.

## Família

É um velho livro, este *Horas Seraphicas do Officio de N. Senhora Rainha dos Anjos Maria Santíssima*, encapado em couro e com as páginas amareladas pela ação do tempo. Por si só, é uma curiosidade rara, tirado que foi em uma *quarta impressão mais acrescentada*, em Lisboa, na Oficina de certo Miguel Manescal da Costa, Impressor do Santo Ofício, no ano de 1764.

Mais do que seu valor de relíquia, de história certamente acidentada, com as *licenças necessarias do Santo Officio*, como consta de seu frontispício, o que me toca mais no pequeno breviário é a humilde crônica da vida de uma família do interior de Minas, contada em sua contracapa a lápis e pena de ganso, com a tinta frequentemente esmaecida pela ação do tempo ou, quem sabe, de algumas lágrimas. Vejamos algumas passagens.

«Cazei-me com a Sra. Theresa Maria de Jesus Paixão aos 30 de julho de 1859».

«Aos 16 dias do mez de junho do anno de 1860 nasceo o meu filho Florindo, que foi baptizado aos 26 do mesmo mez. Forão padrinhos Antonio Teixeira da Paixão e Theresa Maria de Jesus. O sacramento foi ministrado pelo Vigário Ignácio J. Nogueira».

«Aos 13 de julho de 1861 falleceo meu sogro faltando 4 dias para completar 82 annos, sendo sepultado no dia 14».

«Aos 7 de dezembro de 1861 nasceo meu filho Antonio, que foi baptizado aos 15 de janeiro de 1862 pelo Vigário Ignácio Joaquim Nogueira».

«Das 2 as 3 da madrugada de 9 de abril de 1863 tremeo a terra».

«A meia noite do dia 16 para 17 de fevereiro de 1864 nasceo meu filho João, foi baptizado aos 19 do mesmo pelo Vigário Ignácio. Aos 18 de abril de 1866 nasceo meu filho Galdino e foi baptizado aos 16 de junho do mesmo anno pelo Vigário Ignácio».

«Aos 10 de maio de 1868 nasceo minha filha Pascoa e foi baptizada pelo Pe. Ignácio aos 9 de junho do mesmo. Na quarta feira 19 de maio falleceo minha mãe deixando 5 filhos».

«Em 17 de agosto de 1878 nasceu minha filha Theresa e foi baptizada aos 6 de outubro do mesmo ano pelo Vigário Cônego João Alves Coelho.

«Aos 26 de abril de 1873 falleceo meu filho João a 11 e ½ horas da manhã e como foi de bexigas enterrou-se as 2 da tarde do mesmo dia, tendo de idade 9 annos, 8 mezes e 10 dias».

«Em 18 de janeiro de 1874 falleceo meu irmão João na Cidade de Ouro Preto e foi sepultado em S. Francisco de Paula a 19 do mesmo mez».

«O Benjamim foi para o Collegio de Congonhas do Campo a 14 de junho de 1890».

Não é pouca coisa: trinta anos de vida, morte, sustos, partidas, celebrações e tudo mais que faz da condição humana este caldo fascinante de dor, alegria e mistério.

## Mais família

O livro de orações referido na história acima me foi dado de presente pela minha avó materna, Dodora, ainda em vida. É realmente uma relíquia de família que, pelo que fiquei sabendo muitos anos depois, por minha mãe, continuava reivindicado por primas distantes dela. Mas minha avó era legítima proprietária ou, pelo menos, guardiã dele, condição que se estendeu à minha pessoa. Sendo assim, não devo nada a ninguém...

Aquela Theresa, nascida em agosto de 1878, era minha bisavó, mãe de Dodora e com ela convivi, de perto, até 1965, quando ela faleceu. De repente me dou conta de que, ter convivido tão proximamente com alguém que nasceu antes da libertação dos escravos, da Proclamação da República, do advento do automóvel e da luz elétrica,

isso me torna, de certa forma, embora indiretamente, também uma testemunha da história.

Não tenho muitos detalhes sobre a vida de Theresa, conhecida entre as crianças da família como *Vodinha*, mas o que sei já faz dela uma personagem notável. Casou-se com um filho de portugueses, Marcos de Oliveira Santos, advogado que concluiu seu curso de direito em Ouro Preto, já pai de três ou quatro filhos e foi ser promotor no Sul de Minas, mais exatamente em Varginha. O nome dos pimpolhos era um primor de latinismo e cultura: Ennius, Publio e Duilio, além das duas moças, de nome mais cristão: Ligia e Maria Auxiliadora.

Em Varginha, pouco tempo depois de instalado, Marcus adoeceu gravemente, com uma provável lesão valvular cardíaca. Um médico foi preciso no prognóstico: *senhora, seu marido viverá por no máximo seis meses*. E assim aconteceu. Theresa fez a trouxa e carregou os cinco filhos para Belo Horizonte, onde já viviam algumas pessoas de sua família, inclusive aquele Galdino citado nos relatos do livrinho, que lá já tinha se estabelecido como farmacêutico. Para ganhar a vida, abriu pensão e passou a fabricar petiscos para festas. Suas empadas de *massa podre* ficaram famosas. A vida de quituteira não lhe trouxe fortuna, mas sim algo mais essencial: boas amizades. Minha avó foi estudar interna no tradicional Colégio Santa Maria, que ainda existe no bairro da Floresta, e ali, para ficar dispensada de pagamento dos estudos, ajudava as freiras a tomar conta das demais internas, tendo que se submeter, ainda, a trabalhos pouco adequados, em termos de responsabilidade e peso, à criança que ela ainda era.

Na pensão de dona Theresa apareceu um dia um jovem advogado, iniciando sua carreira na Capital. Este veio a ser meu avô, que se enamorou de Dodora, logo a pediu em casamento e, uma vez casado, rumou para sua terra, Itabira, onde certamente ganhar o pão de cada dia era mais fácil. Vieram daí onze filhos, sendo minha mãe, Favita, a quarta entre eles.

Um dia escrevi sobre meu avô Altivo o seguinte.

<<Do irmão se fala muito, até hoje, mais de 20 anos depois de sua morte. Ele, CDA, por sua vez falou pouco sobre Altivo, mas o bastante para reconhecê-lo como sua grande influência na carreira das letras. Eis sua apresentação na voz do próprio Poeta, conforme se vê em “A Mesa”: *Este outro aqui é doutor, / o bacharel da família, / mas suas letras mais doudas, / são as escritas no sangue, / ou sobre a casca das árvores. / Sabe o nome da florzinha / e não esquece o da fruta / mais rara que se prepara / num casamento genético. / Mora nele a nostalgia, / cidadão, do ar agreste, / e, camponês, do letrado. / Então vira patriarca.*

Nestas linhas quero trazer aos leitores algumas informações sobre tal personagem, ao mesmo tempo agreste, cidadão, bacharel e camponês: Altivo Drummond de Andrade, meu avô, que apesar de ser nome de rua em Itabira, continua a ser, meio século depois de sua morte, o que se costuma chamar de “ilustre desconhecido” – não só em Itabira, aliás.

Altivo nasceu em Itabira aos 19 de novembro de 1895, filho de Carlos de Paula Andrade e Julieta Augusta Teixeira Drummond, de tradicionais famílias locais. Fez seus estudos iniciais na terra natal e em Ferros, cidade cujo nome por si só indica proximidade e identidade com Itabira. O pai, pouco estudado, mas muito bem-sucedido na vida e nos negócios, queria os filhos doutores. E lá se foi o jovem Altivo estudar medicina na capital. Sentiu-se mal nas primeiras aulas de anatomia e, com a devida licença do pai, mudou-se para o curso de direito, formando-se em 1918, no Rio de Janeiro. De volta a Minas, casou-se com Dodora, que foi sua companheira até a morte. Do casamento nasceram nada menos do que onze filhos.

Em Itabira, sua vida se dividiu entre a advocacia, o magistério, a política e aquilo que seria sua maior paixão: o trato com as plantas, os bichos e a natureza. Herdou do pai, juntamente com o irmão Carlos, a Fazenda do Pontal, ou dos Doze Vinténs, hoje monumento em Itabira, embora fora de sua locação original. Assumiu sua ad-

ministração na década de 40 e fez com que a antiga propriedade se transformasse em verdadeira fazenda-modelo, repleta de fruteiras raras, com suas terras sabiamente aproveitadas e seu notável casarão sempre muito bem conservado. Sem dúvida, Altivo deixou marcas em Itabira, fundador que foi, junto com outros ilustres conterrâneos, do antigo Ginásio Sul Americano e também da Associação Comercial.

Na década de 30 havia se mudado com a família para Belo Horizonte, para possibilitar maiores oportunidades para os filhos adolescentes. Assumiu, então, o posto de redator no jornal Diário de Minas, que lhe fora oferecido pelo irmão escritor, então de mudança para o Rio. O ímã da política, da terra e das amizades, entretanto, logo o atrairia de volta a Itabira, para onde retorna em 1938. Contam que, por este tempo, ao discursar numa cerimônia de recepção ao ditador Getúlio Vargas, que fora a Itabira lançar a pedra fundamental da Vale, fez um discurso elegante, mas no qual não deixou de cobrar a redemocratização do país. Altivo, com seu perfil intelectual e militante, era amigo pessoal de Milton Campos e de outros líderes que viriam a constituir a antiga UDN, comungando com eles ideais de elitização e moralização da política, junto com a modernização e o anseio de progresso material para o Brasil.

Com mais alguns anos na terra natal, já com a família criada, muda-se definitivamente para Belo Horizonte em 1952, onde se estabelece em um grande casarão da Rua do Ouro, no bairro da Serra, de agradáveis lembranças para seus netos mais velhos. Adquire então uma chácara em Contagem, retomando ali a obra interrompida no Pontal. Divide-se, agora, entre a função de inspetor escolar, o trato com a chácara e os netos, que passam a nascer em sequência anual. A política e a advocacia se transformariam, então, em páginas viradas. Altivo faleceu em junho de 1961, cercado pela legião de amigos e familiares, entre os quais se incluem, hoje, trinta e cinco netos e incontáveis bisnetos.

Foi um homem de seu tempo, acima de tudo. A literatura lhe fez tentações, que afinal cederam, mas que vigoraram o bastante para



contagiar o irmão mais novo, que atribuía a ele, sete anos mais velho, sua iniciação literária, inclusive graças a livros que Altivo lhe mandava direto do Rio de Janeiro, onde fazia o curso de Direito. Pouca coisa conhecemos de sua lavra; raro exemplo é uma refina-da “Baladilha” simbolista, que saiu no número 12 da Revista Vita, publicação auto-referida como “consagrada á propaganda moral e material do Estado de Minas Geraes”, no longínquo cinco de maio de 1914. O texto chegou às minhas mãos graças a Humberto Werneck – a quem agradeço – que certamente deve tê-lo encontrada em suas pesquisas sobre aquela “rapaziada desatinada” de BH nas primeiras décadas do século 20. Ouçamos Altivo, ou melhor, “Altyvo”, que é como ele assina o texto, no mais puro maneirismo simbolista, cheio de reticências, e no português esquisito da época: *“Imagino-te fria, esgalga, velada em mortalha ... Faces engelhadas, o corpo es-carnado num elance juncal, cabelos limalhados de nimbus argenteos: na frente – um mysterio de brumas cinereas, nos labios – um rictus funebre de caveira nova...Crêpes negros, como azas fatidicas, escondem as tuas formas esqueléticas, o esboço perdido dos teus seios murchos... Os teus olhos são círios azues a arder lagrimas. Andam semi-envoltos em esbatidos de violeta, da côr amarga do martyrio pisado, a avivar tuas olheiras ecchymoticas, rôxas... Julgo-te moça, creio-te octogenaria... Idealizo-te uma virgem, nublada num véo d’es-pumas de luar, pallida, expectral... a beijar na noite sponsalicia o cadaver do noivo, na alcova de lyrios, no thalamo de núpcias [...] E sonho-te mais triste que és, ó monja do claustro d’alma, a desfiar o rosario sem fim da Magua e da Saudade...”*

Uma síntese dessa vida simples, mas de grandeza humana e cida-dã nos é dada por Carlos, em uma crônica intitulada “Uma vida”, publicada no livro “A Bolsa e a Vida”: *Anos e anos escoados na ci-dadezinha natal, entre problemas pequenos e grandes que nunca se resolviam. Tentou ajudar a resolvê-los na oposição. No governo era impossível; não tinha paixão bastante para ser injusto ou odioso. Ou-tros disputassem esse ou aquele posto importante, ele nem vereador quis ser. Mudou de terra e de vida. No fim, espectador enjoado, dizia*

*aos políticos: seria melhor que fizessem como eu, indo plantar, tirar formiga, limpar galinheiro.*

~

Por parte de meu pai, Joao Ferreira Goulart, minhas raízes vêm de outra direção, do Oeste de Minas. A cidade é Pains e foi fundada por membros de uma família Paim-Goulart, com origem provável em São João Del Rey. Sei, por leituras, que em princípios do século XIX houve uma enorme migração de pessoas a partir da região das minas, já esgotadas ou abandonadas, em direção ao Oeste da Pro-víncia, em busca de uma vida melhor. Imagino que talvez tenha sido esta a história do clã que me deu origem, por parte de pai.

Em relação a este nome supostamente francês, ainda não me foi possível verificar sua origem real. Minha irmã Myriam, francófila assumida, com muitas passagens por Paris e pela Europa em geral, me relatou que tal nome não se encontra presente nos catálogos telefônicos da Cidade Luz, mas apenas sua forma aproximada *Goulard*, que significa *guloso* – coisa bem apropriada para nos des-crever, aliás. Conversei, certa vez, com outro Goulart, este nascido e morador na Guatemala, tendo o mesmo me contado que, para ele e sua família, a origem real do nome era Portugal. Pano para manga de historiadores e genealogistas.

Meu avô José Goulart Neto, conhecido como *Zezé*, ou *Ieieca* entre seus familiares mais próximos, tinha origem rural e sangue de comerciante. Foi fazendeiro e empresário, mas a principal caracte-rística de sua personalidade talvez fosse a inquietação. Casou-se com Ermelinda, uma jovem de Guia Lopes (hoje São Roque, terra do queijo canastra) e com ela teve uma dezena de filhos. Meu pai foi o primogênito.

Convivi com minha avó Ermelinda só até os meus nove anos, quan-do ela faleceu. Talvez um pouco de sangue indígena corresse em suas veias. Lembro-me de uma mulher pequena, discreta e suave, talvez muito submissa também. Sua cidade de nascença era também

a terra do famoso Guia Lopes da Guerra do Paraguai e ela própria tinha o sobrenome Lopes Ferreira. Com isso me sinto autorizado a me afirmar descendente de tal herói brasileiro. Não posso provar, mas provas contrárias também não existem.

Meu avô Ieieca: um homem alto, altaneiro e autoritário; opinioso como ele só. História famosa sua é a de que costumava anunciar à pobre Ermelinda suas mudanças de plano (às vezes de casa e de cidade também) bem às vésperas do prazo fatal – e a coitada tinha que se virar. Para pagar contas grupais corria a lenda que sua mão procurava o dinheiro no longo bolso das calças de linho e jamais o encontrava. Era carinhoso com os netos, mas à sua maneira. Lembro-me, especialmente, da maneira como conduzia, eu e meu irmão Eugênio, ao nosso Jardim de Infância, em pleno centro de Belo Horizonte, caminhando vários passos à nossa frente, enquanto, abismados, tentávamos segui-lo. Mas ninguém matou, ninguém morreu disso.

Ieieca, o intrépido. No final dos anos quarenta, vendeu suas terras e outros negócios no Oeste de Minas e veio para a Capital. Abriu logo um comércio de cereais e em seguida caiu em um ramo onde jamais tinha estado, o de transporte coletivo, se associando a três de seus filhos. Foi por força disso que meu pai, minha mãe e eu, que tinha apenas um ano de idade na ocasião, viemos parar em Belo Horizonte

Ieieca ficou viúvo com menos de sessenta anos (Ermelinda morreu de complicações de esquistossomose, coisa comum naquele tempo e na região) e, na sua inquietação proverbial, tratou logo de arranjar noiva e se casar de novo. É aí que entra em minha história Marina Narciso, filha de imigrantes libaneses, segunda avó que trouxe para mim e para a família em geral, além de muita doçura, um traço árabe que muito prezamos, principalmente na culinária.

Ele viveu até os 87 anos, com relativa saúde, comendo, para espanto de algumas pessoas, carne de porco bem gordurosa na refeição da noite, sem maiores problemas gástricos ou biliares. Mudou-se com

Marina para um pequeno apartamento na rua dos Carijós, bem no centro de BH, sendo tal imóvel tudo o que lhe sobrara dos inúmeros negócios em que se meteu pela vida a fora. Ali o casal passou os últimos anos de sua vida, em paz, e provavelmente bastante feliz. Não poucas vezes estive com ele na portaria do prédio, na verdade uma galeria comercial, onde ele passava horas a fio, sentado em uma cadeira emprestada pelos porteiros, apreciando o movimento da rua e puxando assunto com os passantes.

Ao reler os textos acima, dedicados a meus dois avôs, percebo que tem muito mais tinta (ou *bytes*) naquele dedicado a Altivo. Porém, devo dizer, não há nenhum desdouro a José Goulart Neto. Reconheço que minha personalidade se moldou a partir de características de ambos. De um puxei o gosto pelas letras, pelas plantas, pela terra, por certa visão conservadora. Do outro me veio – mas eu gostaria de ter herdado ainda mais – certa intrepidez e inquietação com as coisas da vida, embora meu talento comercial seja nulo. Acho que isso nos homenageia a todos.

## **Mesa dos cem anos**

Em 1995, quando meu avô, Altivo Drummond de Andrade faria 100 anos escrevi para ele o seguinte, com inspiração declarada no poema A Mesa, de Drummond, no qual seu irmão Altivo é assim descrito: *Este outro aqui é doutor, / o bacharel da família, / mas suas letras mais doudas, / são as escritas no sangue, / ou sobre a casca das árvores. / Sabe o nome da florzinha e não esquece o da fruta / mais rara que se prepara / num casamento genético. / Mora nele a nostalgia, / cidadão, do ar agreste, / e, camponês, do letrado. / Então vira patriarca.*

## **Mesa dos cem anos**

*Em torno daquela mesa  
ou então em uma outra,  
de tênue matéria feita,  
na etérea carpintaria  
onde cola, pregos, táboas,  
não são coisas de pegar,  
ali te festejaríamos  
e festa grande seria,  
até maior que a outra  
que todo o mundo conhece  
pela voz de teu irmão.  
Vê-nos todos? Somos tantos,  
bem mais que antigamente.  
A vida também é bem outra.  
Algumas de tuas sementes,  
mais sabes delas que nós,  
pois te fazem companhia  
há muito, aí onde moras.  
Os que ficamos, cuidamos  
de honrar a tua herança,  
da maneira que podemos,  
às vezes meio canhestros.  
Tu eras mil, sendo um,  
no cortejo de teus netos,  
podes te ver repetido  
no porte de um, no jeito  
antigo de ser deste outro,*

*na cabeça um pouco de lado,  
e na calva renitente,  
nas rugas da longa testa,  
no corpo magro e avaro  
e no seco modo da fala  
(apenas nas aparências).  
Como num caleidoscópio,  
tu te vês em profusão,  
multiplicado em tantos  
filhos de filhos de filhos.  
Na geometria do afeto,  
não és reta, não és plano,  
pareces mais a pirâmide,  
que em nuvens tem a ponta  
e a base em firme terreno  
que tua mão bem lavrou.  
Já são mais de trinta anos  
que partiste. E no entanto,  
continuas tão presente.  
Entre nós ninguém buscou  
profissão igual à tua,  
salvo uma única excessão  
(da qual te orgulharias).  
Mas vêde bem, muitos são  
os que buscam te imitar,  
sem tanta arte e ciência  
no trato com os pomares  
e as coisas da natureza.  
Vê-se que todos, um pouco,*



*herdaram de tua paixão  
por flores, árvores e frutos  
e o gosto inigualável  
de brindar-se e aos amigos  
com iguarias de quintal.  
É assim que mais te guardamos  
na memória dos sentidos,  
mesmo os que não conviveram  
com tua marcante presença.  
Sem querer ser egoísta,  
retorno ao bairro da Serra  
e evoco uns fins de tarde,  
sob o zinzim das cigarras  
e o borboejo do córrego  
além atrás do quintal.  
Na grande cama abrigados,  
primeiros netos queridos,  
qual anjos em privilégio,  
como a um convite divino  
ao paraíso chamados,  
logo virávamos donos  
daquele pedaço de céu.  
Deitado escutavas o rádio,  
ao teu lado circunspectos,  
te espiando de soslaio  
mal continhamos nossa ânsia,  
logo, o volume abaixado,  
um leve chiado de fundo,  
sob a luz verde do dial,*

*entrávamos em outro mundo  
de histórias, adivinhas, chistes,  
às vezes apenas silêncio,  
que quando se prolongava,  
logo se tornava em sonho.  
Então em ti recostados,  
viajávamos, outras terras,  
com tudo se sucedendo,  
como já fosse esperado.  
Despertos por um momento,  
logo levados ao leito,  
com o sono recomeçado,  
num novo dia chegávamos,  
e tudo se retomava,  
contigo livres seguíamos,  
pelo reino que era nosso,  
irmãos anjos desgarrados,  
sempre perdidos e achados  
na imensidão do quintal.  
Cem anos terias hoje,  
grande festa te fazemos.  
Muitos vieram, mesmo estes  
que há tantos anos não víamos.  
A mesa não é como aquela  
que em outros tempos acolhia  
vasta e ruidosa família.  
Agora, muitos se foram  
outros no mundo perderam  
a si e ao sentimento*

*de pertencer a tal clã.  
Respeitemo-los, a vida  
talvez lhes forneça razão.  
Aqui não viemos julgar  
bem outra é a nossa função.  
São cem anos e esta data  
não ocorre todo dia.  
Mesmo sem toda a fartura,  
a mesa ainda impressiona:  
idades, gestos e ânimos  
aqui vêm em tua honra.  
Um pouco de tudo trazemos  
gordo peru, temperado,  
e leitoa bem crocante,  
arroz com passas, castanhas,  
boas frutas em compota,  
preparadas por mãos hábeis,  
a queca de receita inglesa,  
obrigatório acepipe.  
Não faltará boa graspa  
a ser sorvida em dedal,  
que mais não permitirias.  
Alguém teima, não repares,  
bebe mais que o razoável,  
e logo se denuncia  
por falas altas e gestos,  
não tardará a dançar  
abraçado com a garrafa.  
Apenas sorris, reconheces*

*o vulto de um velho amigo,  
doutor de casos e gentes,  
que também te comemora,  
como em bons tempos passados.  
E os filhos e netos, em roda,  
a benção te querem tomar.  
Dos mortos, pouco falamos  
deles sabes mais que nós:  
Clara, Virgílio, Zé Marcos,  
Altivo, Marcos, Mateus,  
privam tua companhia,  
a mesa é para eles também,  
mas os vivos vêm na frente.  
Este aqui, de te herdou  
do mundo o sentimento,  
como tu, povoou a terra  
com muitos e muitos filhos,  
um patriarca veraz.  
Parece uma enciclopédia,  
mas seus melhores verbetes,  
são a poesia mais pura,  
que conhece de memória.  
Este outro é tal qual ver-te  
se não no corpo, no gesto,  
fez teu percurso ao contrário  
envelhecendo no berço  
da terra que o viu nascer.  
Fazendeiro das ideias,  
suas lavouras aéreas*

*fazem grande latifúndio.  
Vês mais este, já grisalho,  
senhor das coisas da vida,  
perorando entre sobrinhos.  
Quem o vê, nem desconfia  
dos trabalhos que te deu.  
Tu o acolhes, sorrindo,  
afinal, não é a vida  
um grande estorvo ela mesma,  
que carregamos para sempre?  
Perdoá-lo, é o que fazes,  
sempre e mais uma vez,  
e teu perdão nos tocando  
nos faz, se não os melhores,  
pelo menos bem mais leves,  
absolvidos, e basta!  
- antes mesmo de pecar.  
Vejo um lado feminino  
aqui ela está, guardiã  
de todos os sentimentos  
mantido em nossos baús.  
Na mesa o que se come,  
é obra dela e só ela  
de tudo seria capaz.  
Mais faria – se desculpa -  
não fosse a pouca prestança  
do corpo um tanto rebelde,  
passou-se o tempo, se vê,  
e nada é já como antes.*

*E o cortejo das mulheres  
mal se inicia – esta outra  
não é mestra de comidas,  
seu estro é de outro feitio,  
com ele exerce o mister,  
de tecer flores, pedrinhas,  
com pequenos ramos secos.  
E tudo assim se transforma,  
com seus poderes de fada:  
tua mesa de cem anos  
vira vasto território  
de sonhos e maravilhas.  
Esta outra, te é bem cara,  
caçula por algum tempo,  
não perdeu contudo o estilo,  
é o centro de toda atenção.  
Cozinha, se quisesse,  
também enfeites faria,  
mas prefere exercitar  
o que é sua arte maior,  
a boa conversa, a costura  
entre tantas gerações.  
Eis que chega, já bem tarde,  
a filha que é quase neta.  
Não vive aqui e a distância  
não se mede com uma régua  
ou instrumento afim.  
Seu tempo é outro e muda  
a noção que temos de espaço.*

*De longe vem, basta isso  
- não cabe justificar -  
eis que chega e é bem vinda  
a rapa doce do tacho,  
rara flor de tua velhice.  
Foi ingrata a vida: partiste  
sem ao menos vê-la moça,  
e ir cumprir seu destino  
de repetir em exílio  
a saga de teu irmão.  
Somos tantos ao teu redor,  
todos queremos tocar-te,  
és um só e te repartes,  
por milagre de doçura.  
Agora és dois, bem se vê,  
que reduplica o afago,  
carinhos, palavras doces.  
Quem é que assim, de repente  
aqui nesta mesa consegue  
estar em todas as partes?  
Vai e volta pressurosa,  
leva bolo aos pequeninos,  
atende a todas as fomes,  
é vista aqui e acolá,  
mais do que o corpo permite.  
Então fitas, carinhoso,  
o melhor de tua vida,  
a companheira de décadas,  
ninguém melhor do que ela,*

*para compartilhar tal momento.  
Já é tarde e finda a festa,  
teus pares já te convocam,  
na outra morada de sonho.  
Algo é tristeza e um frio  
nos penetra o coração.  
Cada um a si pergunta:  
de novo se ensinaria  
outro dia assim como este?  
Uma certeza é visível,  
a vida é bruta, sabemos,  
mas ao redor desta mesa,  
nesta festa de cem anos  
do pai-avô patriarca,  
se pôde achar o sentido,  
mais uma vez confirmado,  
que longa é a vida e segue  
traçando uma linha imensa  
através das gerações.  
E mesmo teu tetraneto,  
que gerado ainda não foi,  
confirmará este fato.  
E vos saudamos, Altivo,  
Dodora, Carlos, Julieta,  
também Francisco e Tereza,  
nossos avós, nossos fios,  
ligados com a eternidade.*

## Um moço-de-fora em Itabira

Os anos 40 raiavam e tudo começava a ser diferente de antes. No Brasil e no mundo.

Na Europa uma guerra monumental cobrava alto preço em vidas e destruição material. Do lado de cá do Oceano Atlântico as coisas bem ou mal se moviam. Os Estados Unidos tinham abandonado sua neutralidade (relativa...) depois do atentado dos japoneses a Pearl Harbor e se lançavam, finalmente, à maratona que iria mudar de vez o mundo, do jeito que era até então conhecido. Ou, pelo menos, apressar tais mudanças.

O Brasil, entre a contingência de ficar recostado a seu berço esplêndido ou entrar de vez naquela ordem mundial em gestação, optou por esta segunda vertente, porém cobrando seu preço em dólares de investimento, em cessão de território para bases americanas, em ruptura com o Reich, na abertura de mercados para borracha e minério de ferro.

E através deste último quesito se abriram as oportunidades para que eu viesse ao mundo.

Mas antes é preciso dizer que já na década anterior à Grande Guerra, nosso berço nacional era sacudido, através de uma tríade fatal anunciadora de modernidade: urbanização, industrialização, a modernização tecnológica. Entre outras aplicações desta última, as tecnologias agrícolas.

E minha história passa por aí também, dado que o jovem João Ferreira Goulart, criado nas roças de Pains, município de Formiga, teve a chance, improvável em outras circunstâncias, de ir estudar em Viçosa, àquela altura um templo das novas tecnologias na agricultura. Abriu as portas para ele um conterrâneo, pertencente a um estrato mais bem situado naquela sua aldeia pobre e esquecida, e que galgara degraus na escada social, virando professor na Universidade Rural em Viçosa, criada por Arthur Bernardes alguns anos antes.

Por que Viçosa, na Zona da Mata mineira? Outra razão não haveria, além de tal cidade pertencer a uma região onde Bernardes tinha origem e grande influência política. Aliás, se fosse para contemplar uma região de real vocação agrícola, a chamada mata dos Pains, padrão nacional em matéria de terras férteis, teria mais razões para ser escolhida. Mas foi no Brasil que isso ocorreu, e se tudo estava em mudança no país, muita coisa mudava apenas para tudo continuar como dantes, conforme o dito da literatura.

E completada sua formação em técnico agrícola, o jovem João Goulart, sobredito João *do Ieieca*, em alusão ao apelido familiar do pai, indicado pelo mesmo conterrâneo que o encaminhou para Viçosa, vai fazer uma entrevista, em busca de emprego, na recém fundada Companhia Vale do Rio Doce, empreendimento escorado pelo “esforço de guerra” articulado pelos norte-americanos com a ditadura Vargas. Corria o ano de 1942. Na Vale ele foi atendido pelo presidente da companhia em pessoa, Israel Pinheiro, depois lugartenente de JK na construção de Brasília e governador de Minas. Em rito deveras sumário, Israel indagou se ele tinha experiência em horticultura, pois o projeto das instalações de mineração em Itabira incluía a produção de verduras para alimentação dos operários, que já então eram contratados aos milhares, vindos de todas as partes do Brasil. Ele disse que sim e foi contratado na hora.

Poucos dias depois JFG pegava o trem da Central do Brasil rumo a Nova Era e dali, em carona por caminhão, acabaria de chegar a Itabira. Susto maior ele não poderia sofrer. Ao invés dos campos espalhados de seu Oeste natal, o que ele via ali era uma sucessão de montanhas encavaladas, encostas cobertas por Mata Atlântica, não mais aquele cerrado que lhe era tão familiar. E mais frio, chuva, além de nevoeiro, que duravam dias e até semanas. Tudo muito diferente do que ele conhecia.

Só não voltou para o Oeste porque já não tinha jeito.

Mas com tudo o homem se acostuma. Principalmente quando no final do mês se lhe pinga no bolso o sagrado dinheirinho do salário,

coisa até então praticamente inédita para ele. De tal forma que do limão que encontrou na chegada ao Mato Dentro de Itabira, talvez não tenha sido difícil fazer um bom refresco.

Naquele ambiente de forasteiros não parecia difícil fazer amizades, pois todos talvez aspirassem um mínimo de camaradagem para suportarem aquele exílio de muita poeira, frio e trabalho pesado. Mas não é que o nosso herói, que de casmurro não tinha nada, acaba se aproximando mesmo é de pessoas da terra. Mesmo que por parte desses nativos houvesse razões, facilmente confirmáveis, aliás, para se desconfiar e até rejeitar os adventícios.

Coisa boa fez João, talvez não de forma consciente, indo morar em uma pensão improvisada em casa de família itabirana legítima. Isso, aliás, deveria ser um evento rotineiro na vida da cidade, pouco acostumada a novas oportunidades de faturar algum dinheiro extra. O fato é que tal ato, associado, sem dúvida, a um temperamento comunicativo por parte do nosso herói, acabou por lhe abrir portas amigáveis naquela cidade tão fechada.

E assim, através de filhos coetâneos daquela família, João acaba se aproximando e ampliando suas amizades com a rapaziada nativa. E, é claro, com abertura também para as primeiras paqueras, que mesmo vistas com alguma desconfiança pelas famílias, representavam algo novo e tentador para as mocinhas-alvo, certamente enfastiadas com o ambiente endogâmico e repressivo que dominava o cenário de Itabira.

E foi sendo incorporado e também incorporando os hábitos da cidade, os quais, com o passar do tempo, talvez lhes tenham parecido familiares, afinal também incluídos no pequeno (e ao mesmo tempo vasto) mundo do Brasil interiorano, do qual faziam parte as suas Formiga e Pains. E entre os costumes comuns certamente a essas comunas, estava o *footing* das noites em finais de semana. E a chegada das levas de rapazes propiciada pela Cia. Vale certamente deve ter trazido variedade e densidade àquela atividade tão celebrada e, por que não dizer, tão necessária à boa vida social das comunidades.

Diferença possível é que enquanto em Formiga e Pains havia praças amplas para a passeata da moçada, a exiguidade montanhosa de Itabira fazia com que isso se desse ao longo de uma única rua, estreita por sinal, exigindo dos praticantes não mais um percurso em largos “círculos” (ou retângulos), como nas praças interioranas tradicionais, mas agora linear e curto, com pontos convencionados de meia volta-volver.

E assim, entre o Largo (que de largo não tinha nada) do Batistinha e o Clube Atlético Itabirano, numa extensão que talvez não chegasse a 300 metros, entre casarões centenários, nas tortas ruas calçadas em minério de ferro, dentro da neblina das *noites brancas* e *sem horizontes* que então escondiam o finado Pico do Cauê, a mocidade itabirana, fosse nativa ou adventícia, perfazia o ritual do *footing* nas noites de sábados e domingos, com as devidas restrições, não apenas as geográficas da terra, mas também as derivadas da vigilância estreita da família mineira, principalmente em relação às donzelas.

Numa dessas jornadas, olhares se cruzaram e o ferro das calçadas não empatou, botou ferrugem ou bloqueou certa curiosidade, talvez simpatia, depois amor, a acometer mais de um forasteiro e uma nativa.

Nesta ocasião JFG já estava enturmado em Itabira e um de seus melhores amigos era Heraldo (dos Santos Andrade), filho de Altivo Drummond de Andrade, membro de tradicionalíssima família e um dos reservatórios morais e intelectuais da cidade, na qual, em verdade, do ponto de vista material e financeiro, a posse de numerário em dinheiro e bens já estivesse em outras mãos.

Num daqueles cruzamentos fugidios de olhares, ele resolveu consultar Heraldo sobre quem era a dona daqueles olhos tímidos, mas muito promissores. A resposta surpreendeu a João: é minha irmã! E nisso não parecia haver muita receptividade. Afinal, companheiros de farra que eram, o provável é que tivessem intimidade suficiente para que soubessem de trampolinagens impúblicas recíprocas.



Coisa mais ou menos do tipo: *este serve para ser meu bom amigo, mas para cunhado são outros quinhentos*. Trocando em miúdos: *que não se aproxime de minha irmã!* A etiqueta farrista deve ter prevalecido e João resolveu certamente não insistir. Por enquanto.

Ou talvez fosse hora exibir algumas qualidades das quais o amigo Itabirano até então não havia se apercebido. Sair *melhor na foto* deveria ser o primeiro passo, depois se veria o que fazer.

Mas tudo se acertou, sem muita conversa, mas com algumas atitudes, como convém à boa índole mineira. O fato é que com algumas intermediações de amigos, talvez até com a participação de Heraldo, foi possível o namoro com Favita começar. Com todo respeito, como convinha. Dr. Altivo deve ter sido o último a saber, mas não chegou a causar problemas ao pretendente, pois ele não era disso e certamente deve ter estimado haver boas intenções no moço forasteiro.

Com a futura sogra, teve menos sorte. Quando já havia se tornado mais íntimo da família, já na era do noivado, foi buscar dona Dodora na Fazenda do Pontal, em sua camionete de funcionário da Vale. Um pouco por estar prestando atenção na estrada, mas talvez também por lhe faltar assunto, por assim dizer, “se distraiu” da presença da futura sogra na boleia e quando se deu por achado, simplesmente reparou que ela não estava mais ali e que a porta da direita do veículo abria e fechava no vazio. A pequena roceira que vinha de carona no assento ao lado murmurava, assustada: *seu João, dona Dodora, caiu lá atrás...* Pelo retrovisor pôde enxergar a enrascada em que estava metido. Lá longe, a senhora futura sogra sacudia a poeira e já vinha caminhando, claudicante e contrafeita, em direção ao carro. Mas se raiva houve, foi só no momento, acabou logo. E tudo não passou de um susto. Mais do que isso, rendeu boas risadas na família por muitos anos.

Aos poucos, assim, acabou João muito bem assimilado pela família, seja por Heraldo, Dr. Altivo, dona Dodora, demais irmãos – e por Favita, naturalmente.

Assim, nada mais natural, interromperam-se os estudos da moça, antes mesmo dos 18 anos e foram, a mãe e ela, nesta ordem, cuidar do enxoval. Para pedi-la em casamento ao Dr. Altivo, imperou a formalidade da época e quem na verdade representou a JFG foi o respeitado engenheiro Pedro Guerra, amigo do futuro sogro e conhecido também – além de simpaticante – do forasteiro. Em outubro de 1947 casaram-se na Igreja Matriz de Itabira e em julho de 48, dentro da marca regulamentar dos nove meses – nunca menos do que isso! – eu nasci.

Nossa vida em Itabira, contudo, durou pouco. Meu pai era manobrado pela sanha da família, com meu avô Ieieca na dianteira, em *fazer negócios*, com certo despreço pelo trabalho assalariado comum. Assim, eu com pouco mais de um ano e meu irmão Eugênio já querendo sair da barriga de Favita, mudamos para Belo Horizonte, para cumprir a citada sina.

E por algum tempo os tais negócios foram a compra e venda de cereais e porcos vivos, nas regiões produtoras, geralmente do Norte do Estado e sua entrega aos mercados consumidores, na Capital e até mesmo em cidades maiores, como São Paulo. A JFG cabia pilotar um destemido caminhão Chevrolet Gigante, recebendo uma percentagem nos negócios realizados. Depois veio a fase do transporte urbano, na qual se envolveram além de Ieieca e meu pai, meus tios Lauro e Agnelo. Os dois últimos se deram até bem em tal ramo, embora tenham trabalhado como mouros, até mesmo saindo da cama às cinco da manhã muitas vezes para pegarem, diretamente, o volante dos coletivos. Já meu pai e meu avô logo se enjoaram daquilo – ou acharam demasiadamente trabalhoso – e foram tentar outras atividades. E nunca enriqueceram de verdade. Mas em compensação, Lauro e Agnelo não passaram dos 60 anos, mas meu avô morreu com bem mais de 80 e meu pai conta atualmente com invencíveis 102.

É Belo Horizonte, na prática, minha *terra mater*, de onde trago minhas melhores lembranças, onde aprendi a ler, a ter gostos, a namorar, a apreciar a vida em família, a ser pai, sendo também o



lugar no qual fui menino, adolescente, membro de clube da esquina, acadêmico de medicina e finalmente, médico.

## Anos 50

É provável que alguma coisa do que está sendo contada aqui não tenha acontecido nem no local, nem no tempo ou com as pessoas a que me refiro. Não importa. Vamos combinar: falo do que me lembro e como me lembro, tendo como ponto forte as coisas boas ocorridas. Permitam-me organizá-las e contá-las do meu jeito.

Nada é mentira; ou pode ser que seja... O que não é mentira pode ser também invenção, como dizia Manoel de Barros. Reconstituir a infância é tarefa doce, mas complexa, para a qual é preciso liberdade não só de narrativa como de criação.

Aqui, assim, eu narro e crio. Para me redimir, apelo a vocês como minhas testemunhas, que não seja para atestar veracidade, mas para se alegrar e curtir comigo os tempos de infância. Recordo Camões “Do mal ficam as mágoas na lembrança, e do bem (se algum houve) as saudades”. Mas nessa minha história o bem predomina, se impõe, deixa saudades. É nisso que estou interessado.

É tempo, ainda, de lembrar que o que escrevo vai em memória dos personagens dos anos cinquenta que já se foram, mas me esperam em algum lugar: avós Terezinha, Ermelinda, Altivo, Dodora, Zezé e Marina; tios José Marcos, Duílio, Clarinha, Virgílio, Lauro, Waldir, Agnelo, Ricardo, Roberto, Aucélia, Edgard; primos Mateus, Marcos e Débora.

∞

Acho que minhas primeiras lembranças na vida são do bairro do Prado, em Belo Horizonte, onde moramos, entre 1949, quando viemos de Itabira para a Capital, até 1953 ou 54. Foram várias casas habitadas pela família e a lembrança que tenho talvez incluía partes

de uma delas misturada com partes de outras, formando uma espécie de quimera residencial.

Antes disso morei em Itabira, não por “alguns anos”, mas apenas um, do qual, naturalmente não tenho a mínima lembrança. Só sei que minha primeira moradia foi a casa dos meus avôs, na Rua dos Padres, logo que nasci; depois, a Fazenda do Pontal – endereço histórico! – e em seguida a Chácara da Conceição, da Cia. Vale do Rio Doce, onde meu pai dava expediente. Em 1949 a família veio para Belo Horizonte e então perdi para sempre meu estatuto de filho único, com o nascimento de Eugênio.

Chegamos ao Prado pela rua Pedra Bonita, depois na rua Hipódromo (hoje Cura D’ars) e a seguir Turfa. Tenho poucas lembranças dessa época, pois vivi ali ainda na primeira infância, de um a cinco anos. Mas por exemplo, retive a imagem de aviões despejando panfletos de propaganda política – isso mesmo – naquele tempo a panfletagem era aérea. Desses panfletos tenho uma lembrança vaga: a presença do ícone da foice e do martelo. Não sei se eram contra ou a favor dos comunistas, mas só sei a que a marca estava lá. De toda forma, eram anos em que o antigo PCB já estava proscrito do cenário da política brasileira.

No Prado talvez meus pais tenham encontrado uma realidade urbana muito próxima de suas origens interioranas, em Itabira e Pains. Ruas quase desertas de carros, cobertas no intervalo dos paralelepípedos por uma grama rala. Muitos lotes vagos, casas modestas. O Prado era abrigo de uma classe média que já não cabia nos setores destinados aos “Funcionários”, mas afortunados o bastante para não precisarem morar no Mato da Lenha ou no Barreiro... Eu disse paralelepípedos, mas talvez fossem “pés de moleque”; o fato é que ainda não havia asfalto naquele tempo. Nem assaltos.

No Prado morava também um importante personagem de minha infância: o Juca, de quem falarei mais adiante. Por ora basta dizer que ele era primo em segundo grau de meu pai e era farmacêutico, mas daquele tipo antigo, prático de farmácia que revalidou sua

situação para se ajustar às normas do novo mundo regulado e urbano que nos anos 50 começava a se impor no Brasil. Juca era dono de uma farmacinha na rua então chamada Hipódromo, hoje Cura D'ars, bem em frente à grande igreja que lá está, construída lentamente justo naqueles anos que morávamos ali perto. Na verdade, ele era uma espécie de Dr. Jekyll e Mr. Hyde para eu e meus irmãos, temido, por um lado, pelas dolorosas injeções que nos aplicava; estimado, por outro, por nos trazer da farmácia as famosas “caixinhas”, embalagens de remédios, já vazias, com as quais fazíamos carros, casas, edifícios – devem ter sido os primeiros brinquedos que conhecemos de verdade, numa época em que o plástico era raro e caro – e o consumo da classe média bastante limitado.

No Prado, ainda, tive a minha primeira experiência como motorista, muito mal-sucedida, por sinal. Foi assim: morávamos na rua Turquesa esquina com Turfa e meu pai tinha um caminhão Chevrolet Gigante, com o qual ganhava a vida na ocasião. A rua Turquesa tinha uma pequena inclinação e por uma daquelas manias infantis (eu devia ter no máximo quatro ou cinco anos), devidamente assessorado por meu tio Willer, apenas um pouco mais velho do que eu, mexe daqui, mexe dali, quando me dei conta o caminhãozinho tinha ganhado movimento, e descia a rua de ré. Por sorte, a direção virou, o veículo fez uma trajetória de meia lua e foi de encontro ao muro do vizinho, posto ao chão de imediato. Felizmente as maiores consequências foram essas, certamente corrigidas pela cobertura do prejuízo por meu pai. Eu, tão garoto, fui absolvido – mas não sei se meu tio também. Um dia ainda pergunto isso para ele.

~

Depois de morar no Prado, fomos para o Calafate, logo ao lado; depois no Carlos Prates, mais adiante e ainda depois, para horror de minha mãe, na Lagoinha, que ela ainda hoje prefere chamar de São Cristóvão, na verdade um nome que não pegou, por ser apenas uma artimanha para afugentar o fantasma que assombrava aquela família de classe média ainda saudosa de tempos mais risonhos. A

Lagoinha era o fim da picada, então, lugar de boêmios, de prostituição, de comércio de segunda categoria, de oficinas mecânicas. Era preciso fazer exorcismos para espantar o mal que o nome “Lagoinha” trazia. Isso, entretanto, acabou muitos anos depois, quando ninguém mais usava o nome do santo para, em troca, dizer com orgulho algo como: “eu nasci, cresci e vivi na Lagoinha”. Que este bairro já deu até livro!

~

Uma palavra sobre o Carlos Prates, bairro mais tradicional do que a embalagem de Maizena. Tivemos ali pelo menos dois endereços, rua Manga e rua Sabinópolis, fora a casa da rua Três Pontas em que meus avós paternos moraram por alguns anos e onde eu e meus irmãos éramos, naturalmente, muito bem recebidos. O Carlos Prates, naquela época, já era um bairro densamente povoado. Sua origem fora como colônia agrícola, com foco certamente nas terras baixas e úmidas da grande baixada que hoje é a avenida Pedro II. Mas guardava algumas relíquias de sua condição de periferia no passado, por exemplo, o Cemitério do Bonfim, do outro lado da baixada, mas dominando a paisagem ao Norte, além da clínica da família Bizotto, destinada ao tratamento da tuberculose. Não esquecer que a Belo Horizonte do início do século era a meca da cura da tal moléstia, pelos seus famosos “ares”. Noel Rosa e muitos outros que o digam. Que falta faziam a hidrazida e a estreptomicina.

O Cemitério do Bonfim, longe de assustar, nos divertia, pois nas noites da Três Pontas sua visão, como mancha escura, fatalmente puxava, por parte dos adultos, as famosas histórias de assombração, que se por um lado metiam medo, por outro eram esperadas com alegre ansiedade. Era possível ver de longe também, se é que não fui enganado ou sugestionado pelos adultos, as emanções do “fogo fátuo”, que era traduzido cientificamente para nós como “o pum dos defuntos”. Já a clínica de tuberculose assustava mais, evitávamos mesmo de passar por suas calçadas nos passeios com as tias, por medo de contágio. Além do mais, o folclore que nos trans-

mitiam era terrível, uma doença que fazia as pessoas perderem partes do corpo e sentir calor em vez de frio e frio em vez de calor, numa evidente confusão semiológica, além de estigmatizante, com a lepra - ambas as condições sendo terríveis flagelos à época.



Na Lagoinha tivemos dois endereços: Avenida Antônio Carlos – artéria principal do bairro – e rua Juazeiro. A Antônio Carlos, hoje, se for comparada a um vaso sanguíneo virou aorta, ou, quem sabe, um enorme aneurisma sacular, levando carros, caminhões e enormes ônibus articulados – os BRT – desde o centro da cidade até os confins da Pampulha e Venda Nova, e mesmo além. Nosso antigo endereço hoje é um ponto abstrato ou extinto, inteiramente ocupado pelo concreto da pista ou por algum dos muitos viadutos que sobrepassam o aneurisma. Para horror de minha mãe, certamente revoltada com a perda de status que a Lagoinha democraticamente conferia a todos os que nela habitavam, fomos morar em uma casa construída sobre um barranco, com uma longa escada de acesso e vizinhos realmente classe baixa, embora fossem excelentes pessoas, solidárias e atenciosas, pelo que me lembro, particularmente Dona Mercedes, que tinha um batalhão de filhos e aderentes em sua casa, no mesmo barranco que a nossa.

Da escadaria da dita casa no barranco desceu, certa vez, um pneu desgovernado. Mas antes tenho que explicar que o barracão dos fundos servia de almoxarifado auxiliar da empresa de ônibus da família de meu pai, cuja garagem ficava no mesmo quarteirão. O tal pneu estava sendo removido para assumir seu posto quando escapou das mãos do auxiliar de mecânico que o levava e desceu aquela escadaria desabaladamente. O problema é que meu irmão Eugênio, que na época não passava dos seis anos de idade, começava a subir a tal escada. E foi atropelado! Ficou ali, entre dois ou três degraus, desmaiado, com um fio de sangue saindo das narinas, uma cena patética. Para mim, ele tinha morrido. Mas tal não foi o caso: foi logo socorrido e levado para cima, onde foi estirado na mesa da sala.

Alguém pediu água para jogar-lhe no rosto e assim, supostamente, “acordar” o desacordado. Minha mãe, na afobação natural de mãe que vê seu filho em tal apuro, passou a mão na primeira vasilha que lhe estava ao alcance. Era uma chaleira realmente cheia d’água, mas quase fervente, deixada assim para completar o preparo do arroz que já estava no fogão. Uma daquelas coisas das quais depois se ri, mas na hora é puro horror. Mas o fato é que o desacordado acordou e no final deu tudo certo, até porque o verdadeiro predeterminado a acidentes na família não era bem ele, mas sim o irmão seguinte, João Mauricio, de quem se falará mais tarde e em momento adequado.



Em frente ao barranco, do outro lado da avenida Antonio Carlos, morava Dona Francelina Pires. Era uma casa imensa, um sobrado que algum dia deve ter abrigado algum tipo de comércio, pois tinha várias portas largas no nível da rua. Dona Francelina tinha alguma ligação com minha família, em Itabira, não sei bem qual. De toda forma, naquele purgatório de gente pobre ela era uma espécie de refúgio, alguns degraus acima da rua e do patamar das classes sociais. Ela era artista plástica, ou artesã especializada em esculturas e máscaras mortuárias. Tinha amigos ilustres, entre eles JK, que um dia a visitou, criando um engarrafamento inédito naquela Antônio Carlos tão pacata. Meu pai foi convidado a estar com ele, mas às crianças não foi oferecido tal privilégio. Mas não posso me queixar: anos mais tarde foi a minha vez de estar com Juscelino, pessoalmente – mas isso é história que fica para depois.

Dona Francelina, parece, havia “ganhado” uma indiazinha vinda de Goiás, como presente de seus amigos influentes, para lhe servir como doméstica ou dama de companhia. Coisas daquele tempo, em que a libertação dos escravos tinha pouco mais de meio século de vigência. Da indiazinha me lembro do modo engraçado com que falava a língua dos brancos, não pronunciando devidamente o “ão”, como em “pom” e “macarrom”, por exemplo. Parece que gostava

de comer “pom” com estrato de tomate (que em Belzonte, como se sabe, é tratado como “mas’tomate”). É tudo que me lembro dela, mas bem que gostaria de saber mais: teria voltado para Goiás? Ficou na civilização branca? Prosseguiu na carreira de neo escrava? Quem o sabe...

Dona Francelina tinha uma neta, Sandra, que mais tarde foi minha colega na Faculdade de Medicina da UFMG, com quem eu devo ter trocado uma ou duas palavras durante os anos que passamos quase lado a lado, na idade adulta. Na infância, brincamos bastante. O mundo é realmente pequeno, mas ganha foros de galáxia quando nele se instala da incomunicabilidade humana. Como demonstrou Antonioni, o cineasta.

Foi no cômodo comercial no andar de baixo da casa de Dona Francelina, onde funcionava um escritório da empresa de meu pai, que tomei conhecimento da morte de Getúlio, naquele fatídico agosto de 1954. Até então, o que eu sabia do presidente era uma brincadeira escolar que dizia: *you se lembra daquele embrulho?* Aos incautos que queriam saber a natureza de tal pacote era respondido: *das cuecas do Getúlio*. Mas naquele dia 24 não se estava para brincadeiras. Lembro-me, especialmente, de um homem negro, corpulento, que caminhava pela Antônio Carlos a fora, chorando e dando a todo mundo a infausta notícia: *morreu nosso pai!* Mas para mim foi uma morte sem velório e sem mais choro, a única imagem que guardei foi daquele homem em prantos pela rua. Em tempos sem televisão a memória da gente acaba sendo menos ativada. Ainda naquele tempo, às vezes, escutava no Repórter Esso, ouvido religiosamente em minha casa, o locutor falar de um tal de “Café Filho” e achava muito engraçado alguém ter este nome e também a revelação de que o café tinha um filho.

~

Naquela época, meu irmão Eugênio começou a revelar certa tendência que levou meu avô materno, Altivo, a proferir o vaticínio de que o neto iria ser médico. Isto porque era ele um emérito estripa-

dor de passarinhos, que ele caçava ou de alguma forma conseguia capturar. Gostava de dizer que tinha curiosidade em saber o que eles tinham por debaixo das penas. Suas inclinações anatômicas e mórbidas iam um pouco além: quando havia acidentes na Antônio Carlos (menos frequentes, certamente, do que hoje, mas ainda assim presentes) ele corria para ver a extensão dos danos e nos fornecia relatos pormenorizados, provavelmente exagerados do que vira no asfalto. Coisas como sangue, membros decepados, miolos e ossos expostos – para meu horror, que desmaiava algumas vezes diante de cenas mais impressionantes, mesmo uma simples narina a sangrar. Curioso é que acabamos virando médicos, eu e Eugênio.

Ainda na Lagoinha, na garagem dos ônibus da Viação Iapam, (sigla que englobava os diversos itinerários percorridos: IAPI, Aeroporto, Pampulha...), propriedade de meu pai, tios e avô Zezé, trabalhavam diversos mecânicos e auxiliares, abrigando também o movimento dos motoristas e cobradores. Naquele tempo, em que as roletas ainda não existiam, os cobradores faziam seus acertos diários de contas mediante a contagem das fichas de plástico entregues aos passageiros no ato do pagamento da passagem e apuradas em um “cofre” de recolhimento ao lado do banco de motorista. Era uma turma meio barra pesada, principalmente para os padrões de um garoto de família certinha de classe média como eu. Mas a verdade é que eu me divertia com essa gente, que me trazia uma amostra daquele mundo em que vivia, tão diferente e mais interessante do que o meu. Alguns deles provavelmente residiam na Favela Prado Lopes, logo ali ao lado da Antônio Carlos. Do primeiro palavrão a gente nunca se esquece e foi com eles que aprendi (e registrei em papel) uma rajada de impropérios, pelo que fui devidamente castigado por minha mãe.

Um desses trabalhadores, creio que mecânico, mais velho que os demais companheiros de trabalho, muito engraçado na fala, falava certa vez de um animal que conhecera no Zoológico de BH, ao qual ele denominava “cocota”. Um bicho muito grande, quase um elefante, só que mais baixo, de pele lisa e brilhante e olhos esbuga-



lhados “assim”. Fiquei curioso com um animal tão impressionante e gostaria de conhecê-lo também. Um dos meus tios me esclareceu: o nome verdadeiro do bicho era hipopótamo, que o nosso mecânico entendera como “cocota” – ou talvez dissesse isso para fazer graça mesmo.

Só quem conviveu de perto com uma garagem é que sabe as maravilhas que se escondem ali. Primeiro porque podíamos brincar ao vivo dentro dos ônibus, porque havia sempre veículos encostados, de tipos e marcas diferentes, nos quais encontrávamos diversões a que nossos amigos não tinham acesso. Tinha também os trabalhadores com seus casos e vidas diferentes da nossa. O monturo de peças usadas e descartadas era outra diversão, ali encontrávamos os cobiçados rolimãs, para montar aqueles carrinhos que fizeram história em uma era de brinquedos não industrializados. Aliás, lembro-me até mesmo de utilizar na confecção de um desses bólidos, rolimãs novinhos, ainda em suas caixas originais, da marca SKF – não sei como vinham parar em nossas mãos. Meu irmão João era um experiente garimpeiro nesses montes de preciosidades, dali retirando objetos diversos, que na criatividade infantil própria de nossa época se transformavam em uma variedade de brinquedos. Até armas havia... Lembro-me de um dia que um dos mecânicos, para me chatear, me ameaçava de cortar aquela parte do corpo que é tão cara aos machos em geral. Era uma brincadeira sem graça, mas repetida, até que um dia achei no chão um objeto circular, provavelmente um disco de embreagem, e o atirei no engraçadinho, à moda de um discóbolo olímpico. A pontaria foi boa e lembro que provoquei um belo risco no pescoço do sujeito, vejam só. Acho que ele foi reclamar com meu pai, mas não obteve nenhum sucesso em conseguir uma punição para mim – pelo menos dessa vez.

A avenida Antônio Carlos ainda tinha em sua volta muitas áreas baldias. Em um terreirão, resultado de um corte irregular num barranco mais adiante, no local onde hoje se ergue o Hospital Belo Horizonte, antes chamado Santa Mônica, havia um campo de futebol. Sem grama, com traves meio tortas, sem demarcações. As

arquibancadas eram formadas pelo próprio barranco, deixado de propósito como um plano inclinado pelos tratores que um dia fizeram a terraplanagem, quem sabe para outra finalidade. Mas ali se disputavam renhidas partidas nos domingos – o futebol de várzea, tão tradicional em BH, nos seus dias de glória. E para ali íamos, geralmente em companhia de um de nossos tios mais jovens para assistir as pelepas. O estoque de palavrões nos ia aumentando a cada dia, mas agora certamente mais contidos já não os registrávamos explicitamente, evitando a repressão familiar. Em um desses jogos, Eugênio, ainda em má fase de sorte, com certeza, recebeu uma bolada na cara que o fez desmaiar – de novo. Mas na verdade não me lembro bem do que veio primeiro, se o pneu ou aquela bola mal chutada. Por via das dúvidas fomos proibidos de frequentar aquela arena tão perigosa.

A favela da Pedreira Prado Lopes ficava a poucos metros de onde morávamos. Poucos metros mesmo, literalmente. O muro de trás de nossa casa já era limite da favela. Mas lá nunca fomos, terreno absolutamente proibido e perigoso que era. A Pedreira, eu soube depois, era um sítio remanescente do período de construção da cidade, meio século antes. Depois foi abandonada, não sei se por ter se inviabilizado a extração da matéria prima ou porque a pressão populacional dos recém-chegados pobres e desempregados, vindos dos quatro cantos das Minas Gerais, começara a aumentar radicalmente. E a favela se fez, crescendo como uma infecção pelos paredões de pedra, ao ponto de praticamente escondê-los. De fato devia ser perigosa a Prado Lopes, com seus botequins, suas mesas de sinuca, suas rodinhas de jogo de palitos. Lá a polícia talvez nem entrasse, porque a marginalidade era totalmente circunscrita a seus limites pedregosos. Mas o certo é que nada, mas nada mesmo, se compararia ao que ela deve ser hoje, com o tráfico, a polícia corrupta, as gangs. Ali talvez se aplicasse o dito do sambista: *ali se abraça o inimigo* – coisas passadas, de um tempo em que Ubaldo era o goleiro do Atlético Mineiro e o Vila Nova campeão estadual...

Rua Juazeiro, 153, ainda na velha Lagoinha. Essa uma despencava a pique dos altos que dividiam o nosso território da Concórdia e da Renascença e jogava suas enxurradas na artéria da Antônio Carlos. A casa agora era melhorzinha, um sobrado na verdade, no qual moravam duas famílias; nós no segundo andar. Esta moradia, ao contrário daquela outra da “artéria”, está lá até hoje. Já levei meus filhos pequenos para conhecê-la externamente e eles não deixaram por menos: *puxa, mas você já foi pobre, hein papai?* Morávamos no segundo andar, mas havia uma escada nos fundos, que nos dava acesso a um pequeno quintal. Acho que ali só o capim crescia, nós pouco o frequentávamos. O que me parece ter sido a lavoura mais produtiva ali foi uma planta em rama, formando bela touceira dentro de uma bacia, que ficou abandonada por várias semanas em um canto, durante uma fase que minha mãe ficou doente e fomos morar na casa de minha avó. Ao voltar, descobrimos aquela moita de folhas largas e avermelhadas, como um vaso ornamental. Era batata doce e descobrimos que a sementeira tinha sido obra de nossa babá, Maria da Consolação, talvez nostálgica de suas origens rurais, em Santa Maria de Itabira.

Na rua Juazeiro, mais familiar do que a avenida mais abaixo, descobrimos o que é ter amigos, pois havia crianças de nossa idade por todo lado. Lembro-me especialmente de dois: Wander, que apanhava da mãe como um desesperado, sem gritar e Lívia, uma baianinha faceira que morava no andar de baixo.

Na Lagoinha, iniciei minha vida escolar, mais precisamente em um finado Instituto Rex de Educação, que ocupava humildemente um ou dois apartamentos térreos do famoso “Conjunto do IAPI”, sobre o qual pretendo divagar um pouco, mais adiante. Dona Maria Alves Ribeiro foi minha primeira professora. Ela não era propriamente um daqueles anjos de beleza que costumam marcar as crianças recém ingressadas na escola. Mas, ao que me lembro, era simpática, sorridente e muito carinhosa com seus pequenos discípulos. Mas,

malgrado meu, Dona Maria Primeira, a Queridíssima, teve um problema de saúde e teve que se afastar, deixando em seu lugar uma coitada que logo recebeu, gratuitamente, meu desprezo. Afinal, a entrada na escola é um rito de passagem dos mais significativos na vida de uma pessoa, como o casamento e a entrada no mercado de trabalho, talvez, e qualquer perturbação pode ser fatal. Foi o meu caso. Fiquei completamente desinteressado em aprender alguma coisa, além de revoltado, e dei para fugir da escola e circular a esmo pelas vias do IAPI. Fui levado a algum psicólogo, terapeuta ou orientador? Claro que não! Estávamos nos anos 50 e no inconsciente coletivo talvez reinasse a impressão de que tudo, mas tudo mesmo, era melhor do que um campo de concentração ou uma guerra. De maneira que tive que voltar ao Rex e, a duras penas, ser alfabetizado, além de domesticado.

A nova professora atendia por Dona Diva, moça nova e muito empetecada. Dela me lembro de apenas detalhes: que nos ensinou gloriosamente a fórmula da pasta de dente (que na época se chamava dentifrício...) e do terrorismo que fazia a respeito dos segredos de Fátima e da guerra civil que se ameaçava na vizinha Argentina (um golpe militar contra Peron), que poderia também chegar ao Brasil. Cruzes! Dona Maria Alves Ribeiro fez falta, realmente.

Ah, o popular Conjunto do IAPI. Era um projeto habitacional, verticalizado, destinado aos trabalhadores segurados do antigo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários. Vi certa vez em Porto Alegre um conjunto habitacional também conhecido como IAPI – igualzinho ao sobredito belorizontino. Certamente uma tendência da era do Estado Novo, com uma arquitetura que, pelo jeito, tinha inspiração fascista. Naquele tempo a classe média melhor situada não fazia diferença entre “favela” e “IAPI”, resultado de uma atitude de bastante má vontade e preconceito. Piadinha da época: *se peito de mulher buzinasse ninguém conseguiria dormir no conjunto do IAPI*, afirmativa também eivada de preconceito contra as pobres

moças operárias da indústria que ali residiam. O IAPI não deixava de ser um projeto original e até mesmo revolucionário. Os prédios eram rigorosamente iguais na altura e nas fachadas, embora tivessem apartamentos de diferentes dimensões, proporcionais ao tamanho das famílias. Não havia elevadores, mas os prédios eram unidos por passarelas entre eles, em diferentes andares, algumas delas dando direto para a rua, aproveitando o forte desnível do terreno no entorno. Isso possibilitava que alguém poderia entrar diretamente no quarto ou no quinto andar, sem subir escadas, e se locomover pelo alto até chegar a seu bloco e aí, então, como um movimento de pernas bem menor, chegar até seu apartamento.

O IAPI, para quem o conhece hoje, já não é mais a selva de concreto detonada e sem paisagismo dos anos 50; foi todo reformado, os prédios mostram fachadas pintadas em cores diferentes e equilibradas, as esquadrrias foram trocadas por alumínio e a classe média que ali habita provavelmente não trocaria por nada o conforto de morar perto do centro da cidade e a facilidade de acesso produzida pelos BRT da Antônio Carlos. Quem conhece a área sabe do que estou falando.



Na mesma época, minha formação católica se impôs e eu me tornei coroinha na Igreja de São Cristóvão, ainda em construção dentro da área do IAPI. O pároco era o Padre Carlos Vaz de Mello, de tradicional família não só da própria Lagoinha como de Belo Horizonte. Vaz de Mello era durão e meio grosseiro também. Fuzilava com os olhos e depois com doloridos “coques” os pobres coadjuvantes que não respondiam adequadamente àqueles *sursum corda* e *dominus vobiscum*. Porque era em latim que a missa era rezada – e ajudada! Certa vez, em uma sessão de cinema promovida pela Paróquia, o terrível Padre sentou-se do meu lado no escuro e começou a perguntar coisas que eu não entendia bem, como se me cobrasse confissão. Por sorte a fita cortou-se ou o filme acabou e eu penso que acabei escapando de algum tipo de assédio, embora não possa afirmar que

tenha sido daquele que se denuncia com frequência hoje, em toda parte, envolvendo representantes da Santa Madre.

O IAPI continha em si o mundo da espiritualidade, com a igreja de São Cristóvão e o da carnalidade, para levar a sério aquela história do buzinaço noturno. Mas do lado de lá da via principal, a emblemática Antônio Carlos, morava a cultura. Ou o que mais nos aproximava dela, o Cine São Cristóvão. Era enorme o cinema, parte da maior rede de cinemas da cidade, propriedade de um notório Antônio Luciano, que talvez possa ser redimido de seus pecados financeiros e carnavais por ter oferecido à cidade, em doses maciças, por sinal, a magia do cinematógrafo. E fazer parte da maior rede de cines da capital dava ao São Cristóvão o status de sempre trazer bons filmes. Notas de redação: uma, cinema, naquela época não ficava nos shoppings; duas, muita igreja universal que se vê por aí já foi cinema, inclusive aquela que fica (ou ficava?) defronte ao Conjunto do IAPI, que já teve outro padroeiro – o meu querido São Cristóvão. Naquele ambiente distante do conforto acondicionado e aveludado dos cinemas de hoje, naquelas cadeiras toscas de madeira curva, eu vi filmes que me marcaram. Desde Fantasia de Disney até os incontáveis seriados de bang-bang e ação (com muitíssimo menos sangue e ação em relação aos filmes de hoje). E assim, num natal dos anos 50, ganhamos de presente, eu e meus irmãos homens, um verdadeiro *kit faroeste*, constituído de revolver, coldre, cinturão, estrela de xerife e outros apetrechos, o que nos credenciou a frequentar as matinês de domingo no cinema assim *pilchados*, como dizem os gaúchos. E a saída das tais sessões dominicais se dava como um tropel desatinado ou o estouro de uma boiada, de uma tropa de hunos, com caubóis e peles vermelhas encarnados na molecada, aos gritos, silvados de balas e palavras em inglês recém aprendidas, embora de significado ignorado. *Camonibói* era uma delas...



Ainda nos tempos da Juazeiro uma cena memorável. Certo dia eu e meus irmãos homens capturamos um cigarro Luiz XV de meu



pai, sem que ele visse. Feito isso, esperamos que os adultos saíssem ou se concentrassem em suas atividades normais e fomos desfrutar da maravilha no saguão, no andar de baixo do sobrado, onde haveria mais privacidade. O que não esperávamos é que nossa irmã Myriam, então caçula, e das mais típicas, insistisse em nos acompanhar. Como fazia parte de nossas tarefas tomar conta dela, principalmente por causa das escadas, logo percebemos que era impossível nos livrarmos da criatura. A solução foi pedir-lhe sigilo a respeito do que iria presenciar – ou já estava presenciando. *Certo assim, Myrinha? Certo...* O compromisso durou até que minha mãe veio dar uma olhada, como de hábito, naquele conciliábulo silencioso e suspeito. Dona Favita nem teve tempo de sentir o cheiro da fumaça do Luiz XV, já devidamente sovertido. A caçulinha prontamente avisou: *eles fumou*. Palmadas e outros castigos sobrevieram, com a caçula promovida, agora, de vigiada a vigia.

No novo universo da Juazeiro meu raio de ação ampliou. É que eu já havia feito oito ou nove anos e ganhara permissão para sair sozinho, para comprar pão, por exemplo, mas também para dar uma circulada por conta própria. De alguma forma meus roteiros passavam sempre pela rua Manoel Macedo, que fazia esquina com a Juazeiro logo abaixo de onde morávamos. Esta já era uma rua, digamos, bem formada, com poucos lotes vagos e casarões até apresentáveis. Em uma esquina mais adiante, em direção à rua Formiga, havia o Restaurante Lanterna Azul, que me impressionava muito, com suas mesas que me pareciam muito elegantes, cobertas por toalhas azuis, com imitações de lampiões pelas paredes e cortinas nas janelas com evidente propósito de dar privacidade a seus frequentadores. Muito romance clandestino deve ter rolado ali. Era certamente um recanto da velha Lagoinha boêmia, mas talvez um pouco mais refinado do que o restante dos estabelecimentos da área. Falar nisso, não é a toa que aquele copo comum, com frisos verticais, é chamado de “copo Lagoinha” em BH – e nele se bebe tanto cerveja como cachaça, pelo menos naquelas paragens.

O Lanterna Azul me impressionava, também, por me lembrar o ambiente de um livro, talvez uma adaptação, que eu lera recentemente, o *Moby Dick*. Aquilo ali me parecia uma daquelas tavernas onde se reuniam marinheiros, com o Capitão Ahab pontificando numa mesa ao fundo, arregimentando a tripulação para a caça à terrível baleia branca. Anos mais tarde fui aos Estados Unidos e visitei a região da cidade personagem do romance de Melville, Nantuckett. Em New Bedford, que fica nas proximidades e é também uma cidade portuária e baleeira, realmente pude ver alguns estabelecimentos realmente parecidos com aquele que me marcou a infância.

Se o tal passeio avulso me levava um pouco mais longe eu chegava até o Mercado Popular da Lagoinha, situado do outro lado da Antônio Carlos, em direção ao Centro, mas ainda dentro do território que me era permitido circunvagiar. Às vezes também ia pela obrigação de fazer compras para o almoço da família. Confesso que nunca vi um lugar tão sujo e descuidado como aquele, ganhando, em tal quesito, até mesmo do velho Mercado Central, sempre lembrado com romantismo (inclusive por mim), mas que não era nenhum paradigma de asseio e organização à época. Havia ali um tipo de verdura da qual nunca mais ouvi falar e nem tampouco esqueci: *maria gomes*. Será que ainda existe; alguém conhece?

Voltei ao tal Mercado Popular faz poucos anos, guiado por meu filho Mauricio, especialista em Lagoinha e em Patrimônio Histórico e mal o reconheci. Aliás, com a recuperação da fachada e do pátio interno descobri nele um belo exemplar arquitetônico, não sei de que tendência ou modismo. O *google*, sempre ele, me informa que o Mercado Popular foi inaugurado em 1949, que é verdadeira referência na história da economia e da cultura local, tendo adquirido, nos anos 2000, nova vocação. Ali funcionam hoje uma padaria escola e uma cozinha pedagógica, iniciativas voltadas para a qualificação e a formação de mão-de-obra.

Um pouco mais tarde meus domínios se expandiram mais ainda. É que foi exonerado o Instituto Rex e eu passei a estudar no Grupo Escolar Silviano Brandão, na rua Itapecerica, uma via paralela à

na Antônio Carlos, alguns quarteirões adiante do Mercado Popular, que até então era meu limite de andança solo. Era 1957 e o mundo começava a mudar, com Elvis Presley, Nikita Krushev, JK, Buddy Holly, Jacques Brel, Fernando Sabino e outros. Em Liverpool novos acordes de guitarras a *fender* os ares. Na verdade, eu pouco ou nada sabia disso, mas a mudança que eu vivia já era o bastante. No início meu pai me levava, junto com Eugênio, à aula no Silviano Brandão a bordo de seu valente Chevrolet Fleetmaster. Mas tal mordomia logo acabou e a partir de então íamos os dois, eu na condição de guia, por ser mais velho. De quebra levava às vezes João Maurício a seu Jardim de Infância, na Antônio Carlos, que funcionava em um sobrado de esquina, próximo ao SENAC, local mais tarde transformado em hotel fuleiro, suspeitíssimo.

Neste mesmo ano nasceu Claudia, minha irmã mais nova e minha mãe teve complicações graves decorrentes de sua primeira e única cesariana. Por alguns meses o endereço da rua Juazeiro foi abandonado e passamos a viver, eu e meus irmãos, na casa de meus avós maternos, na Serra. Minhas funções de guia escolar não só se mantiveram como se ampliaram, em termos geográficos. Agora eu juntava a citada tropa e os levava e trazia diariamente no trajeto Lagoinha – Serra. Nada menos do que três conduções se faziam necessárias: ônibus até o Centro, descida na Feira de Amostras (onde fica a atual rodoviária de BH); novo ônibus, o Avenida, até a altura da Prefeitura Municipal, na Afonso Pena e daí o ônibus Serra, que nos deixava na altura do número 750 da rua do Ouro. Às vezes o trajeto do Avenida era trocado pelo bonde, aventura completa! Deu tudo certo, não tanto pelos meus méritos de guia, mas pela tranquilidade e pela bonomia da Belzonte daqueles tempos. Que nunca mais voltaram.

Mas a rua Itapecerica merece mais. Ela era o centro de uma Lagoinha mais profunda e tradicional, diferente daquela periférica e “indus-triária” da Juazeiro e adjacências. Bonita não era, com seus muitos prédios desajeitados e as portas de ferro de um comércio meio marginal, de móveis usados, roupas baratas, ferro velhos,

peças de automóveis. Segundo soube depois, alguns prostíbulos também. Um casarão me marcou na ocasião e me pergunto se estaria de pé até hoje. Quem sabe? Ele tinha sobre seu frontão uma escultura representando uma loba e duas crianças, referência clara a Roma e à Itália. Aliás, esta era uma característica daquela rua e seus arredores, ser local de residência de família italianas, judias e talvez de outras nacionalidades e etnias. Os italianos nos seus ofícios de artesãos, com suas oficinas anexas às próprias residências. Meus colegas Scarpelli e Vanucci, no Silviano Brandão, tinham tal extração, com certeza. Os judeus, soube depois, dominavam os brechós e comércio de móveis usados da Itapecerica, principalmente em seus quarteirões iniciais. Uma dessas portas de comércio me deixava curioso, uma oficina ou marcenaria cujo proprietário colocara seu próprio nome como designativo do estabelecimento: “C. Aníbal Branco”, que eu para sempre entendi como *canibal branco*.

A rua Itapecerica tinha outro atrativo: era o caminho do bonde, de longo itinerário, pois perpassava toda a Lagoinha e ia se perder nos longes dos bairros Bonfim e Santo André, talvez mais além. Assim como os times do Vila Nova de Nova Lima, do Siderúrgica de Sabará e do Valério de Itabira, os bondes acabaram, não passam mais. Muitas vezes fui para a escola neles, pagando uma mixaria de tostões, apreciando de verdade aquele transporte barato e divertido, depois substituído pelos fumacentos ônibus movidos a diesel. A Iapam fazia o mesmo trajeto deles e certamente levava a melhor, pois apesar de serem baratos eram inconstantes e provavelmente muito mal administrados. Figura notável no bonde era o cobrador (que em BH era chamado de trocador), sempre se equilibrando nos estribos laterais, eternos pingentes, espertos como ninguém diante da proximidade de um poste. O cobrador tinha uma função adicional: recolocar a alça de contato elétrico no fio, quando ela escapava – acontecimento frequente, diga-se de passagem. Passageiros também eram transportados nos estribos; para quem não conheceu tais geringonças vai a informação: boa parte dos bondes eram abertos nas laterais e os estribos eram considerados lugares apropriados de se viajar. Quem já esteve em Santa Tereza, no Rio, sabe do que estou

falando. Diversão meio besta, mas sempre apreciada pela molecada, era colocar filas de pedrinhas na canaleta dos trilhos e vê-las transformadas em pó com a passagem do bólido elétrico.



A década de 50 chegou ao final e com isso fomos embora da Lagoinha. Para felicidade de minha mãe, o novo bairro agora tinha mais “classe”. Mas isso, é claro, dependia do ponto de vista... E assim fomos morar no Prado, de novo, mais exatamente na rua Chapecó, no quarteirão entre Cuiabá e Turquesa, agora em apartamento próprio, térreo e com um enorme (para a visão infantil das dimensões) quintal cimentado.

Mas não devo ainda falar dessa nova etapa no Prado sem deixar a memória flutuar pela geografia que se impregnou em mim. E entre a Lagoinha e o Prado (meio de ladinho, é verdade) havia a Floresta, lugar em que, na verdade, também tenho algumas raízes. Minha mãe morou no bairro, quando adolescente, na década de 30 e narrou suas peripécias de então, de modo muito bacaninha, aliás, no seu “Conversando com a Saudade”. Meu avô Altivo veio de Itabira para tratar de “um problema do pulmão” (os arquivos familiares se calam quanto a detalhes) e a enorme família de quase uma dezena de filhos ficou morando em uma casa da rua Silva Jardim, ao lado da Igreja, casa construída pelo meu bisavô, Carlos de Paula Andrade. Minha mãe estudou na escola que fica atrás desta rua, de frente para uma pracinha, junto à Av. Assis Chateaubriand, melhor dizendo Tocantins, prefiro não me acostumar com estes nomes novos de ruas em BH. Anos depois, voltou para Itabira, namorou, casou e *me teve*, o que me faz sentir um pouco *da Floresta* também.

Mas como tudo tem a ver com tudo e assunto puxa assunto, me lembro de uma piadinha politicamente incorreta dos anos 50, contada na TV Itacolomi por um cidadão chamado Rômulo Paes, uma personalidade da BH daqueles tempos, uma espécie local de Stanislaw Ponte Preta e autor de frase famosa: “a vida é boa, a vida é esta: descer Bahia, subir Floresta”, numa alusão ao contraditório da

juventude belzontina, sempre em trânsito entre o que era *society* (a rua da Bahia) e o que era *bas fond* (as ruas vizinhas da Floresta). Sem mais prolixidade vamos à tal estorinha: certo candidato a vereador pelo simpático bairro pichava nos muros o slogan: “*nasceu na Floresta, viveu na Floresta, fará tudo pela Floresta...*”. Até que um gaiato adversário começou a completar “*...pode matar que é bicho*”. Ecologicamente incorreta, não? E politicamente incorretíssima, sem dúvida. Mas isto são apenas histórias de uma BH que já acabou. Saudosismo a parte, porque nasceu outra BH muito interessante também, talvez até mais sedutora, em alguns aspectos – na moda e no futebol por exemplo. Violência urbana não entra na equação, pois passou a existir em toda parte deste país.

Belo Horizonte é cidade personagem em minha vida, sem dúvida. Lagoinha, Carlos Prates, Floresta, Prado formam partes de um caleidoscópio que ainda me ativa as emoções. Hoje percebo, um pouco assustado, que vivi na cidade pouco menos do que a terça parte de minha vida, o resto fora dali, em Uberlândia, Rio de Janeiro e, principalmente, Brasília. Mas há muitas lembranças vivas, registradas nessa minha crônica dos anos 90.



Mas voltando ao bairro do Prado, nesta nova etapa vivi grandes acontecimentos, antecédidos por verdadeiro rito de passagem. Em uma das minhas primeiras incursões pelo quarteirão, na rua Chapecó, me vi rodeado pela garotada local, que era numerosa, boa parte regulando comigo na idade. Não deu outra, me olharam de banda, foram retribuídos com a mesma mirada e aí, nem sei como começou, a pancadaria comeu solta. A mim foi dado encarar o líder, de nome Paulo Ernesto, um garoto boa pinta, de olhos verdes e cabelos pretos como as asas da graúna. O cara era mais escolado do que eu (que, aliás, nunca tinha brigado na rua...) e aí, devo confessar, apanhei feio... Bons tempos que isso não era chamado de *bullying*, mas considerado apenas como um ritual necessário para

ser aceito e compartilhar o status de membro do grupo ao qual se chegava.

E foi assim: Paulo Ernesto se transformou, dias depois, em um dos meus melhores amigos e, na sequência, todos os demais membros do bando, os Barroca Marinho, os Alves do Valle, os Dilly, os Froes, os Tonucci e mais uns outros de cujo sobrenome não me lembro, como o Zé Reinaldo e o Curuca. Do primeiro (e definitivo) Clube da Esquina a gente não se esquece. E nosso clube tinha por sede um lote vago defronte ao prédio em que morávamos na Chapecó, de modo que era só atravessar a rua para se chegar ao “escritório”, abrigado debaixo de um frondoso pé de mamona, que nos fornecia também munição espinhenta para os combates (alegóricos ou nem tanto) que travávamos amiúde. Doutra forma não seria possível aliviar o extravasamento de tanto hormônio adolescente. Ali, na sombra de tal arbusto, rolaram as primeiras conversas que fizeram a mim e a meus irmãos deixar para trás, definitivamente, a inocência que a pecaminosa e plebeia Lagoinha não tinha conseguido retirar. Eu já havia aceitado o final do Papai Noel alguns anos antes, mas confesso que deixei de acreditar na Cegonha somente a partir deste momento.

Mas o fato é que eu era agora membro da matilha e estava muito feliz por isso. As porradas que recebi ficaram inteiramente esquecidas, não deixaram mágoas nem cicatrizes.

∞

O grande acontecimento da década foi a Copa de 58, a primeira em que eu me liguei e torci, de fato. Jogos ouvidos pelo rádio, claro, com a porção masculina da família, meu pai inclusive, ali coladinhos ao aparelho, como se este fosse uma espécie de altar. E que ninguém falasse ou de alguma forma alterasse o estado de união necessário à boa torcida. Podia ser punido com a expulsão do cenário. Além disso, já bastava aquele rádio velho que saía da sintonia a todo momento. Só pude ver os gols espetaculares de Pelé, os passes de Didi, as corridas espantosas de Zagalo e as “dibras” miraculosas

de Garrincha alguns dias depois. À noite, na TV, só as famigeradas “radiofotos UPI”, que mais pareciam retratos de tempestades, cheios de riscos e sombras cinzentas, onde mal e mal se via o que era gente, o que era bola, o que era torcida. Depois de cada jogo, cabia comemorar no quintal ou na rua. E desde então me tornei um pirotécnico apaixonado, pois o instrumento de delírio eram as famosas bombinhas “cabeça de negro”, riscadas às dezenas, sem preocupação com qualquer risco ambiental ou pessoal, sendo que algumas até mesmo explodiam antes de serem jogadas no chão, sapecendo nossas mãos. E tome bombas servindo como propelentes de latinhas de massa de tomate, que subiam aos céus gloriosamente, lembrando os Sputniks russos, surgidos na mesma era, voltando ao solo viradas pelo avesso. Era tudo festa!

A Copa de 58 se desdobrou em Maria Esther Bueno e Eder Jofre e assim todos os brasileiros passamos a acreditar que éramos mesmo os tais. E de quebra ainda tivemos o carisma de JK, os fuscas e as vemaguets, seguidos da inauguração de Brasília e do bicampeonato no Chile, em 1962. Éramos todos felizes, sem saber. A década de 60 ainda não havia mostrado suas garras, abril de 64 ainda estava longe, Kennedy era uma promessa radiante e eu praticamente nunca estivera diante de perdas familiares, salvo a de minha avó Ermelinda.

A eleição de Jânio, em 1960, foi outro dos acontecimentos marcantes daquela temporada. Deu início, aliás, a importantes mudanças na política brasileira, que de certa forma deixaram sua marca no mundo infantil da Chapecó e do todo o país. Em 60 se inaugura Brasília e Jânio é eleito; em 61 o mesmo pega sua vassoura e vai embora; em seguida a reação conservadora, o parlamentarismo, a volta de Jango, o clima confuso cheio de marchas e comícios, contra e a favor. Em 1964 vem o que todo mundo já esperava.

A campanha Lott x Jânio empolgou a molecada da Chapecó. Catávamos panfletos e cartazes pelas ruas e montávamos nossos comitês eleitorais, rigorosamente divididos entre UDN e PSD. Eu era Jânio, tendendo pelo lado assumido por meus avós e tios maternos, que



acreditavam realmente que o preço da liberdade era a eterna vigi-  
lância. Meu pai, juscelinista de carteirinha e homônimo do então  
candidato a vice-presidente, era Lott e creio que Eugênio e os de-  
mais o seguiram. Ainda me ecoam na mente os jingles eleitorais  
da época: *eleitor não vote, na urucubaca do Lott*, ou então *varre,  
varre, varre vassourinha*. Tinha também um *desta vez vamos com  
Adhemar*, mas quase não contava, sendo tal candidato solenemente  
ignorado nos comitês da Chapecó. Gente rolou pelo chão em dispu-  
tas para ver quem tinha o melhor candidato. Veio a eleição de três  
de outubro, Jânio levou a melhor, com aqueles famosos seis milhões  
de votos e voltamos todos a ser os amigos de sempre, até que outra  
disputa nos separasse.

Disputas, aliás, não faltavam, principalmente de caráter esportivo.  
Ainda não estávamos em idade de desafios que envolviam o sexo  
oposto. O futebol de rua era uma dessas disputas, das mais ardo-  
rosas, por sinal. Mas as peladas nem sempre ocorriam na rua, com  
aquele calçamento horroroso de “pé de moleque”, que mais nos fa-  
zia tropeçar e desviar a bola. O palco das contendidas frequentemente  
se deslocava para o quintal cimentado de nosso apartamento, um  
tanto em declive, mas mesmo assim adequado para a prática fu-  
tebolística, pelo menos com tais atletas. O perigo era uma caixa  
d’água na linha de fundo, com seu meio metro de altura, tampada  
por uma chapa metálica que deixava arestas cortantes para fora.  
Logo aprendemos a driblá-la, também. Coisa que jamais me confor-  
mei foi o fato de que joguei as mesmas peladas do que Eugênio; a  
diferença é que ele virou craque, eu nunca passei de irremediável  
perna de pau.

Disputávamos com afinco, também, corridas de tobogã, na rua  
Cuiabá, na qual existia um marcante declive entre a Chapecó e a  
Francisco Sá. Curiosamente, voltei a tal cenário em idade adulta e  
não achei a descida tão acentuada assim, mas o que vale, aqui, são  
as lembranças da infância. Pois bem, em tal declive, devidamente  
forrado pelos indefectíveis pés de moleque, por incrível que pare-  
ça, conseguíamos deslizar velozmente em chapas de compensado

ou papelão grosso, á moda do que se chama hoje *snowboard*. E  
desse modo competíamos em diversas modalidades, tais como ve-  
locidade, manobras e capacidade de se manter em cima da exígua  
superfície. Não havia disputa a respeito de quem se machucasse  
mais – ou menos – isso era totalmente irrelevante, ou melhor, fazia  
parte do esporte.

Esporte alternativo era o dos carrinhos de rolimã, modalidade em  
que nós, os Goulart, éramos uma espécie de Enzos Ferraris, pois  
dispúnhamos de um manancial tecnológico à nossa disposição, na  
garagem da Viação Ermelinda. Aqui me curvo à boa vontade e à  
cumplicidade incondicional de nosso tio Lauro Goulart, que sempre  
arranjava um jeito de nos suprir dos valorizados SKF, às vezes até  
retirados diretamente de suas embalagens originais.



Estávamos no final dos 50 e não poderíamos passar distantes de  
uma onda de globalização da época. *One two three four five: rock  
around the clock*, Bill Halley e seus cometas endiabrados. Tinha El-  
vis também, claro, além de muitos outros. No Brasil, Cely Campelo  
(*Estúpido Cupido*) e Ronnie Cord, com sua história do biquíni de  
bolinha amarelinha. Roberto Carlos dava seus primeiros vagidos  
e dele escorreu uma coisa grudenta que nos pegou a todos: *quero  
me casar contigo, não me abandone tenha compaixão*. Romântico,  
desde o começo e como sempre. Na época, meus primos Castilho  
Santos (Chico Marcos, Mani, Elisa e Cristina) assistiram no ginásio  
do Minas Tênis Clube a ninguém menos que uma outra grudenta da  
época, a americana Brenda Lee, com seu hit, não sei se único, *Jam-  
balaya on the bayou*, cuja letra sempre foi sujeita a paródias meio  
escatológicas. Os supracitados primos tinham um pai abonado e  
liberal, meu grande padrinho Duílio, de modo que podiam surfar  
em todas as ondas, coisas a que nós do apê térreo da Chapecó não  
tínhamos acesso. Lembro-me que só *Rock around the clock*, no ci-  
nema, eles assistiram meia dúzia de vezes. Se inveja matasse... Mas

tudo bem, éramos todos felizes por igual, mesmo apesar dessas diferenças no poder de consumo.

E por falar em consumo a era da Chapecó foi também de entrada da família neste mundo maravilhoso, pois passamos a dispor de TV e geladeira. Eletrola, não: só veio bem mais tarde. Não posso me esquecer do Natal em que a Frigidaire chegou em nosso lar, seu vulto quase solene na copa, o ar fresquinho que nos escorria pelas pernas quando parávamos extasiados diante dela aberta, como um oratório (*fecha a porta, menino, pra não gastar muita energia e perder o gelo!*) e, principalmente, o cheiro luxuoso de uvas Niágara que foram compradas especialmente para estrear o fabuloso eletrodoméstico – e também, certamente, porque era época de festas. Enfim, foi um Natal inesquecível.

Quanto à TV não posso afirmar com certeza se ela chegou quando morávamos no Prado ou ainda na Lagoinha. Só sei que foi em torno de 1957, quando ganhamos outro “objeto” na família, a nova caçulinha Claudia, conhecida intimamente como Cuíca. Objeto-zinho muito querido por sinal, embora aumentasse o trabalho de babás que os irmãos mais velhos faziam, sob minha coordenação, obviamente, por ser o primogênito. Claudia padecia de certas intolerâncias gastrointestinais que obrigavam minha mãe a produzir hectolitros mensais de água de arroz, remédio muito popular na ocasião, mesmo por recomendação médica. O resultado pior de tudo isso nem eram as dúzias de fraldas permanentemente penduradas nos varais e nas janelas, mas a produção exuberante de arroz doce, subproduto da fabricação da tal fórmula mágica, o que me fez enjoar para sempre desta iguaria. Em suma, em casa onde raramente tínhamos sobremesa, esta passou a ser compulsória, mas sempre arroz doce. Cruzes! Cuíca nos deve esta...

Mas eu falava de televisão e de sua chegada em nossa casa. A principal lembrança é a de um indiozinho com cocar em formato de antena, o ícone da Itacolomi, canal quatro, emissora da rede Asso-ciada, que antecedeu a Globo no monopólio das comunicações no Brasil. O curumim ficava horas sendo exibido, sem movimento e

sem música, em preto e branco. Isso queria dizer que havia problemas técnicos sendo resolvidos nos altos do Edifício Acaiaca, onde ficava a sede dessa única emissora de BH. Mas havia uns programas legais, todos produzido localmente e de forma meio amadora, mas digna. O *Circo Bom Bril*, nos sábados à tarde, tinha o palhaço Moleza e seu ajudante, o anão Meio Quilo, como atrações principais. Moleza era italiano, falava com certo sotaque e veio a ser pai de Toninho Cerezzo (e avô de Lea T., vejam só). Aliás, o futuro craque da seleção iniciou sua carreira, por assim dizer, pública, no Circo Bom Bril, como partner do pai. Outras atrações da Itacolomi eram um dramalhão semanal chamado *Esta é a sua vida*; um teleteatro de suspense, *A Garrafa do Diabo*; um quadro humorístico até bem sucedido em fazer rir, *Seu Encrenquinha*, além de outro, também de humor, no qual o futuro Zacarias, dos Trapalhões, fazia um advogado de defesa, meio abichalhado, num júri bem no estilo Zorra Total – em televisão nada se cria... Uma vez por semana Juca Chaves fazia um programa de música e piadas na TV; este era de agrado geral: *Brasil já vai à guerra, comprou um porta aviões* ou ainda *Por quem sonha Ana Maria nesta noite de luar* – eram os hits do momento.

## Uma casa

Lembrança forte dos anos 50: a casa de meus avós maternos na rua do Ouro 750, no Bairro da Serra, em Belo Horizonte. Ela está até hoje em meus sonhos e nem preciso estar dormindo para que ela venha me encantar. A rua era pacata e silenciosa, pelo menos no tempo que a conheci. Os poucos carros, trafegando em mão dupla não exigiam cuidados especiais em sua travessia a pé. O bairro, por sua vez, não era grande nem movimentado. A cidade, aliás, terminava logo ali, poucos quarteirões rua acima.

Esta é uma casa especial. É preciso conhecê-la em seu ambiente, antes de entrar. O terreno vai de uma rua a outra. A rua dos fundos, aliás, só apareceu depois. Havia, em seu lugar, um córrego

encachoeirado, modesto em seu cotidiano, mas violento e ruidoso quando caíam chuvas no alto das montanhas, da Serra do Curral, que guarnece a cidade, de onde ele despencava, entre moitas de capim e matações de minério de ferro. As casas vizinhas, coetâneas desta, têm, todas elas, grandes quintais, dispostos paralelamente, como capitânias hereditárias.

Entremos na casa, para percorrer seus cômodos e corredores, jardins e quintal. À frente um muro baixo, no máximo um metro de altura, fruto de um tempo que ninguém carecia ser barrado. Sua parte superior faz como um parapeito largo, onde se podia sentar, para apreciar a rua. Um portão nos dá entrada ao pequeno jardim, onde pontificam roseiras mais espinhentas do que propriamente florosas. Chega-se, assim, ao alpendre, que é como, naquele tempo, esta parte se denominava. Subamos, então, a pequena escada à nossa frente.

No alpendre duas cadeiras baixas, quase espreguiçadeiras, de alto espaldar, em madeira pintada de cor creme, com almofadas azuis, dando a quem chega a medida da hospitalidade e da bonomia de tal habitação.

Minha casa se abre para o alpendre por duas portas, altas, também de cor creme, encimadas por “bandeiras” arqueadas, onde se encaixam vidros vermelhos e azuis, como também acontece com as janelas da casa. A porta da esquerda conduz a um quarto sem comunicação com o resto da casa, talvez originalmente um escritório, mas agora conhecido como quarto dos rapazes. Quem residiu ali, por um breve tempo, é um tio solteirão, que veio morar com a família quando lhe cansaram os muitos anos passados em hotel. A outra porta, à frente, é que se abre para o interior da casa e por ela entraremos.

Uma ampla sala logo se descortina, com seu assoalho de madeira, sempre bem encerado, que ecoa ao ser palmilhado. Os móveis são de madeira escura, sóbrios, entre eles um armário de portas envidraçadas, conhecido como “o bar”, repleto de cristais azuis,

vermelhos e em *bico de jaca*. Bebidas mesmo, muito poucas. Os donos não bebem e é preciso resguardar a abundância de espíritos de um morador eventual, menos virtuoso neste quesito. Uma dessas garrafas tem como tampa, uma rolha adornada com uma pequena escultura em madeira, representando o busto de um possível bêbado, que nos fita com olhar mortício e riso debochado, com a boca entortada por um curto cachimbo.

Num lado, abre-se uma segunda sala, prolongamento desta onde estamos, dita “de visitas”. Ali, entre cortinas diáfanas, impõem-se três sofás clássicos e encorpados, revestidos de tecido de cor pérola. A um canto a grande vitrola RCA, em madeira também escura, cujo luxo e solenidade conferem aparência de peça de museu, apesar de ser nova. No outro canto um piano Pleyel, vertical, de procedência francesa, negro e solene também, com seu teclado sustentado por volutas sinuosas, barrocas. Pleyel foi marca usada por ninguém menos que Chopin. Ao abrir-se-lhe o tampo, surge um odor capaz de se fixar na memória de alguém por muitas décadas, lembrando madeira e alcatrão, mas principalmente infância.

Tomemos agora o corredor, que parte da primeira sala. Ele é muito longo e tem altas paredes, com o forro em lambris pintados na cor creme que é apanágio da casa. Em seu lado esquerdo perfilam-se quartos, três ou quatro – é bem longo este corredor. O primeiro deles abre-se também para a sala, obra de uma arquitetura que não separava o íntimo do social. Eles se comunicam uns com os outros, também. São os quartos das moças, naturalmente mais protegidos e mais acessíveis à fiscalização rigorosa de horários, conversas, hábitos. Ainda é o tempo antigo, não nos esqueçamos...

A meio caminho no corredor, de lado oposto aos quartos, abre-se o chamado – este sim – escritório. É um cômodo pequeno, do qual se pode sair por uma porta lateral, que dá para um jardim suspenso, para aproveitar a declividade do terreno. O escritório, onde o dono da casa guarda seus livros e papéis de advogado, está abarrotado. Ali também repousa uma quilométrica Enciclopédia Jackson, além de muita literatura em capa dura. Acima das estantes dois retratos,



ovais, de personagens circunspectos e até mesmo tristonhos: um homem calvo, de grossos bigodes e uma mulher clara, de maneira altiva, portando um xale. Em uma mesinha baixa o rádio, em madeira envernizada e tela de gorgorão a cobrir-lhe os alto falantes, com seu painel verde fosforescente, quando ligado. Sobre o aparelho a impressionante escultura enegrecida de um índio, apoiado em um dos joelhos, imenso cocar à cabeça, prestes a disparar verossímil flecha.

Não saíamos da casa, por enquanto. Continuemos pelo corredor, que vai ter à sala de refeições, dando também entrada, pela esquerda, para a cozinha. Sala de refeições esta, mais exatamente uma copa, pequena, na verdade, face às dimensões da casa. A mesa ali colocada vem de outro ambiente, maior certamente, e foi colocada com um de seus lados encostado à parede, para facilitar a passagem das pessoas. Do outro lado da mesa o móvel que um dia se chamou *buffet*, também candidato a um museu olfativo. Seu cheiro de madeira doce, associado a cravo, canela, doces de laranja e de figo, de que a dona da casa é exímia fabricante, também mostra aquela propriedade de se fixar na memória de uma pessoa para sempre, ou, pelo menos, por décadas a fio.

Desta copa se alcança o que fora um dia o terraço, mas que depois veio a receber paredes e telhado, transformando-se em novos quartos da casa, aliás, os principais agora, onde dormem o casal de donos, além da filha caçula e temporã. Por outra porta, no extremo oposto da entrada dos quartos, se alcança o quintal, onde logo estaremos.

A cozinha acompanha a escala da casa, pela sua enormidade. Seu teto, à diferença dos outros cômodos, não tem o forro de lambri oleado, mas sim uma treliça de ripas diagonais, em verde claro. Por cima dos espaços losangulares de tal forro denotam-se vestígios de fuligem antiga, a demonstrar a existência pretérita de um fogão de lenha. Mas isso foi bem antes, com certeza, porque agora o que domina o ambiente é um fogão elétrico sólido, respeitável, de marca Gardini, com seis bocas, talvez – um luxo! A cozinha abriga ainda

uma comprida pia de mármore, talvez um pouco desgastado pelo uso, com metais amarelos e bojudos. Um armário dos chamados “guarda-comida”, ao lado, não desperta lembranças olfativas muito agradáveis, pelo seu cheiro de polvilho azedo, que lembra também o cocô de gato. Prestem atenção na geladeira Norge, com seus cantos arredondados, que atravessou décadas em funcionamento perfeito. Já com sua brancura meio encardida, ela se assenta, atarracada, sobre um estrado, certamente para compensar sua estatura baixa; Debaixo desta espécie de palanque a gata da casa se aninha. Para as crianças, o ronronar da gata tinha algo a ver com o funcionamento do motor da geladeira, quem sabe um estranho e mágico caso de mimetismo.

Detenhamo-nos no banheiro, por um momento, pois ele merece nossa admiração, de tão espaçoso e acolhedor que é. Entremos nele por uma porta ao fim do corredor, antes da entrada da copa já visitada. Fácil saber se está ocupado, pela tranca dourada em posição horizontal ou vertical. Vamos por um vestibulo alongado, espécie de corredor perpendicular ao outro, ao longo do qual se alinham estantes de madeira, também pintadas a óleo, nas cores básicas da casa. Aqui se guardam toalhas, sapatos, vassouras, material de limpeza, urinóis. Ao fundo, finalmente, se descortina o dito cômodo em seu esplendor, podendo ser denominado, sem favor algum, de “sala de banho”. Aqui pontificam as louças e azulejos brancos, os metais bojudos dourados, as maçanetas também de louça, com seu rico filamento azul duplo. Chique demais! Bem no alto, quase se encostando no teto, um basculante com vidros foscos, através do qual ninguém jamais seria capaz de cometer indiscrições. É o único banheiro da casa e ocupá-lo solitariamente é quase um desperdício.

É hora de conhecer o exterior da casa. Voltemos ao portão da entrada principal. Agora não subiremos a escadinha do alpendre, mas sim vamos tomar o caminho das roseiras, por seu lado direito, em suave declive. Por um piso de pedra, paralelo ao corpo da casa, se chega à entrada da garagem, situada mais aos fundos, debaixo do terraço e quartos, aqui já descritos. É uma via rodeada de plantas floridas,

que também recobrem o intervalo deixado entre as passagens dos pneus do carro. São mirabilis, bocas de lobo, hortênsias, gramíneas decorativas, algumas delas um pouco manchadas e tombadas pela passagem do Jeep Wyllis estacionado mais adiante. De um lado, um arbusto notável, em verde escuro e lustroso, exhibe ao longo de todo ano suas pencas de perfumadas e elegantes camélias. Além destas, outro foco de admiração para quem passa na rua é a verdadeira touceira de flores de seda, plantada rente aos alicerces de pedra, que entre maio e junho exhibe glamorosamente sua florada rosa e vermelha. Bem perto, a moita de pequenas palmeiras faz aquele canto de jardim lembrar um pequeno oásis.

Mas o jardim ainda nos reserva surpresas, como, mais adiante, o caramanchão. Podemos nos deter um pouco aqui, aproveitando o frescor. À primeira vista acreditamos que tudo tenha sido pintado de verde. Mas é engano! O que domina tudo é o limo verde, aveludado, em estado de luxúria vegetal. O teto, embora tendo uma camada seca por baixo, por cima é pura exuberância, como convém às graciosas trepadeiras de lágrimas de Nossa Senhora. Por toda parte, em disposição confusa e nada planejada, se amontoam as avencas, espadas de São Jorge, costelas de Adão, antúrios, copos de leite e begônias. Nos intervalos o beijo de frade é mais um a desorganizar o que não carece de ordem. Este nem precisa de vasos, cresce até sobre o veludo do musgo. Impaciente em seu mister de ocupar espaço, para fazer jus ao nome que lhe deu a botânica.

Logo atrás do caramanchão já se inicia uma zona mágica e sagrada: o quintal, ou *terreiro*, como se dizia então. Um pequeno muro separa os dois territórios, que se comunicam por um portãozinho de ripas, meio cai-não-cai. Duas laranjeiras avisam a chegada. Mais adiante a parreira, imensa, debaixo da qual há bancos para se assentar, para prosas em tardes calorentas e até um pequeno espelho d'água, no qual uma libélula mal pode se ver de corpo inteiro, mais exatamente um tanque antigo de cimento, nivelado com o piso. Aqui, por ocasião das festas de fim de ano é possível colher e sabo-

rear uvas generosas e sumarentas, em uma vindima suficiente para o consumo da casa e para o agrado natalino aos vizinhos.

Mais adiante da parreira, o jardim reincide, logo à frente da escada que vem da sala de refeições, já visitada, formando canteiros bem demarcados no pátio de cimento. Aqui, rosas variadas em cores e perfumes, às quais a dona da casa dedica especial atenção. Com frequência, um jarro na sala de refeições, exhibe orgulhosamente a produção de tal território, obtida à custa de muita adubação, em que pese a oposição das formigas e os arranhões nos braços e nas mãos. Neste outro recanto, ervas de farmácia e cozinha: hortelã, poejo, coentro, erva cidreira, funcho, losna. Não há como deixar de esmagá-las entre os dedos para sentir seus odores sadios, que nos acompanharão por todo o restante da visita. Ainda há outro canteiro, no qual o dono da casa escreve letras sofisticadas, enxertando cítricos, em busca da fruta mais rara e mais doce. As pequenas árvores assim operadas perfilam-se em cestos de taquara, qual em uma enfermaria botânica.

Chega-se, finalmente, ao galinheiro, fronteira última do terreno da casa. Logo na entrada, sua sentinela, a cachorrinha *Susy* - podemos passar sem sustos, que ela é das mais mansas. Aqui, na moita de bananeiras há uma que chega a dar dois cachos, resultado, com certeza, da curiosidade botânica do dono da casa. Ali, o pé da fruta do conde (ou *condessa*, como era ali conhecida), que domina quase toda a área do quintal. Ainda não é tempo da fruta e assim não se pode saborear suas doces vísceras translúcidas, cuspir à distância suas sementinhas escuras e lustrosas. Ao redor e mais abaixo os abacateiros, mangueiras, laranjeiras diversas, a lima, o limão vinegreiro e demais habitantes do terreiro. Aqui, no final da tarde, as cigarras chegam a ferir nossos ouvidos com seu zinedo destemperado.

Paremos agora para apreciar o córrego, que fecha o terreno nos fundos. Se não é tempo de chuvas, ele é assim, manso, apenas murmurando através da pequena queda d'água logo abaixo. Quando, chove, porém, transforma-se em caudal ruidoso e espumante, ca-

paz de arrastar, com fúria, troncos, moitas inteiras de capim e até mesmo galinhas surpreendidas nos quintais. Uma pequena trança de folhas e gravetos, a certa altura na cerca dos fundos, é a marca de uma enchente nas chuvas passadas. Parece um pouco sujo o córrego, vizinhos negligentes talvez atirem detritos em sua corrente. Até mesmo um cheiro pouco agradável se faz notar. Pensando bem, não é mais possível esconder: o córrego não traz mais apenas a água clara da serra. Ali embaixo, um pequeno vulto rápido, sinistro, quase nos confunde, não fosse a longa cauda. O surgimento de outro ser cinzento, nervoso, olhinhos brilhantes e desconfiados, bigodes perscrutadores, logo confirma nossa lúgubre suspeita. A cidade está crescendo, o córrego já não é o mesmo de poucos anos atrás.

Mudou o córrego, virou rua, já não é possível ouvir seu murmúrio e sentir o frescor úmido de suas margens. Domesticado, ele não extravasa mais. O bairro também mudou, cresceu, se transformou em formigueiro confuso de lojas, prédios de apartamento, ruas movimentadas e barulhentas. Casas, como esta que ainda chamo de *minha*, são agora raras e abrigam escritórios e lojas, não mais as famílias de antigamente. Feridas se abriram na serra para dar passagem à cidade voraz e à sede de extrair a alma da natureza. Minha casa, o que foi feito dela? Foi vendida, demoliram-na. Agora, em seu lugar, o que subsiste é um prédio de apartamentos, mais um, entre tantos. Aqui mesmo, onde agora estamos, é o estacionamento. As pessoas de antes envelheceram, se mudaram, morreram. Guardemos apenas as imagens da casa, do jardim e do terreiro, assim como lhes revelo, como num sonho. Um dia, tudo existiu, juro; agora só na lembrança. Dou meu testemunho de menino que viveu dias felizes naquelas paragens.

∞

Pois é, estas são as imagens que me restaram da magnífica casa da rua do Ouro, número 750, no bairro da Serra, em Belo Horizonte, onde moraram meus avós Altivo e Dodora, mais diversos filhos deles, meus tios. Ali passei dias felizes de minha infância. Eu diria

mesmo que foram os mais felizes de todos que que vivi em toda minha vida.

## Um anjo louro

Corria o final dos anos 50, eu tinha nove ou dez anos e certo dia, ao chegar da escola, dei com o inesperado na sala da casa. Uma família inteira estava, por assim dizer, acampada ali, com malas, caixas e até mesmo sacos por toda parte. O pai havia saído para tomar providências, só o vi mais tarde e depois falo dele. A mãe era uma matrona loura e corpulenta, de um tipo físico completamente diferente do padrão brasileiro, que somente muito depois compreendi ser de natureza germânica ou eslava. Falavam outra língua, pelo menos entre eles. Mas as crianças...

Eram três. Um pequetito, talvez nos seus quatro anos, se muito, figurava doença aguda, a inspirar permanentes cuidados da matrona. Encatarradíssimo, febril, choraminguento, tinha um aspecto miserável, em que pesassem seus cabelos louros, quase brancos e as bochechas muito vermelhas. Vestia um pijaminha de flanela bastante puído e sujo, com marcas evidentes da longa viagem que o trouxera até ali.

A menina do meio talvez fosse da minha idade. Por alguma razão me marcou pouco, a não ser pelo linguajar incompreensível, que mantinha com a mãe e os dois irmãos. Se falou alguma coisa em português – pode ser que tenha falado – não me recordo mais. Lembro-me apenas que a coitadinha tinha perebas por todo corpo, mas parecia não sofrer e nem mesmo se dar conta disso.

A filha mais velha, esta sim, era uma figura marcante. Loura, alta, esguia. Os cabelos lhe batiam na cintura. Gestos enérgicos de quem dispunha, na família, do estatuto de uma segunda mãe para os irmãos mais novos. Teria seus quinze anos, talvez. Vestia-se de chita, bem à brasileira, mas com aquele porte e o longo cabelo louro, lem-

brava uma camponesa europeia, se não uma personagem de contos de fadas. Melhor dizendo, parecia um anjo – e agia como tal, socorrendo e consolando os irmãos mais novos, adoentados. Foi por poucas horas, lamentavelmente, que a vi de perto, mas aquela imagem me marcou por muitos anos.

De onde vinha aquela gente, chegada assim tão de repente em nossa casa? Logo minha mãe esclareceu o fato inusitado. Era uma família estrangeira, cujo chefe era amigo de meu tio Ricardo; tinham trabalhado juntos no passado, em Itabira, e eles, vindos do Norte de Minas, agora rumavam para São Paulo, para tentar uma sorte melhor em outras bandas. Estiveram conosco não mais do que uma parte de manhã e uma tarde, depois seguiram seu destino, pegando o trem noturno da Central do Brasil, que ainda circulava entre BH e Sampa naquela época.

O pai, Jorge, de nome provavelmente aportuguesado, havia morado em Itabira por algum tempo, onde conheceu meu avô e outras pessoas da família. Eram imigrantes europeus, judeus, talvez; russos, depois se soube. Estariam fugindo do nazismo, do estalinismo ou da grande guerra – não sei dizer. Seu Jorge era agrônomo de profissão e foi nessa condição que arranhou colocação em Itabira, onde, como se sabe, havia diversidade econômica antes que a Vale tomasse conta de tudo e instaurasse a ditadura da mineração. Além de sua formação agrícola, o homem era muito culto, conhecia de tudo um pouco e tinha um lado empreendedor, inquieto, bastante marcante em sua personalidade e que influenciou bastante sua vida. Tanto que saiu de Itabira, foi para o norte, depois para São Paulo. Entre a Rússia e Itabira deve ter tido, certamente, outras tantas passagens.

Pois bem, resumindo a história, nunca mais os vi, pelo menos de perto e tive bem poucas notícias deles. Aqui minha narrativa entra numa espécie de ramificação, mas fiquem tranquilos os leitores que mais adiante os caminhos se encontrarão.

Corriam agora os anos 60. Belo Horizonte começava a tomar ares de metrópole, mas arrastando ainda certos grilhões provincia-

nos. Uma dessas coisas anacrônicas era uma espécie de concurso de beleza e simpatia (nada de misses de maiô!), ao qual se dava o colonizado apelido de *glamour girl*. Na época, eu talvez não me interessasse por colunas sociais, mas já apreciava, bastante, aliás, a visão de uma linda mulher. E em um daqueles anos dourados, ao som dos Beatles e da Bossa Nova, apareceu uma *girl* especialmente cheia de *glamour*: loiríssima, muito alta, esbelta, olhos azuis faiscantes, poliglota, intelectualmente muito articulada, determinada, cheia de personalidade. Não se falava em outra coisa na Belzonte provinciana de então.

Um belo dia, a revelação. Minha mãe, ao ver aquele anjo no jornal ou na TV, comentou: *mas esta é a filha de Seu Jorge; vocês se lembram, ela esteve conosco, junto com a família, aqui em casa há alguns anos atrás?* Caramba, eu que nunca havia visto uma *glamour girl*, ou qualquer outra celebridade tão de perto quase caí pra trás de susto. Então era ela!

Depois o anjo desapareceu, pelo menos para mim, que não acompanhava as notícias do mundo do *high society*. Já nos anos 80, vendo o programa do Chacrinha, minha mãe mais uma vez me trouxe a revelação: *estão vendo aquela lá? Pois é, é a filha de Seu Jorge, aquele amigo da família, que esteve em nossa casa há muitos anjos atrás...*

O anjo louro, a adolescente encantada, a mulher de sonho tinha se metamorfoseado mais uma vez, ela era agora Elke Grunupp, dita Elke Maravilha, que todo mundo conhece. Mas eu digo com orgulho: eu a conheci antes de todos; melhor ainda, dentro da minha própria casa! E não me perguntem como é que uma pobre menina imigrante e depois migrante interna pôde chegar à alta burguesia mineira e depois atingir o estrelato na TV. Não tenho informações suficientes e nem sei onde encontrá-las. Como dizia o personagem de Suassuna: *só sei que foi assim*.



## **Cheiro de tangerina**

Os dois garotos, pelo menos uma vez por mês, tinham permissão da mãe para acompanhar o avô nas idas ao sítio, em Contagem, que naquele tempo era outra cidade, para a qual, de fato, tinha de se viajar.

Depois de um dia de folguedos e travessuras, suportados, a maior parte das vezes com bonomia pelo avô, cumpriam, então, um ritual ansiosamente esperado: a fogueira de despedida, brincadeira vedada quando os garotos estavam sozinhos. A lenha recolhida debaixo das mangueiras, juntamente com o vasculho do pomar, era organizada por eles mesmos como uma pirâmide irregular, no local onde ainda jaziam cinzas de fogueiras anteriores. Varas do bambu fino, que formava vasta moita junto ao açude, já haviam sido trazidas, para serem queimadas e fazerem às vezes de foguetes, pelo estampido que provocavam ao romper com o calor das chamas. O avô lhes ensinara, também, a queimar os ramos de um pequeno arbusto, de folhas carnosas, que produzia estalidos e lançava fagulhas, fazendo grande efeito pirotécnico.

Terminavam assim o dia, à beira do fogo, agasalhados por recomendação da mãe, para evitar o frio pelas costas. O avô tomava suas últimas providências e não raramente tinha de ceder mais uns minutos aos meninos, que desejavam fazer a queima de uma vara recém encontrada ali por perto, que prometia tiros de arromba.

No caminho da volta, extenuados e calados, mas acima de tudo felizes, amontoavam-se no banco da frente do *Jeep*, cabeceando para lá e para cá, com o balanço do veículo. O avô, a esta altura, deixava-os quietos, sem puxar as tradicionais brincadeiras e adivinhas, parte obrigatória da viagem, pelo menos na vinda, quando estavam descansados os garotos. Deixava, então, os netos entregues ao sono e às recordações do dia.

No ar, impunham-se em estranha mistura, os odores da gasolina, da mexerica enredeira e do limão-cravo, das verduras recém colhidas, da terra fresca aderida às batatas doces e às mandiocas. Mal vedado pela capota de lona do veículo, um friozinho benfazejo fazia sua presença. Lá atrás, o sol se punha entre rosadas nuvens, como se o lençol de capim gordura dos morros tivesse se invertido e cobrisse, agora, o próprio céu.

Para aqueles dois, meu irmão Eugênio e eu, o cheiro de tangerinas, mostarda e terra fresca, o friozinho das tardes de maio, o sol num dossel colorido, o crepitar de lenha em fogueira, o capim gordura manchando os morros, mesmo passados mais de sessenta anos, ainda trazem magicamente as cores, os cheiros, os sons e os sabores de uma meninice luminosa. Quem teve infância por certo entenderá...

## **Éramos cinco**

Rua Niquelina, Belo Horizonte, domingo no final de tarde. Para a maioria são indicativos topográficos e temporais que nada sugerem. Para mim e para meus irmãos, aliás, para muito mais gente da família, era o retrato vivo de uma dor.

Aconteceu em 1961. Nós vínhamos, então, pela velha rua de Santa Efigênia, após a visita semanal a nossa mãe, internada no Hospital da Baleia, lá no final, além dos morros da Pompéia, depois mesmo do Cemitério da Saudade (triste augúrio), longe o bastante para provocar em nós a sensação de que ela agora vivia em outro mundo. Lá estava a pobre Favita, com o corpo quase todo paralisado pela Síndrome de Guillain Barré, doença ainda hoje misteriosa e especialmente desconhecida naquele tempo. O que mais me impressionava, então, além de ver minha mãe em uma enfermaria, cercada de gente com problemas ainda piores que o dela, era saber que, entre outras torturas, lhe haviam feito vários exames do “líquido da espinha”. Para o coração infantil, não podia haver nada pior!



É bem verdade, tudo tem sua compensação: tínhamos agora bem perto de nós algumas pessoas muito queridas. Além de nossas tias e tios, nossa avó Dodora, recém viúva de meu avô Altivo, cuja morte aumentava mais ainda o nosso desalento. Das tias que vieram cuidar de nós, duas iriam se transformar em figuras familiares essenciais, a quem até hoje dedicamos boas lembranças e carinho: Cícida e Angelita.

O Hospital da Baleia fica num agradável pé de Serra (*do Curral*), nos fundos do bairro Taquaril. Naquele tempo era mato – e mata atlântica, inclusive. O lado bom termina aí. Hoje, pelo que sei, a região demudou-se em favela e por ela ninguém mais se arrisca a passear. Éramos crianças e apesar do motivo da visita, que durava muito pouco para nossas expectativas filiais, encontrávamos um tempinho para brincar num parquinho, subir em árvores e aproveitarmos o clima de fazenda que ali dominava. Havia patos e carpas num açude. Enfim, como tudo na vida, o bom e o ruim se misturavam. E ali tínhamos contato com gente amputada, paraplégica, em coma. As cadeiras de rodas faziam estranho engarrafamento quando terminava a hora da visita familiar.

Tempos difíceis, agravados pela presença, em nossa casa, de forças do mal. No caso, personificadas numa empregada vinda de Itabira, chamada Dalva, a quem apelidamos *Darva*, um tanto para imitar sua caipirice, outro para expressar nosso desprezo por ela.

Dá para imaginar cinco crianças obrigadas a se preparar para a escola, se alimentar, tomar banho e tudo o mais sem uma mãe por perto? E o que pior, expropriadas em seu direito de ter alguém que lhes oferecesse, como só as mães sabem fazer, aquela puxadinha no cobertor até a altura do queixo, nas noites frias da BH daquele tempo.

Mas sobrevivemos.

Os anos sessenta assim começaram para os Andrade Goulart. Na sequência desses acontecimentos, quando nossa mãe voltou para casa, já parcialmente recuperada, mudamos para um apartamen-

to térreo, para fugir da escadaria de onde até então morávamos. Nos primeiros tempos ela se locomovia em cima de uma cadeira comum, adaptada sobre uma plataforma de madeira, com rodízios de rolamentos – um verdadeiro carrinho de rolimã, com o assento elevado. E assim era ela empurrada alegremente por nós, que até disputávamos a primazia de conduzir aquele estranho veículo.

De uma casa a outra; da mãe ativa que possuíamos até aquela de repente tão dependente; do abandono de uma velha turma de rua ao encontro de um vazio afetivo – uma coisa é certa: a gente se virou e amadureceu meio à força. Eu, pelo menos, chego a dizer que nem tive adolescência, pulei da infância a uma vida quase adulta naquele momento.

Muitos anos depois vi que minha vida nesses anos 60 foi contada no cinema. Acreditam? Podem duvidar, mas é como se fosse. Quem viu o filme sueco “Minha vida de cachorro” teve acesso a cenas completas de minha infância na Lagoinha e no Prado. O menino curioso, meio trapalhão, a mãe doente, a família separada por conta de sua hospitalização, as primeiras descobertas sexuais, o tio barra limpa, o mundo chato dos adultos e as janelas para escapar dele, o início da corrida espacial, com a cadelinha Laika. Está tudo lá, como na minha vida também. Só não fica bem claro quem é o tal cachorro que dá nome ao filme, pois o único animal desta espécie no filme é a cadelinha russa; na minha história houve apenas um Nero, nos tempos da Antonio Carlos, que nunca mordeu ninguém, mas também não chegou a deixar lembranças, nem más nem boas.

Sorte nossa que a rede familiar cuidou de tudo. Eu, com 13 anos, liderava (se é que esta palavra se aplica) uma escadinha de quatro menores; na outra ponta, Cuíca com três ou quatro anos. Mais uma vez, como havia acontecido no nascimento tumultuado de minha irmã mais nova, a tal rede familiar se abriu e nos abrigou. E eu e meus irmãos tivemos a sorte de não termos apenas um tio legal e camarada, mas uma tropa deles, com especial destaque para as irmãs de minha mãe Angelita e Cícida. Mas um singular tio legal es-

tava também muito bem representado pela figura inesquecível do já citado de José Marcos, um dos irmãos mais novos de minha mãe, que poucos anos depois nos deixou, de maneira trágica.

Foi uma época dura aquela, mas enfim, sobrevivemos.

## Minha cidade

Que tal um giro pela BH de meu tempo? E de sempre, porque o que vive na memória e não perece. Assim como os sonhos, naquela música que Milton canta.

*A vida é essa: descer Bahia, subir Floresta...* E já que subiu Floresta, aproveite e vá observar a cidade do alto do Colégio Batista. Velhas casas, velhas ruas, quintais pequenos mas de grandes frondes. À frente, a Serra do Curral, emoldurando o cenário de um gigantesco paliteiro. Bonito? Tem sua graça, sempre, esta *recem-tenária* cidade.

Desça agora por uma das ladeiras que vertem na Lagoinha as pessoas, os carros e as fortes enxurradas, quando é tempo delas. Antigo caminho da perdição, hoje apenas passagem de estudantes e comerciários, para a lida brava na metrópole. A Praça Vaz de Mello já não é do povo e sim dos carros, mas a Lagoinha está muito melhor. Quem duvidar que suba Antonio Carlos até a altura do antigo Mercado Popular, que reformado virou lugar dos mais ajeitados.

Prossigamos, de taxi, ônibus ou mesmo a pé. O Barro Preto é próximo e vale a pena conhecê-lo. Ali parece que se produz roupa para o mundo, tudo é luz, cor e *fashion*. Até oficinas mecânicas se travestiram de cinema, espaço cultural, restaurante. Mas, em fins de semana, as ruas tranquilas e arborizadas do Barro Preto ainda permitem vislumbrar um restinho da BH de décadas passadas, nas diversas camadas arquitetônicas que os modismos foram depositando sobre a cidade. São bons exemplos os Grupos Escolares Francisco Sales e Caetano Azeredo, que faziam belo conjunto com o antigo Ginásio Mineiro, depois Colégio Militar, hoje o prédio-sede

da Justiça, caído naquele pedaço neoclássico com a sutileza de mil toneladas de concreto. Mas não vale a pena maldizer, não faríamos outra coisa nesta cidade, que às vezes sossobra nos contrastes e injunções do lucro imobiliário.

Vamos em frente, pela Av. Barbacena, que até hoje parece instável, quase flutuante, com seu piso irregular, assentada como está sobre um brejo, quem sabe o antigo *barro preto*. Para os lados da Assembleia, a cidade mostrará sua face moderna quase por inteiro. Mas, procurando bem, vamos ver os belos casarões (alguns nem tanto) da burguesia do bairro de Lourdes, já virados em escritórios. O melhor aqui são as ruas e avenidas arborizadas - a Álvares Cabral é marcante - os nossos *boulevards*, que fazem deste canto da cidade algo sofisticado e cosmopolita. Mais uma vez a Serra do Curral se impõe, um tanto banguela, mas sem perder a majestade.

Pelo *Boulevard* da Álvares Cabral, subindo e descendo colinas suaves, vai-se ao Parque Municipal, o verdadeiro coração desta cidade. Aqui toda perda, toda delapidação, toda decadência parece ter passado longe. O Parque não, o Parque continua o mesmo. Aliás, o Parque está cada vez melhor.

Agora é subir Afonso Pena até a antiga Praça do Cruzeiro, nem é preciso ir mais acima. Ali, no sopé do Curral, junto às araucárias da caixa d'água, mirando o horizonte do poente, com as colinas do Santo Antônio e da Barroca ao fundo, é hora de confirmar com os olhos, mas principalmente com o coração, que nenhuma outra cidade é bela como esta BH que habita nossa memória.

## O colégio da elite mineira (e meu também)

Colégio Estadual de Minas Gerais, dito Central, nos altos do bairro de Lourdes – ou seria no Baixo Santo Antônio? Ali estudava a elite mineira. E também pobres e mortais, pequenos burgueses ou quase proletários, como eu e muitos outros. Além dos que vieram a

ser governadores e ministros no futuro, nos seus bancos se sentou também a filha do governador da época, Ana Lucia (de Magalhães Pinto). E é claro, que não se esqueça a infeliz moçoila que veio a ser eleita, por duas vezes, Presidente da República. E mais um bando de gente passou por ali, uns maiores, outros menores, como diz o samba de Vanzolini.

O Estadual foi projetado por ninguém menos que Oscar Niemeyer. Falar nele é correr riscos. *Quem palreia em demasia estende saudações matinais a equinos*, já diziam os antigos. Mas dessa vez não resisto à vontade de *palrear* sobre um personagem que é detentor de verdadeira unanimidade nacional. Corro o risco, certo, de colocar minha colher de pau em mingau alheio, pois sou estranho aos quadros da profissão do homem.

Penso, sinceramente, que a unanimidade que sempre cercou o grande arquiteto não lhe faz justiça. Ou faz mais louvor do que a o merecido por ele. Um pouco de contestação e debate não faria mal à sua obra, eis a verdade. Diante de casos assim, torna-se irresistível, lembrar da frase definitiva e já clássica de Nelson Rodrigues: *toda unanimidade é burra*. Além de burra, não ajuda em nada o progresso das ideias.

Reivindico para mim pelo menos uma razão importante para não apreciar a unanimidade em torno do mestre: eu estudei naquele Colégio Estadual, projetado por ele.

Ali, no Estadual, gerações e gerações de pessoas importantes na política, nas artes e em outras atividades tiveram assento. Bons tempos aqueles que o ensino público era sinônimo de qualidade. Até hoje quem estudou lá se sente honrado e menciona isso nas rodas de amigos com o maior orgulho, alguns até mesmo com certa empáfia. Mas se temos grandes lembranças de tudo o que nos rodeava, estas não eram exatamente do prédio, obra de ON feita por encomenda de JK. O Colégio Estadual era e ainda é realmente lindo por fora, com seus blocos imitando objetos escolares. Estudávamos, por exemplo, na régua... O auditório é uma verdadeira obra de arte,

sem dúvida, com seu formato de mata-borrão, dos antigos, que já não se usava à época que o projeto foi concebido. Tudo isso de fora e de longe; de perto e por dentro a coisa mudava.

Alguns exemplos? As salas de aula eram quentes ao extremo, o sol nos batia de chapa durante as aulas do período da tarde, os banheiros tiveram que ser fechados porque empestevam o ambiente com apenas meio dia de uso, dada sua localização junto ao corredor das salas de aula, além de problemas na exaustão de gases. Tais cômodos, além de excessivamente ensolarados e quentes, eram pequenos para o número de alunos nelas alocado, que, aliás, naquele tempo, talvez não passasse de trinta ou trinta e cinco. O belo auditório era insuportavelmente abafado nos dias de calor, além de possuir uma acústica de qualidade duvidosa. Os professores, coitados, nos intervalos das aulas tinham que se acotovelar em acomodações precárias, uma sala de aula, com todos seus defeitos, em desvio de função. No pátio era um sacrifício encontrar abrigo para o sol, não havendo uma única árvore, com exceção de um notável abacateiro, que não se sabe como escapou incólume ao concretismo árido e exacerbado do Mestre. Por sorte tínhamos os pilotis do prédio principal, marca registrada da arquitetura do mestre. É só olhar para o atual Museu da República, em Brasília, para ver que neste quesito, o “paisagismo” de Niemeyer continuou o mesmo...

Para concluir esta intrusão em seara alheia, devo dizer que é melhor desconfiar das unanimidades, sejam elas quais forem. Afinal, Niemeyer notabilizou-se em defender causas inglórias, como o fim do comunismo do modelo soviético. Olha que ele resistiu incólume à *glasnost* e à *perestroika*, fazendo ainda muitos e muitos projetos e defendendo suas ideias anacrônicas. Mas Oscar Niemeyer já tem seu lugar na história, deixemo-lo de lado.

## Fazenda das Areias

A cena representa bem um ícone de parte da minha infância e adolescência, no final dos anos cinquenta e início dos sessenta. A família reunida em torno de fartas mesas, em ambiente campestre, conversas animadas por todo lado, parecendo estarmos dentro de um romance de Jane Austen. No centro de tudo o anfitrião, meu tio Roberto Andrade, figura fortemente simbólica em minha vida, a quem já dediquei outras linhas nestas memórias.

Ao mesmo tempo, no Brasil, inauguração de Brasília, vitórias no esporte, anos JK, trazendo a todos a sensação, logo frustrada, de que finalmente o país daria certo...

Fazenda das Areias. Ela ficava (e ainda fica, mas o que aconteceu com ela é outra história) a menos de trinta km de BH e lá residia, em mais de um período, meu tio e sua família. Ele não era o dono, mas sim empregado de João França Simões, o real proprietário, homem de dinheiro, que semeava seu capital em atividades diversas, que iam do zebu à construção de estradas e obras públicas. Amigo de JK, isso já diz tudo.

Roberto já morara ali no início dos anos cinquenta, como simples gerente, adaptando sua formação de técnico agrícola à lida zebuzeira. Mas ao que parece, logo conquistou a confiança de Simões, que o enviou para fazendas de gado suas em Uberaba e Barretos e em seguida passou a designá-lo para comandar obras em vários cantos do país. Assim, ele esteve em Itabira, no Oeste do Paraná – e sabe-se lá aonde mais. Na época de nossos encontros familiares ele mantinha ali apenas a residência da mulher Tereza e dos dez filhos deles, passando a maior parte do tempo nas empreitadas de seu patrão.

Aqueles encontros debaixo dos eucaliptos, em torno da casa em que moravam meus tios e primos, ou então na mansão senhorial que era a sede da fazenda, eram realmente memoráveis. Ali se comia do bom e do melhor, particularmente os quitutes preparados por mi-

nha tia Terezinha, a melhor cozinheira que já conheci, inigualável, como também outras delícias preparadas por minha mãe e minhas tias suas irmãs, cada uma delas se esmerando em uma determinada especialidade. Roberto, nessas ocasiões, nos brindava com seus *mots d'esprit*, habilidade em que ele teve inúmeros seguidores na família, mas que nunca foram capazes de superá-lo, entretanto. A particularidade de repetir vezes incontáveis a mesma história nunca tirava o brilho delas, porque ele sabia como conduzir um caso com enorme maestria, dando sempre ao mesmo uma vestimenta inaugural.

Personagens também notáveis naqueles convescotes familiares eram meus tios Bruno e Danilo, maridos, respectivamente, de minhas tias Angelita e Clarinha. Cada um à sua maneira, mas nunca ameaçando o protagonismo robertiano, eles eram mestres nos chistes e piadas de improviso, mas sempre de maneira muito refinada e incapaz de ofender quem quer que fosse naquela família tão conservadora em matéria de gestos e palavras.

E aqueles almoços ao ar livre inevitavelmente evoluíam para brincadeiras entre primos e primas, à beira dos açudes da fazenda, nos currais, nos galpões de silagem. Muito namorico de ocasião deve ter rolado ali, mas lamentavelmente não aconteceu nada disso comigo, que até achava algumas daquelas primas, embora um tanto mais novas do que eu, bastante apetecíveis, como era o caso de Rosângela, filha de meu tio Virgílio (a qual, entretanto, não me concedia a mínima bola). E eu nem poderia ser acusado de pedofilia – aquilo seria apenas um simples namorico entre crianças.

Entre tantas alegrias, a Fazenda das Areias também nos ofereceu uma tragédia: o afogamento simultâneo de meu tio Zé Marcos e de meu primo Mateus em 1963, contado por mim aqui em outra parte (*Meus tios em Personae*). Aliás, este episódio veio a interromper, definitivamente, o circuito das nossas alegrias lá, mostrando a todos nós, particularmente às crianças e adolescentes, a face dura da vida.



Foi também duro o golpe de ter voltado às Areias mais de cinquenta anos depois, como fiz em 2016. A estrada, saindo de Venda Nova e passando pela antiga Campanhã (hoje Justinópolis), outrora bucólica e auspiciosa em relação ao que nos augurava mais adiante, transformou-se hoje em via estreita entre favelas, com esgoto correndo nas ruas e lixo atirado por todo lado. Nas estatísticas tal setor, situado no município de Ribeirão das Neves, é campeão absoluto na violência criminoso. A antiga fazenda ainda está lá, sobrevivendo em meio ao caos, mas as marcas de decadência são evidentes, com os pastos raspados e a antiga aleia de bambus totalmente extinta. Os açudes aparentemente secaram, como se pode depreender da visão do ribeirão das Areias que corta a estrada de acesso: um ralo e poluído fio d'água. O pequeno arraial ainda está lá também, mas nada mais é do que apêndice do horrendo favelão que se estende de Venda Nova até ali.

É a vida... Devia ter ficado quieto em casa, ao invés de me aventurar em tal passeio ao passado.

### **Nós que amávamos a revolução**

*Eram dois na noite escura.* Esta era a primeira frase do livro que eu ia escrever.

Na realidade, éramos dois que perambulávamos pelas ruas estreitas da Barroca, Prado e Calafate, em muitas noites escuras. Passamos a ser três quando um primo de meu amigo se juntou a nós. Saíamos todas as noites, pela hora da novela, que então já “entorpecias as massas” (nossa interpretação, é claro), filosofando, tramando obras literárias, tentando equacionar o futuro da humanidade e fazer a Revolução no Brasil.

Mário Alves Coutinho era mais intelectualizado, lia Schopenhauer e Nietzsche. Tiago Veloso era ligado em ciência e em pleno ginásio nos explicava a fissão do átomo e a teoria da relatividade. Eu com a

minha cultura de *Seleções*, ficava meio capenga entre eles. Mas nas artes da vida, me considerava melhor. Pelo menos já tinha tocado em mulher, embora só o bastante para um beijo furtivo.

Éramos três apaixonados! Tinha a moreninha do ônibus, a loura da Igreja, a moreninha do *especial* do Santa Marcelina. Por elas, matariamos e até, quem sabe, seríamos capazes de morrer. O único problema é que nenhuma delas fora avisada disso. Nem seus nomes sabíamos, para falar a verdade. Extremistas platônicos, eis o que éramos.

O cinema, certa época, povoou nossas noites. Era o tempo de *nouvelle vague*, cinema novo, neo-realismo. Ficamos sócios de cineclube, não perdíamos sessão. Nossos papos eram sobre a incomunicabilidade humana, o não-ser, o ridículo existencial. Intimidade total com Antonioni, Goddard e Fellini. Um dia caí na asneira de criticar o gênero *western*, por achá-lo “alienado” (palavra da época, acho que não se usa mais). Meus dois amigos caíram de pau em cima de mim, dizendo que alienado era eu que não conseguia perceber a “desconstrução do estereótipo americano” de Peckinpah, ou qualquer coisa que o valha.

Abril de 64 nos pegou de surpresa. Nós, que amávamos a Revolução, tínhamos a certeza de que ela viria através de Jango, da UNE e do CPC. Fizemos aproximação com uma célula do PC. Queríamos armas, dinamite, uniformes de campanha. Disseram que o importante no momento era agitação, propaganda. Aguardamos o momento, disciplinadamente. No dia, ou melhor, na noite, da agitação, nas ruas adjacentes ao Batalhão de Guardas (BG) de Santa Efigênia, mandaram para a gente um saco de mantimento com panfletos, uns poucos papéis amarelados e amarfanhados, que não deram para mais do que vinte minutos de trabalho. Nem uma dupla de policiais ou uma *rapa*, por longíngua que fosse, deram o ar da graça. A Revolução não tinha o charme nem o perigo que nós, seus amantes, esperávamos...



Éramos três na noite escura, perambulando, filosofando, discutindo, brigando, mentindo, acreditando na Revolução, fazendo literatura mental, nos iludindo, amando platonicamente. O que não percebíamos era a juventude fugindo de nós, tão depressa, para nunca mais.

## Meu clube da esquina

O bairro da Barroca e a “Turma da Barroca”, à qual eu orgulhosamente passei a pertencer depois de 1965, merecem algumas palavras. Na verdade, não era uma única turma, mas sim “turmas”. Elas se distinguiam pela idade e pelo ponto de encontro. Antes, seria preciso localizar a Barroca. Isso talvez se responda com precisão nos mapas de Belo Horizonte, mas naquele tempo e naquele mundo construído por nós, a tal Barroca era um vasto território que começava depois da Av. do Contorno, altura do Colégio Pio XII e ia até os altos do Cine Amazonas e talvez um pouco mais. O lado direito da Avenida já seria Prado, mas os primeiros quarteirões das ruas que vinham do Prado real, eram considerados como parte da Barroca. O polígono incluía o que já então se chamava de Gutierrez, sede de um Barroca Tênis Clube. Portanto não podia deixar de ser parte da Barroca, também. No limite, este bairro mítico de minha juventude era um território mais ou menos vago entre os bairros do Prado, Santo Agostinho, Gutierrez e Nova Suíça e talvez Calafate. Resumindo e simplificando: a Barroca era um estado de espírito. E em 1965 eu fui admitido à confraria dos que comungavam tal deleite espiritual.

Havia a turma do Cine Amazonas (Aristóteles Caldeira com Amazonas); do Barroca Tênis Clube; do Alto da Barroca (Pedra Bonita com Campos Elísios) e também certamente outras. Curiosamente, havia alguma circulação entre os diversos grupos e também certo respeito entre eles, como nas alcateias. O que não havia era luta de classes, pelo menos explícita, pois a organização dos diversos estratos era bastante democrática. Tinha prestígio quem exibia

certos atributos, entre os quais não obrigatoriamente se incluía o poder aquisitivo próprio ou da família. O que conferia admiração e poder, por exemplo, era ser destemido e saber brigar bem. A arte de conquistar garotas (“amarrar”, como se dizia então) contava pontos numerosos. Ter vivido fora do Brasil, como aconteceu com alguns dos mais velhos, mesmo na condição de lavador de pratos ou entregador de pizzas em New York, conferia tremendo status ao portador, era realmente o máximo!

A miscigenação, contudo, esbarrava na faixa etária. Entre os mais velhos era gesto apenas magnânimo, embora não obrigatório, dar colher de chá aos mais novos. E não se deve esquecer que nesta idade, entre os 17 e os 25 anos, quaisquer dois ou três anos fazem muita diferença. Aos pixotes, como eu, ainda na faixa *teen*, cabia admirar e se babar com as histórias da geração, digamos, “sênior”. Histórias de brigas, de conquistas, de valentias, de vivências em lugares estranhos (por exemplo, uma pizzeria no Harlem ou em Miami).

Dentre estes mais velhos e prestigiados, havia um sujeito especial, líder de todos os líderes, *capo de tutti capi*, morubixaba geral, pertencente às hostes do Barroca Tênis Clube. Ele tinha por apelido “Secretário” e se notabilizava em todos os quesitos qualificativos arrolados acima e mais alguns, aí incluída uma aparência de galã. Constava até mesmo que, tendo estudado em seminário, era capaz de se expressar em bom latim. Mais chique e completo, impossível! O dito cujo tinha ficha criminal, também, que mais ainda aumentava o respeito que lhe tinham. Algum tempo antes, com efeito, compareceu sem ser convidado a uma festa de debutante e aprontou tanto que o pai da moça, ao repreendê-lo, teve um infarto e morreu. Levou processo, pois já era “de maior”.

Muito tempo depois vim a descobrir que o tal Secretário ninguém mais era que o funcionário da Câmara dos Deputados que foi o autor intelectual de todo o escândalo dos “Anões do Orçamento”, nos anos 90. E de quebra ainda mandou matar a mulher, que descobrira, aparentemente, suas falcatruas. Com efeito, naquelas turmas da Barroca dava de tudo – até gente boa, como eu e muitos outros.

E tome figuras ímpares. Nas alturas do Cine Amazonas pontificava um fulano de alcunha *Paracatu*, da categoria sênior, famoso pela distância entre o que ostentava em termos de poderio material e o que, de fato, era e possuía. Andava com a cabeça tão erguida que um dia caiu num bueiro aberto na Avenida Amazonas.

Outro de extração social baixa era um *Bogó*, mulato de compleição avantajada, com uma voz que mais parecia uma trombeta, bom de briga e provocador como quê, capaz de chamar sozinho a torcida adversária, no Mineirão, para um quebra pau, mas que tinha um fraco: era gay. *Aimoré* era outro famoso de então. Ninguém sabe o que fazia e como ganhava a vida. Não sei dizer se pertencia ao time dos bons de briga ou dos pegadores. Mas tinha uma liderança fenomenal. Meu tio Willer pertencia a tal estrato e se destacava por ser proprietário (e assim ganhar vida) no volante de um taxi.

Ali na Barroca, o ano de 1965 foi o último de uma vida de esbórnica e irresponsabilidade. Em 1966 seria tudo diferente, como foi. Para despedir do velho regime resolvi passar um Carnaval em grande estilo. O local escolhido era meu velho conhecido, apresentado que foi por meu tio Willer em momento anterior: o Clube Orion, na rua Padre Eustáquio. E lá fomos em penca. Deste Carnaval me lembro muito bem dos hits: *Quero que vá tudo para o inferno*, de Roberto Carlos, em forma de marchinha; *se a canoa não virar, eu chego lá; passar o carnaval contigo, beijar a tua boca e depois morrer...* Músicas proféticas: mandei o passado para o inferno; fiz minha canoa navegar, sem naufrágios e, principalmente, beijei bocas sem fim naquele salão. E sem morrer, *cheguei lá*, ou seja, na Faculdade de Medicina da UFMG, algum tempo depois.

A quarta-feira de cinzas amanheceu em grande estilo, no jeito “barroca” de ser: na porta de uma padaria da rua Rio Negro, ainda de madrugada, sorvemos diretamente no gargalo de uma garrafa de vidro (não havia caixinhas e saquinhos, vejam só...) o leite Itambé que o caminhão da Itambé acabara de deixar na calçada, antes mesmo de abrir o estabelecimento – coisas daquele tempo.

Aqui introduzo um personagem barroquiano, o Messias. Chuva ou sol, lá estava ele, entre o açougue e o botequim da esquina. Roupa encardida e rasgada, visivelmente de “defunto maior”, botinas cambaias, gaforinha suja, sabe-se lá de que. Na boca, só uns caquinhos de dentes e uma língua brancacenta, que se projetava a todo momento para fora, como a de um batráquio. Tinha também um cavaquinho. Bêbado, o mais das vezes, gritava e esmurrava o peito: *cê já foi ruim, Messias!*

A moçada de minha turma não perdoava: *ruim de quê, Messias?* Ele dava de ombros e não se dignava a nenhuma explicação, seguindo adiante.

Diziam que fora importante e tivera bens. Antigo funcionário da prefeitura, ao que se dizia. Capturava animais soltos nas ruas: coisa de responsabilidade. Eu o conhecera já varrido, doidivanas, por vezes, agressivo. Dele, pouco se sabia. Dizia-se, também, ter ficado daquele jeito depois da morte estúpida de um filho. Tinha suas luas de cantar alto, choroso, tirando acordes toscos do cavaquinho, assustando mulheres no dia da feira, jogando chistes aos moradores das vilas distantes que passavam em ônibus. Sua cantiga predileta era mais ou menos assim: *caixa d'água pegou fogo, sapecou taman-duá, telefonei pros bombeiro, que não demora a chegá.*

Essa era a cantoria dos dias alegres, que não eram poucos. Havia também música para dias de dor. Então, com a mão fechada em concha sobre o ouvido, ou dedilhando o cavaquinho, ao qual faltavam cordas, lamentava-se: *tô doente, tô impertinente, tô com dor de dente, sei que vou morrer...*

E, às vezes, galante, era incansável no refrão: *na aldeia, oi, na aldeia, quero ver o teu vestido, se arrastando-se na areia*. Ou então: *abre a janela formosa donzela, venha ver quem te adora*.

Um dia, sumiu para sempre. Como acontecia com tudo que dizia respeito a ele, nossa turma apenas ouviu dizer que, bêbado, ao atravessar a grande avenida que cortava o bairro, certa noite, fora

atropelado. Removido inconsciente para o Pronto Socorro, morreu poucos dias depois. Sozinho, dizem.

Sentimos sua falta. No coração ainda puro uma sombra passava e deixava sua marca. Ficou ecoando dentro da gente o som oco dos murros no peito frágil, aqueles gritos de dor. O mundo assim se mostrava a nós em sua crueza e contingência. Não seríamos os mesmos, pouco tempo depois.

∞

Nesta mesma Barroca fiz amizades que me acompanharam pela vida a fora. Poucas e boas! Cabe registrar pelo menos três agora, mas é preciso falar desses amigos depois, com mais calma: Erix Curi Mafra, Mauro Marcio de Oliveira e Saulo da Matta Viana Barbosa.

### **Uma escola que me abriu a cuca**

Em 1965 cometi uma das maiores ousadias de minha vida, que foi a de sair do Colégio Estadual, de tanta tradição, para experimentar um tal *Colégio Universitário*, que a UFMG havia inaugurado um ou dois anos antes. Lá era tudo novo para mim. Acostumado ao *laissez-faire* do Estadual eu tinha agora mais horas semanais de aula, muitas obrigações para casa, um ambiente marcado pela vontade coletiva de levar as coisas a sério. O estabelecimento tinha sido criado recentemente e não havia ainda demonstrado qualquer vantagem em relação ao sucesso de seus egressos no vestibular, que já naquela época era o que realmente importava.

Seu diretor e criador era um cidadão chamado Hécio Lins Werneck, um professor de anatomia humana de temperamento difícil, mas certamente dotado de genialidade. Convivi com ele anos depois, em Uberlândia, para onde ele havia se transferido. Mas neste último momento tal atributo tinha sido quase que completamente substituído pela genialidade. O Colégio Universitário era a menina

dos olhos do Reitor da UFMG, Aloisio Pimenta, que havia sido perseguido pelos militares e retirado da Reitoria. A sigla utilizada para o mesmo era “Coluni”, dada a impublicabilidade de suas duas letras iniciais ou, como dizia uma paródia estudantil, inspirada na tabela periódica: *para diferenciá-lo do Cobre*.

No Coluni não acabou a arbitrária divisão entre os currículos de biologia, exatas e humanas, mas em compensação havia amplas alternativas de se frequentar disciplinas de outras áreas de forma cruzada. Eu, por exemplo, fiz disciplinas ou participei de seminários ligados à História da Arte e Música. Cheguei mesmo me matricular em Cálculo Diferencial e Integral, mas pedi arrego logo de saída. Isso era demais para um estudante até então medíocre e pouco embaçado como eu, além do mais geneticamente indisposto com as matemáticas.

Mas a distração e o *laissez-faire* logo cederam e levar as coisas a sério não foi tão difícil como pareceria antes. Mais que um aluno esforçado, eu já percebia que podia ser competitivo para enfrentar aquilo que já naquele tempo representava o *horror* conradiano verdadeiro: o vestibular – e para Medicina! Foi assim que comecei a perseguir a ideia de seguir tal carreira. No início ainda achava que não daria conta de tal façanha, mas certo dia, lendo a *Realidade*, a grande revista da época (que desaguou na *Veja*), entrei em contato com o que se fazia no Hospital das Clínicas da USP, os primeiros transplantes de rim, que pouco depois já alcançavam também o coração. Pensei comigo: é isso que eu quero! E quis. E fui. E passei! Cheguei lá, conforme a marchinha do carnaval do ano anterior.

Devo ao Colégio Universitário muitas coisas. Além de ter possibilitado que eu entrasse para a Faculdade de Medicina – e em terceiro lugar no vestibular geral – penso que o ganho principal que ali obtive foi o de ter aprendido a estudar, com rigor e método. Nesta época eu morava na rua Selênio, ainda na Barroca e tive a sorte de dispor de um quartinho nos fundos do apartamento térreo em que morávamos, ao lado da garagem, coberto com telhas de amianto e um tanto desconfortável. Mas era só meu! Ali eu cumpria, com gos-

to, jornadas diárias de seis a oito horas de estudo, que se iniciavam após um breve descanso logo que almoçava, ao chegar das aulas no Universitário e se prolongavam até dez ou onze horas da noite. Mas devo dizer, com orgulho: nunca passei uma noite em claro estudando, nem naquela época e em nenhuma outra. Eu tinha método e força de vontade para executá-lo, no horário “comercial” mesmo. Minha mãe chegou a se preocupar com minha saúde. Afinal, nunca tinha visto um filho fazer aquilo.

Mas daí pra frente seria tudo (bem) diferente... Dez meses depois: vestibular!

Eu cheguei para fazer a prova escrita, no velho prédio da Escola de Engenharia da UFMG, beira do Arrudas, tranquilo como um monge tibetano. Seria a tranquilidade dos ignorantes ou dos que sabiam tudo? Quinze dias depois pude concluir: eu sabia demais!

O vestibular, naquele ano de 1967, foi cheio de novidades. Ele foi unificado para o currículo biológico (Medicina, Biologia, Enfermagem, Farmácia, Veterinária), antecedendo a unificação geral de alguns anos depois. As provas foram respondidas mediante cartões magnéticos – novidade total para nós – preenchidos obrigatoriamente a lápis, em pequenos traços, por uma questão de condução elétrica da máquina de leitura. Não suprimiram as provas práticas e foi nelas que nadei de braçada, pois me pareceram simplórias demais. Por exemplo, tive que identificar a classe de animal a que pertencia um aparelho digestivo dissecado em uma bandeja. Uma moela enorme e manjada já respondia a questão. E assim por diante.

O que me complicou a vida foi um vizinho de carteira, aliás, da mesa de trás, que me pedia desesperadamente cola. Achei que íamos acabar sendo expulsos, eu e ele. O colador desesperado é hoje um notável cirurgião vascular e creio que age agora por conta própria, sem precisar do tipo da ajuda que lhe fazia tanta falta nos anos sessenta.

## Eu fui boy

No início dos anos sessenta arranjei, ou melhor, meu pai me arranhou, dois empregos, em sequência – os primeiros que tive. O primeiro foi em uma construtora chamada Hiron, nome de seu proprietário, sobrenomeado de Oliveira Santos, onde eu tinha como missão datilografar contratos de venda ou aluguel. Sim d a t i l o g r a f a r! E sem herrar, digo erar, digo errar... Ainda não havia xerox e muito menos impressoras digitais. Felizmente, foram poucos meses, pois nunca fui muito habilidoso em artes manuais ou mesmo digitais.

Episódio da época, que sempre me vem à lembrança, foi aquele dia em que a Avenida Afonso Pena parou. O escritório da Hiron ficavam nos altos do Edifício do Banco da Lavoura, em plena Praça Sete, cruzamento da Afonso Pena com a rua Rio de Janeiro. Pois bem, certo dia de novembro de 1963, estávamos apreciando a paisagem da janela lateral quando – *o que é isso?! –* percebemos que o trânsito de pessoas na Avenida havia simplesmente “coagulado”. Formavam-se pequenos grupos por toda parte e, especialmente no Café Pérola, em frente, onde todo mundo ia conversar fiado, já se formava uma verdadeira multidão, dado o fato que lá havia um aparelho de TV quase sempre ligado. Um boy que nos atendia (eu já entrei promovido a datilógrafo...) foi logo despachado para ver o que havia lá em baixo e voltou esbaforido anunciando: *mataram o Kennedy!*

Como se vê, já se era conectado na época, mas tinha que mandar um portador físico, a pé, verificar diretamente a natureza dos acontecimentos. Naquele dia fiquei livre de datilografar pelo menos uma meia dúzia de contratos, pois nossa cabeça e nossa disposição para o trabalho, que já não era grande, também entraram em estado de coagulação, no que fomos acompanhados do gerente, um tal de Zé Matipó.

Com meu primeiro salário comprei um relógio, um sonho de consumo para a época. Mas creio que o tal objeto de desejo não durou



o bastante para marcar a hora de minha demissão de tal emprego, pois a firma mudara de ramo, passando a fabricar componentes óticos, mudando também de endereço, indo se estabelecer em Montes Claros, no distrito industrial que naquele momento começava a ser implantado ali.

O segundo emprego foi em 1965, ainda na época do Estadual, em um escritório de comércio de pedras semi preciosas de um meio amigo de meu pai chamado Josué Irffi, um libanês esperto pra caramba, que havia ficado rico com a construção civil e também se dedicava à compra, venda e lapidação das tais pedras. Eu trabalhava só à tarde, como na construtora, pois tinha aula pela manhã. Josué era um negociante rígido em seus princípios e na sua vocação de se endinheirar, mas parece que foi com a minha cara e me dava colheres de chá especiais, por exemplo, quando eu tinha provas no colégio. Eu tinha ali uma vaga função de “escriturário” e ele logo me pôs para cuidar da correspondência de uma instituição de caridade que ele dirigia, o Asilo Paulo de Tarso, sendo espírita fervoroso, assim como toda sua família.

Foi assim, que eu passei a redigir cartas de solicitação de doações a empresários e pessoas físicas diversas da cidade, me encarregando de agendar retornos de ligações e contatos. Mas os telefonemas de pedir donativos felizmente eram feitos por uma funcionária. Creio que minha voz ainda meio vacilante e falseteada não me daria muita cancha para isso.

Além de redigir as tais cartas eu tinha de – adivinhem – datilografá-las, porque Josué não considerava de bom tom mandar cartas mimeografadas para pedir dinheiro. Não se esqueçam que o xerox ainda não havia sido inventado.

Na ocasião, para agradar ao patrão que me era tão generoso, me ofereci para redigir a correspondência em inglês, destinada aos contatos internacionais do comércio de pedras semi preciosas. Santa ousadia! Eu tivera apenas aulas sofríveis de inglês no Colégio Estadual, com professores idem e mal ia além daquele *the book is*

*on the table*. Mas não me apertei: levava o trabalho para casa e recorria a meu tio Danilo Coscarelli, casado com minha tia Clarinha, que sabia inglês como ninguém, sendo professor de professores e que me tratava com a fineza e a dignidade peculiares aos meus demais tios, tortos ou retos. Para não abusar dele, eu tentava também criar meus próprios textos, aproveitando as lições que recebia de graça e aí certamente cometia erros vulgares. Mas pouco tempo depois, uma agregada da família Irffi, que estudava inglês em curso de letras tomou meu lugar. Melhor assim...

## Anos de chumbo

Mil novecentos e sessenta e quatro: fatídico ano. No dia exato dos acontecimentos, ou seja, num simbólico primeiro de abril, eu trabalhava em uma escola de datilografia (já fui professor desta arte, acreditem), que fez parte de uma das variadas tentativas de meu pai “abrir um negócio”. Eu escutava pelo rádio de uma sala ao lado os relatos da movimentação de tropas, com evidentes avanços dos mineiros do General Mourão sobre o Rio de Janeiro. Mas não me dava por vencido, achando que aquilo só podia ser intriga dos terríveis *Diários Associados*, sabidamente associados ao golpismo e às forças da direita. Achei que estes termos iam ficar sepultados, como relíquias de um passado, mas ainda hoje, mais de meio século depois, ainda os vejo pulsar. Na minha impotência de militante encarcerado num sétimo andar, sendo obrigado a prestar atenção no téc-téc de meia dúzia de gatos pingados naquelas velhas Remington, fui ao banheiro e atirei pela janela uma garrafa vazia no vão central do edifício. Foi uma catarse de adolescente, mas juro que se pudesse encheria aquela garrafa de gasolina, acenderia um pavio e a atiraria heroicamente sobre um carro de polícia.

Minha ficha só caiu, de fato, alguns dias depois, quando passei de ônibus próximo ao quartel da PM na rua Platina, entre o Calafate



e o Prado, onde nós morávamos, e vi a imensa fila de voluntários, muitos deles quase tão jovens como eu, querendo se alistar para combater a tal “subversão”. Desta palavra, pelo menos, acho que ficamos livres....

Nessa época, como fruto de minha aproximação com Mario Alves Coutinho e Tiago Veloso, comecei a colecionar uma revista de propaganda da antiga União Soviética, impressa em rica policromia e de caráter encomiástico às conquistas do socialismo. Depois daquele fatídico abril, cuidei de levar tal material para esconder na chácara da família, em Contagem. Até que meu tio Virgílio, sempre vigilante, não só por ser simpatizante da UDN, mas por temperamento, se encarregou de botar fogo naquele perigoso pacote. Ele tinha razão, melhor assim. Mas confesso que minha impressão favorável sobre o socialismo na versão soviética demorou um pouco mais a ser eliminada.

Realmente, quem viveu nos anos 60, não escapa de falar de política. Neste campo eu era portador de uma bagagem apenas convencional. Havia “apoiado” Jânio Quadros nas eleições de 1960, por influência direta de meu avô Altivo e meus tios maternos, todos de extração udenista. Mas em 1964 eu já estava convertido à esquerda, que na época era uma palavra com significado mais nítido do que hoje. Devo esta mudança no campo político aos meus amigos Tiago e Mario, já citados. O primeiro, aliás, irmão de Cid Veloso, que foi anos depois Reitor da UFMG e sobrinho de meu tio Lécio (casado com minha tia avó Aurea Goulart), era criado numa família de esquerda. Seu pai, Geraldo Veloso, era um comunista da velha guarda, mas acima de tudo um grande intelectual, sensível à música, à literatura e outras artes, que me brindou com grande camaradagem, por eu ser amigo de seu filho caçula. Este ambiente me fez muito bem e dele emergi não só mais amadurecido intelectualmente como também pretendo militante “de esquerda”.

Em 1964 Tiago, que já tinha seu irmão Geraldo Jr. militando no PCB, tratou no nos alistar no partido. Mas talvez pela nossa idade isso

não se concretizou formalmente, embora tenhamos recebido algumas “missões”, de panfletagem, por exemplo. Creio que isso talvez tenha sido, também, uma espécie de quarentena, habitual nos movimentos clandestinos, em relação aos novos adeptos.

Na segunda metade da década o significado de “ser de esquerda” se ampliou, pois as dissidências habituais se ampliaram, a questão da luta armada voltou à tona e a repressão, inclusive interna às próprias seitas de então, comeu solta. No Colégio Estadual todo mundo tinha tomado partido; os que não o faziam recebiam um rótulo certo: *alienados*. Eu era ligado, por laços de amizade, aos Veloso, sabidamente identificados com o PCB. Mas tinha amigos da Ação Popular (AP), mais próxima à Igreja Católica. Para mim, recém iniciado na política, a questão parecia simples: se nosso inimigo é a ditadura, por que não lutamos todos juntos? Não deu outra: a turma do PCB me acusou de fazer o jogo da AP – e vice-versa. Por pouco não caí na vala comum dos “alienados”. Aliás, curiosamente (ou nem tanto...) ser um dos tais *alienados*, naquele tempo, podia ser até mais confortável, relativamente, do que tomar partido, pois a facção contrária, sempre vigilante, massacrava com mais vigor aqueles que tinham posição definida, mesmo do lado sinistro do espectro, do que aqueles que não a tinham por nenhum lado

Quando entrei na Faculdade, porém, por questão de simpatia pessoal, principalmente com o cara que era presidente do Diretório Acadêmico (DAAB) na ocasião, Zé Celso, me considerei como membro, ou melhor dizendo, simpatizante, da AP. Mas mesmo aí minha posição nunca se definiu por completo, pois os rachas eram galopantes e eu continuava, ingenuamente, pensando que o melhor seria unir forças contra os militares no poder. De toda forma, meu namoro com Eliane, agora firme e com convivência cotidiana, acabou me afastando da política, pois minha companheira, definitivamente, não era dessas coisas.

Em 1968 fora assassinado pela Polícia, no Rio, o estudante Edson Luiz, durante uma passeata. Isso mobilizou não só os estudantes de

Medicina como todo o alunado da UFMG. Nossas lideranças, unidas finalmente contra um inimigo comum, resolveram “tomar” a Faculdade. Como veem, há pouca coisa nova real sob a luz do sol. A primeira medida foi pichar, por cima do nome oficial do prédio principal, referência a um conservador odiado pela estudantada de então, Prof. Oscar Versiani Caldeira, o nome do mártir do momento, Edson Luiz. Ato contínuo, nós montamos – aqui me permito usar a primeira pessoa do plural com propriedade – uma barricada em frente à entrada do prédio, a partir de materiais descartados que abundavam em uma área dos fundos. Sui generis esta barricada, com macas, cadeiras de rodas, armários de metal, mesas cirúrgicas, coisas assim.

Enquanto isso, a Polícia Militar já nos cercava, sem entrar, ainda. A nota pitoresca foi o acoplamento de um eixo com rodas, provavelmente de algum veículo de tração humana, de transportar mantimentos ou roupa suja, com um tubo de chaminé ou coisa que o valha, de forma a figurar um canhão. Nós empurrávamos a tal trapizonga pra lá e pra cá, como se mirássemos os policiais ali em frente, fazendo com que eles, por via das dúvidas, se recolhessem atrás de árvores e de viaturas. Foi bem divertido, até que a tropa de choque chegou e invadiu a Faculdade, sem mais, distribuindo bordoadas e fazendo algumas dezenas de presos, todos liberados no dia seguinte, alguns sendo processados na sequência. A ditadura não só mostrava os dentes, mas agora já mordida.

Um ano antes, ainda primeiranista, eu fora manifestar “de roldão” na avenida Afonso Pena e no Palácio da Liberdade. O móvel era a falta de verbas para o ensino, particularmente no Pronto Socorro Amélia Lins, que pertencia ao Estado de MG. Não teve polícia e nem bombas. Fomos até acolhidos, por assim dizer, nos jardins do Palácio da Liberdade, onde passamos a noite sem que isso incomodasse ao governador de então, Israel Pinheiro, que parecia não ser adepto do cassetete, embora não fosse também defensor de maior diálogo. Na etapa da Afonso Pena passei uma noite indormida debaixo da marquise do edifício chamado Lavourinha, na esquina com

Tamoios. Com efeito, não é todo mundo que teve a experiência de acordar pela manhã, em colchões improvisados, com os pedestres vistos do ângulo de seus sapatos. E com uma fome terrível, saciada um quarteirão acima, na Padaria Boschi, na Tamoios com Rio de Janeiro.

Isso foi em 1967. Um ano depois o tom das queixas dos estudantes havia subido, deixando de lado questões locais, como o tal abandono do PS, em troca de temáticas mais abrangentes, nas quais as palavras de ordem tinham a ver com democracia, liberdade, repúdio à ditadura. Em cada um desses momentos aprendíamos mais um pouco – a primeira lição que a Faculdade de Medicina me deu, de *abrir as orelhas*, além da mente, ia sendo consolidada pouco a pouco.

Naquele ano de 1968, que demorou a acabar (ou nem acabou, como disse Zuenir Ventura), havia uma inscrição misteriosa pichada nos muros de BH. Sim, naquele tempo as pichações eram anônimas, como hoje, mas pelo menos diziam alguma coisa. Aquelas, no caso, proferiam: *tudo certo, mas tá esquisito*. E estava tudo muito estranho mesmo: gente desaparecendo, inclusive colegas nossos de Faculdade, artistas sendo perseguidos ou se auto exilando, políticos sendo cassados. Patrulhas reais, fardadas ou não, trafegavam livremente e faziam estrago entre as pessoas de esquerda.

Em uma manhã de dezembro minha mãe foi a primeira a me dar a notícia, eu ainda na cama: *meu filho, agora é que se tem uma ditadura de verdade!* Estava assinado o ato institucional cinco e o terror agora tinha a chancela do Estado. A raiva que se sente uma hora dessas é inimaginável! Quando vejo ainda hoje pessoas ansiarem pela volta dos militares ao poder, a sensação que tenho é mais de nojo do que de medo. Mas naquele tempo o que nos aguardava nas ruas, nos corredores da Faculdade, nos eventos públicos era tudo isso misturado: terror, desconfiança, medo, repulsa, revolta, nojo. Só quem viveu tempos assim saberá do que estou falando.

## **Amarcord de sabores**

Enquanto isso, a esquerda deblaterava sobre as vírgulas de *O Capital*, ou sobre a interpretação de parágrafos de Lenin ou sobre a conveniência dos *focos* de revolução, se dilacerando antes de concatenar alguma ação política organizada. Entrementes, Che Guevara foi assassinado na Bolívia e a luta armada passou a ser a opção preferencial de muitos. Aí então é que a mão pesada da ditadura se mostrou com toda sua força covarde.

Alguns meses depois do fatídico dezembro, o que já era previsível aconteceu. Meu irmão João Mauricio foi preso na Escola Técnica Federal, onde estudava, depois de uma busca arbitrária e constrangedora, por parte de agentes militares e policiais, na casa de meus pais na rua Cristina. Até sabermos de seu paradeiro e se sobrevivia aos maus tratos que certamente lhe dispensavam, foi um sufoco. Neste momento, entra em cena meu Tio Virgílio, aliás, um personagem essencial na minha vida. Ele tinha contatos entre as autoridades políticas, embora não fosse, nem de longe, o que se poderia chamar de agente da ditadura, embora sem dúvida simpático ao movimento de 1964. Graças a ele pudemos saber que João estava recolhido ao DOPS, na Avenida Afonso Pena e que aparentemente estava bem – vivo pelo menos. A extensão dos danos que sofreu na ocasião só se soube depois...

João Mauricio esteve alguns meses preso, depois respondeu a processo em liberdade e finalmente foi absolvido de tudo o que lhe acusavam, graças ao trabalho de um notável advogado de presos políticos de então, chamado Geraldo Magela. Não sei se este cara já teve sua história contada, mas pelo que sei foi uma figura marcante, ao defender seus clientes como um leão, ao mesmo tempo que ironizava e tripudiava dos algozes e juizes da ditadura. Quem sabe este notável Magela não merecesse um livro, ou um filme?

Quando visitava a casa de João Mauricio, durante algum tempo, cumpria um ritual que sempre me dava grande prazer: enfiar a cabeça na caixa vertical aberta daquele piano Pleyel que nós todos conhecemos e aspirar com sofreguidão o cheiro de madeira velha, tão peculiar, que entrava ano, saía ano, continuava ali guardado. Então me penetravam os sentidos um sem número de aromas e sabores que marcaram minha infância, na rua do Ouro, na casa ancestral de Vovó Dodora e Vovô Altivo, além de outras casas da família. Recordo-me disso, ao iniciar estas linhas, para deixar claro que tenho uma tremenda memória para coisas assim. Dizem que eu tenho uma memória enorme para fatos, não sei bem se é assim, mas das comidas, dos sons e dos cheiros de minha infância, realmente não me esqueço.

Entre outras alegrias, creio que tivemos, meus irmãos e eu, uma infância marcada pelas boas comidas e também por bons rituais em torno delas. Uma de minhas lembranças mais antigas é a da fabricação de goiabada na chácara de Contagem, em uma pequena cozinha anexa, na qual um fogão de lenha foi preparado com um tipo de cavidade em formato de bacia, na qual se encaixava perfeitamente o tacho de cobre adequado ao mister. A pasta espessa, de tom marrom avermelhado, mexida com longas colheres de pau, em inquieta erupção que formava crateras aqui e ali, logo se desmanchando, compunha um espetáculo inesquecível. Às crianças era permitido, apenas, observar de longe, pelo risco de queimaduras. Mas mesmo assim, era muito divertido. E melhor ainda ficava quando, ao final, éramos autorizados a degustar a “rapa”, nos próprios tachos já resfriados. Uma história da época: João Mauricio, ao ser solicitado informar qual o doce que mais o deliciava, não teve dúvida: é a rapa!

Mas goiabada era apenas uma das delícias, entre tantas outras. Sempre gostei muito do doce de laranja em calda, iguaria um tan-

to amarga e nem sempre apreciada pelas crianças. Mas eu, desde sempre, amava. Aliás, deve ser por isso que aprendi a fazê-lo (acho que até razoavelmente) e até me meti a poetizar sobre o mesmo. Melhor ainda quando o doce de laranja-da-terra era moído e transformado em pasta de se cortar, a *laranjada*, que anda desaparecida das mesas da família. E neste terreno das frutas, tínhamos do que gabar: doce de banana seja em pasta, em calda queimada, além da tradicional banana frita com canela e açúcar; doce de figo, em calda e em pasta (delícia!); doce de mamão, de *espelho*, em talhadas, enroladinho, com rapadura, etc. Aliás, do mamão se fazia doce até do miolo branco do tronco do seu pé. E mais, doce de carambola, geléia de jabuticaba (na Chácara tinha *apenas* uns trinta ou quarenta pés dela), doce de manga. E se espremer a memória ainda vou me lembrar de mais especialidades...

Havia também certo tipo de doce, modesto em sua origem, mas igualmente de eterna e adorável lembrança. Era aquele que resultava do aproveitamento de determinados alimentos, uma espécie de subproduto dos mesmos, mas que apesar disso era saboreado em clima de festa. Lembro-me, especialmente, do doce de leite talhado – vocês se lembram: encaroçadinho, meio ácido, queimado na medida? Uau! E não pode ficar de fora dessa lista a banana em calda, da qual falei acima, uma especialidade de Favita, que dava àqueles pedaços de banana caturra, que de outra forma iriam para a lata de lixo, o *auxílio luxuoso* de uma calda de açúcar moreno-dourada. Tinha também o arroz-doce, mas este, coitado, acabou deixando lembranças menos agradáveis, pelo menos para mim, não sei se para meus irmãos...

A história do arroz-doce é a seguinte: Claudia, nossa eterna caçulinha, foi acometida durante seus primeiros anos de vida de dores de barriga atroz (para ela e para os circunstantes...). Assim, a receita da época – e creio que ainda de hoje, que nos confirmem os pediatras da família – era ministrar aos pequenos doentes alguns litros de água de arroz por dia. E este produto, como sabem, provém do cozimento do arroz, que sobra no processo. Em nossa casa não so-

brava, pois era transformado em arroz doce. E tome arroz doce... Não tínhamos o privilégio, à época, de sobremesa doce todos os dias (Da. Flavia, não se sinta autoritária e ranzinza, isto é um *must dieteticamente correto* nos dias de hoje!), mas com o arroz-doce era outra história: podíamos comê-lo à vontade. Só que com pouco tempo, sobrevinha um efeito de *overdose* e ninguém mais queria saber dele. Mas agora, tantos anos passados, eu daria tudo para comer daquela sobremesa de novo! Portanto, Claudia e Favita, não precisam ter crises de consciência só por causa disso...

E por aí vão minhas memórias gastronômicas... Para ficar no apenas no trivial, evoco aqui as lembranças de rabanadas, ovos nevados, pavês, docinhos de damasco, fatias de amendoim, pudim de pão (injustamente alcunhado de *engasga-lobo*), *amor-em-pedaços*, broinhas de milho, *casadinhos* e outros biscoitinhos diversos, além de tanta coisa mais. E olha que meus quilos a mais e a meu pâncreas de menos me dizem que não convém exagerar nos doces! Mas tem também o capítulo dos salgados – não menos refinado e variado, que vai do simpático *maneco-sem-jaleco* (as novas gerações nem suspeitam do que seja), passa pela proverbial torrada com pasta de espinafre com queijo e ovo (que depois ganharam o nome de *bruschetas*), até chegar ao grande momento da sopa de bolinhas de queijo, para não falar das costeletas de porco fritas, da canjiquinha, do creme de milho. Ah, sim, não me esqueci da queca de Favita, apenas deixei-a para ser homenageada no final: divina, maravilhosa, succulenta, olorosa, sofisticada – cabem nela tantos adjetivos quantos são seus ingredientes.

É duro ser diabético nesta família... Ainda bem que a natureza me deu vinte e dois anos para aproveitar tantas comidas condignamente! E eu confesso que não perdi tempo. É bom ter apetite; é bom ter estas comidas ao nosso alcance, inda mais agora com essas *Receitas de Favita* à mão; é bom pertencer a uma família onde estas coisas são cultivadas e apreciadas e já vão passando através das gerações, como bem o atestam Myrinha, Daniela, Nanda e outros membros



mais do Clã. Parabéns para Favita! Parabéns para nós todos! Bom apetite!



Pós-escrito: *Receitas de Favita* foi um livreto produzido por minha filha Nanda, reunindo a vasta, histórica, sabedoria culinária de sua avó Favita, lançado, com honras, no ano 2001 ou 2002.

## Minha iniciação espiritual

Sou de família católica, como, aliás, a maioria dos brasileiros que nasceram na mesma época do que eu. Na minha infância e juventude havia também pessoas protestantes, divididas em três ou quatro denominações, com as quais se convivia civilizadamente na escola, na vizinhança, nas opções políticas ou em qualquer outra questão ou lugar. Ainda não tinham prosperado as tais denominações pentecostais em suas diversas variações, muito menos as igrejas-negócio que hoje pululam por toda parte. Vivíamos em estado de paz e tolerância entre todos, fossem calvinistas, kardecistas, animistas das religiões africanas e mesmo comunistas e outros ateus ou agnósticos. Era um mundo mais respeitoso, cortês e suave, sem dúvida. De parte a parte.

Meu catolicismo vem de família, mas mesmo no seio dela sempre houve quem divergisse da norma. Eu tinha tios, por exemplo, que eram espíritas e até mesmo ateus, embora esta última condição não sempre fosse declarada. Na minha casa tínhamos a habito de ir à missa nos domingos, pai, mãe e filhos, todos postos em suas melhores fatiotas. Nas sextas feiras da quaresma comíamos peixe (e bem que comemorávamos aquelas sardinhas fritas à milanesa, consideradas iguarias excepcionais, pelo menos para mim) e na última de tais sextas passávamos o dia em regime de contrição, sem canta-

rolar, rir, ou mesmo ligar o rádio. Como a maioria fazia, aliás. Mas tudo sem maior exagero.

Por algum motivo, ali pelos oito ou nove anos de idade fui acometido de um profundo sentimento místico. Tomei então a iniciativa de me inscrever como coroinha na Igreja de São Cristóvão, a nossa paróquia em Belo Horizonte. Fiz isso por mim mesmo, mas sem deixar de ser apoiado por meus pais. Eu já tinha feito a primeira comunhão e comecei a achar tudo que era ligado à igreja maravilhoso e elevado.

Talvez não conhecesse de verdade um lado escuro da Santa Madre Igreja, vivenciado, frequentemente, por aqueles que estudaram em colégios confessionais. Ali havia, sem dúvida, repressão, intimidações e até mesmo assédio. Mas isso simplesmente não chegava a mim – ou eu não tinha ainda capacidade para entender tais coisas. De toda forma, minha tia Teresa Julieta, quase da minha idade, estudava em colégio católico, o Imaculada Conceição e lá, aparentemente, este tipo de problema não era relevante ou preocupante. Minha mãe e minhas tias, irmãs dela, também tiveram experiências semelhantes, no Colégio Sacré Coeur de Marie, em BH, ou no N. S. das Dores, em Itabira, porém sem maior trauma do que aquele experimentado por minha mãe, de ter sido interna, exilada da família por algum tempo. Imagino que isso deve ser uma experiência devastadora para uma criança, mas naquele tempo era algo aceitável.

Mas o fato é que eu me encantei com o ritual católico e era com enorme emoção que eu vestia a pequena batina vermelha com aquela sobrepeliz branca e rendada que era usada pelas crianças que “ajudavam a missa”. Era descomunal o meu orgulho de me exibir com aquilo e estar junto ao altar, na frente de todos, tocando aquela campainha em determinados momentos (não se podia errar a hora do toque, seria o vexame total...). E o que era mais emocionante: responder, no mais puro latim, às palavras do celebrante. Eu não entendia patavina do que dizia naquele momento, mas muita coisa entrou na memória e não saiu até hoje, por exemplo: *dominus vobiscum; et com spiritu tuo; sursum corda; habemus ad dominum;*



*ite missa est; agnus dei quid tolis pecata mundi; dona nobis pacem.* Aquilo realmente era chique demais!

Certo dia, tive mesmo a impressão de ser alvo (ou quem sabe causador) de um verdadeiro milagre. Eu tomei emprestada uma das tais batinas, esta preta como a de um padre de verdade, para participar de uma festa junina na escola que eu estudava, vizinha da igreja de São Cristóvão. Quando terminou a festa, eu estava achando uma maravilha estar ali vestido de padre, no meio de meus colegas, certamente alvo de olhares invejosos – ou, pelo menos, assim eu via me sentia. Estiquei aquela sensação prazerosa até onde pude, mas tive que sair para devolver a batina, que o padre Carlos me emprestara com a condição de devolvê-la até certo horário.

E foi assim que saí paramentado pela rua a fora, o que sem dúvida prolongou meu gozo espiritual, já desencadeado entre as paredes da escola. Foi eu sair e o céu se fechou, começando a cair grossas gotas de chuva, o que me preocupou, pois afinal pegaria mal ter que entregar a vestimenta molhada ao padre. Mas para espanto meu, tive a sensação que aquelas gotas não me atingiam, não molhavam a sagrada veste que eu usava! Pronto, pensei: *Deus me contempla com um milagre! Só pode ser isso, estou bem começado!*

É claro que não me ocorreu, nem de longe, que aquela chuva era muito reles para molhar alguém, nem mesmo um bobo como eu. Mas diante de tal “revelação” achei ter encontrado uma vocação da qual eu não poderia mais fugir. Vi minha ideia reforçada pelo fato de ter chegado à igreja com a roupa completamente seca, esquecendo-me que se o trajeto fosse um pouco maior talvez as coisas se sucedessem de modo bem diferente, e que eu certamente ganharia uma tremenda bronca do senhor vigário por ter molhado os paramentos eclesiais.

Isso durou algum tempo. Espalhei na família que eu queria ser padre, um pouco pelo entusiasmo (aqui tal palavra vale em sua acepção etimológica integral) que eu sentia, um pouco também

porque viviam me indagando aquele clássico “o que você quer ser quando crescer” – e eu nunca fui de deixar perguntas sem resposta.

Conheci, na ocasião, um garoto pouco mais velho do que eu, que às vezes também ajudava missa em São Cristóvão. Ele era seminarista, no Caraça, o famigerado instituto religioso encrustado nas montanhas de Minas. Quando eu lhe indagava sobre sua vida no seminário ele se fazia de distante, superior. Mas eu o respeitava mesmo assim. Mas via algo de estranho ali, ele era uma pessoa fechada, e me parecia ser alguém triste também. A isso se juntaram outros sinais: ele tinha uma mancha estranha, branquicenta, no rosto e tresandava um cheiro mais estranho ainda. Aquilo deve ter me encucado. O fato é que aos poucos a ideia da carreira religiosa foi me abandonando, embora eu continuasse católico e papa-hóstias.

Na ocasião, a Paróquia organizou uma sessão de cinema no Cine São Cristóvão, com um clássico espanhol carola chamado Marcelino Pão e Vinho. Quem é da minha geração e teve formação católica certamente já ouviu falar. Como já mencionei, de passagem, antes, lá pelo meio da sessão o senhor vigário veio sentar ao meu lado e danou a me fazer perguntas esquisitas, se eu era um bom menino, se obedecia meus pais, se não batia nos meus irmãos, coisas assim. Não passou disso, mas aquele homem de barba malfeita, de voz grossa, sussurrando coisas quase no meu ouvido me perturbou um pouco. Chegando em casa contei para minha mãe, inocentemente, acho até que justifiquei o ocorrido como uma espécie de entrevista para me promover na função de coroinha. Mas vi que ela ficou preocupada, pois me fez muitas perguntas. E, pelo que me lembro, minha avó Dodora também ficou sabendo da história e mostrou-se preocupada. Eu não entendia bem aquilo, mas de toda forma a minha chama vocacional religiosa já estava em declínio na ocasião. Não passou de um fogo de palha.

O Padre Carlos, nunca mais vi, a não ser nas missas, que eu também logo deixei de frequentar, inclusive por ter mudado de bairro. Ou melhor, quase vinte anos depois, eu já formado em Medicina, trabalhei como plantonista no Hospital Municipal Odilon Behrens,

vizinho de minha antiga Igreja de São Cristóvão. Numa noite de plantão fui chamado para atender um paciente agonizante num dos apartamentos privados. Logo o reconheci, era o Padre Carlos. Isso não tem nenhuma relação de causa e efeito com a história acima. Seria apenas uma daquelas coincidências meio sem sentido que a vida nos apronta.

Pois bem, passados mais uns poucos anos, eu me cansei de missas e igrejas. Comuniquei isso de maneira intempestiva a meus pais, que ainda insistiam na frequência dominical familiar coletiva a tais rituais, como convinha a um adolescente rebelde. O mundo quase desabou sobre mim, mas aguentei firme. Um a um, os meus outros irmãos todos tomaram o mesmo rumo, em pouco tempo.

Dando um salto de mais de cinco décadas, voltei a me interessar por ambientes e rituais católicos mais recentemente. Mas aí, no caso, já diferenciando *religião* de *espiritualidade* e tendo como foco um local apenas, a graciosa capela do Mosteiro de São Bento em Brasília. Ali assisto esporadicamente a “vésperas” e missas, ligando-me, especialmente, ao cantochão gregoriano, em que pese ser o mesmo executado de forma apenas rudimentar pela dúzia de monges que ali residem.

Uma vida espiritual um tanto carente de substância, como percebem. Mas é o que me foi dado vivenciar.

## Minha formação humanística

Minha família não chegava a ser um exemplo acabado de intelectualidade. Mas vamos por partes.

Meu avô Altivo, este sim, tinha luzes. Formou-se advogado no Rio de Janeiro no começo do século XX, chegou a publicar poemas e textos de feição *symbolista* em revistas literárias, introduziu ao irmão Carlos (segundo o próprio) boas e clássicas leituras. Em sua casa havia livros, muitos livros, particularmente, pelo que me lembro, de

literatura jurídica. Mas tive a sorte de pegar alguns para mim quando a casa de minha avó se desfez, na década de 70, e entre o que recolhi havia alguma filosofia e literatura. Mantenho dois desses alfarrábios comigo até hoje: um livro de Hypolite Taine, um filósofo positivista e outro de Maurice Maeterlink, um literato simbolista – ambos franceses.

Na minha infância, lembro de algumas discussões acaloradas, embora amistosas, entre meus tios maternos, com citações literárias e filosóficas disparadas meio a esmo e talvez sem total fundamento. Por exemplo, Schopenhauer, o italiano Pitigrilli, Guerra Junqueiro, além do indefectível Alan Kardek, eram citados de forma habitual. *O Encontro Marcado*, de Fernando Sabino, lançado em meados da década de 50, foi muito comentado nas rodas da família, com as devidas ressalvas que deveria ser afastado da curiosidade dos menores (no caso, eu) por ser considerado “impróprio”. Mas certamente tudo isso denunciava que ali se lia alguma coisa.

Já do lado dos Goulart nada disso acontecia. Mas não os reprovoo por isso. Herdei deles coisas de outra espécie, mas que valorizo muito também.

Aquelas conversas à mesa dos Andrade eram também ricas em manifestações um tanto conservadoras, do ponto de vista político, mas não fascistóides, é bom que se diga. Meu avô tinha ligações antigas com a União Democrática Nacional (UDN), sendo seu fundador em Itabira e além disso era um anti-varguista convicto. O grande ídolo da família era Carlos Lacerda. Nas eleições de 1960 Jânio Quadros deve ter obtido 100% dos votos do clã, exceção feita a meu pai, adepto de JK e homônimo do então candidato a vice-presidente, Jango, tendo apoiado, naturalmente, o titular da chapa, o Marechal Lott.

Eu, que já tinha uns pendores igualitários e progressistas, era frequentemente criticado por alguns dos meus tios: *você quer a igualdade para todos? Veja bem, nem os dedos da mão são iguais!* Não posso reclamar; isso era feito de maneira sem dúvida suave e até contribuiu para que eu, diante da irrelevância e do vazio de tal

argumento, mais ainda me afastasse para a esquerda – pelo menos em comparação a eles.

Mas não deixava de ser um ambiente amável de discussões, embora um bocado exaltado, por vezes. Mas o fato é que não me lembro de alguém ter rompido com algum irmão ou sobrinho por causa dessas eventuais divergências de opinião. E em tal cenário eu posso me considerar, ainda hoje, um privilegiado, pois era o neto e sobrinho mais velho, a quem era conferida a honra de participar, desde muito cedo, daquelas “conversas de adultos”.

Mas devo dizer – e o faço com bastante convicção – que o ambiente onde minha formação intelectual, do ponto de vista político e humanista de fato evoluiu e se aprofundou foi o do Colégio Estadual de Minas Gerais. Já escrevi sobre isso aqui e não canso de insistir no enorme privilégio de estar ali durante a primeira década dos anos sessenta, ao lado de tantas pessoas que se tornaram notáveis e de professores marcantes, embora alguns, entre uns e outros, nem tanto. Mas no Estadual havia, acima de tudo, um ambiente aberto e ventilado, onde os impulsos de progresso e liberação de costumes já se faziam presentes desde o início da década. É claro que havia também a presença de um “outro lado”, reacionário e conservador, seja por parte de alunos ou, principalmente, de professores, mas sem dúvida este polo era minoritário.

O fato é que eu, até então apenas um garoto, tinha acabado de deixar para trás as proverbiais calças-curtas do Grupo Escolar e adentrava agora em um novo mundo, pleno não só de hormônios, mas também de debates, de contradições, de coexistência com diferenças, no qual se assumir com uma posição política definida fazia diferença. Aliás, era obrigatório. A pior coisa que alguém poderia dizer de outra pessoa, na ocasião, seria lhe aplicar o epíteto de “reacionário”, destinado não só aos conservadores como aos sem-posição de maneira geral.

E eu entrei com total vigor neste universo. Associei-me logo a um grupelho que se dizia “terrorista”, talvez influenciado pela leitu-

ra, já agora liberada para mim (na verdade, ainda de forma meio clandestina), de O Encontro Marcado, onde Eduardo, Hugo e Mauro assumem algumas atitudes que consideravam de tal gênero. Nossos “atentados” consistiam em deixar em locais ermos do colégio, o portão meio abandonado da rua Antonio de Albuquerque era o preferido, de verdadeiras bombas-relógio, compostas por cigarros (que começávamos a curtir, também de forma clandestina) atochados a bombas “cabeça de negro”, de tal modo que explodiam daí a algum tempo, quando a brasa chegava ao pavio das mesmas. Isso é, quando tal coisa acontecia, porque aqueles mata-ratos infames às vezes nem queimavam por inteiro. E assim, algum tempo depois, em plena aula, vinha aquele estrondo que abalava as estruturas de concreto boladas por Niemeyer, assustando alguns e deixando outros com ar de realização profunda.

Mas aos poucos fomos ganhando mais consequência em nossos atos.

Aí é que entram alguns professores supimpas, embora ao lado de outros nem tanto.

Falemos dos melhores, pois não caberia aqui falar aqui dos reações consumados que andavam por lá, mesmo que não se lhes possa negar competência escolástica. Muitos deles eram também professores, inclusive alguns catedráticos, da Faculdade de Filosofia da UFMG, situada a poucos quarteirões do Colégio, na rua Carangola.

Mas para citar alguns dos melhores, dos que me ficaram na lembrança, pelo menos, havia gente do calibre de Romilda (Química), Iracy (Português), Clara Grimaldi (Português), De Brot (Francês), Juscelino Paraiso (Geografia), Reis (Ciências), Ernesto (Geografia), Ana Mazur (Francês), Durval (Português), Eder Simões (Português), Zé da Paz (História), Rubens Romanelli (Latim), João Moreira da Rocha, vulgo Joãozinho da Pré-História (História), Barbosinha, supostamente o codificador do futebol de salão no Brasil, além de diversos outros. No polo oposto, Wagner Brandão, Wilton Cardoso, Amaro Xisto (que não tiravam terno e gravata nem para dar aulas a

nós adolescentes) e a sobrinha deste último, Maria José de Queiroz, terrivelmente autoritários, mas competentes em suas áreas. Sem esquecer de Alcides e Irineu, que cuidavam da disciplina, mas o faziam em regime de franca camaradagem com os alunos, sem deixarem de ser bem-sucedidos em tal missão civilizatória. O tempo já me fez esquecer muitos nomes. Não que fossem todos de esquerda, mas era gente com perfil de educadores, que sabia estimular os alunos, sendo por nós reconhecidos, alguns deles, pelo menos, como verdadeiros ídolos. E principalmente dos professores de língua e literatura vinham estímulos poderosos para que a gente lesse muito e não se detivesse diante de dificuldades de apreensão – eles estavam ali para nos ajudar.

E o mais importante: naqueles corredores havia total liberdade de expressão, melhor dizendo, um verdadeiro culto a isso, como valor real. Assim, devo ao Colégio Estadual dois pilares da minha formação intelectual, na literatura e na política. Creio que muitos dos que por ali passaram devem ter recebido esta graça, também.

Na literatura, não posso deixar de lembrar a professora Clara Grimaldi, de quem o estímulo nos vinha através não só através das leituras obrigatórias e muito bem selecionadas, mas também de uma sistemática insistência naquelas então denominadas “composições”, depois “redações”, que ela nos impunha como exercício e eram todas devidamente comentadas e analisadas por ela, de forma pública ou mediante notas de rodapé. Para mim, ela disse muitas vezes: *você leva jeito para a coisa*. Ou algo assim. E isso marcou minha vida e certamente gerou esta minha pretensão de escrever, como faço agora.

E foi assim que comecei com Manoel Antônio de Almeida, José de Alencar, Joaquim Manuel de Macedo e cheguei a Machado de Assis, Lima Barreto, Graciliano Ramos, Jorge Amado, José Lins do Rego, Humberto de Campos, Fernando Sabino, Rubem Braga e muitos outros. Para não falar de Drummond, Vinicius, Bandeira, Olegário Mariano, Menotti Del Picchia, João Cabral e tantos mais. A sensação que tenho é que meu ritmo de leituras nesta fase da minha vida, ou

seja, dos 12 anos até fazer vestibular, foi infinitamente superior aos anos que vieram depois, pelo menos do ponto de vista quantitativo. Eu me tornei leitor cadastrado da Biblioteca Pública, situada na Praça da Liberdade, não muito distante do Estadual, que passei a frequentar quase que semanalmente, sempre devolvendo um livro para pegar outro.

Mas teve também o germe da política...

Passada a fase terrorista, na qual, aliás, ninguém foi ferido ou magoado, apenas alguns se assustaram, o destino natural foi mergulhar na atmosfera política do Colégio Estadual. Sobre a turma da direita não posso dizer nada, pois não a frequentei e nem tive amigos de tal lado. Mas o fato é que eu logo me identifiquei e me senti mais confortável com os da esquerda. Mas aí começava um grande problema: a “quem” na esquerda deveríamos acompanhar? Por que já eram fragmentados – e inconciliáveis, muitas vezes.

Os opositores principais do pessoal de esquerda, na época, eram os rapazes de uma facção chamada de “Congregados Marianos”, ligado à ala conservadora (e dominante, à época) da Igreja Católica, tendo como liderança máxima o Arcebispo Antônio dos Santos Cabral, o mesmo que impediu a consagração da Igreja da Pampulha, por ser obra do comunista Niemeyer. E com esta turma a esquerda pegava pesado, inclusive fazendo imitações grotescas de suas atitudes pias e recatadas, nas quais o jornalista e escritor Humberto Werneck, meu contemporâneo no Estadual, era mestre insigne.

Creio que a corrente principal na dita esquerda fosse a dos comunistas propriamente ditos, termo que já era palavrão na época. Isso implicava em que quem porventura aderisse a tal grupo mantivesse o bico calado. Já havia se estabelecido a histórica fissura entre os de linha “russa” e “chinesa” e isso tinha alguma implicação na adesão de simpatizantes, no sentido de formarem opção e convicção por uma coisa ou outra. Mas havia também outros grupos se movimentando à esquerda, dispostos a denunciar o estalinismo e



as tradições autoritárias dos velhos PCB e PCdoB. Naquele momento, portanto, havia esta turma “católica”, que se diferenciava – aliás, radicalmente – daquela dos citados “congregados”. Tais católicos da esquerda política, como se sabe, provinham de certa militância política desde os anos 50, nas famosas “juventudes” estudantis, universitárias e operárias (JEC, JUC e JOC) e acabaram se organizaram sob a denominação de Ação Popular.

Este era o cenário: quem tivesse, entre nós estudantes, inclinações de esquerda, ou pelo menos de oposição ao regime militar, naquele momento (pois 1964 já havia desabado sobre nós) tinha que optar entre uma coisa ou outra (ou mesmo outras mais, que foram surgindo com o tempo). Ou comunista no velho sentido ou católico de esquerda. Eu tinha amigos nos dois lados e fui puxado por eles em ambas as direções, como já comentei antes. Tive um primeiro flerte com os prestistas, russos, o que me exigiu algumas emocionantes sessões de panfletagem pelas noites e madrugadas de BH, mas depois acabei nos braços da AP, onde as relações entre as pessoas me pareceram mais fluidas e transparentes, menos neuróticas, para dizer a verdade. Os primeiros se ouriçaram contra mim; entre os outros, todavia, não sei se cheguei a usufruir de total confiança.

Como se vê, a briga nas esquerdas é antiga. Aliás, bem mais antiga do que mostram estes singelos acontecimentos do início dos anos sessenta, envolvendo mentes e corações ainda mais singelos, ou mesmo simplórios, como era o meu caso e o de muitos militantes da ocasião.

Para ser sincero, as ações políticas possíveis naquela ocasião consistiam basicamente na participação de discussões intermináveis, nas quais, não raramente, os inimigos mais visados eram os membros de outra corrente de esquerda. E mesmo assim, facultados tais debates apenas para os que ascendiam a posições de liderança e comissariado, o que nunca foi o meu caso.

Na faculdade, confesso, minha militância foi também um tanto superficial, mas já sintonizado com o ideário da AP, mas sem me meter

mais profundamente nas notas de rodapé que os militantes mais radicais apreciavam levar a sério, em seus debates intermináveis e muitas vezes ferozes, disputando espaço com as correntes rivais. Fui a passeatas, acampeei no Palácio da Liberdade, me manifestei nas escadarias de São José, enfrentei a polícia numa absurda invasão da Faculdade de Medicina, dormi debaixo de uma marquise na Av. Afonso Pena para fugir da chuva e da falta de dinheiro para um taxi. Nada de exclusivo, muitos fizeram isso junto comigo e até foram mais além, sendo torturados e até perdendo a vida.

Logo veio 1968 e num dia de dezembro, como já contei, eu acordei com minha mãe, que não se metia em política, avisando a mim e a meus irmãos homens, que já começavam a botar as asinhas de fora, que havia uma ditadura no Brasil agora, e que nós tomássemos muito cuidado. Era o AI-5 chegando.

Na sequência, comecei a trabalhar, primeiro com aulas particulares, depois nos colégios Arnaldo e Champagnat, passei a dar plantões no Pronto Socorro e a namorar firme com Eliane, com intenções sérias e urgentes de casamento. E minha militância, que já era rasteira, se dissolveu. Meus dois irmãos foram presos, João inclusive foi torturado no DOPS e eu carreguei pela vida a fora um sentimento de que talvez eu devesse ter feito mais em termos de militância política.

Um dia, num plantão no hospital militar, fui chamado a atender um rapaz, da minha idade praticamente, que havia sido torturado e tinha ficado paraplégico como resultado das sevícias que sofreu nas mãos da polícia. Naquele dia minha culpa se exorbitou e eu em poucas semanas me coloquei para fora daquela missão intolerável. Revoltado, mas incapaz de alguma reação mais forte.

O que me consola é saber que naveguei num mar de equívocos, seja relativo às dissensões na esquerda, seja em relação à rejeição liminar de quem pensasse de alguma forma diferente, ou mesmo pelo temor em ser preso e torturado pelos agentes daquilo que foi, sem dúvida, o maior equívoco de todos: a ditadura militar. Eu talvez tenha apenas cometido o erro de cuidar da minha vida e procurar



corresponder ao investimento que a sociedade e minha família fizeram para que eu chegasse até ali.

Mas não deixo de reverenciar e respeitar aqueles que se arriscaram e se meteram em confusão mais grossa – e muito sofreram por isso – como foi o caso de meu irmão João Mauricio e muitos outros abnegados, sem dúvida mais valentes do que eu.

### **Faltou cumprir-se o jornalista**

Nos anos 60 fui visitado por outro sopro vocacional que não prosperou: o de ser jornalista. Ainda hoje me pergunto se não teria sido mais feliz nesta profissão. Não é à toa que hoje me vejo muito mais como um redator de documentos de sínteses e análises em saúde do que propriamente como médico. Troquei o estetoscópio pela caneta, ou melhor, pelo computador e pelo *word*...

Foi assim que me envolvi, no ambiente colegial, com a criação de jornaizinhos. Um primeiro, nos anos inaugurais da década, denominado *O Flagelo*, teve como cúmplice meu colega Ramon Cosenza, que fez carreira na Faculdade de Medicina da UFMG como docente e pesquisador. O jornalismo também não foi seu destino, com certeza, tal como o meu. O jornaleco não flagelou ninguém e se o fez foi por apenas um ou dois números. Lembro-me de ter escrito um texto para ele, uma pequena crônica, descaradamente copiada de Stanislaw Ponte Preta. Confesso...

O segundo destes periódicos veio dois ou três anos depois, quando eu já frequentava o ambiente da “Turma da Barroca”. Chamava-se *O Grito* (notem os títulos chamativos) e tinha como companheiros de redação dois amigos aos quais me ligaria profundamente, Mauro Marcio e Erix Mafra. Foram três ou quatro edições, duas das quais sobreviveram incólumes, tendo como contribuição mais destacada os textos um tanto surrealistas e poéticos de Mauro. Eu devo ter

escrito qualquer coisa, talvez agora com o pudor de não copiar ninguém diretamente, mas sem nenhuma garantia de qualidade.

Meu terceiro jornal, este do tipo “eu sozinho”, chamava-se simplesmente “PH” e foi escrito, em sua única edição, a caneta esferográfica em uma longa folha de papel higiênico barato. Era um mural, afixado em uma pilastra na entrada principal do Colégio Universitário da UFMG, que eu cursava em 1966. Começava, concretamente, com uma matéria chamada “Um furo de reportagem”, na qual o que se via era apenas um furo no papel. Mais anarquista e descolado, impossível. Mas faltou tempo para mais, embora este único número tenha me divertido bastante – e aos leitores também, segundo me informou o Ibope informal que me tinha como pesquisador e analista. Além do mais, urgia aproveitar melhor o tempo, sem desvios, pois no horizonte já pairava o fantasma do vestibular.

E assim terminou uma carreira que nem começou.

# Novicado

# 2

Lição de anatomia

Um Rondon às esquerdas

Um enorme passo para a humanidade

Valdemar, o barbeiro

Nem tudo são flores na vida de um noviço

Hospital Amélia Lins: minha segunda escola

Eu confesso: fui professor aos 21 anos

Uma virada do destino

Médico e diabético: um depoimento

E a medicina, a que será que se destina?

Apontamentos para uma sociologia da vida  
estudantil dos anos 60

O caso Macrino

As sete vidas de seu Joaquim

Incompatibilidade de gênios

capelunha, excludo licenças. Assim, veio a seguir  
daria por possível a definição por sua supção por

*Na década dos sessenta, entrei menino, saí médico. Aluno medíocre e relapso, como num passe de mágica passei no vestibular para medicina da UFMG – e em terceiro lugar. O nome disso não é apenas “sorte”; houve virtude também, devo dizer a meu favor. Este meu “noviciado” me trouxe muito mais que a formação acadêmica. Conheci a mulher com quem vim a me casar alguns anos depois e com a qual dei ao mundo três filhos bacanas, dos quais muito me orgulho. Tentei uma aproximação com a política, mas confesso que consegui apenas uma imersão rasa e desconfortável em tal mundo. Repudiei a ditadura e tudo que cheirasse a ela, tive um irmão preso, cheirei gás lacrimogênio, ganhei uma bolsa para os States, fiz muitas amizades, mas poucas delas permaneceram comigo até hoje. Na formação médica o máximo que consegui foi uma indefinição da qual só me libertei dez anos depois, quando finalmente cheguei à conclusão que meu negócio não era tratar de doentes individuais e deitados, mas sim coletivos e em marcha. Casei quase virgem em 1971, ainda na condição de estudante. Fui feliz e infeliz, misturadamente, conforme está em um conto de Tutameia, de Guimarães Rosa.*

## Lição de Anatomia

Primeiro dia de Faculdade... A aula que assisti é impossível de ser esquecida, magna, na melhor acepção da palavra. Entramos no grande auditório da Faculdade, no antigo prédio da Avenida Alfredo Balena e lá nos esperava uma penca de professores, vestidos com longos jalecos e até alguns em paletó e gravata. Assistimos uma hora inteira de peroração empostada, que culminou com um teste de conhecimentos médicos e perguntas diretas a membros da plateia. Teve gente que tremia, inclusive eu, confesso. De duas dessas perguntas de que ainda me lembro: “como diagnosticar a condição chamada *flatus morbidus acutissimus*? Qual a indicação terapêutica do hálux? No final, como a potestade que coordenava os trabalhos tinha falado em exercícios a serem cumpridos para uma próxima aula magna, acerquei-me dele cheio de respeito para saber qual seria exatamente a tarefa demandada. A resposta que ouvi foi taxativa e me trouxe de volta à realidade: *abre as orelhas, calouro!* Cesar Augusto de Barros Vieira era o nome dele; não era professor, mas apenas quintanista e se tornou um grande amigo meu.

Aquilo foi apenas um trote, repetido a cada ano, por sinal, mas no qual ninguém matava, ninguém morria. O que poderia ser chamado hoje de *bullying* era apenas diversão, das mais engraçadas e sadias. A lição do dia foi aquela que me foi passada pelo “professor” Cesar: *é preciso abrir as orelhas e a mente, para tudo, sempre!*

Dos primeiros meses de aula duas lembranças eternas. O encontro, ao mesmo tempo desejado e temido, com os cadáveres na disciplina de Anatomia e a presença, que logo me chamou atenção fora do normal, de certa colega de turma.

Começamos pelos defuntos. Aquele anfiteatro cheio de mesas de mármore ou aço inox, de pé direito alto, aquele cheiro de formol, as palavras cabalísticas gravadas em uma das paredes: *hic mors gaudet succurrere vitae* – tudo era coisa de muita pompa e circunstância.

Entretanto, se a morte se alegrava em me ajudar, a recíproca não era verdadeira. Eu achava aquilo uma decoreba, uma perda de tempo. Ali não se dissecava, mas se destruíam corpos. Aliás, alguns já tinham dito a mim – e mesmo os professores da disciplina confirmavam – que depois era preciso aprender tudo de novo. E mesmo assim só aqueles que fossem se dedicar a certos ramos da medicina, como a cirurgia ou ao diagnóstico por imagem. Para os outros mortais, bastavam noções gerais, sem cadáveres, sem formol, sem picadinho de gente, sem todo aquele simbolismo *horror show*.

Mas mesmo assim aquelas aulas de anatomia deixaram fortes lembranças em mim.

Recentemente reli com a atenção e o sabor de sempre, o conto *O Pirotécnico Zacarias*, de Murilo Rubião. Para quem ainda não o conhece ofereço algumas informações: ele é um escritor mineiro pouco prolífico, mas considerado mestre e pioneiro no gênero literário conhecido como realismo fantástico, que teve como outros expoentes latino-americanos Júlio Cortazar e Gabriel Garcia Marquez. Produziu suas obras, principalmente contos, entre as décadas de 40 e 50, lado a lado com uma carreira burocrática tradicional.

O conto trata da breve história de Simplício Santana de Alvarenga, conhecido profissionalmente como *Zacarias, o pirotécnico*, que um dia é atropelado por um automóvel e acaba fazendo companhia, mesmo morto, ao grupo de moços e moças que passeava no veículo. E assim Zacarias passa a circular pelas ruas da cidade, possivelmente a Belo Horizonte dos anos 40, na condição de cadáver que se recusava a entrar para o mundo dos mortos, preferindo circular entre os vivos.

O que me traz aqui é outro cadáver, este realmente morto, embora genérico, mas que no meu tempo insistiam (ou ainda insistem) em manter vivo nas aulas de anatomia. Já ouvi dizer que isso já está superado alhures, na Europa ou nos Estados Unidos, por exemplo, países civilizados que já baniram o dito *cadáver*, tal qual o conhecemos, das aulas de anatomia nos ambientes acadêmicos.

O que afirmo aqui, e que parecerá totalmente desarrazado, é o seguinte: cadáveres são desnecessários nas aulas sobre o corpo humano, por razões de ética e humanitarismo, em primeiro lugar, mas também por razões pedagógicas. Esperem os leitores que vou me explicar.

Para começar, recorro às palavras de um antigo mestre, na Faculdade de Medicina da UFMG, João Amílcar Salgado. Em síntese aproximada, dizia ele que o jovem entra para uma escola de medicina aspirando lidar com gente. E de saída lhe dão um cadáver. Mais adiante, o mesmo corpo lhe é oferecido, só que agora cortado em fatias microscópicas. O estudante não perde as esperanças de ver *gente*, mas no segundo ano são colocados à sua disposição urina, fezes, sangue e outros líquidos corporais. Mas gente, que é bom, nada... Depois vêm o sapo e o cachorro nas aulas de fisiologia. No terceiro ano o infeliz imagina, mas logo se vê frustrado, que finalmente vai conhecer o raro objeto chamado *gente*. Agora parece que vai dar certo, pensa ele, mas o que vê são radiografias, imagens, laudos, papéis manuscritos e principalmente livros que falam de tal objeto. Quando, finalmente, ele vislumbra um corpo humano vivo e não decomposto em líquidos, lâminas, chapas, prontuários, etc. entre ele e tal objeto do desejo se coloca o professor, intermediando um contato que ele tanto gostaria que fosse direto e próximo.

É força de expressão, já se vê, mas tem sua sabedoria, certamente.

Para quem nunca assistiu a uma aula de anatomia no estilo cada-vérico, aqui vão algumas informações. Corpos humanos em formol estão para os corpos reais, digamos (com todo respeito) *frescos*, assim como as passas estão para as uvas (ou como as ameixas pretas em conserva para aqueles lindos pomos sumarentos que costumamos comer na época do Natal). Imaginem, então, que se ofereça a alguém, que nunca viu uma uva ao vivo (Ivo viu, mas a nossa hipotética persona não viu), uma passa seca e se peça a tal pessoa que imagine a fruta como ela é na vida real, nas videiras. Com todo seu sumo, sua casca lisa e acetinada, ou mesmo seu sabor e cheiro, to-

talmente diferentes daquele mirrado e enrugado corpinho de uva que ali se apresenta. Missão impossível, não?

Pois é assim que se ensinava – e talvez ainda se ensine – a anatomia: em corpos que estão longe de representar o real.

Eu já pensava coisas como essa há muitos anos, antes de conhecer o processo chamado de *plastinização*, criado na Alemanha há alguns anos e desenvolvido por uma empresa chinesa, que inclusive expõe corpos humanos perfeitamente dissecados e evidenciados em suas estruturas mais íntimas, em cores vivas e diferenciadas, de forma bastante próxima ao real. Aliás, os leitores já devem até ter comprado ingresso, para ver uma exposição assim, em algum *shopping center*.

Confesso, sinceramente, que a anatomia que eu gostaria de ter aprendido nos meus anos de faculdade me seria muito mais duradoura e eficaz se eu tivesse tido contato com imagens assim, todavia frutos de uma tecnologia que ainda não existia no meu tempo de estudante.

Agora vêm alguns detalhes mórbidos. As tais “passas” de gente são trazidas a um grande anfiteatro, onde um bando de estudantes, como abutres, se debruça sobre eles e começam a picá-los. As carcaças são duras e muitas de suas estruturas internas mais delicadas, como veias e nervos pequenos e mesmo médios simplesmente se fundem, se engrovinham ou simplesmente desaparecem sob a ação do formol. Mas toca a cortar e a picar assim mesmo. Com algum tempo, a massa informe que se tem em mãos pode ser músculo, gordura, nervo, gânglio ou qualquer outro tecido, mas não é possível identificar o que seja. E como o tédio fatalmente sobrevém, começam as brincadeiras escatológicas, como cortar partes daquele corpo inerte e levar para casa, na melhor das hipóteses, ou colocar na bolsa das incautas colegas, na pior delas.

No final do dia, esgotados e enojados pelo cheiro do formol e pelo dantesco espetáculo da decomposição natural que fatalmente já está presente, os infelizes alunos corriam à biblioteca – ou à inter-

net, nos tempos de hoje – para consultar os livros ou sites, onde as imagens são mais reais e pedagogicamente aceitáveis. E aí, sim, aprendem alguma coisa.

Mas há outra questão, ainda. Frequentar um anfiteatro de anatomia é algo que tem um enorme valor simbólico. Ali se processa um verdadeiro rito de passagem, no qual aqueles estudantes, até há pouco tempo nada mais do que adolescentes cheios de vida e alegria, entram na vida adulta sob a égide da morte, da podridão e do mau cheiro. Mas é preciso suportar tudo, assim como cabe aos recrutas militares (ou mesmo aos calouros universitários) se submeter a todo tipo de brincadeira e violência por parte dos já iniciados. E a iniciação, agora, tem seus sacerdotes na pessoa dos professores, bedéis e monitores, que costumam não poupar os pobres iniciantes de conversas escabrosas, quando não de contato íntimo e indesejado com os corpos mortos. Nada disso impede, entretanto, que os trotes e os cadáveres sejam apreciados por alguns, que veem nisso condição necessária e inescapável ao cumprimento do tal ritual de passagem, sem questionar sua racionalidade e sua humanidade.

Não é a toa que os dísticos que costumam ornar as paredes de tais salas são taxativos, em lindo e incompreensível latim: *hic mors gaudet succurere vitae*. Ou, pior ainda, *morituri mortui*... Que os mortos se alegram de ajudar a vida, ou então, que anunciam estar esperando por aqueles que ainda não morreram. Mais mórbido, impossível, mas bem no estilo dos shows de horrores que ali ocorrem cotidianamente.

Já nos meus tempos de estudante, costumava ouvir de professores e médicos já formados que todo aquele conhecimento anatômico tinha que ser reavivado alguns anos depois. Outros já diziam que ele era simplesmente dispensável, diante do alto custo e pouco benefício de tal estratégia pedagógica.

Vamos aos fatos, e eles são os seguintes. Um conhecimento anatômico profundo, no nível de detalhar aquilo *que vagueia entre a artéria e a veia* (um dito repetido nas missas mórbidas rezadas naqueles

anfiteatros de horror), interessa a bem poucas especialidades médicas, tais como, cirurgia ou radiologia e imagens. Para as demais, clínica, pediatria, psiquiatria, por exemplo, bastaria uma visão geral da estrutura do corpo humano, no mesmo nível que geralmente é oferecido aos nutricionistas ou educadores físicos, por exemplo. Mas mesmo para aqueles que têm a anatomia humana no centro de seus interesses, como os cirurgiões, o verdadeiro aprendizado se dá em animais, como o cão ou o porco, bem como no acompanhamento de cirurgias reais (realizadas em pessoas vivas). Algumas informações podem vir das referidas “passas”, mas não no primeiro ano de medicina, mas somente quando o aprofundamento dos estudos cirúrgicos se fizer necessário, isto é, provavelmente apenas na residência médica, alguns anos depois. Para o pessoal da imagem, o verdadeiro aprendizado se dá com *imagens* (simples assim), a serem confrontadas com a visualização de ilustrações do corpo real, em peças plastinizadas, por exemplo.

Minha diatribe ainda comporta mais uma pequena seção antes de ser encerrada de vez. Alguém já se perguntou de onde vêm os cadáveres que vão parar nos anfiteatros de anatomia? No meu tempo vinham, em sua maioria, do chamado *Hospício de Barbacena*, instituição que já de muito faz parte de uma memória de vergonha e horror na saúde do Brasil. Aqueles cadáveres, ou melhor, aquelas *pessoas*, simplesmente não tinham (ou quem sabe isso não lhes era facultado) quem reclamasse seus corpos. E como, afinal de contas, morriam? Sobre isso, bem pouco era dito... Alguns suspeitavam, inclusive, que a mortalidade crescia em certa época do não, coincidente com a abertura do calendário letivo nas escolas de medicina. E desde então já se sabia existir um verdadeiro *tráfico de cadáveres*, operado não só por funcionários de tais asilos como pelos poderosos bedéis das faculdades – gente que lidava com aquilo que ninguém aceitaria cuidar, por isso mesmo autoconsiderados indivíduos especiais e até superiores aos comuns. Estes viam nos pobres corpos nada mais do que uma mercadoria preciosa, sem prestar contas a ninguém.



É preciso argumentar mais?

Meus respeitos aos mortos que compareceram e talvez ainda compareçam, por muitas gerações, aos anfiteatros de anatomia para socorrer os vivos e aprendizes. Mas penso que já passou da hora de os liberarmos para uma pós-morte digna.

Ah sim, não precisam me lembrar: a tal da *plastinização* também utiliza cadáveres, insumo que na China deve ser muito abundante. Há quem diga que lá boa parte dos corpos submetidos a tal método provém de pessoas condenadas a morte, geralmente jovens e íntegros. Nada é perfeito...

## Um Rondon às esquerdas

No final de 1968, quando nuvens escuras começavam a turvar o céu da pátria, soube que um colega mais velho – eu no segundo, ele no quinto ano da faculdade – estava organizando uma espécie de Projeto Rondon alternativo e não oficial em sua cidade. Eu tinha colegas que haviam frequentado a versão oficial do Rondon e não via com bons olhos o que tinham experimentado. Procurei o organizador da excursão, Zé Murilo Zeitune e depois de breve conversa com ele, me inscrevi. Chamei também para participar um grande amigo da época, Dalton Ferreira Alves e ele topou na hora. E assim rumamos para Guaranésia, no extremo sudoeste de MG, embarcados em uma gloriosa Rural Wyllis da instituição então denominada *Acar*.

Lá a recepção foi calorosa, fomos festejados como vips. Zé Murilo cuidou das consultas, enquanto eu e Dalton fomos fazer palestras e organizar o atendimento. Conversa vai, conversa vem, nos aproximamos de um grupo de jovens da cidade, que se encantaram com nossa condição de universitários, ainda mais de medicina. Descobrimos que esta turma queria mais ar, mais luz, mais liberdade – e que quem tapava tudo isso ali era o vigário da cidade, um velhote casmurro, dono de imutável postura conservadora, que exercia seu

mister de trevas na cidade fazia muitos anos. Fizemos nossa parte, estimulamos o diálogo e o debate, deixando implícito que um pouco de “embate” também seria bom. Não deu outra, o padre resolveu comparecer a uma sessão de finalização de nosso trabalho e lá teve que ouvir coisas que até então não ouvira. O tempo fechou na pequena Guaranésia, mas saímos de lá meio como heróis.

Uma das jovens que nos assistia, filha da cidade, um pouco mais nova do que nós, que naquele momento estudava fora, em Ribeirão Preto, esteve presente em tudo e adorou participar da confusão. Ficamos amigos e, como era comum acontecer naquele tempo, passamos a nos corresponder assiduamente. Quantas certezas e ao mesmo tempo quantas dúvidas tínhamos... Mas acima de tudo nos iluminava um grande sentimento que nossa geração tinha um papel na história e que o Brasil, um dia, ia sair da treva em que se encontrava – com a nossa ajuda, claro.

Lia Ribeiro Dias, era o nome da garota continuou minha amiga epistolar por alguns anos. Um dia, as cartas foram escasseando, um novo encontro foi sendo adiado, até que a perdi de vista. Tinha tudo para virar namoro, mas não virou. Eu já namorava Eliane e achei por bem não abrir novas frentes afetivas, mas creio que com um pouco mais de flexibilidade de minha parte e da dela, acho que teria acontecido. Mas esta história não acaba aqui.

Em 2008, ou seja, quarenta (!) anos depois, recebo um e-mail em que alguém me perguntava se era eu mesmo que tinha estado em Guaranésia no remoto ano de 1968. Não resisti a tentação de brincar: *não, não era eu; agora é outro que está aqui, aquele já morreu...*

Resumindo a ópera, Lia e eu nos reencontramos em Brasília, onde ela vinha (e ainda vem) periodicamente, por compromissos de trabalho. Ela é jornalista e editora de uma publicação especializada em inclusão digital, além de cobrir a área de telecomunicações. Retomamos de maneira integral, agora de forma mais madura e consciente, aquela amizade apenas esboçada em nossa juventude. Acho essa história maravilhosa e ter tido a oportunidade de vivê-la

e cultivar uma amizade assim considero uma das grandes benesses que a vida me trouxe.

Pena que algo tão bacana tenha sucumbido – ou esmorecido – com a recente praga da polarização política no Brasil. Lia é petista de carteirinha, fundadora do partido em Sampa, assim como seu falecido marido e é uma daquelas militantes ferrenhas e inflexíveis, que considera qualquer crítica ao PT como uma apostasia digna, se não da fogueira, do afastamento em relação a quem se arrisca a fazê-la. Sendo assim, interrompemos uma nova fase dessa história, que em breve completaria (mais) dez anos.

Mas tal estado de afastamento e estranheza não durou muito, felizmente. Voltamos a nos relacionar e ela inclusive saiu de São Paulo exclusivamente para me visitar em Brasília quando fiz 70 anos. Uma enorme honraria para mim. E o horror bolsonarista posterior nos fez descobrir que tínhamos muito mais coisas em comum do que divergências.

### **Um enorme passo para a humanidade**

Em julho de 1969 fui passar meu aniversário de 21 anos no Rio. Armamos uma turma para tanto: minha tia Teresa e meus primos Mariza e Chico Marcos. Teresa, na época, começava a namorar o carioca Narciso, psicólogo e depois psicanalista, que viria a ser seu marido e pai de seu único filho, Cristiano. Eliane, a quem eu já namorava havia quase dois anos não compareceu; a família dela não nos permitia intimidades como esta de viajarmos juntos.

O mês de minha maioridade legal não foi um mês qualquer. Foi o momento que o homem pisou na lua, dando *aquela enorme passo para a humanidade*, como se passou a dizer desde então. E a pisada na lua, naturalmente, exigia comemoração especial. Foi assim que compramos algumas garrafas de Chateau Duvalier, a zurrapa nacional a que tínhamos acesso na ocasião, uns queijinhos e pães mais

sofisticados e rumamos para o apartamento de minha tia Aucélia, em elegante edifício da Visconde de Pirajá, onde eu estava hospedado.

Dois detalhes adicionais: eu estava sozinho no imóvel, estando a proprietária de viagem e Narciso não deixou faltar um pacotinho de boa *cannabis*, ingrediente bem adequado para o tal grande passo que a humanidade ia dar.

E ali, com a TV ligada, o locutor Jatobá narrando o óbvio, pudemos ver finalmente aquelas pisadas históricas, em imagens tremidas e meio surreais, com vozes dos lunautas parecendo vir de além-túmulo. Deve ser por isso que muita gente acha que aquilo não passou de enganação, embora eu pense que a má qualidade das imagens e dos sons seria prova de veracidade. Mas não deixamos de beber o vinho que tinha nome de ditador haitiano, comer uns queijinhos e dar um tapa naquela marijuana, que nem era lá essas coisas. Mas tal mistura de álcool & alcalóide nos deixou loquazes e engraçados, formando-se logo um *clima*, do tipo daquele que Gil traduziu como *barata pode ser um barato total*. Para fundo musical não havia muita coisa, pois o dono da casa, meu tio Roberto Menezes, era chegado apenas aos clássicos. Talvez tenhamos nos conformado em escutar apenas uns rocks na Radio Mundial, a queridinha da juventude carioca de então.

E estávamos em pleno *clima* quando a campainha toca... Quem seria, numa hora dessas? Nosso primeiro pensamento foi dedicado aos vizinhos, que certamente não estavam acostumados com aqueles sons e risadas, sendo os moradores as pessoas pacatas que eram meus tios. Ao abriremos a porta, vimos que o passo histórico de Armstrong era pequeno perto de nosso espanto, pois quem chegava – e de total surpresa – era minha tia Dirce, que morava no Rio e certamente veio até ali para conferir o tipo de estrago que estaríamos, supostamente, fazendo.

Nada de mais, na verdade, acontecia, mas aquela meia dúzia de jovens quase bêbados e falando pastoso certamente deve ter as-

sustado a minha tia. E ela foi ficando por lá, não se retirando nem mesmo com a falta de assunto e o anticlímax que se instalaram com sua chegada. Aos lunáticos só coube botar a viola no saco e ir curtir ressaca & larica em outra freguesia. Eu acabei ficando, pois já era tarde e eu nem tinha para onde ir, como os demais, pois estava hospedado ali mesmo. *Boa noite, tia Dirce...*

Na verdade, na tarde do mesmo dia tínhamos vivido outro momento emocionante, *um enorme passo* para nós também: fomos, em penca, visitar nosso tio Carlos Drummond de Andrade, com quem conversamos alegremente por horas, bebemos uísque e comemos bolo de chocolate preparado por Dolores, sua mulher. Só não ficamos lá para ver a lua, ou melhor, o homem chegando à lua, por já termos ficado durante muito tempo e não querer abusar. Sem dúvida, nosso frisson era por uma comemoração mais descontraída.

Anos depois vejo essa mesma história contada de forma diferente por uma de suas personagens. Minha prima Mariza, de quem nunca consegui ser muito próximo, deu entrevista para um intelectual mineiro, José Maria Cançado, que escreveu nos anos 90 uma biografia de Drummond chamada *Os Sapatos de Morfeu*. Aliás, uma bela porcaria de biografia, com histórias mal contadas a respeito de fatos da família e mesmo algumas mentiras deslavadas. A prima acrescentou mais um dado inverídico ao contar para Cançado ter passado a referida chegada na lua ao lado do tio. Mas eu estava lá e posso dizer: *não foi bem assim...*

## **Valdemar, o barbeiro**

Logo que entrei na Faculdade tive meu primeiro emprego na área da saúde, compatível com meu status de universitário. Foi assim: minha tia Marita Guerra, mulher de meu tio Virgílio, que tinha grandes amizades no serviço público, pois era funcionária de carreira na Secretaria de Educação estadual, conseguiu para mim uma bolsa

de estudante, no Hospital Raul Soares, especializado em Doenças Mentais. O Raul Soares era um daqueles velhos nosocômios pré-reforma psiquiátrica, onde ainda se aplicavam choques elétricos, internações compulsórias e castigos diversos aos mais renitentes. Quem assistiu o filme *Um estranho no ninho*, de Milos Forman, com Jack Nicholson, sabe do que estou falando, mas pode ter certeza que as coisas ali ainda eram piores do que no filme. Apresentei-me bastante assustado, achando que iam me colocar para ajudar em algum daqueles aparelhos de barbaridades que por lá existiam. O diretor que me recebeu foi muito simpático e talvez considerando minha escassa experiência de segundanista, me destinou a um posto no laboratório de análises clínicas do hospital, bastante limitado em seu repertório de exames, por sinal. Foi bom para mim, pois os horários eram flexíveis e ali eu fazia exames de fezes, já tendo alguma experiência nisso, advinda da disciplina de parasitologia na Faculdade.

Para aproveitar meu tempo e aprender alguma coisa nova, me ofereci voluntariamente para participar da coleta matinal de sangue dos pacientes, praticamente toda ela vinculada à realização do exame chamado VDRL, para sífilis. Antes disso eu tinha que amolar – é isso mesmo, amolar! – as agulhas de punção venosa, que não eram descartáveis e precisavam ser lixadas de vez em quando para manterem o gume. É isso aí, meninos, já vi muita coisa. Eu que nunca havia puncionado uma veia antes, logo que me tornei exímio no ofício, quando as agulhas ajudavam, claro. Havia também o problema de conter os mais agitados. E então, coisa realmente dramática, os agitados de um dia às vezes voltavam totalmente calmos no outro. A marca vermelha em suas têmporas já dizia tudo...

Certo dia eu estava concentrado em identificar algum ovo de áscaris ao microscópio quando o sujeito que fazia a limpeza da sala, um paciente em “laborterapia” (ou, se quiserem, trabalho escravo), se aproximou de mim e indagou: *doutor, o senhor não tem medo que algum desses micróbios lhe pule nos olhos?* Eu me preparei para dar uma resposta técnica, ao mesmo tempo valorizando o cuidado do

pobre doidinho comigo, mas antes que eu falasse a primeira frase ele já gargalhava do meu lado. *Estou só fazendo hora com a sua cara, não vê?* Achei graça também e pegamos de papo. Fiquei sabendo que, na verdade, ele cumpria pena recolhido no Raul Soares, admitindo com certa candura ter amigos influentes que o livraram de pegar vinte anos de cadeia em espeluncas. Que crime teria aquele homem cometido, para ter pena tão longa? Não precisei perguntar, ele foi logo me contando toda sua história, que havia flagrado a mulher com outro homem e a matou, no ato. E ainda dedicou à falecida meia dúzia de palavrões cabeludos.

Valdemar, este era o nome do faxineiro matador, vinha todo dia puxar prosa comigo. Era um sujeito inteligente, divertido e até culto; valia a pena gastar tempo com ele. Não raramente me trazia mangas e outras frutas colhidas no grande terreno do hospital. Contou-me que era barbeiro de profissão e que havia trabalhado em estabelecimentos que atendiam a elite belorizontina, inclusive em uma barbearia que ficava no andar de baixo do Brasil Palace Hotel, localização realmente notável na ocasião. Daí a ele propor que me atenderia para cortar as madeixas, já que barba eu tinha ainda muito pouca, foi um passo. E que o faria de graça! Aceitei logo, proposta melhor não haveria. E passei a frequentar o salão improvisado, debaixo das mangueiras no grande quintal do Raul Soares, árvores que ainda dão o ar de sua graça, naquela ruazinha fronteira com a atual Câmara de Vereadores de BH. Ele já tinha uma cadeira alta e larga, não daquelas típicas dos salões de barbearia, mas rústica e improvisada, de madeira. E as sessões de tricotomia se prolongavam em bate papos intermináveis – e muito agradáveis, diga-se de passagem. Para fazer o “pé” no cabelo ele usava uma navalha especial, guardada em caixinha de baquelite ou material parecido, instrumento que ele tratava com especial deferência, amolando-o em um artifício formado por uma tira de couro liso, sustentada nas duas extremidades de uma espécie de arco de madeira. Me interessei pela ferramenta e ele se animou, contando que a mesma era da marca Solingen, alemã, importada, dessas não tinha mais na praça. E completou: *foi com ela que matei aquela desgraçada...*

O arremate da história é o seguinte: neste tempo eu almoçava duas ou três vezes por semana na casa de minha avó Dodora, na rua do Ouro, bairro da Serra, que ficava bem mais perto da Faculdade do que a casa de minha família. Vovó era fã das histórias que eu contava sobre o curso, sempre curiosa a respeito das aulas, dos colegas, dos professores e até da bizarrice de certas narrativas, comuns no meio médico. Minha amizade com Valdemar, que eu revelei desde o início, como um fato curioso, era tratada com recomendações de que eu me cuidasse e não ficasse tão perto dele. Primeiro, que tomasse cuidado com o doido e depois, com real horror: *ele é um a-s-s-a-s-s-i-n-o, meu filho*, ela me dizia com os olhos arregalados. A história da navalha, dá para imaginar, foi a gota d’água. Provocou nela um pânico tão descomunal, que fez com que implorasse, alarmada, que eu me afastasse de alguém tão perigoso. Acabei me afastando, não porque o achasse de fato temível, mas porque minha bolsa acabou e não foi renovada.

### **Nem tudo são flores na vida de um noviço**

No terceiro ano de faculdade arranjei outra colocação como estagiário de medicina, desta vez no Hospital da Polícia Militar, em Santa Efigênia, próximo alguns quarteirões do Raul Soares. Não havia remuneração senão para alguns privilegiados, geralmente da faculdade rival, a Ciências Médicas, dita “Católica”, que mantinha convênio oficial com a instituição. Nós, da Federal, os “protestantes”, éramos apenas tolerados ali. As melhores camas nos plantões eram reservadas aos “católicos”, por exemplo. Certo dia eu repousava num desses catres quando um fardo desabou em cima de mim. É que seu legítimo ocupante, um tal de Fortini (que fazia jus ao nome), papista legítimo, com mais de 120 quilos, acabara de chegar de uma cirurgia. Tive que cair fora que nem um cachorro assustado e o carcamano ainda me xingou abusivamente. Fazer o quê, ele era católico e eu apenas um mísero calvinista...



A entrada nesse hospital, mera formalidade, foi um momento especial. O diretor, um coronel médico reacionário e careta como quê, acho que era um daqueles que dava atestado para que os presos políticos continuassem apanhando, nos recebeu de pé, atrás de sua grande mesa, fardado. Fez um sermão interminável a respeito de “ética”, boas maneiras e o risco de “subversão”. Depois nos mostrando sua cabeça tosada quase na marca do quepe militar nos advertiu: *e prestem atenção, o cabelo mais comprido aqui há de ser o meu!* Era época de Woodstock, rock and roll e contracultura, o tamanho dos cabelos dizia muita coisa a respeito de quem os usasse assim ou assado.

Tudo isso representa apenas a parte pitoresca deste estágio entre os milicos. No âmago da instituição a coisa era horrorosa. Ali fui de fato obrigado a assistir sessões de choques elétricos em doentes mentais mais agitados. E volto àquele episódio terrível: o dia em que fui chamado a prescrever para um rapaz de minha idade, paraplégico depois de um acidente, que tinha dores atrozes e feridas pelo corpo. O moço era preso político e sua condição tinha a ver com as torturas que lhe infligiram, além do capotamento da viatura que o conduzia para tais sessões. Achei melhor cair fora daquele inferno.

### **Hospital Amélia Lins: minha segunda escola**

Tive uma especial experiência hospitalar no tempo de estudante. Esta, bem melhor do que as outras duas, no Hospital Militar e no Instituto Raul Soares, onde fui estagiário. Do terceiro para o quarto ano me inscrevi para estagiar, voluntariamente, no Hospital Amélia Lins, o tradicional Pronto Socorro da rua dos Ottoni, a um quarteirão da faculdade. Apesar da proximidade o PS não tinha vínculo oficial com a Medicina da UFMG e talvez muito poucos de seus médicos fossem também professores dela. Mas aquilo ali era uma verdadeira escola, por onde passaram gerações e gerações de médi-

cos, de Minas e de outras partes do país. Mais bem estruturado do que o “loucocômio” do Raul Soares e ao contrário do “milicômio” da PM, no Amélia Lins não havia discriminação entre “católicos” e “protestantes” – o ambiente era bem democrático. Era um hospital acanhado e feio, mas sem dúvida bem eficiente. Eu estava lá quando houve a catástrofe da Gameleira, em 1969, com dezenas de mortos. Assim como neste evento, em muitos outros momentos dramáticos da vida da cidade o velho PS cumpriu seu papel. Não poucas vezes recebemos gente de nossa idade, baleada pela polícia, sem maiores explicações... Anos terríveis.

A nossa inscrição como estagiários se dava por equipe, já que as vagas eram assim distribuídas, por assim, dizer, de forma descentralizada. Havia uma equipe, se não me engano a “C”, em que a afluência (e a disputa) de estagiários era bastante superior às demais. A razão era simples: ali trabalhava um dos médicos mais ilustres, não só do PS como da cidade, Célio de Castro. Ele foi depois presidente do Sindicato dos Médicos, Deputado Federal e Prefeito de BH, afastando-se em pleno mandato, por ter sofrido um AVC incapacitante. Célio foi uma lenda da medicina, portador de uma rara e benfazeja unanimidade. Não tive o privilégio de trabalhar com ele no Amélia, mas convivemos depois quando eu fui Secretário de Saúde em Uberlândia e ele líder sindical, em BH. Ele era um ótimo clínico e detentor de uma rara capacidade de empatia, seja com os pacientes, seja com os colegas, funcionários, estagiários, eleitores. Não precisava fazer força nenhuma para ser bom; era bom e competente, de forma natural, aquele homem.

A equipe que me admitiu não era especial, mas tinha bons caras trabalhando nela. Um de que me lembro com especial carinho é o pediatra Ely da Conceição, que morava em Nova Lima, onde fez política mais tarde, sendo meu colega de Secretaria Municipal de Saúde, eu em Uberlândia, ele na cidade vizinha a BH. Ely era um cara tranquilo e educado, adorava ensinar e tinha uma paciência monumental com as demandas dos estagiários. Certa vez o chamei para olhar comigo uma garotinha de dois ou três anos, que chegara



ao ambulatório do PS com uma aparente paralisia de membros inferiores. Ela simplesmente não parava de pé. Eram tempos de pólio e até o porteiro talvez já tivesse feito a suspeita diagnóstica, de tal forma que quando a garota entrou na sala de atendimento, já tinha gente da enfermagem começando a preparar seu isolamento com um biombo. Ely chegou com sua maneira calma, conversou com a mãe por alguns momentos e simplesmente começou a examinar a criança – adivinhem por onde? – pelos sapatos! Ele os retirou e o diagnóstico não foi feito, ele se fez... A menina estava vestida com uma meia apertada, de tecido sintético, com um buraco por onde o dedão saiu e se enforcou. Daquele jeito, quem é que podia andar, não é mesmo? Alguns minutos de massagem no dedo lesado curaram aquela “paralisia”.

Atendi certa vez dois sujeitos acidentados, motorista e ajudante de um caminhão de areia. O caminhão capotara e toda aquela areia caíra por cima deles. Escaparam de morrer esmagados, embora quase tivessem morrido afogados – em areia! Devo ter passado mais de duas horas limpando areia nas escoriações, principalmente num descolamento do couro cabeludo de um deles, gastando quantidades industriais de soro fisiológico, depois da ducha convencional de água da torneira. Creio que se salvaram.

Quando meu irmão Eugênio passou no vestibular convidei-o a uma tarde comigo, no plantão do Amélia. Atendemos juntos, ou melhor, ele timidamente assistia os atendimentos que eu, mais sabido, fazia. Lá pelas tantas chegou uma mulher com a orelha seccionada, quase pendente, vítima que fora de uma mordida de uma desafeta. Como se sabe, orelhas sangram bastante, de maneira que a infeliz chegou ao atendimento banhada em sangue. Comecei a fazer assepsia, já pedindo agulha e linha, quando escutei um barulhão atrás de mim. Era Eugênio desmaiando, caindo como uma fruta madura no meio das macas e respectivas escadinhas! Pedi alguém do serviço para reanimá-lo fora dali e tudo se deu sem maiores consequências. Curiosamente, quando éramos garotos, ele era especialista de estri-

par passarinhos e eu desmaiava quando via sangue. Com as coisas agora invertidas, dessa vez me vinguei.

Hospital Amélia Lins: a verdadeira escola que várias gerações tiveram no campo das emergências médicas e na convivência com as catástrofes e o sofrimento humano!

### **Eu confesso: fui professor aos 21 anos**

Em 1969 um médico recém-formado meu amigo, Dirceu Wagner Carvalho Souza, que já tinha alguma experiência docente no Colégio Arnaldo, resolveu me incluir em um grupo de colegas que iria, segundo ele, fazer uma “revolução” no ensino de biologia no estabelecimento. O motivo de ele ter chamado mais três para ajudá-lo, ao invés de assumir a tarefa sozinha era simples: não tinha mais tempo para tanto, já que agora pretendia ser médico de verdade. Assim, eu, Caio Moreira e Benedito Guilherme de Macedo, meus colegas de turma e também ligados a DW, entramos gloriosamente na carreira do magistério. Pela porta dos fundos, devo admitir. Com efeito, qual a qualificação que um estudante de medicina teria para lecionar? Do ponto de vista do conhecimento formal, tudo bem, acabávamos de prestar vestibular e passar num exame difícil, mas daí a dominar técnicas e ser capaz de ensinar como convém à boa pedagogia e à psicologia do aprendizado, certamente a distância é muito grande.

Mas a gente quando é jovem topa todos os desafios, mesmo que o sentimento de responsabilidade deixe a desejar, como aconteceu. Havia quatro turmas de terceiro “científico”, ou colegial, no Arnaldo – e quatro professores de biologia. Para as demais disciplinas não havia tal variação de docentes, o que certamente contribuiria para um aprendizado melhor. Assim me vi, aos 21 anos, dando aulas para alunos três ou quatro anos mais jovens do que eu. Não sei se me saí bem; esses alunos já se dispersaram há muito tempo. O

máximo que devo ter feito, acredito, foi não ter arruinado a formação deles.

De toda forma, não deixou de ser uma honra lecionar no colégio que um dia abrigou Carlos Drummond de Andrade e João Guimarães Rosa, além de muitos outros intelectuais e lideranças mineiras. Era com respeito e orgulho que eu subia aquelas escadas inclinadas, de madeira de lei, às sete da manhã, para enfrentar os adolescentes que queriam passar no vestibular. Respeito e orgulho que se desfaziam um pouco quando eu enfrentava a imaturidade e o espírito de horda daqueles jovens – mas isso fazia e sempre fez parte dos espinhos da honrosa profissão.

Lembrança da época: no pé da escada o Padre Javier, feroz espanhol, vigiava para que os rapazes e as moças subissem separadamente, pois que as minissaias já grassavam e aquele escada íngreme oferecia visões que deveriam ser evitadas.

Minha vida de professor prosseguiu, no ano seguinte, no Colégio e Cursinho Champagnat, para onde nossa equipe se deslocou. Suspeito que os padres do Arnaldo tenham concluído que precisavam de gente mais experiente e mais disponível ali. O Champagnat era resultado de uma dissidência dos Irmãos Maristas do tradicionalíssimo Colégio Dom Silvério, no bairro do Carmo, e seus mentores parece que foram aperfeiçoar no novo estabelecimento a arte de ganhar dinheiro sem ter que dividir com a congregação, muito numerosa e difusa pelo Brasil a fora. Foi assim que enfrentei, durante quatro anos seguidos, turmas de 50 ou 60 alunos, agora ainda mais famélicos e neuróticos com o vestibular, com o agravamento de não serem mais virgens em tal empreendimento, muitos deles já trabalhando e estudando à noite, inclusive. E eu dava aulas até mesmo nos sábados pela manhã e à tarde. Se eu já não respeitasse bastante aqueles que optam pela carreira de professor, a partir de então dediquei a eles uma admiração abissal.

Mas, alguma coisa melhorou para mim, apesar do excesso de trabalho: eu ganhava um dinheirinho, que me possibilitou comprar

um carro e até casar, algum tempo depois. Tinha também agora em mãos uma plateia mais madura e agradável de se lidar. Dirceu já era professor da Faculdade de Medicina, de forma que os demais membros do bando dividíamos as tarefas. Chegamos mesmo a escrever, melhor dizendo: compilar, um texto de ensino da biologia, ilustrado por meu irmão João Maurício. De fato, o pássaro da juventude é doce, porém meio louco e cheio de si...

Anastasia, que foi governador de Minas e Senador da República, foi nosso aluno nessa ocasião, mas por favor creditem a nós apenas os acertos dele, certo? Eduardo Gonçalves de Andrade, o Tostão, também passou por lá.

Em 1973, terminada a residência médica, já me preparava para embarcar em nova aventura profissional, desta vez em Goiás. Em um dia chuvoso de dezembro, mas que para mim tinha o maior dos sóis a brilhar, dei minha última aula no Champagnat e fui caçar rumo. Na ocasião, ainda ecoava o gesto maluco de Tony Tornado (quem não sabe quem é, que procure no Google), de se atirar em cima da plateia depois de um show. Foi o que me deu vontade de fazer, mas fui detido pelo medo de quebrar o pescoço – o meu ou o de algum aluno das primeiras filas.

E assim, fui... Parti pra outra.

## **Uma virada do destino**

Um lance de 1970 mudou minha vida, a *simple twist of fate*, como diz a canção de Bob Dylan. Eu levava uma vida de cão (porém feliz!), com as aulas no Champagnat, os plantões no Amélia Lins, as obrigações da faculdade. Houve disciplinas a que eu nem compareci, já que a lista de chamada não era passada, como era o caso da Oftalmologia, regido pelo luminar da medicina mineira que foi Hilton Rocha. Encontrava tempo livre para namorar, embora muitas vezes eu e Eliane apenas dividíssemos alguma mesa, com livros

a mancha em cima dela. Um belo dia comecei a me dar conta que comecei a sentir muito cansaço nos últimos tempos, que minha vista estava turva ao ponto de não conseguir ler o letreiro dos ônibus, que a tarefa de dar aulas seguidas estava cada vez mais pesada, dado que a boca me secava a ponto de eu nem conseguir articular as palavras direito. Havia algo de errado em mim, realmente. Imaginei que fosse stress, inicialmente. Eu e Eliane tínhamos decidido nos casar dentro de um ano e isso certamente colocava nova perspectiva e mais responsabilidades em minha vida. Um dia, resolvi comentar a situação com um professor da disciplina que eu então cursava, a Medicina Tropical (onde vim a ser docente depois), com quem eu tinha bastante proximidade. Paulo Kleber Avelar Araújo, vulgo *Japão*, figura bacana, ex jogador do América, que tinha a esposa diabética e cuidava dela (isso eu soube depois), tomou-se pelo braço e levou-me, no ato, ao laboratório de análises clínicas do Hospital Carlos Chagas, onde era ministrada a disciplina. Não deu outra: minha glicemia passava largamente dos quatrocentos miligramas por cento!

Foi um Deus nos acuda... Relutei até em contar para minha família, mas não consegui esconder de minha avó, durante almoço na casa dela, no mesmo dia. O pai de Eliane chegou até a dizer que era melhor não nos casarmos. Meu pai, em reação semelhante, atribuiu aquilo ao casamento marcado e ao stress que eu provavelmente experimentava. Mas como tudo tem que passar, a angústia também passou, embora eu próprio deva admitir que não consegui ficar tão angustiado como os demais. Eliane também. Ela foi uma companheira muito solidária neste e em outros momentos de minha vida.

Tudo é uma questão de adaptação. Em poucas semanas eu considerava as injeções diárias de insulina como algo da mesma categoria de escovar os dentes, por exemplo. E eram tempos difíceis para os diabéticos. Seringas de vidro, a serem fervidas em estojos de lata; agulhas que precisavam ser amoladas; insulinas meio fedorentas quando escapavam do furo das injeções; reações de Benedict feitas com a urina recém colhida, que faziam uma danada lambança azul

por toda parte; riscos diversos de celulite etc. Um dia, errei na dose e tomei a insulina regular na mesma proporção da lenta, NPH. Tive hipoglicemia durante quase 24 horas, mas aproveitei para tomar sorvete e comer um ou mais brigadeiros – ninguém é de ferro, afinal.

A questão alimentar era um sufoco. Não havia rigorosamente nada *diet* nos supermercados. Minha vontade tomar uma coca cola só foi moderada pela presença no mercado de BH de um famoso “Guaraná Gato Preto”, que tinha uma versão adoçada com sacarina, que eu comprava diretamente na fábrica, na rua Brito Melo, no Barro Preto. Sabem os pedidos matreiros que as pessoas fazem àquelas que viajam para o exterior, particularmente Nova Iorque? Eu não tinha pejo: *me traga umas cocas diet, por favor!* E quando chegavam as benditas latinhas (até isso era novidade para nós no Brasil), elas eram sorvidas com a unção de Cavaleiros da Távola diante do Santo Gral...

Mas sobrevivi. A gente sempre sobrevive, desde que não morra... E eu continuo vivo e bem, mais por sorte do que por virtude, quase cinquenta anos depois desses acontecimentos!

### **Médico e diabético: um depoimento**

Reginaldo Holanda, meu médico, médico de médicos e de muita gente mais, me pede um texto para o site da Sociedade Brasileira de Diabetes. Ele está interessado em registrar o depoimento de um médico que também seja diabético. No meu caso, um diabético que virou médico...

Já reparei – e certamente os leitores também – que tem se tornado comum o gesto de se solicitar aos médicos que registrem as maneiras peculiares de como lidam com as doenças quando se tornam pacientes. Não deixa de ser uma coisa arriscada essa de abrir o jogo sobre nossos hábitos saudáveis (ou nem tanto). É sempre possível

que nos denunciemos aos pacientes e estes percebam que somos muitas vezes bons para ensinar as pessoas a lidar com seu corpo, mas já nossas práticas pessoais costumam deixar a desejar, como, aliás, todo mundo sabe.

Mas deixemos de prolegômenos e vamos lá.

Fiquei diabético com 21 anos, em pleno curso de Medicina na UFMG. Curiosamente, cursava a disciplina de Endocrinologia, quando comecei a perceber que aquela ladainha de poliúria, boca seca, visão turva e emagrecimento estava acontecendo comigo. Um professor com quem eu tinha ligação mais próxima e que tinha a esposa diabética, tornando-se por conta disso um *expert* no assunto (sem ser endocrinologista, diga-se de passagem), praticamente me arrastou ao pequeno laboratório do Hospital Carlos Chagas, onde eu era estagiário. Aleguei que não estava em jejum e preparado para o exame, mas ele mesmo assim insistiu. O resultado quase me matou de susto: mais de 450 mg% de glicose no sangue!

O primeiro impacto foi um Deus nos acuda! A família entrou em pânico e, confesso, eu também. O pai de minha namorada achou que ela devia terminar o namoro comigo. Como eu estava de namoro muito firme, já falando em casamento, meus pais acharam que a causa de minha moléstia poderia ser o tal compromisso. E foi por aí...

Como sempre acontece, comecei meu tratamento seriamente, numa espécie de lua de mel com a insulina, seringas, agulhas e dosagens (sou do tempo do Benedict na urina!) e em poucos dias estava bem melhor. Uma ou outra vez inverti a dose de insulina regular e NPH e veio aquela hipoglicemia de fazer gosto. Literalmente: “de fazer gosto”, pois como bom diabético, eu também aprecio uma hipoglicemia que me dá a oportunidade de comer um docinho...

Por falar em hipoglicemia, aqui vai a opinião de um paciente (não de um médico): não recomendem a um paciente com a glicose no rodapé resolver seu problema com suco de laranja e bolachas água

e sal! A cura só acontecerá com um bom brigadeiro ou dois, (dependendo do tamanho)!

Mal mesmo, só fiquei uma vez, quando um colega ortopedista cismou de me fazer umas aplicações de cortisona em um joelho lesado no futebol, alegando que a absorção da droga pelo sangue seria mínima. Minha glicose chegou aos seiscentos e eu quase “vi a vó pela greta”! Corticoide, cruz-credo, nunca mais!

Sou diabético há mais de quatro décadas e só agora começo a ter pequenas (assim as considero...) complicações, como neurite periférica leve e uma mioartropatia supostamente atribuída à diabetes – meu grande martírio. Meu fundo de olho é subnormal e está praticamente inalterado há dez anos. Confesso que me descuidei do peso, preciso perder uns vinte quilos hoje. Uma parte é culpa minha, mas outra é da genética e também dessa sociedade gluttona e voltada para o consumo de calorias em que nós vivemos. Eu sou também uma vítima!

Sou um bom paciente? Mereceria uma medalha Joslin? Isso quem pode dizer é meu médico, o Dr. Reginaldo. Mas posso dizer que aprendi muita coisa com a minha condição de paciente. Primeiro que a informação clara por parte do médico é muito importante. E também que a autonomia do paciente deve ser incentivada e respeitada; que as broncas resolvem muito pouco; que é importante trabalhar com resultados; que nós, pacientes, devemos sempre ser ouvidos, mesmo quando nossas opiniões e impressões parecerem esdrúxulas; que temos muito a ensinar uns aos outros (aquela receita de *mousse* de chocolate ma-ra-vi-lho-sa e sem açúcar, por exemplo!). Ah, sim: e que não se deve tratar hipoglicemia com bolachas água e sal!



## **E a Medicina, a que será que se destina?**

Naquele momento, início dos anos setenta, se havia contestação política no país e meu pâncreas entrara em dissidência comigo, eu particularmente, no nível da consciência também vivia uma crise, com foco na opção profissional. Quando me via naqueles ambientes de sangue, lágrimas, cansaço, sofrimento, maus odores, não foram poucas as vezes que me indaguei: o que estou fazendo aqui? Mas o fato é que mudar de curso, àquela altura dos acontecimentos era totalmente descabido, pelo menos para os padrões sociais e familiares que me condicionavam. Hoje é fácil, dois de meus filhos fizeram isso, até por mais de uma vez, sem pestanejar – e foram felizes. Mas naquele momento não dei asas a este tipo de ideia e me conformei, esperando apenas que a vida profissional me fornecesse algum alento. Para tanto, já começava a pensar no tipo de especialidade ou ramo médico em que eu me acertaria, sem muitas conclusões.

Depois que me formei, na década de 80, muita coisa mudou na UFMG, contra as correntes mais tradicionalistas. Em outros países as mudanças no ensino médico já eram antigas e tinham até passado por novas revoluções. Mas ainda hoje a falta de *gente* ainda parece ser a regra da formação médica. Depois reclamam que os médicos não gostam de “gente”. O problema é que eles se formam sem saber exatamente o que vem a ser isso...

Eu, é claro, não conseguia ser tão racional em relação à minha insatisfação. Pensei em fugir do dilema fazendo alguma coisa que me impulsionasse para fora do universo tão restrito e individualista que eu tinha na faculdade. Saúde Pública, pensei, talvez fosse uma boa opção. Na época eu havia lido em uma revista médica um artigo que narrava a saga de um grupo de estudantes da USP que resolvera romper com a visão de mundo que também me incomodava, para ir trabalhar no interior profundo de Goiás, fazendo uma medicina voltada para os problemas comunitários, dentro de um espírito cooperativo e solidário, em grupo. Era algo assim que eu queria!

Conheci, muitos anos mais tarde alguns membros daquele grupo, entre eles Pedro Tauil, grande amigo até hoje, e pude perceber que eles estavam certos em sua opção; apenas foram mais corajosos do que eu.

Meu entusiasmo arrefeceu quando percebi que eu não teria acesso a este tipo de formação, seja de generalista ou de sanitarista, seja na faculdade ou na BH dos anos 60 e 70. Além do mais, minha opção preferencial era a de resolver, não individualmente, minha vida com Eliane. Mas aquilo deve ter se fixado em mim, como um vírus. Eu ainda não havia aprendido – ou não adquirira coragem suficiente – para saber que o importante na vida é ir atrás dos sonhos, e não temer os riscos.

Um lampejo de racionalidade, já na vida profissional avançada, décadas depois, foi eu ter percebido que talvez tenha feito boa opção em continuar apostando na medicina. O problema estava no foco de meu trabalho, ou seja, não ter optado por trabalhar com os pacientes no coletivo e “de pé” e sim com indivíduos “deitados” em macas e camas de hospital. Com este insight na cabeça, sosseguei...

Mas na ocasião persistia no cenário o dilema de minha opção profissional. Afinal, mais um ano pela frente e eu já seria médico.

Fui, então, procurar algo mais próximo daquilo que parecia ser o foco de minha atenção – e mais próximo em termos de possibilidades de acesso, também. Foi assim que me aproximei da “Medicina Tropical”, disciplina do curso médico que dispunha não de uma enfermagem, mas de um hospital inteiro, o Carlos Chagas, na Alameda Álvaro Celso, nos fundos do HC e de frente para o antigo campo do América. Eu comecei sapeando as corridas de leito e me aproximando do resumido grupo de professores, entre eles Dirceu Wagner, o mesmo que havia aberto para mim as portas dos Colégios Arnaldo e Champagnat. Conheci ali um dos caras que me marcaram na vida: Antônio Cândido Mello Carvalho, o Cancando, de quem falarei mais adiante.



E eu fui ficando pela Medicina Tropical. Nas vésperas de iniciar o último ano de faculdade, eu havia saído da casa dos meus pais, indo morar numa pensão da rua Aimorés com Afonso Pena. Nesta época, eu era tão *arroz de festa* no Carlos Chagas que não raramente era solicitado pelos residentes a substituí-los nos plantões, para que saíssem para namorar ou tomar uns chopes. Daí a conquistar uma cama só minha no quarto dos plantonistas, foi um passo. Com a vantagem de que ninguém desabaria sobre mim em alguma madrugada... Mudei-me então para o hospital e mesmo informalmente passei a ser considerado parte do staff.

Para sorte minha, no final do ano da formatura, abriu-se um concurso na Medicina Tropical, para auxiliar de ensino, na vaga de Oscar Versiani Caldeira, o eterno diretor da nossa Faculdade, já citado aqui, que se aposentara. É claro que pensei que aquilo não era para o meu bico, mas os professores com quem eu convivía diuturnamente pensavam diferente e me convenceram a inscrever-me no concurso. Quando fiquei sabendo da pujança acadêmica de um outro inscrito, Eduardo Costa, abandonei qualquer esperança. O que eu não sabia é que outros interessados, ao verem Eduardo inscrito e além dele um cara praticamente desconhecido, mas que frequentava e até residia no hospital, participando como monitor de muitas atividades da disciplina, titubearam e não se inscreveram. Resultado: Eduardo Costa ficou em primeiro lugar, era a ordem natural das coisas. Eu fiquei em segundo, mas para sorte minha, abriu-se outra vaga alguns meses depois e eu fui chamado.

Mais uma vez, como na minha entrada no magistério secundário, eu estava lançado em um voo que exigia bem mais do que eu poderia oferecer. Mas fui em frente. Consegui acumular o segundo ano de residência, em Clínica Médica, com a docência na Medicina Tropical. Acho que não fiz feio...

Por que residência em Clínica Médica? Eu não sabia bem o que queria como área de trabalho. A medicina tropical não oferecia formação específica em BH. De forma que optei por algo que me

pareceu ser capaz de abrir horizontes mais amplos para mim. E não me arrependi.

### **Apontamentos para uma sociologia da vida estudantil dos anos 60**

Comecei a namorar Eliane Guimarães, minha colega de turma, logo em outubro do nosso primeiro na Faculdade. Nossa história evoluiu para noivado três anos depois e para casamento em quatro. Eliane sempre foi uma pessoa muito dedicada aos estudos e às obrigações em geral. Aliás, ela tinha uma capacidade de absorção de conhecimentos digna de um gênio, bem maior que a minha, aliás. Eu havia me transformado em alguém mais ou menos assim depois daquele ano passado no Colégio Universitário, de maneira que nos demos muito bem. Em 1970, já noivos (costumes da época...) tivemos que resolver uma contradição familiar: eu havia ganhado uma bolsa para os Estados Unidos, à qual ela concorrera também. Um verdadeiro e insuperável dilema estaria armado caso ela tivesse obtido a bolsa, pois teríamos que casar para viajar juntos. Coisas da época. Com muito custo, havíamos ganhado autorização apenas para visitar uma tia dela, que era Promotora de Justiça em Cambuquira. E olhe lá... Mas resistimos, principalmente graças ao espírito cordato de Eliane com as coisas de família (eu, nem tanto...) e nos casamos em 1971, sendo felizes por muitos anos.

Assim em 1970 entrei na tal seleção de uma Associação Universitária Interamericana (AUI) para uma bolsa de estudos nos Estados Unidos, com direito a seminários em Harvard e, contra todas as expectativas, inclusive as minhas, expectativas, fui aprovado. Isso virou minha cabeça. Até então eu não havia saído do Brasil e nem tomado um avião. Tampouco falava inglês, a não ser rudimentarmente e entendia menos ainda. Mas tudo aconteceu de uma só vez. Vou falar dessa viagem mais adiante. Ela marcou minha vida.

A dita viagem aconteceu, na verdade, porque um colega de turma, José Maria Ribeiro Bastos, havia se candidato e conseguido a bolsa no ano anterior. Fazíamos, então parte de um mesmo grupo na faculdade. Mas aqui devo esclarecer que pertencer a grupos nunca fora o meu forte. Havia, sim, alguma sintonia entre eu, Eliane, Zé Maria, Celso Chiari, Dalton Luiz Ferreira Alves (que haviam sido, estes dois últimos, meus colegas no Estadual) e alguns outros. Era um pessoal bastante “cabeça”, com a liderança dividida entre o citado Zé Maria e um outro, Gilberto Schwantes. Zé Maria era um sujeito com voz de barítono, filho de médico e um tanto conservador nas ideias. Bom moço que era, assumiu por conta própria o papel de proteger as colegas de investidas pouco cavalheirescas ou simplesmente assediadoras dos demais machos, o que lhe fez merecer o apelido maldoso de Galo Capão. As próprias vítimas potenciais, contudo, nunca admitiram que lhe tenham delegado formalmente isso, alegando que sabiam se defender (como de fato pareciam saber).

O líder muitas vezes primeiro e único de tal grupo era Gilberto, um paulistano típico, mais velho do que a gente uns bons cinco anos, cheio de experiências na vida – havia sido até soldado da Guarda Presidencial em Brasília – pelo menos era o que nos dizia. Ele era um excêntrico de classe. Morava sozinho em uma pensão modesta da rua Piauí, namorava garotas liberais e geralmente muito coibidas e tinha como companheira de quarto uma jibóia, a qual chamava de Yara, não sei se com “Y” ou com “I”. Dedicava-se, às vezes, a dietas radicais, alimentando-se apenas de ovos por grandes períodos. Recolhia-se a misteriosos retiros espirituais, supostamente em grutas remotas, o que não era possível negar ou confirmar. Tocava também, até creio que razoavelmente bem, um violino, sendo o parceiro ideal nas serenatas que às vezes fazíamos para nossas namoradas, formalmente declaradas, como no meu caso, ou nem tanto.

Na minha dificuldade em seguir grupos e líderes, meus contatos com essa turma não eram constantes. Além do mais, suas reuniões, geralmente feitas na casa do homem da cobra, eram cercadas de

densa nuvem de uma fumaça que cheirava a corda de cânhamo – hábito a que eu e minha namorada não éramos muito chegados. A experiência americana, facultada pelos adolescentes de Fall River, Massachussets, na casa onde fiquei hospedado, que um dia me apresentaram a tal produto, tinha sido o bastante para mim. Mas de uma forma ou de outra sempre nos víamos. Talvez tenha sido este o grupo que acompanhei mais de perto na faculdade. Pelos outros grupelhos existentes – e como os havia! – eu e Eliane apenas bordejávamos, sem estabelecer laços mais profundos, mas respeitando e sendo respeitados pelos membros.

Pois bem, este grupo liderado pelo homem da jiboia representaria um bom *case*, de interesse de algum antropólogo ou sociopsicólogo que estivesse a fim de perscrutar a vida universitária dos anos 60, em plena revolução cultural, a partir das relações e costumes grupais dos estudantes. A trajetória dessa turma é notável. Zé Maria pendurou o diploma depois de formado, rompeu um noivado de muitos anos e mergulhou na *vida loka*, residindo na Holanda, cercado, ao que se sabe, de muita droga e os devidos complementos. Voltou anos depois para BH para continuar sendo o careta de sempre. Chiari, o primeiro lugar no vestibular, dois décimos acima de mim, não conseguiu se encontrar na vida. Começou uma formação em Bioquímica ou Farmacologia, que não concluiu e acabou falecendo em um acidente misterioso na BR-3, que alguns suspeitaram que fosse autoinflingido. Agnaldo Peres, que ainda não havia entrado na história, voltou para sua terra natal no Sudoeste de Minas, abandonou a faculdade e ninguém nunca mais soube dele.

E Gilberto Schwantes, o paulistano, grande liderança e revolucionário dos costumes? Boa pergunta! Este, fiquei sabendo muito tempo depois, tinha um pai rico, proprietário de clínicas de psiquiatria em São Paulo (com quem tinha, aliás, birras freudianas) e passou a administrar os negócios do pai.

Do convívio com esta turma restou meu aprendizado a respeito de “papos-cabeça”, os quais, depois de muitas tentativas acabei por rejeitar de vez. “Discutir a relação” (DR) uma modalidade am-

plamente praticada pelos membros referidos, com furor quase esportivo – nem pensar! Mas aquela turma era capaz de passar a noite nisso, principalmente se houvesse muita cerveja e alguma canabis no pedaço.

Mas esta época não deixou de representar também um “abre-cabeça” para mim. Aqueles papos intelectualizados muitas vezes me entediavam, mas ao mesmo tempo me levaram a procurar novos caminhos de conhecimento. Foi assim, por exemplo, que mergulhei na contracultura, lendo Aldous Huxley, Hermann Hesse e, principalmente, um best seller da ocasião, o romance Cleo e Daniel, do psicanalista e anarquista militante Roberto Freire. Incorporei também como verdadeira trilha sonora existencial o Concerto de Aranjuez, do compositor espanhol Joaquín Rodrigo, em particular seu movimento *Andante*, imitando nisso os personagens do livro de Freire.

## O caso Macrino

Macrino era o nome do coitado. Vinha de algum sertão de Minas, certamente dos longes do Jequitinhonha ou do além-Montes Claros, que na época eram os grandes armazéns fornecedores de doentes para o Hospital das Clínicas da UFMG.

Que doença tinha o tal sujeito? Simplesmente todas! Seu coração era uma bola, embora jovem, já devastado possivelmente pelas insidiosas incursões do *Tripanosoma cruzi*. O esôfago lhe fazia às vezes de estômago, pela sua dilatação e relativa imobilidade. Como se não bastasse ainda tinha um sopro cardíaco provavelmente associado a uma doença reumática não tratada. Ah, sim, e só ia ao banheiro a custo de lavagens. O rim funcionava como uma máquina maluca, desequilibrando seus eletrólitos como se fosse uma erupção telúrica. Tinha também uma anemia intratável...

Com mais de dezoito anos, ou nem isso, seu corpo era ainda o de uma criança e desafiava a nós todos, residentes de Clínica Médica na enfermaria do quarto andar do Hospital das Clínicas da UFMG, com seu acúmulo de problemas e, principalmente, com a evolução tão grave dos mesmos, considerando sua pouca idade.

Macrino estava internado ali há muitos meses. Seu prontuário já não cabia naquelas pastas metálicas, com presilhas flexíveis, que eram típicas dos hospitais da época; ocupava mais de uma caixa daquelas normalmente usadas para arquivar papéis mortos.

Havia um dado que deve ser mencionado: uma das linhas de pesquisa daquela enfermaria incluía a Doença de Chagas e Macrino era um “caso” excepcional, a ser revirado e explorado mais a fundo. O problema é que o titular da pesquisa estava fora do Brasil, ou em licença, e não aparecia na enfermaria há tempos. Além disso, aguardava-se a liberação de verbas para aquisição de novos medicamentos, de acordo com o protocolo da pesquisa. Estranho? Nem tanto. Isso era comum na época e creio que ainda seja nos hospitais universitários

A chegada de novos residentes, entre os quais eu me incluía, não mudou nada na rotina do coitado. Mas nós, jovens e impetuosos, víamos naquele “caso” a chance de demonstrar nossa competência clínica. Certamente devíamos ter pensado que ele só estava ali, por tanto tempo, porque deve ter faltado sabedoria e dedicação por parte de alguém que nos antecederia.

Ledo engano.

Rever seu prontuário já era coisa quase impossível. O que havia nas tais caixas de arquivo era uma maçaroca de papéis, sem qualquer ordem, seja cronológica ou simplesmente “lógica”. O jeito foi fazer toda a bateria de novo, coisa que deve ter sangrado o coitado até a exaustão.

Mudamos os medicamentos radicalmente, dando ombros para a tal pesquisa que nunca acontecia de verdade e seu titular ausente. Ha-

via novos cardiotônicos no mercado, fora do que era padronizado no HC, mas mesmo assim nos viramos, utilizando as boas graças dos propagandistas de laboratórios, que também precisavam de nossa boa vontade em atendê-los nos intervalos das visitas e prescrições.

E vieram os medicamentos, que foram se sucedendo e se alterando. Mas resultado que fosse bom, nada... E pior, algumas das funções vitais de Macrino começavam a degradingolar.

A sensação que tínhamos era a de que ainda não havia sido encontrada a verdadeira causa de tantos achaques. Realmente, a regra médica de que é melhor explicar tudo com um único diagnóstico, em Macrino era definitivamente subvertida.

Aos poucos, Macrino foi se incorporando à paisagem, como sempre acontece. Em conversas com um de nós, ele, que era de pouquíssimas palavras, disse que não tinha nenhum interesse em voltar para casa. Vinha de uma família miserável que não tinha como cuidar dele e ali, no HC, era como sua casa, aliás, há quase um ano, onde tinha comida, roupa lavada, amigos e até mesmo alguma valorização, como nós residentes bem ou mal lhe oferecíamos.

Às vezes, em uma corrida de leitos, alguém proferia a palavra fatal: *alta*. Macrino empalidecia. Mas na prática algo assim era realmente impossível. Como botar fora do hospital, ou mesmo da cama, alguém que mal parava de pé?

E ele foi ficando. Completou um ano de internação e possivelmente ficou ali muito mais, mesmo com escassas chances de sobrevivência, dono que era de um organismo tão comprometido.

Moral da história: nenhuma... Certas doenças não têm tratamento mesmo, embora seja possível que as novas tecnologias médicas dessem a Macrino, nos dias de hoje, uma vida mais confortável e mais longa, embora certamente não lhe acrescentassem a dignidade de que tanto carecia, por ser tão pobre.

Seria desejável que tal situação de “doentes moradores” em hospitais universitários, ligada a razões “de pesquisa”, regra no meu

tempo, possa hoje fazer realmente parte do passado. Mas não me permito muito otimismo nisso, pois ainda nos meus tempos de docente da UnB percebia – e certamente isso ainda se mantém – uma visão arraigada de “autonomia” da instituição universitária, que na verdade poderia ser entendida como “soberania”, que era dominante entre meus colegas. Neste aspecto, creio que ganharíamos muito, não só os pacientes, como os que deles cuidam, como o país como um todo, se nossos hospitais universitários fossem de fato incorporados à rede de serviços de saúde e sobre os quais se aplicassem exigências de eficiência, de racionalidade, de controle social e de humanismo que são, ou deveriam ser, demandas imperativas na sociedade moderna.

O espírito de Macrino provavelmente continua vivo por aí.

### **As sete vidas de seu Joaquim**

“Esvaziar a enfermaria” era a palavra de ordem que nós residentes de Clínica Médica recebemos ao adentrar na mesma pela primeira vez, um tanto abandonada que estava, por não ter contado com outros residentes no semestre anterior. Tinha virado um bem depósito de pacientes, muitos já quase moradores; outros cuja necessidade de ficarem internados era muito questionável. E pusemos as mãos em tal obra.

Seu Joaquim era um homem de quase 80 anos, corpulento, jovial. Sua cabeça bem conformada e seus cabelos brancos o faziam parecido com Dorival Caymmi, não fazendo má figura como tal, apesar da diferença de idade entre ele e o notável baiano ser de uns vinte anos, pelo menos, na ocasião. Era um daqueles pacientes colaborativos, que acreditava nos médicos, particularmente em nossa juventude de residentes esforçados, e tudo fazia para atender nossas recomendações e assim, quem sabe, receber sua alta logo e voltar a seus afazeres. Seu grande problema era um coração que



batia sem pressa alguma... Trinta e oito, no máximo quarenta batimentos por minuto. É que aqueles cabos que transmitem a corrente elétrica de alto a baixo no tal órgão tinham entrado em curto circuito, mais uma vez por obra e graça do terrível *T. cruzi*, e seu agente contumaz, o barbeiro. Ela viera parar ali vindo do Pronto Socorro Amélia Lins, vizinho do nosso HC, que volta e meia nos fazia aquela remessa de casos, dada a natureza emergencial exclusiva do mesmo.

A solução para Seu Joaquim era bem simples, mas ao mesmo tempo quase irrealizável nos tempos idos da saúde no Brasil, com a população irremediavelmente dividida entre os que tinham a “carteirinha” do INPS e os que não a possuíam. E Joaquim era “Funrural”, que significava o mesmo que ser um despossuído quase absoluto em matéria de saúde. A solução? Um bom marca passo. Porém, fora do sistema previdenciário ou privado, consegui-lo era uma verdadeira façanha, que dependia da autorização de uma penca de burocratas, muitos deles remotamente situados no Rio de Janeiro. E para um paciente como aquele, bons meses podiam se esgotar sem nenhuma decisão a vista.

E ele nos dizia que seu sonho era voltar logo para casa, reencontrar sua mulherzinha (bem mais jovem do que ele, conforme confirmamos em algumas raras visitas), rever seu burrinho, botar de novo sua carroça para andar e ganhar a vida com algum frete. Um homem de quase oitenta anos e com um bloqueio total do coração, vejam só.

Apesar de ser amparado pelo Funrural, morava na periferia de Belo Horizonte, reproduzindo, com isso, uma situação que era bem comum na época, ou seja, a migração rural-urbana. Hoje, parece, quem tinha que sair da roça, já saiu; tem gente é fazendo o trajeto ao revés...

Mas a palavra de ordem precisava ser cumprida, até porque havia pressão na porta de entrada, via Amélia Lins e ambulatórios, para que aquela enfermaria de Cardiologia se abrisse para outros

pacientes mais necessitados. Conversa vai, conversa vem, um dos professores conseguiu a promessa de um fabricante de equipamentos que o marca-passo adequado para Joaquim estaria disponível em no máximo quarenta dias. Simples, então: era dar alta e pedir que voltasse algumas semanas depois. Mas cabia dar a notícia ao paciente; temíamos que ele tivesse uma crise de ansiedade com aquilo e que, assim, aqueles trinta e tantos batimentos se reduzissem ainda mais. Constituímos uma espécie de junta, formada pelos residentes que lhe eram mais próximos e depois de muitos rodeios e promessas a notícia lhe foi finalmente repassada. Ele iria para a casa e seria convocado de volta pelo Serviço Social do hospital quando o precioso equipamento estivesse disponível.

Joaquim sorriu amarelo, mas resignou-se. A frequência cardíaca manteve-se abaixo dos quarenta batimentos regulamentares, mas sem quaisquer sintomas ou sinais preocupantes. Fizemos-lhe várias prescrições e recomendações, principalmente que não fizesse esforços e evitasse contratempos, se isso lhe fosse possível.

E a vida seguiu. Em poucas horas o leito de que Joaquim ocupara durante muitas semanas já tinha outro habitante.

Um belo dia, duas ou três semanas depois da alta, quem vemos sentado na sala de espera da enfermaria, em pleno procedimento de admissão por parte da enfermagem? Ele mesmo, o Seu Joaquim, vindo mais uma vez do Pronto Socorro Amélia Lins. Estava mais magro e um pouco abatido. Mas o que chamava a atenção, agora, era um enorme curativo na frente, tendo todo o crânio rodeado por uma faixa de atadura, na qual ainda havia manchas de sangue.

Ele logo nos explicou o acontecimento. Voltara para casa e chegando lá encontrou a mulherzinha nos braços de outro, que lhe havia também subtraído, para vender, aquele querido burro e a respectiva carroça. Ainda por cima lhe veio com ameaças. Ele correu atrás do Dom Juan com um porrete, mas o mesmo sacou de um revólver e atirou nele, tendo uma das balas lhe alcançado a cabeça. E ele ainda



detalhou: *me entrou na parte da frente e saiu pela de trás, sem bulir com os miôlo.*

E nós com temor de que ele tivesse uma parada cardíaca apenas com a má notícia de que seu marca-passo ainda demoraria mais algumas semanas para chegar...

## **Incompatibilidade de gênios**

Durante minha vida estudantil passei por várias fases em relação ao interesse profissional. Lembro-me que ainda em 1966, quando estava no colégio, li uma reportagem da antiga revista *Realidade* sobre os primeiros transplantes realizados no Brasil (acho que já falei disso aqui). Fiquei encantado com aquilo e acreditei que era algo assim que eu queria. Mesmo tendo mudado de ideia depois, devo admitir que aquela leitura e o entusiasmo dela derivado me ajudaram a estudar com mais afinco ainda, me garantindo aquele terceiro lugar no vestibular da UFMG.

Nos dois primeiros anos de faculdade mantive um breve namoro com as chamadas “cadeiras básicas”, particularmente com a Bioquímica e a Fisiologia, onde pontificavam alguns nomes de peso, como Marcos Mares Guia, Carlos Diniz e Vilmar Dias da Silva. Chegamos mesmo, Eliane e eu, a nos engajar em uma pesquisa em imunologia e o desafio que encaramos foi testar substâncias supressoras da reação imune e, para tanto, transplantávamos pedaços de pele de ratos brancos para pretos e vice-versa. É claro que nada deu certo, pois nos faltava estrutura para tanto e também uma mínima habilidade cirúrgica. O mais que conseguimos produzir foi alguns ratos com grandes feridas peladas no dorso.

Quando já estava prestes a completar o segundo ano, li um artigo na revista *O Hospital* relatando as aventuras de um grupo de médicos formados na USP que decidiu se embrenhar pelo Norte Goiano, mais precisamente em Porto Nacional, para ali realizar uma práti-

ca diferenciada, juntando clínica, prevenção e promoção da saúde, em ambiente de respeito cultural e participação. Falarei mais disso para homenagear, em outro capítulo, meu particular amigo, Pedro Tauil, herói remanescente daqueles acontecimentos. O certo é que aquilo de novo me mobilizou, e passei algum tempo com aquela ideia – ou algo parecido com ela – na cabeça.

Havia dois problemas, contudo, para realizar tal sonho. Primeiro a formação de um grupo, e isso eu nem tentei fazer, pois a ideia era um tanto deslocada para os padrões em que vivíamos, minha turma de faculdade e eu. Segundo, a questão da formação. A Faculdade de Medicina da UFMG, com seu curso reduzido para cinco anos, além de fortemente focado na ... *falta de foco*, jamais me permitiria uma formação generalista como aquela.

Restava a opção de fazer algo relacionado à saúde pública, mas mesmo aí havia barreiras, pois tal formação não estava disponível na BH de meu tempo. Além do mais, a partir de certo momento, meu destino já estava selado (e não me queixo disso) ao de minha namorada Eliane, cujos planos não eram exatamente desta natureza. Aliás, bem dizendo, o que queríamos mesmo era casar logo, aproveitando ao máximo as vantagens que a cidade onde nossas famílias moravam nos oferecia, para somente depois disso pensar em como cair na vida.

E assim chegou o final de meu curso e com ele o momento de decidir. E me inscrevi para a residência de Clínica Médica do Hospital das Clínicas da UFMG. Não teria outra razão a apontar a não ser a de procurar, ali, algum resquício daquela formação generalista que em outro momento eu quisera ter. E cada estágio me despertava atenção maior ou menor, com destaque especial para a Cardiologia, para a qual eu pensei ter algum pendão, em parte pela boa qualidade da preceptoria lá existente, com nomes de peso, como Moisés Shuster, Arnaldo Elian, Luiz Otávio Savassi, Mario Lopez, Silvio Carvalho, além de outros. Mas a forte associação da cardiologia com as tecnologias médicas, que vinham se tornando essenciais nesta área,

acabaram por me afastar. Eu queria uma coisa mais “pé no chão”, ou “olhos nos olhos”.

Fiz também um esforço, para o qual tive que mover algumas barreiras, de estagiar durante um trimestre da residência, na Dermatologia – e até que não me dei mal. Nesta altura me lembrava muito da tirada famosa de Oswaldo Costa (cujo filho, Paulo Uchoa Costa, era meu preceptor então), a respeito da razão pela qual ele escolhera se especializar nas doenças de pele. Segundo ele, seu professor de oftalmologia, verdadeira primeira opção sua, lhe recomendou dedicar a algo como a dermatologia, pois “*era muito porco*” para se tornar oculista. Porco ou não, logo vi que aquilo também não era minha praia. A dermatologia tinha a vantagem de possibilitar, quase sempre, um diagnóstico preciso. O “quase” significa, entretanto, que se ele não se confirmasse à primeira vista, seria melhor desistir, pois provavelmente se trataria de uma raridade absoluta. No mais, em tal especialidade uma téttrade de problemas se impunha, segundo uma piada da época: *chulé, frieira, caspa, coceira*. Além disso, a dermatologia de então tinha um arsenal terapêutico muito limitado, no qual dominavam, amplamente, os corticosteróides. A pele não era, também, o meu território, portanto.

Passei de intenção em intenção, como se vê. Acabei virando clínico geral, ou melhor, um especialista em Medicina Interna e assim fui levar minha vida, primeiro em São Simão, depois em Uberlândia. Até que o sonho daqueles *alopradados do bem*, sediados em Porto Nacional me pegou de vez – e fui para a Escola Nacional de Saúde Pública dez anos depois de formado.

Mas curiosamente – ou nem tanto – uma área da medicina nunca me interessou: a Psiquiatria. Nenhum preconceito, muito pelo contrário. Apenas uma sensação de incapacidade e de impotência.

Eu tivera duas experiências mais próximas ao chamado campo “psi” nos meus anos de noviciado. Logo nos primeiros meses de faculdade eu sofrera um desmaio, totalmente inexplicado, a não ser pela expressão “vago vagal” – que realmente não quer dizer

muita coisa. Fiz vários exames e todos resultaram normais. Fiquei encucado com aquilo e volta e meia achava que ia desmaiar novamente, o que, entretanto, felizmente nunca mais aconteceu. Mas me mandaram para uma terapia e a única que encontrei acessível financeiramente (ou seja, de graça) foi na variedade *grupal*. E lá fui eu para duas inesquecíveis sessões, pois na terceira já havia desistido. Ali, um sonhava que havia matado a mãe; outro tinha desejo sexual pelo próprio pai; uma terceira era de uma timidez extrema, mal conseguindo dizer o que a tinha trazido ali. Então eu pensei: *mas eu só tenho essa sensação besta de que vou desmaiar – sou um felizardo!* E me mandei de vez...

Em outra ocasião, já no quarto ano de faculdade, fui finalmente cursar a disciplina de Psiquiatria, com um pouco de *pé atrás*, na verdade – devo admitir. O pé só não recuava muito, a um metro de distância retro, porque ali havia bons professores. Lembro-me especialmente de Jairo Bernardes, que faleceu precocemente poucos anos depois, além aquele que entra na presente história, André Mendonça (se não tiver me equivocado sobre seu sobrenome).

André, que nos acompanhava no ambulatório da especialidade, era um cara culto e amigoso com os alunos. Conversava com os pacientes e com os estudantes, com total paciência e empatia pelos que estavam em ambos os lados da mesinha de consulta. Ouvia a todos de maneira calma e gentil e sempre tinha ensinamentos a nos oferecer.

Com ele cheguei a acompanhar dois ou três pacientes. Nos dois meses que nos cabiam de estágio nesta área, dentro das características do atendimento psiquiátrico, não era possível acompanhar número maior de casos. As velhas questões traduzidas por queixas vagas, somatização, autoindulgência ali estavam presentes com intensidade, e nem poderia ser diferente. Foi em tal contexto que me apareceu, como paciente, um rapaz que tinha tudo isso e mais uma enorme timidez, dificuldade de manter relacionamentos afetivos ou amorosos, rejeição pela figura paterna, grande insatisfação e sofrimento com a vida, além de insegurança em relação a sua opção sexual...

E naquelas três ou quatro sessões semanais tratei de ir deixando-o falar, até porque eu não tinha e não me sentia habilitado a dizer qualquer coisa mais profunda. André, sempre prestativo, discutia o caso comigo ao final da sessão ou mesmo junto com o paciente e sempre me dizia: *tente aprofundar mais*.

Um dia, com o professor ausente por algum motivo, o rapaz me aparece, desfilando suas queixas, totalmente invariáveis. Eu só tinha mais uma ou duas semanas de estágio no ambulatório pela frente e não podia contar, naquele momento, com a ajuda de André, que certamente reproduziria aquela necessidade de aprofundamento, mais uma vez. E além do mais aquilo estava me deixando ansioso, mais do que o pobre paciente...

Assim, criei coragem e disse para o rapaz: *olha, o melhor que você faz é considerar essas coisas como barreiras a serem retiradas de sua vida. E só você pode fazer isso! Sendo assim, faça!* E lhe comuniquei que estava de alta.

Ou seja, um tempo precioso foi perdido naquelas semanas de enfado e sofrimento, para ambos, certamente.

Na semana seguinte André compareceu e me perguntou pelo rapaz, recebendo então a notícia da alta que eu havia dado ao mesmo. O professor, mesmo sem perder a suavidade habitual se aborreceu e somente me disse: *logo agora que ele ia começar a falar de seus verdadeiros problemas...* Sinceramente, não consegui saber como ele se apercebeu disso, com tanta certeza. Mas, enfim, o mal já estava feito.

Assim foi que desisti do campo *psi* para sempre...

## Vita Activa

3 *meu código pelos  
meu duvidar*

Começando

Na Califórnia brasileira

Traçado

Nós já resolvemos tudo, doutor

A gente às vezes se esquece do nariz...

Quem? Eu?

Um kama-sutra peculiar

Memórias de um pronto-socorrista

*Breaking bad news*

Dois pacientes queridos e uma vaca

Pelos gerais do triângulo

Um visitante ilustre em Uberlândia

Da maldade humana

Eu, quase político

A cura da doença de Chagas

Como deixar de ser homenageado pelos alunos

Cenas da vida de professor

Minha chegada à UNB

Feitiço x Feiticeiro

*Back to Berlândia*

Sob as luzes da ribalta

Cargo público nunca mais

Boas vindas

...tória profissional nem nada pela  
experiência, inflama o peito e de

São Simão, Uberlândia, Brasília. No Rio de Janeiro fui morar por três vezes, mas sempre fiz o caminho de volta. Meu destino, melhor dizendo, minha escolha, era mesmo o vasto Brasil do interior, com o qual eu sonhara desde a infância. E assim fui ter àqueles planaltos centrais e àquelas cidades espalhadas, tão diferentes da Belo Horizonte que havia me abrigado por mais de vinte anos. Fui médico, fui professor, fui gestor público neste período de minha vida, que durou quase duas décadas. Gostei mais dessa última função e nela me aprofundei. Voltei também a ser aluno, com aproximações acadêmicas que, entretanto, não perduraram. Participei da criação de uma família que só me trouxe alegrias, embora deva reconhecer que a recíproca talvez não tenha sido totalmente verdadeira. Conheci a dor e a delícia de deixar de ser apenas um rosto na multidão, ao me transformar em homem público, embora tenha percebido mais adiante que fazer parte de tal coisa pública também não era o meu real desejo. Acho que de fato eu não queria ser ‘coisa’ e muito menos ‘pública’... Tive colegas, pacientes, subordinados e alunos que creio terem apreciado o meu jeito de ser, minha inquietação, meu afeto com as pessoas, embora sujeito a intempéries. Uma coisa eu sei: não passei em brancas nuvens por onde estive. Isso foi, sem dúvida, o melhor que pude fazer em minha ‘vita activa’. A companheira dos anos de faculdade, sempre comigo até então, tanto física como afetivamente, um dia vi que não me supria em uma suprema carência, a de viver em um mundo de limites mais amplos. Eu que era um peixe grande em um lago pequeno, optei por me transformar apenas em manjuba, em mar largo e perigoso.

## Começando

Comecei minha vida profissional, depois da residência médica, como médico clínico em um acampamento de obra, no caso, a barragem de São Simão, na divisa entre Minas e Goiás. A obra fazia parte de um pacote de vantagens oferecida à holding italiana controladora da Fiat, que na época instalava sua fábrica de veículos em Betim, nos arredores de Belo Horizonte. Ali viviam umas dez mil pessoas, entre *trecheiros* e suas famílias. A vila era um primor de organização e linearidade, devidamente escalonada em estratos de renda, profissão e posição funcional, separando-se devidamente as ruas ocupadas pela Cemig, a contratadora da obra, e aquelas destinadas aos empregados do Consorcio Impregilo-CR Almeida (do qual eu era empregado), que a executava.

Só para se ter uma ideia do apartheid local, havia um clube chamado de *Brancaleone*, dedicado aos top de linha, entre os quais eu e Eliane éramos incluídos. E outro para “os outros”, isto é, gente situada na categoria *nível médio* e abaixo dela, o qual, para fazer graça, em alusão racista, era apelidado de *Pretaleone*.

A palavra *trecheiro* e seus derivados, *fazer o trecho*, por exemplo, fazia da parte da gíria dos operários especializados em grandes construções, muitas delas relativas a *trechos* de estrada. Assim, *fazer o trecho* era uma descrição bem apropriada da vida nômade de muitas dessas pessoas. Mas sem dúvida, para quem tivesse qualificação, mesmo pequena, a paga era boa e, além disso, o Brasil, sob a bota militar, vivia um período de crescimento tido na ocasião como *milagroso*, coisa que o tempo desmentiu.

Eu e Eliane conhecemos São Simão em uma expedição que teve por objetivo exatamente arranjar um lugar para trabalhar e constituir família, longe da cidade grande e cansativa que BH já era naqueles tempos. Estávamos bem encaminhados, eu como auxiliar de ensino na Faculdade de Medicina da UFMG e ela, mesmo ainda não colocada, era detentora de um bom leque de oportunidades nas mãos. Mas o nosso sonho era rondoniano, ir para o interior, para o Oeste



– e para tal destino fomos. Nós dois, que nunca havíamos passado de Pará de Minas na fronteira Oeste, fomos muito além – e disso não nos arrependemos.

Em São Simão tivemos flores e espinhos, em profusão. Era bom morar naquela cidade jovem e arejada, como que construída à nossa imagem e semelhança, com um horizonte de planalto que parecia o mar, uma casa novinha em folha e bem aparelhada, tendo à frente um belo cerradão, onde se destacavam pequizeiros e sucupiras-brancas. Além disso, bom salário e um leque enorme de passeios, pescarias e outras aventuras fluviais, além de viagens até mais longas. No Banco de Crédito Real, estabelecimento mineiro que não por acaso estava ali, com foros de monopólio, éramos recebidos pelo gerente com medidas e rapapés, que incluíam cafezinho e companhia até a porta, na saída. Pudera, meu novo salário chegava a seis vezes o que ganhava na UFMG; o de Eliane outro tanto. Com poucos meses de trabalho já tínhamos um carro novo, um Chevette 1974, que desbancou o nosso Fuscão do início da década.

Havia São Simão “a Velha” e “a Nova”, como acontecia também nos burgos portugueses medievais. A primeira às margens do Paranaíba, confrontante com Minas Gerais do outro lado do rio; a segunda em terrenos mais altos, separadas por dez quilômetros de estrada. Se nos altos a vida chegava a ser bastante aprazível, nos baixios era pura precariedade, com construções de pau a pique, tetos de palha, chiqueiros por todo lado, lixo nas ruas, botecos cheios de homens tomando cerveja em plenas três horas da tarde de um dia se semana. Enfim, o legítimo Brasil da época – e de sempre. Na entrada, um monumento nos saudava: a *Buater Danubiazul*, um tosco barracão de paredes azuis desbotadas, com o desenho de uma bailarina seminua a convidar os incautos para apreciar as benesses que ali dentro eram oferecidas.

Os espinhos acima referidos foram trazidos pelas condições penosas de trabalho, com ritmos escorchantes de atendimento, chegando a várias dezenas de pacientes em um só turno – cheguei a contar oitenta em uma ocasião. Uma anestesia, que tive de fazer às pressas

para Eliane liberar um bebê por cesariana, me fez envelhecer dez anos em apenas uma hora – tinha lá eu preparação para fazer aquilo? Só que não havia outro jeito.

Se fosse só isso poderíamos até suportar, mas nosso problema maior era o diretor do Hospital do Consórcio, uma anta boliviana de má catadura, sempre fantasiado de doce lhama, mas mau caráter como ele só. Assim findando um ano de contrato, Eliane grávida e prestes a dar a luz a Daniela, fomos baixar em outro centro, no caso, Uberlândia.

## Na Califórnia brasileira

Uberlândia já era, na ocasião, um *sonho feliz de cidade*, como disse Caetano a respeito de Salvador. Mas a felicidade ali era dada pelo padrão de renda e consumo, superior à média nacional, o que conferiu a um polígono formado, entre outras cidades, por Ribeirão Preto, Uberaba, Barretos, além de Uberlândia, o designativo de *Califórnia Brasileira*, meio pretensioso, como era de costume naquela época de (falsos) milagres. Nada de praias, surfistas, hippies, grandes universidades, claro, mas em compensação muito progresso, muito dinheiro circulando. A escola de medicina, fundada cinco anos antes, nos abria boas chances profissionais. Não estávamos mais no interior verdadeiro, antes sonhado, mas com certeza em uma cidade onde a qualidade de vida era bem melhor do que a BH e a São Simão que deixamos para trás, como logo se confirmou.

Chegamos lá em 1975, em um momento em que havia vários lançamentos de carros pela indústria nacional. Alguns nem haviam chegado a BH, mas na Praça Tubal Vilela, a principal da cidade, era possível matar a curiosidade a respeito de todos os modelos novos, já numerosos por lá, estacionados nas laterais, onde havia, para nossa admiração, parquímetros automáticos. Mais *american way of life*, impossível... A vizinha Uberaba, que disputara por décadas



a primazia de ser a maior cidade do Triângulo Mineiro e uma das maiores do estado, já havia sido totalmente desbancada pela sua antiga criatura, a *Uberabinha*.

A Escola de Medicina fora criada em 1968 sob a forma privada de gestão. Para seu erguimento juntaram-se os fatores que fizeram da própria cidade um exemplo de desenvolvimento: o ímpeto e o empreendedorismo local; a rivalidade e a concorrência com outras cidades do interior (poderia ser tanto com Uberaba, como Ribeirão Preto ou Goiânia); a convergência de financiamento privado e público (de preferência este último); sua posição estratégica, muito reforçada pela construção de Brasília e, além disso, e acima de tudo, a pujança política da cidade, à época berço e sede da potestade chamada Rondon Pacheco. Cabe lembrar que 1968 foi também o ano das manifestações de Paris, da marcha dos cem mil no Rio de Janeiro, da morte de Che Guevara; mas nada disso parece ter tido impacto sobre a comunidade local, particularmente aquela parcela que agora podia viver o sonho de *ter (ou ser) um médico na família*, tão acalentado pela classe média brasileira.

Havia peculiaridades realmente interessantes na cidade, particularmente no campo da saúde, para o qual fomos atraídos. A faculdade era um produto direto da rivalidade com Uberaba, que já tinha a sua havia uns bons vinte anos. Os uberlandenses não mediram esforços, durante todo esse tempo, em montar sua própria máquina de fazer doutores. E até que foram bem-sucedidos. Mas, em termos de oferta de serviços de saúde, enquanto Uberaba já havia se aberto à nova realidade, em vigor desde os anos cinquenta, a medicina previdenciária, Uberlândia resistia. Uberaba já tinha o seu PAM – Posto de Assistência Médica dos antigos Institutos IAP – Uberlândia, não – e os médicos locais se orgulhavam disso. Em uma cidade, Uberaba, era comum ver os médicos atenderem em seus consultórios clientes encaminhados pela Previdência, mediante remuneração por serviço prestado, mas nem isso era possível em Uberlândia.

Duas histórias curiosas desta época.

Dr. Manuel Teixeira de Souza foi um médico querido em Uberlândia, nos anos cinquenta. Progressista, à sua maneira, do ponto de vista político, getulista ardoroso, era filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro. Ao que parece, misturava ideologia com sentimentos caritativos e aspirações políticas, o que de resto é muito comum entre os políticos brasileiros. E assim virou vereador – o que também não é nada de novo entre médicos, de ontem, de hoje e de sempre. No Legislativo municipal sua luta principal era para de trazer alguns dos benefícios previdenciários para a cidade na qual as pessoas, apesar de pagarem as contribuições compulsórias, não tinham tal direito. E entre esses benefícios, dois dos mais temidos pela curriola médica: o PAM, já citado, e o *Samdu*, que era um serviço móvel de emergências, muito parecido com o SAMU de hoje. Ora, tais coisas colocavam em risco alguns dos principais ganha-pães da turma médica de então. Não sendo possível dissuadir o bravo Manuel de suas ideias, sua expulsão da Sociedade Médica de Uberlândia foi tramada e se concretizou. Quando veio a *redentora*, em 1964, o pobre homem foi dos primeiros a ser preso, torturado e processado. E seus delatores médicos ainda estavam ativos quando lá chegamos, dez anos depois, sendo apontados com alguma crítica, mas também com temor e reserva.

A outra história é mais pitoresca, mas também com tintas de dramaticidade. A ausência de serviços previdenciários e gratuitos em Uberlândia era um drama local, que fazia com que muitos pacientes que não podiam pagar as consultas particulares tivessem que se deslocar até Uberaba, distante cem quilômetros ao Sul. Havia transporte por ônibus, em via asfaltada, desde o início dos anos 60. Apesar disso muitos preferiam ir de trem, sim, de trem, um luxo disponível por lá ainda nos anos 80. A viagem era um pouco mais demorada, mas muito mais confortável, principalmente para quem necessitava usar muleta, cadeira de rodas, equipamento para soros, oxigênio etc. E por sorte – ou mesmo por determinação da diretoria da antiga Cia. Mogiana – havia um comboio que passava por Uberlândia nas primeiras horas da manhã, com conexão para retorno

no final da tarde. Menos mal, mas uma solução definitiva só apareceu, de fato, em meados dos anos 70.

E tal solução aconteceu quando a fundação mantenedora da faculdade de medicina, dirigida com clarividência por Gladstone Rodrigues da Cunha Filho (a quem dedico uma seção dessas minhas memórias – ver *Personae*) e graças também ao poder político da cidade (de novo Rondon Pacheco) obteve, de forma praticamente inédita no país, sua inserção no recém inaugurado Convênio MEC-MPAS, no qual os hospitais universitários passaram também a fazer parte da rede do INPS, depois Inamps, recebendo recursos para tanto. Aí, então, o trenzinho-ambulância da Mogiana deixou de fazer sentido. E a orgulhosa medicina da cidade teve que se resignar, embora contrariada.

As mudanças foram radicais depois de tal convênio. A faculdade expandiu expressivamente sua área física e sua capacidade de atendimento, não só na medicina como na odontologia. O próprio bairro Umuarama, um empreendimento imobiliário meio paralisado, onde o Hospital Universitário se localizava, explodiu, em termos de ocupação e de valor do metro quadrado, dado seus novos atrativos econômicos e o fato de muitos professores e funcionários passarem a morar ali. Mudou até de nome, embora de modo informal, pois passou a ser conhecido como “Medicina”. Até a empresa concessionária de transportes coletivos na cidade criou uma nova linha com origem no centro da cidade, que atendia pelo mesmo nome, bem específico: *Medicina*.

Quando a escola de medicina foi finamente federalizada, graças à ação dos políticos uberlandenses de sempre, Rondon e Homero Santos à frente, passando a fazer parte da Universidade Federal de Uberlândia, em 1978, a infraestrutura da área da saúde, em termos de recursos físicos e humanos já era bastante expressiva. Na área da saúde, com certeza – e talvez em outras também – a nova universidade, sem dúvida, começou com pé direito.

Uberlândia fez parte daquele movimento já citado que teve seu foco inicial na região de Ribeirão Preto, denominado de *Califórnia Brasileira* e caracterizado pela conjunção de círculos virtuosos envolvendo influência política; inserção nas vias de acesso à Capital Federal; incentivos fiscais generosos e, sem dúvida, espírito dinâmico e empreendedor de sua gente (mas que, apesar disso, nunca dispensou a ajuda do Estado).

Malgrado seus avanços, a cidade tinha também seus traços de provincianismo incurável, por exemplo, nas relações autoritárias entre governantes e governados, no bairrismo, no conservadorismo, no machismo. Para quem vinha de BH, como Eliane e eu, onde havia mais arejamento social, de certa forma era incômodo ir a eventos sociais nos quais persistia, de forma rigorosa, a separação entre ambientes (e conversas) masculinos e femininos. De forma crítica e um tanto impiedosa, depois de ter frequentado centenas de galinhadas e churrascos regados a muita cerveja – a forma ideal de se festejar qualquer coisa, segundos os locais – eu às vezes pensava comigo mesmo ou comentava com amigos de fora que não sabia como tinha adquirido não apenas dez, mas vinte ou trinta quilos a mais, nos quinze anos que vivi na cidade. E que me dava por gratificado por não ter aprendido a gostar de música sertaneja...

Ainda no capítulo do provincianismo, dedico algumas poucas linhas à atuação espírita e seus reflexos na política local. Que o céu não desabe sob minha cabeça e que almas não venham a me assombrar... Como se sabe, o Triângulo Mineiro, reduto de Chico Xavier, tem marcante presença deste grupo religioso em suas cidades. Em Uberlândia, onde tudo era grande, também a atuação dos espíritas era abrangente na área da saúde. Eles tinham ambulatórios, programas de distribuição de medicamentos e alimentos e até mesmo um hospital psiquiátrico – pequeno, mas ainda assim marcado pela irracionalidade e desumanização de outros tantos *loucocômios* pelo Brasil a fora, embora ali se praticassem pretensas *curas pelos evangelhos*. Este, entretanto, acabou por si próprio, terminando seus

dias, nos anos 80, como mera residência relativamente fixa destinada a pessoas que já não tinham lugar para ficar.

Com os diversos programas de índole kardecista voltados para a saúde a contenda nem sempre foi fácil. A distribuição de bens, por exemplo, tinha um padrão medieval: um carro parava nas ruas da periferia e a ele acorria, de forma quase imediata, uma pequena multidão, disputando, sem exagero, *a tapa*, o que se trouxesse naquele porta-malas, fossem roupas, utensílios, alimentos ou o que era pior: medicamentos, quase sempre amostras grátis arrebanhadas em consultórios médicos, além de cartelas e frascos já em uso. Sem exame, sem conversa, sem receita. Contra isso tive que pegar pesado, enfrentando a ira conservadora, provinciana e religiosa, contumaz na cidade.

Uma história que bem ilustra o poder espírita em Uberlândia: quando houve uma enchente do Rio Uberabinha, em 1983, uma das mulheres, pobre e idosa, que lá vivia teve que ser removida. E o que lhe era oferecido era uma casa na parte alta da cidade, recém construída dentro de um projeto habitacional para pessoas de baixa renda. Casa pequena, mas certamente muito mais digna do que aquele barraco de tábuas e lona em que até então habitara. Ela se recusava a sair usando um argumento muito singelo (e certamente sincero), que ouvi pessoalmente: *quero ir pra lá não, doutor; lá deve ser muito ruim de campanha*. “Campanha” era o nome que os espíritas (e seus beneficiários) davam aos mutirões de entrega de alimentos, roupas e medicamentos, de porta em porta, sem qualquer critério ou triagem de necessidade real. E uma casa firme e digna, livre de enchentes, era tudo que as “campanhas” não se interessariam em dar cobertura.

Mais um *causo* só, que espero não me incriminar em ter alguma antipatia incurável por Uberlândia – coisa que na verdade não tenho – apenas me dou o direito de criticar, sem deixar de admirar esta linda cidade. No início dos anos oitenta (ou final dos setenta, já não me lembro bem), o *Fantástico* realizou uma matéria sobre Grande Otelo, notável cidadão de Uberlândia, embora pouco reco-

nhecido localmente como tal. A matéria, como costuma acontecer no vetusto programa das noites de domingo, se esmerou em juntar coisas díspares e assim, junto com cenas de congado (que ainda representa uma linda e autêntica manifestação cultural na cidade) e de ensaios de escola de samba, não deixou de exaltar o progresso da cidade, com suas mansões, clubes, fábricas, rebanhos, universidade e quejandos. O comentário do dia seguinte, emanado seguramente do *Butantã* (apelido jocoso de um café na esquina de Santos Dumont e Afonso Pena, onde se reunia a elite boiadeira e especuladora local) ou de alguma de suas filiais pela cidade foi impiedoso: *Com tanta coisa bonita para mostrar em Uberlândia, a Globo tem de dar tanto destaque a esta negrada dançando e cantando?*

Mas é preciso admitir: Uberlândia também é uma cidade de resistência cultural e política. Na cultura, não só pela presença do congado, como também de outras manifestações afro, além de ser um caldeirão de influências derivadas de sua miscigenação natural, como cidade polo, sede de afluxo para variadas correntes migratórias, de norte a sul do Brasil, além dos amplos *sertões* centrais e nordestinos.

Na política, foi notável a presença da esquerda, que variou desde a representação comunista na Câmara de Vereadores local, quando o PCB ainda era legal e mesmo depois disso, até os intensos distúrbios de rua contra a carestia e o desemprego, na década de sessenta. Ainda ecoam por lá, designando praças e viadutos, nomes como os de Fausto Cupertino, Roberto Margonari, Virgílio Mineiro, Afrânio de Azevedo, João Jorge Cury e outros líderes de esquerda dos anos 40 e 50.

E não posso deixar de citar, com muito orgulho, o fato de ter feito parte das duas administrações municipais capitaneadas por Zaire Rezende, ente 1983 e 1988 e depois entre 2001 e 2004, que representaram, para a cidade, o surgimento de um novo modo de operar a gestão municipal, em termos de saúde e de outras políticas públicas, revertendo nestes dois momentos, com maior sucesso no primeiro deles, o modo tradicional desenvolvimentista e especulativo de go-

vernar a cidade, como se ela fosse uma capitania hereditária e não um lugar de vida para cidadãos verdadeiros.

Enfim, quando estive presente no cenário, nessas duas ocasiões, posso não ter sido a *pessoa certa*, mas certamente alguém que estava no *lugar certo*.

Melhor do que isso, porém, só se os eleitores de Uberlândia assim compreendessem tais fatos, o que se recusaram a fazer na segunda gestão de Zaire...

## Traçado

Eu já conhecia o casal das ruas da vila residencial da Cemig, em São Simão; da porta de minha casa, inclusive. Via-os sempre com a carroça puxada por um burro magérrimo, mas valente. Traziam de alguma rocinha por perto, onde moravam, alguns poucos produtos para vender na vila: mandioca, bananas de vez, taiobas, batata doce e o mais disputado: o requeijão moreno. Apreciado especialmente por nós, que vínhamos de outra região, onde tal iguaria, também conhecida como requeijão do Norte de Minas era bastante valorizada. Talvez não fosse um primor de fabrico, mas botava gordura pelo ladrão e derretia maravilhosamente na frigideira. Curioso era como a mulher, que cuidava da transação financeira enquanto o marido apregoava sua mercadoria nas casas, respondia à indagação da clientela quanto ao preço do produto: “é dez cruzeiro a *malmita*”. E a tal *malmita* dizia respeito às fôrmas de lata de cera onde o requeijão era vertido para se consolidar, ainda quente.

Havia freguesia certa para este tipo de mercadoria em São Simão. A vila não chegava a ser uma cidade de verdade, mais precisamente era um acampamento de obra, no caso, da grande usina hidroelétrica que estava sendo construída, ao longo dos anos 70, na divisa entre Minas e Goiás. Ali éramos todos estrangeiros. Uma seção brasileira, vinda de toda parte do país, se auto denominava “trecheira”, expressão que já decifrei acima. Corriam os anos setenta, apogeu

do milagre brasileiro e havia obras por todo lado: estradas, usinas, prédios públicos. Outra parte vinha das estrangeiras, da Itália em sua maior parte. Eis que a tal obra era tocada em consórcio entre uma empreiteira brasileira, a CR Almeida (já falecida, creio) e uma empresa italiana, cuja controladora era o grupo Fiat, que atendia pelo vistoso nome de Impresit-Girola-Lodigiani, ou simplesmente *Impregilo*. Esta turma veio para o Brasil como parte da transação que resultou na implantação da fábrica de Fiat em Betim, nos arredores de BH.

Eu e minha mulher éramos dois dos tais *trecheiros*, embora fosse aquela a nossa primeira (e última) experiência em tal situação. Vivíamos uma vida boa ali, ganhávamos bem, tínhamos casa, água e luz de graça, além de comida subsidiada. O hospital onde trabalhávamos era simplório, mas digamos que pelo menos o essencial estava disponível. Um chefe sacana também fazia parte do cenário – nada é perfeito. Nos finais de semana em que não estávamos de plantão, pescávamos no rio Paranaíba, íamos a algum churrasco de vizinhança ou, nos dias que havia disposição para tanto (éramos jovens...), pegávamos um cineminha em Ituiutaba, a meros 100 km de distância. Quanto à qualidade dos filmes, melhor nem comentar. Às vezes tínhamos visita, pois nossa aventura de ir viver em tais paragens atizou espírito semelhante em outros membros da família, inclusive em meu pai e no avô de Eliane, na época com setenta e muitos anos, o nosso querido e inesquecível Aureslindo Machado.

Voltemos ao requeijão moreno...

Ele é assim escurinho por ser preparado mediante fritura mais carregada da manteiga sobrenadante na pasta de requeijão, que em parte se queima, dando a coloração característica, além de um sabor sui generis, também. Coisa para paladares fortes – e conhecedores. Há quem não troque por nada um bom prato (fundo!) do tal requeijão moreno derretido na hora e comido ainda quente, às vezes com farinha de milho! Calorias pra ninguém botar defeito, nos dois sentidos da palavra, térmico e nutricional.



Na verdade, entre os moradores da Vila de São Simão, talvez apenas os brasileiros apreciassem aquele requeijão moreno. Os italianos pareciam continuar mais chegados a um *mascarponi*, *gorgonzola* ou *grana-padano*...

O Hospital da Cemig em São Simão atendia também os moradores da região, embora isso não fosse rotina. Um dia me entra pela porta do consultório o tal casal da carroça e do requeijão em *malmita*. O marido quase a puxar a mulherzinha pela mão. Ele já devia ter uns sessenta ou mais; ela talvez não passasse dos vinte – talvez menos até. Aos sessenta anos, no Brasil, um roceiro já é um velho. Assim, chamava atenção, por pouco convencional, aquele casal com tal disparidade de idade e de aspecto físico. Ele era quase negro, pele gretada pelo sol, cabelos brancos, traços indígenas, um tipo bem goiano. Ela uma daquelas mocinhas que nos sertões nacionais são chamadas de “roxas”, pele cor de jambo, olhos amendoados e brilhantes; bonita, enfim, dentro dos padrões sertanejos. Provavelmente ainda não tivesse experimentado a maternidade, o que fazia supor que sua relação fosse recente. Ou por outra razão, mais íntima, sei lá...

E me adentra aquele homem no consultório, goianão como ele só, e vai logo dizendo: *dotô, trouxe essa muié pra mode o sinhô fazê um traçado nela.*

E eu: *como? O que o senhor deseja mesmo?*

Ele insistiu: *um traçado, seu dotô, um traçado da cabeça.*

- *Como assim?*

- É que essa muié não regula bem. Dá muitos ataque. Repuxa todinha, dana a me xingá e não tem ninguém que segura ela. Já até mandei benzê e não arresolveu... Aí me falaram que o dotô tem aí um aparêi de fazê esses traçado.

Foi aí, então, que percebi que ele se referia ao aparelho de eletrocardiografia que eu possuía, o que naquela época ainda era uma

tecnologia que fazia muito sucesso. E eu pude usá-lo em alguns pacientes e até mesmo diagnosticar uma angina grave, cujo portador foi logo encaminhado para Ituiutaba ou Uberlândia, em busca de uma unidade coronariana. E tal notícia deve ter se espalhado, chegando mesmo até aquele homem, perdido nas brenhas ribeirinhas do Paranaíba.

Expliquei para ele que meu aparelho de “traçado” só servia para o coração, mas ele não me pareceu muito satisfeito. Para não deixá-lo muito contrariado, tentei abordar a pobre cabocla sobre seus problemas, mas de sua boca não saiu nada expressivo ou conclusivo, visivelmente empatada que estava com a presença do marido ali do lado. Receitei-lhe umas vitaminas, pois em São Simão não me era possível fazer mais nada. Ituiutaba estava muito remota e mesmo lá não sei o que poderiam fazer por ela. Talvez impregná-la com diazepínicos. No caso, o “bom” ou o “mais ou menos” que eu oferecia era certamente antagônico àquele “ótimo” que os serviços de saúde têm a pretensão de prover aos pacientes sem diagnóstico firmado ou portadores de crises de ansiedade ou sofrimento.

Moral da história: até hoje me impressiona o fato de como as pessoas são influenciadas e se encantam pelas tecnologias. Não é que entre o fabrico de requeijão e a colheita de suas bananas, mandiocas e batatas doces, aquele homem foi capaz de atentar para o fato que havia um doutor novo na *Vila da Cemig*, capaz de lhe oferecer, para se ver livre dos “ataques” de sua esposinha, vítima quem sabe, não só dele, mas de todo um contexto social e familiar, aquela tecnologia tão misteriosa quanto solucionadora de problemas: o *traçado*.

E nem se pode dizer que isso era produto de alguma internet ou dos fantásticos programas dominicais de TV... Isso nem existia nos anos setenta. É a cabeça das pessoas mesmo...



## Nós já resolvemos tudo, doutor

Duas das primeiras pessoas que conheci quando cheguei em São Simão, no finalzinho de 1973, para assumir o posto no serviço de saúde do consórcio construtor da grande usina, foram Nivaldo e Durval. Eram “enfermeiros”, com as asas devidas, e realmente faziam de tudo um pouco na pequena casa que ainda abrigava os pacientes, já que o hospital definitivo ainda não estava pronto. Caras simpáticos, típicas pessoas do interior do Brasil. Talvez fossem paulistas, pois muita gente que ali *fazia o trecho* vinha de Ilha Solteira, cuja obra, naquela ocasião estava sendo terminada. Naquele tempo, as obras públicas tinham começo, meio e fim... Como muitos outros ali, talvez tivessem começado a vida na enxada, depois ascendendo à colher de pedreiro até que progrediram e se transformaram em “enfermeiros”.

Quando eu disse faziam de tudo, era a pura verdade. Pois a equipe de enfermagem do improvisado hospital tinha apenas uma ou duas pessoas a mais. Mas enfermeira formada em Faculdade, apenas uma. Assim, em plantões intermináveis, cabia a esta pequena equipe ministrar medicamentos, trocar pacientes, dar-lhes banho, medir sinais vitais etc. Mas eu não podia imaginar, à primeira vista, que este *tudo* era quase sem limite...

Logo na primeira semana que chegamos lá, ainda tomando providências quanto ao desencaixotamento da mudança e tramitando os papéis para contratação pelo Consórcio, fomos, eu e Eliane, solicitados a dar alguma colaboração no hospitalzinho, pois mesmo a equipe medica era muito reduzida, cerca de quatro profissionais dos quais, naquela ocasião, passagem de ano, alguns ainda estavam de licença em função do feriado. E foi assim que numa tarde calma e ensolarada, último dia do ano, solicitaram a presença de um de nós no cenário. Como a informação era de que era uma pequena emergência, fui sozinho, deixando minha mulher cuidando das coisas da mudança.

Logo que cheguei vi que não era coisa tão simples como dizia o recado que recebi. Numa maca, um adolescente gemia de dor, com o diagnóstico já evidente, um antebraço fraturado que havia se dobrado, bem no meio, em ângulo quase reto. Na janela, que servia de visor de RX, uma radiografia confirmava: rádio e ulna fraturados e até separados, com alguns fragmentos de osso, avulsos, completando o quadro. O danado caíra de um telhado, ou algo parecido. Mediquei e fui atrás de meu colega Kleber Luiz da Silva, ortopedista, que supostamente ainda não havia saído para passar o réveillon fora do canteiro.

Naquele tempo não existia celular. Peguei meu fusca e saí em busca do salvador, primeiro em casa, depois em pontos onde ele poderia estar. Ao mesmo tempo a ambulância fazia o mesmo na beira do rio, pois Kleber adorava pescar. Mas nada. Acabei me conformando em enviar o menino para Ituiutaba, que era uma cidade razoavelmente bem servida por hospitais, atendendo também emergências como aquela. Senti-me um pouco frustrado, mas a verdade é que não sabia lidar com aquilo e, além do mais, a redução da fratura dependeria de anestesia.

Voltei então para o hospital, tentando me resignar com a minha impotência em resolver casos assim.

Quando entrei na sala, uma hora depois, surpresa! O garoto dormia profundamente, tinha o braço engessado e o “janeloscópio” mostrava dois ossos perfeitamente alinhados e retificados. Os quase noventa graus tinham se convertido em cento e oitenta, como convém aos ossos do antebraço.

*Que coisa boa*, pensei, Kleber apareceu e salvou a situação.

Mas qual! Logo me surgem na sala os dois artistas do primeiro parágrafo. Com a cara mais limpa do mundo me disseram: *já resolvemos tudo, doutor. Gostou do serviço?*

E eu: *como? Kleber esteve por aí?*

– Não, seu doutor. A gente tacou nele um Inoval, botamos estes ossos no lugar e deu tudo certo...

Antes de prosseguir, uma informação farmacológica. Inoval é o nome comercial de uma combinação de drogas potentes, droperidol e fentanil, com atuação no sistema nervoso central, que podem produzir depressão respiratória, bradicardia, rigidez muscular e, no limite, morte...

O que fazer? Em princípio, regozijar, pois em uma coisa Nivaldo e Durval estavam cobertos de razão: tinha dado tudo certo. A família, ali fora, logo veio me agradecer a atenção e o sucesso do procedimento que a “equipe” do hospital tinha oferecido ao filho traumatizado. E em tal “equipe” eu estava incluído, vejam só... O boliviano diretor do serviço apareceu dali a pouco para dizer que estava tudo certo mesmo.

O que fazer, repito: chamar a polícia? Denunciar o fato ao CRM? Repudiar minha formação médica que não me ensinou coisas simples como aquela?

Confesso que não fiz nada disso. Recolhi-me, apenas, à minha perplexidade, se não à minha incipiência e segui em frente.

### **A gente às vezes se esquece do nariz...**

Cliniquei por alguns anos em Uberlândia. Até que a mosca azul (ou cinzenta, não sei bem) da saúde pública me picou e me deixou *tifoso* para sempre.

É que eu tinha alguma formação naquilo que se chamava na época de “medicina tropical”, mais tarde “doenças infecciosas e parasitárias”. A chegada da AIDS, nos anos 80, subverteu tudo... Já não era só uma questão de “medicina” e muito menos “tropical”. O que estava em jogo, agora, eram questões ligadas aos modos de viver, aos comportamentos, às relações sociais (não apenas as “sexuais),

coisas assim. Em todos os paralelos e meridianos, não apenas nos famosos e tristes “trópicos”. Bactérias e vírus presentes, sim, mas apenas como variáveis de uma equação muito mais complexa. Nada, enfim, que o arsenal médico tradicional fosse capaz de dar conta, com suas vacinas, antibióticos e outras balas milagrosas e equipamentos, além da empáfia profissional.

Na ocasião eu também ministrava, na Faculdade onde era recém-contratado, uma disciplina com igual nome e nem sempre havia doentes “tropicais” para mostrar aos alunos. É claro que havia sempre muitos outros igualmente “tropicais”, mas não no sentido que davam a tal expressão. Quando se internavam casos contagiosos, como de meningite (doença frequente nos anos setenta, censurada pelo regime da época e depois contida graças a medidas de saúde pública), criou-se uma pequena dependência, com três ou quatro leitos, para acolher este tipo de paciente, batizaram-na de *isolamento* e eu fui escolhido para cuidar do que se passasse ali.

Colocavam-se ali alguns casos de tétano, coisa que os médicos de hoje só conhecem nos livros, mas esta doença, além de não ser contagiosa, exige ambiente de muita calma, obscuridade e silêncio, para não estimular sensorialmente os pobres pacientes, cujas terminações neuromusculares ficam impregnadas da toxina específica do temível *Clostridium tetanii*. Péssima iniciativa, logo revertida. O tal isolamento, ficava no andar térreo do Hospital de Clínicas e logo ali ao lado estacionavam carros de entrega, inclusive de cilindros de oxigênio (que ao serem movidos fazem uma zoada dos diabos) e trafegavam muitas pessoas, inclusive alunos, com a bulício característico da juventude. No mais, apenas se via por ali um ou outro caso de meningite, porque aquelas doenças típicas do famoso livro do Veronesi na verdade eram raras. E a AIDS ainda nem era conhecida, não havia ainda feito sua estreia no cenário.

Assim, o tal isolamento, mesmo pequeno, logo ficou ocioso, ou melhor, passaram a tratá-lo dentro da lógica do “desvio de função”, iniciativa tão presente nas instituições nacionais, aplicável a um sem número de situações, por exemplo, em relação a pessoas e áre-

as físicas de prédios, passando também pelo uso de equipamentos diversos. Em favor de tais práticas, poderíamos argumentar, sendo apenas piedosos, que se trata da notável e natural “criatividade” dos brasileiros – ou algo assim, o famosíssimo “jeitinho”.

E logo o jeitinho se fez... O tal isolamento, a enfermaria que eu finalmente poderia chamar de minha, passou a abrigar não apenas os contagiosos da vez, mas toda uma penca de pacientes em condições inusitadas, tendo como fundamento da decisão de metê-los ali o simples fato de serem indesejados em outros lugares. Por exemplo, por falta de asseio, agitação incontrollável por medicamentos, aspecto repugnante ou mesmo, na melhor das hipóteses, falta de vaga...

Um dia ali me chegou o Seu Antônio, um caso que me pareceu veronesiano. O homem tinha um nariz enorme, inchado, vermelho, suculento. Seria um Cyrano de Bergerac, mas bem pouco agradável. O tal nasal parecia uma fruta madura, mas isso não o isentava de se mostrar também repugnante, pois tal pomo minava secreção copiosa e, além do mais, perdoem-me a franqueza que certamente ofenderá aos mais fracos: fedia. E o fazia como a evocar um dito de minha avó, certamente herdado de seu pai português: *fedia a cães mortos!* E o pobre homem mal tinha quem se encorajasse a se aproximar dele, figurava um daqueles leprosos medievais.

A suspeita era de blastomicose, uma doença fúngica que costuma acometer as transições cutaneomucosas. Eu havia lido no Veronesi que o apêndice nasal podia ser acometido e se apresentar com um aspecto como aquele, de pepino ou pimentão passado. A história clínica era compatível, dado a visível higiene precária do personagem e sua origem rural, além do curso insidioso. Eu já havia visto, em minha residência médica, no Hospital das Clínicas da UFMG, casos cutâneos e pulmonares, mas nada como aquilo.

Examina daqui, examina dali, colhe-se material, esperam-se resultados. E o tempo vai passando. Até que um dia o diagnóstico se fez sozinho. O pobre Antônio começa a eliminar pelas narinas – agora

tirem as crianças e as pessoas sensíveis da sala – nada mais nada menos do que uma legião de larvas de mosca de berne. Eca!

A esta altura, a higiene local com líquido de Dakin, nome sofisticado da popular água sanitária, além da aplicação de compressas de vaselina, que sufoca as tais larvas e as faz cair fora, resolveram a questão em poucos dias. Inclusive a fedentina cedeu.

A história só não tem um final realmente feliz porque Antônio era pobre, muito pobre, e vivia sozinho, quase abandonado. Seus hábitos higiênicos eram dignos de um vivente medieval, fosse servo ou senhor. E tendo recebido alta, voltou para sua vida de sempre. Não retornou ao HC, creio, nem para o controle que lhe foi agendado. Nunca mais o vi.

Toda essa história, entre o dramático e o escatológico, é trazida aqui por um aspecto curioso, que reproduzo com todo respeito, esperando dar aos leitores um pouco mais de compreensão entre o que é *estar doente*, na visão dos próprios pacientes, versus a maneira distante e técnica como os veem os médicos e outros membros da equipe de saúde, que apenas perseguem *diagnósticos*.

Eu indaguei: *Seu Antônio do céu, me diga: como isso pôde acontecer com o senhor?*

E ele, acanhado, meio se desculpando: *pois é seu dotô, não sei não; é que às veiz a gente distrai do nariz...*

Pano rápido.

## Quem? Eu?

Faz parte do folclore médico aquela expressão de alguns pacientes que, ao adentrarem aos consultórios médicos, quando se lhes pergunta o nome ou qualquer outra informação, respondem antes de dizer qualquer outra coisa: *quem? Eu?* Como se houvesse outras pessoas no recinto, além deles e do médico.

Já soube até de brincadeiras que alguns médicos fazem, talvez de forma não totalmente respeitosa, diante de tais respostas, de se levantarem de suas cadeiras e se porem a procurar, dentro dos armários, banheiros, debaixo das mesas e em outros locais, até que, para espanto dos pacientes, dizem algo como: *só pode ser com você com quem estou falando, pois já procurei e não vejo outras pessoas, além de nós dois, nesta sala...*

Uma vez, no fim de uma consulta, quando o paciente me pediu um atestado irregular, disse para ele aquele mesmo: *quem, eu?* Como resposta ele apenas me olhou espantado, como se aquilo fosse uma prerrogativa restrita aos pacientes, não aos médicos. Algo assim: aos doutores não caberia este tipo de dúvida, pois eles já saberiam, em princípio e muito bem, quem realmente seriam e que papel lhes caberia no mundo.

Brincadeiras a parte, penso que, além do folclore, isso pode ser objeto pensamentos mais profundos.

Em primeiro lugar, creio que tal expressão é típica de pessoas mais humildes. Jamais vi um intelectual ou indivíduo bem situado na vida falar assim, pelo menos em idênticas circunstâncias. E creio que, entre outros significados, isso poderia ser interpretado como uma estratégia de alguém se compor ou se ajustar ao ambiente. Algo como a revelação de algum espanto de pessoa que “pede um tempo” ao se ver interrogada por alguém de classe social distinta, de outro universo, como é o caso do doutor que ali está. Na mesma linha, poderia ser uma espécie de “tique”, semelhante àquele “vou bem e você?”, que dedicamos a um interlocutor recente, apenas para iniciar uma conversa, sem que isso signifique que estamos muito interessados em saber como o outro possa estar se sentindo de verdade.

Algumas vezes a coisa assume tais proporções que a cada pergunta que o médico faz, mesmo quando os conteúdos sejam variados, a contrapartida do paciente, também insistente, é: *quem? Eu?*

Quem? Eu? Quem mais poderia ser? Penso que tal conjunto de expressões pode nos levar, realmente, a pensar em mais coisas, ainda. Por exemplo, a respeito da essência dos dois indivíduos envolvidos em tal colóquio, tão singular e específico. Por exemplo, nos muitos significados que as palavras podem assumir nas interações humanas. Eu nem falo em termos apenas léxicos, por exemplo, relativos ao que os pacientes querem dizer com expressões do tipo: *me sinto estramonizado, tenho um encalhe de obra, me doem as escadeiras, tomei um chá de alevante, botaram quebrante nesta criança, vejo umas pirilâmpias*, ou algo parecido. A questão que levanto aqui vai além de considerações de fundo léxico ou dos verbetes dos dicionários.

O buraco, no caso, está mais em baixo ou mais além.

Falo das posições sociais a partir das quais os indivíduos, nos dois lados das mesinhas dos consultórios, fazem seus enunciados ou percebem o que outros enunciam. E que tais posições se constroem a partir de marcas de cultura, de educação, de classe, de acesso a bens, de modos de estar no mundo.

*Quem? Eu?* Quem sabe isso não poderia ser o ponto de partida para se refletir e se pensar em gestos e ações derivadas das palavras “quem” e “eu”, tais como: o que faço aqui? Que entendimento tem das coisas este *outro* em minha frente? Será que o que eu entendo corretamente o que ele quer me dizer? Que barreiras há entre ele e eu, que nos impedem de estarmos à vontade um com o outro? Dou respostas de acordo com o que penso ter entendido, mas será isso o que este outro realmente deseja ouvir de mim? Seria possível a mim compreendê-lo, de fato?

Ou até mesmo ir além, em exercício ampliado, em que estejam presentes ingredientes como *empatia* ou mesmo *compaixão*? Será que eu poderia ter a capacidade de me colocar não como mero *ouvinte* do outro, mas também ter a capacidade de me colocar *no lugar* dele?



Longa é a arte, numerosas são as perguntas... E é bastante curta, se não a vida, pelo menos o tempo disponível dentro dos consultórios para tantas respostas. Mas saber que existem perguntas a serem respondidas e talvez muitas outras a serem formuladas (e nunca o são) poderia ser um bom começo para a melhoria das relações entre os profissionais de saúde e as pessoas que deles dependem.

Depois de quarenta e cinco anos de formado eu acho que dessa mis-  
sa ainda não sei nem a metade.

Amém.

### **Um Kama-Sutra peculiar**

Confesso que durante alguns anos de minha carreira de médico clínico, que durou apenas dez ou doze anos, diga-se de passagem, me sentia frustrado pela dificuldade em fazer diagnósticos precisos na maioria dos pacientes que atendia nos serviços em que trabalhei. Não estou exagerando, o que ouvia da maioria dos pacientes eram queixas vagas, que muitas vezes não faziam sentido, principalmente ao ver que os exames que eu pedia vinham absolutamente normais. Nada enfim, que se espelhasse nos livros de medicina que li na faculdade ou com o que convivi mais diretamente na residência médica, ou seja, a realidade de um hospital.

Hospital, é bom lembrar, é um lugar onde realmente se pode encontrar gente adoecida ou, pelo menos, onde é possível fazer diagnósticos relativamente precisos. Porém nos ambulatórios, nem tanto...

Sofri com isso muitos anos e acredito mesmo que minha migração para a saúde pública, dez anos depois de formado, tenha sido influenciada pelo estado permanente de desgosto e frustração que me acometia.

Muitos anos depois de parar de clinicar, aprendi com uma grande amiga, Henriqueta Camarotti, que na verdade uma grande questão que mobiliza pacientes, em toda parte e principalmente nos tempos modernos da vida urbana e competitiva, é tão somente o sofrimento. Tão antigo quanto a humanidade. E que o sofrimento das pessoas é, por natureza, fluido, vago, impreciso, não quantificável e nem mesmo diagnosticável ou classificado em taxonomias. E o que é pior, muitos poucos profissionais de saúde, estando os médicos entre eles, dão conta de lidar com o sofrimento, nem de si próprios e muito menos dos outros. Os médicos conhecem uma fórmula mágica que lhes é repassada e a repetem como um mantra desde os primeiros dias de faculdade: *primeiro diagnosticar com precisão e só então tratar*.

Duas questões sérias estão aí colocadas: o que vem a ser um “diagnóstico preciso” e se realmente todas as condições que as pessoas manifestam têm que ser “tratadas”. Pelo menos dentro do esquema convencional no qual tratamentos incluem sempre medicamentos, intervenções ou, na melhor das hipóteses, terapias mentais.

Lembro-me de um caso específico, acreditando, aliás, que algo semelhante deve fazer parte do acervo de todo médico clínico.

Eu tratava de uma mulher cheia de queixas. Ela era jovem e aparentemente portadora de uma existência estruturada, com marido, casa, filhos, emprego, conforto material. A cada dia ela aparecia com um sintoma novo e me visitava nos ambulatórios da Faculdade pelo menos uma vez por mês. Exames sempre negativos. E falava de dores mutáveis, mal-estar impreciso, febres que não chegavam a ser registradas nos termômetros, desmaios, calafrios, tonteiras. Tudo o que se tem direito.

Um belo dia, o marido também apareceu na consulta, o que ainda não tinha ocorrido. Um homem corpulento, mas de boa aparência, ao que parece pequeno empresário, aparentemente com a vida bem arrumada. Neste dia só este cidadão falou. A mulher, tão loquaz normalmente, não conseguiu proferir uma frase inteira.

O homem, mesmo com cortesia, a interrompia e me passava sua própria versão das moléstias da esposa. E ela, quieta em um canto. Logo percebi que estava ali um tipo hiperativo, incapaz de um minuto de silêncio e disposto a preencher todo espaço vazio nas conversações, emitindo opiniões que abrangiam não só o campo pessoal, mas também política, futebol, religião, vida social etc. Além do mais, absolutamente dominador em relação àquela pobre criatura que ele chamava de esposa.

Expliquei-lhe que realmente estava tendo dificuldade em encontrar um diagnóstico preciso para sua mulher, mas que ia continuar tentando. Mas a verdade é que a vinda o homem me abriu portas para entender um pouco melhor a vida daquela paciente. Percebi que, longe de ser uma solução, ali estava um problema para ela.

Na saída, ele voltou um passo atrás, fechou a porta da salinha de atendimento, mantendo a esposa do lado de fora e me pediu um minuto em particular, com o que acedi. E me revelou seu drama, concentrando-se especialmente no total desinteresse que a patroa tinha, já há alguns anos, por qualquer atividade sexual que o envolvesse também. E então me mostrou fotos do quarto do casal, que havia mandado reformar, de modo a incluir cama redonda, banheira de hidromassagem, TV na parede, teto e paredes espelhadas, luzes estrategicamente distribuídas e outros ingredientes de sensualidade e erotismo. Mas tudo em vão, balançava a cabeça o coitado, a se lamentar. Para piorar as coisas, a mulher agora simplesmente se recusava a dormir em tal aposento.

Tentei consolá-lo e pedir paciência, que desse um tempo para a coitada da esposa, mas ele mal me ouviu. Aquele era um homem que só falava, pelo visto, jamais ouvia. Já de saída e meio em segredo me pediu que tentasse convencer a mulher, em próxima consulta, a se utilizar das benesses que a tal alcova lhe facultava.

A próxima consulta aconteceu logo, com a paciente comparecendo desacompanhada. E eu tentei abordar a questão do quarto. A mulher nem me deixou falar; disse que ali não entraria definiti-

vamente, porque o marido lhe era infiel, tinha muitas mulheres e, além do mais, tinha copiado aquele projeto de quarto de casal em um motel que frequentava com as amantes.

E foi a vez dela me pedir que o fizesse desistir da ideia de levá-la a tal aposento.

Como eu poderia executar algo assim? A solução não seria a de ela desistir de tal marido? Daria mais certo. Apenas pensei, mas não agi...

## **Memórias de um pronto-socorrista**

Plantão em Pronto Socorro, para mim, era algo simplesmente massacrante, pois eu passava dois ou três dias da semana me preparando para tal evento, e mais outro tanto para me livrar do mal-estar que isso me provocava. E eram nada menos do que duas sessões *de corpo presente* por semana... E assim foi por quase uma década.

Mas não era só isso. Tinha desconforto não apenas íntimo; eu também questionava com ardor as incongruências de um modelo de assistência que empurrava as pessoas para os PS da vida, onde pululavam casos primários de atendimento, que ali aportavam por absoluta falta de opções de outra natureza, além disso criando obstáculos para o atendimento das reais urgências. Um fato ilustrativo deste estado de coisas: em Uberlândia, onde trabalhei por alguns anos, inclusive em emergência, havia uma linha de ônibus intitulada “Medicina”, que tinha como destino o Hospital de Clínicas da UFU, e que circulava 24 horas por dia, sendo a mais movimentada da cidade, ocupada que era com o tráfego de pacientes para o complexo hospitalar e ambulatorial da universidade, especialmente para o seu Pronto-Socorro.

Não é que só guarde lembranças trágicas dessa etapa de minha vida profissional, mas também não reputo estes anos como os mais

agradáveis e felizes. O que havia de bom, realmente, era a minha juventude. Se dependesse só dela, faria como o Jacó do Antigo Testamento: *sete anos, ou mais, eu serviria...*

Uma primeira lembrança, trágica, é aquela dos passos no corredor... Um plantão “normal” começava a mostrar um declínio de atendimentos por volta das onze horas da noite. Nesta hora, o plantonista chefe, chamava os residentes e estagiários e fazia um *briefing* relativo aos casos que aguardavam exames ou internação, liberava algum paciente já suficientemente observado e augurava para si algumas horas de descanso – se tivesse muita sorte. Havia um lanche regulamentar, à base de suco artificial, ovo cozido e pão com mortadela, que mesmo assim tão prosaico não era mal recebido. Depois cada um se ajeitava como podia, aguardando eventuais chamadas.

Para o chefe de plantão, como era meu caso, havia um pequeno apartamento no andar de cima do PS, no exato corredor onde ficavam as enfermarias de Clínica Médica. Uma noite ali não era de deixar saudades, ou melhor, de fazer efetivamente de alguém um molambo, ao ponto de não desejar um plantão por pelo menos nas próximas duas semanas. E o problema era que, passados dois ou três dias, já era hora de um deles de novo.

A noite, para mim, naquele purgatório era feita de passos no corredor. Eles eram contínuos, daqui pra lá, de lá pra cá. E a cada caminhada a pergunta era: será que vai parar na minha porta? Isso significava descer de novo e encarar o inferno. Aliás, a chance maior era esta. Qualquer esperança devia ser abandonada.

Tenho colegas que até hoje fazem plantão, já com quase meio século de carreira médica, e acham isso muito natural. Portanto, o problema deve ser meu mesmo, tenho que admitir.

Se havia este drama noturno permanente, outro ainda pior me ameaçava: o das tardes de domingo. E não falo do programa dos Trapalhões ou do futebol na TV... Domingo à tarde era o momento em que o Diabo estava no comando. Bêbados no volante e gente, sóbria ou não, se arriscando em saltos mortais em piscinas e mergulhos

em rios traiçoeiros. O domingo a tarde – não falhava! – nos trazia sempre um morto, ou mais. E famílias a consolar. E mais angústias, gemidos, choro, cheiro de sangue, sentimento de impotência. Aquela linha luminosa reta no monitor cardíaco, que se recusa a mostrar picos mesmo depois de uma hora inteira de manobras de ressuscitação, durante as quais não raramente se podia ouvir costelas se partindo debaixo de nossas mãos. Cruzes...

Dias em que o Diabo está solto e Deus e seus anjos descansam...

Como é bom poder se dedicar as tardes de Domingo a outras atividades em família ou entre amigos, ou mesmo numa boa rede, por exemplo. Isso eu conquistei na vida aos trinta e poucos anos de idade, quando provei da cachaça da saúde pública. Não tem preço, mas declaro total respeito aos que continuam.

Casos frequentes na rotina de um PS são aqueles dos quase-suicidas. Digo “quase” porque os verdadeiros são mais raros, ou nem costumam chegar lá. O perfil é bastante típico: jovens, geralmente mulheres. Gente que sofre, acima de tudo, mas nem sempre quer levar a tentativa muito longe, apenas o bastante para assustar e criar sentimentos de culpa nas famílias ou em alguém, em particular. E são totalmente inusitadas as maneiras de se tentar o autoextermínio como, por exemplo, beber soda cáustica, ácido muriático, água rás, detergente, creolina e por aí vai. Já vi mesmo uma adolescente que se munuiu de uma daquelas latinhas de detefon, que aspergiam o pó, depois do característico cloc-cloc da embalagem, diretamente nas narinas, para se intoxicar. Sem efeitos maiores, diga-se de passagem. O problema era o depois; voltavam para casa do jeito que vinham e continuavam submetidos aos mesmos problemas, talvez agora ainda piores, pois passavam a enfrentar a humilhação e o deboche ante os familiares e outros circunstantes.

Como é de praxe em ambulatorios ou emergências deste tipo, de alta rotatividade e porta de entrada caótica, fica-se apenas no paliativo. Mas tem gente que precisa de fato de assistência e que pode

se beneficiar dela, cabe lembrar. Por exemplo, um homem relativamente jovem, quarenta anos no máximo, que chegou, por assim dizer, “morto” no meu plantão. Era um sábado e o coitado ainda vestia seu uniforme de boleiro. Numa disputa mais renhida de bola pela linha de fundo caiu, de repente, desacordado. Tomaram-lhe o pulso e... nada. Por sorte estavam perto do hospital. Quando vi o rapaz pensei comigo que não havia mais solução, pois o mesmo estava frio e com as pupilas totalmente dilatadas. Mas mesmo assim tentamos o que determinavam os protocolos da época: massagem, oxigenação com aparelho próprio, adrenalina intracardíaca, choque de desfibrilador no peito. E não é que funcionou? O coitado talvez fosse mais uma vítima do barbeiro. Ou quem sabe mais um daqueles esportistas bissexto e mal avisados que insistem em jogar uma pelada de vez em quando. Mas este aí, tenho certeza que salvei, pelo menos desta vez.

Tempos depois, uma das residentes que havia participado do procedimento de ressuscitação de tal Lázaro me chamou em sua sala de atendimento e perguntou ao paciente que lá estava, quando entrei: *sabe quem é este?* O homem disse que não sabia. E ela: *pois então cumprimente o cara que salvou a sua vida!* E ele me estendeu a mão e me abraçou, emocionado. Eu também...

Quem dera coisas assim fossem rotina na vida de um pronto-socorrista. Pena que a realidade se recuse a obedecer tais protocolos.

Mas lá uma vez ou outra a gente acerta, não só nas intervenções como nos diagnósticos. Diagnósticos, aliás, são mais fáceis de acontecer nas emergências do que em outros setores, pois afinal de contas, supostamente, as pessoas que ali vão têm de fato *alguma coisa* concreta. Mas nem sempre... Grande problema é o fato de que, em sistemas de saúde desorganizados como o nosso – e naquele tempo era pior ainda – a famosa fila do PS tem simplesmente de tudo: de pitiáticos contumazes a enfartados; de torcicolos banais a acidentes vasculares cerebrais; de mal-estares passageiros a envenenamentos profundos. O plantonista tem que ser muito cuidadoso para distinguir o joio do trigo, ou melhor, os do “aqui e agora” da-

queles do “nem agora nem aqui”; os graves dos não-graves e dos mais ou menos (estou falando de um tempo no qual os protocolos de Manchester e congêneres eram desconhecidos...). Dar plantão é muito perigoso (e recorrer aos mesmos pode ser mais perigoso ainda...).

Os diagnósticos nas emergências (deve haver alguma estatística séria sobre isso) pertencem, na verdade, a um número reduzido de categorias. No máximo uma dúzia, não mais. O resto é mistério, ou então, banalidade. Mas de alguns acertos diagnósticos verdadeiramente *sherlockianos* a gente não esquece. Certa vez me chegou ao plantão um sujeito que simplesmente fazia caretas. Simples assim: um careteiro. Retorcia toda a face, num esgar contínuo e aparentemente doloroso, em alguns momentos a língua parecia querer tocar a ponta do nariz, os olhos convergiam e se afastavam, às vezes se recolhendo pálpebras acima. E após alguns poucos minutos de trégua, tudo começava de novo. É claro que o infeliz já me chegou, pela voz de um residente, como um novo *pitiático* no pedaço. Mas quando olhei para aquele homem, pude perceber que o coitado sofria de verdade, pois estava pálido e suando frio. Mas eu nunca havia visto uma coisa como aquela, meio cômica até, se não fosse absolutamente dramática. De repente, em algum giro cerebral, se desprende um fragmento de molécula de memória, sei lá... Eu me lembrei que havia lido sobre aquilo em algum lugar: *crise oculogírica*! Não deu outra. Resultado da intoxicação por clorpromazina, medicamento que de fato o homem tomava e que, por engano, dobrou ou triplicou a dose naquele dia ou, quem sabe, em vários dias anteriores. Bingo!

Na ocasião, eu recém tinha chegado ao Pronto Socorro da UFU, ainda como simples médico plantonista, mas já era meio queridinho pelos alunos, mas aí, minha fama levantou voo. Pena que não deu para sustentá-la só na base de diagnósticos brilhantes. Era preciso – só depois descobri – estar no lugar certo, na hora certa, com um lampejo de memória *certo*.

Mas nem tudo era ciência, de fato. Um dia fui abordado já na sala de espera por alguém portador de forte crise de ansiedade. Um



dentista que eu conhecia de meu outro trabalho, da Diretoria Regional de Saúde. E ele nem era o paciente, mas apenas um marido preocupado. Sua querida esposa, imaginem, havia sido atingida, quando atravessava a rua, não por uma moto ou caminhão, mas pelos perdigotos de um burro – sim, de um burro! – estacionado com sua carroça nas proximidades. E o rapaz estava apavorado com a possibilidade de que ela contraísse raiva ou outra doença originada de tal tipo de secreção. Nunca se sabe...

Entre os tais diagnósticos costumeiros no PS estavam os efeitos agudos do álcool. Na melhor das hipóteses, pileques homéricos; na pior, acidentes fatais, envolvendo os bebuns e outras pessoas, totalmente inocentes. Em uma cidade como Uberlândia, um grande polo educacional, as festas nas “repúblicas” e as calouradas forneciam material abundante para este tipo de atendimento. De maneira geral, glicose e plasil na veia, algumas horas de observação, resolviam bem a maioria dos casos. Com a devida ajuda dos heróis anônimos da limpeza, claro. O problema, às vezes, eram os acompanhantes, igualmente alcoolizados. Sabem aquelas pessoas generosas, incapazes de deixar um amigo bêbado aos deus-dará e que tiveram a sorte de serem mais resistentes aos efeitos etílicos do que tal amigo? Pois é, muitas vezes são esses aí, igualmente ébrios, mas não ao ponto de cair, que costumam causar mais problemas do que os pacientes bêbados propriamente ditos.

Um dia me apareceu uma dessas criaturas potencialmente perigosa. Era um aluno da faculdade famoso por ser bom de briga e criador de problemas. Mas generoso como só ele mesmo, veio trazer um companheiro de festa, em pleno domingo à tarde, já na beira de um coma alcoólico. E não é que o tal sujeito resolve, aproveitando sua condição de estudante de medicina, botar regra no atendimento do colega, receitando, palpitando, criticando, cobrando providências? Eu estava cuidando de um caso mais grave no box ao lado e só entrei na história quando fui chamado pelo residente, que estava se vendo muito incomodado com aquilo. Pedi ao valentão que saísse. Ele se recusou. Exigi. Ele manteve sua postura. Avisei que ia chamar

o segurança e quando lhe dei as costas senti um golpe de vento me passar pela nuca. Era um pescoção mal aplicado, que exigiu tanto esforço do agressor que ele rodopiou e caiu ao chão, sem me acertar, felizmente. Minha sorte foi a falta de pontaria ou, quem sabe, o resultado do grau etílico do tal rapaz, que já não lhe permitia proezas físicas como aquela. Neste momento fui obrigado a chegar o dedo no nariz de alguém, aliás, com a maior propriedade, de forma inédita em minha vida e lhe disse categoricamente: *vou exigir sua expulsão da faculdade, prepare-se!* A turma do *deixa-disso* e a segurança cuidaram do resto.

Mas a segunda feira chegou, o valentão esfriou seus ânimos e veio até a mim, tocar em minha fibra mais sensível: me pediu desculpas – e eu as concedi, sem maiores exigências. Ponto final. Ficamos até amigos depois disso.

Nos meus tempos de queridinho fui também Diretor Clínico do PS. Por poucos meses, felizmente. Não tenho realmente nada de que me orgulhar ou sentir saudades deste período. O hospital tinha como personalidade jurídica, à época, uma fundação (“Femeciú”) e seu presidente era quem mandava de fato, em tudo e em todos. De modo que eu logo me cansei de tal factótum e pedi meu afastamento do cargo. Havia brigas a serem compradas por todo lado, desde plantonistas que faltavam repetidamente, até aqueles que faziam do PS uma sucursal, privatizada no caso, de seus consultórios. E as situações prosaicas se repetiam, por exemplo, na decisão que tive de tomar de mandar retirar de dentro do PS um aparelho de TV, em frente do qual alguns folgadinhos passavam tardes e noites, alheios ao mundo que se lhes desabava ao redor.

Foi naquela TV que em uma tarde de agosto de 1976 ouvi a notícia trágica da morte de JK. Se a esperança andava rala no país, naqueles tempos, a partir daí ficou ainda mais frágil e aparentemente inalcançável.

Uma extraordinária aventura aconteceu comigo, em um plantão. Como havia uma crise financeira no ar (uma das muitas, antes da

federalização da instituição), os plantonistas eram liberados para jantar em casa, desde que retornassem em seguida. Neste tempo eu cismara de realizar um sonho *easy-rider* e possuía uma moto, apesar das muitas advertências e preocupações de familiares e amigos. Quem já teve vinte e sete anos, entende. E foi assim que saí do plantão na minha valente (e pobrezinha) Honda 125 e voltei para lá, meia hora depois, a bordo de uma ambulância. Oito fraturas em partes diversas do corpo. Sorte minha que o ortopedista e o anestesista já tinham ido jantar e estavam presentes.

Mas devo dizer que foi sorte, também, ter sido obrigado a passar alguns dias como paciente internado. Saber, por exemplo, o que é ter sede durante a noite e não ter quem lhe traga um copo d'água; querer fazer xixi e não ter ninguém para lhe ajudar. Mais sorte ainda ter encontrado um enfermeiro tão jovem como eu, que atendeu com atenção generosa os meus pedidos de ajuda e acabou ficando meu amigo pela vida a fora. Seu nome: Walter Sidney da Mata Ribeiro, mineiro de São João Del Rey e meu futuro parceiro na lida de saúde pública.

Enfim, quem viu o filme *Um golpe do Destino (The Doctor)*, com William Hurt, certamente saberá do que estou falando.

Dez anos de emergência me fizeram cansar de noites mal dormidas, de valentões à espreita, de impotência perante a morte, de diagnósticos e procedimentos escassos, de cheiro de sangue e vômito. Em 1980 havia decidido que era hora de favorecer outro *twist of fate* em minha vida – e eu fui para o Rio de Janeiro, não para *ver o escrete brasileiro jogar*, como disse Sergio Sampaio, mas para fazer especialização na Escola Nacional de Saúde Pública, pela primeira vez, mas que se repetiria por outras duas vezes, anos depois, para Mestrado e Doutorado.

Foi assim que eu percebi que entre ser médico de indivíduos deitados, doentes e eternos candidatos a morrer e cuidar de gente de pé, no coletivo, para impedir que adoecessem e morressem era meu verdadeiro negócio. E encarei. Libertação! Tal é a expressão que re-

sume o que me trouxe tal decisão. Meu último plantão teve o sabor cinematográfico de um personagem que levanta voo em direção à liberdade. Ou a algo idêntico ao voo de Tony Tornado sobre sua plateia, 10 anos antes, como já referido aqui.

Devo admitir que aprendi muito como médico de emergências. Aprendi com colegas, com residentes e alunos e mesmo com pacientes. Aliás, com estes últimos devo ter aprendido muito, sem dúvida, mas acho uma pena que a maioria dos médicos não valorize isso. Só não aprendi uma ou duas coisas. A primeira delas é dar notícias ruins (adoro o modo como se fala isso em inglês: *breaking bad news*). Até hoje me lembro, ou pelo menos tenho pesadelos a respeito, quando me vem a cena clássica: um paciente grave entre na emergência, a família fica do lado de fora e, na sequência, somos obrigados a comunicar o incomunicável: *sinto muito, morreu...* A outra coisa que não aprendi, ou pelo menos não me acostumei, foi com o cheiro e a visão de sangue, além de outros líquidos e secreções corporais. Mas ao fazer a opção pela Saúde Pública eu consegui me poupar disso, além de ter poupado muitos pacientes de lidarem com minhas dificuldades, também.

Só voltei a um plantão para cobrir faltas de médicos em greve, algum tempo depois. Para nunca mais.

### ***Breaking bad news***

Como disse acima, se há uma coisa que as faculdades de medicina ensinam mal – ou simplesmente não ensinam – é a sensível arte de saber comunicar notícias ruins, aspecto tão comum e necessário a quem se dedica ao trato com a saúde e a doença das pessoas. Ou isso seria um dom, não ensinável? Com efeito, da primeira notícia de morte a uma família, ou do comunicado direto a um paciente de que ele tem uma doença maligna, ninguém que tenha sido um

dia obrigado a isso, é capaz de se esquecer. Imaginem quando isso impõe quando se é jovem e inexperiente...

Portador da minha santa juventude, e de minha não menos santificada inexperiência, passei por um evento marcante nos primeiros anos de minha vida profissional. Aconteceu o seguinte: em um sábado pela manhã eu prescrevia para os pacientes sob os meus cuidados na enfermaria de Clínica Médica do Hospital da UFU, quando se aproximou de mim uma funcionária, transtornada, em prato inconsolável, e me fez aquele pedido, ao qual eu daria tudo para não precisar atender:

*- Doutor Flavio, acabo de perder dois tios e dois sobrinhos em um acidente de carro e agora minha família precisa dar a notícia a minha avó e temos muito medo da maneira como ela vai reagir...*

A avó em questão tinha mais de noventa anos e a perda era enorme, pois os mortos eram um filho, sua mulher e dois netos. Pobre velhinha, que já fora calejada na vida por outra perda imensa, sendo a viúva de um dos famosos Irmãos Naves de Araguari, vítimas de um erro judiciário nos anos 30 ou 40 e que passaram anos a fio de suas vidas na cadeia, injustamente, até que a verdade aparecesse. Desgraça pouca realmente não era...

Eu compungido abracei a moça, auxiliar administrativa de meu Departamento na UFU, com quem eu tinha um relacionamento muito amistoso e cordial. Mas o que ela me pedia, realmente, transcendia a qualquer gesto de que eu me sentisse capaz. Mas tive que ir – fazer o quê? Despachei como pude as prescrições restantes, sem me apressar muito, pois malgrado meu, ganhar tempo era algo imperioso. E fui para o sacrifício, pequeno diante do que eu iria testemunhar, mas verdadeiramente assombroso para mim.

*Notícias ruins andam a galope*, diz o velho ditado. E, de fato, quando cheguei à porta da avozinha, a tragédia já estava consumada. Havia muitos carros parados na rua e por toda parte pessoas se abraçavam e choravam, pois aquela era uma família muito grande e arraigada na cidade. E eu entrei na cena principal, como um condenado. E era

realmente dantesco o ambiente, com muito choro, lágrimas, desmaios. Mas quem eu vejo, bem no centro do redemoinho, não como objeto de atenção, mas como agente direto, ativo, de consolo aos demais? A velhinha. E me lembro bem de suas palavras, para uns e outros: *não se deixem abater meus filhos, Deus é maior e sabe o que faz*. Para uns um carinho; para outros um copo de água com açúcar ou um chá; para todos, presença confortadora, nada mais.

Acreditando ou não em Deus, estando disposto, ou não, a aceitar desígnios como este, uma coisa para mim ficou clara naquela cena: as pessoas sempre souberam o que fazer nas horas difíceis, com, sem ou apesar dos médicos e demais profissionais de saúde. E na idade avançada, como no caso, esta forma de sabedoria era mais profunda e mais efetiva ainda. Sorte minha, que não tendo apoio em tal quesito na minha formação médica, pude encontrar alguém assim, em hora tão extrema, que não só me poupou de fazer algo para o que não estava preparado como me ofereceu uma grande lição de vida.

Anos depois, outra cena, dentro do mesmo tema. Quando foi criada a Faculdade de Medicina da Universidade de Brasília, em 2001, deslocando o curso respectivo da Faculdade de Ciências da Saúde (evento sobre cujos efeitos até hoje tenho minhas dúvidas se foram para o bem – desconfio que não), foi realizado um seminário com professores do curso de medicina da Universidade de Maastricht, na Holanda, voltado para o tema do ensino médico. Nesta escola holandesa a modernidade pedagógica era reconhecida internacionalmente, dentro da lógica do Ensino Baseado em Problemas (*Problem Based Learning*), e não em disciplinas ou departamentos, como era (e ainda é) na UnB. E em uma das sessões de tal seminário, fomos divididos em grupos e aquele em que eu estava, especificamente, recebeu como incumbência e trabalhar sob o tema *breaking bad news* e preparar uma atividade didática sobre o mesmo. Não preciso dizer que de todos os docentes ali presentes, nenhum de nós tinha, pragmatismo a parte, a mínima experiência em algo assim,

em termos pedagógicos pelo menos, seja no tempo de estudantes ou mesmo como professores.

Formado o grupo, agora reunido no círculo convencional, cada um olhando e sendo observado pelos demais membros, gastamos pelo menos uns dez minutos em conversa fiada, sem saber, de fato, como dar início à atividade proposta. De fato, éramos bons em formar grupos para ensinar, mas quando nos transformávamos em aprendizes, a dificuldade parecia enorme. Até que uns dos nossos, Pedro Taül, por quem tenho a maior admiração e que é personagem reicidivante dessas minhas memórias, propôs a solução mais simples: que narrássemos alguma experiência pessoal face ao desafio de dar ou receber notícias ruins. E ele próprio se dispôs a começar.

Falou-nos, então, de como lhe fora dada a notícia de que seu filho, João Pedro, era portador da Síndrome de Down. Ao chegar ao quarto de sua mulher, também médica, logo após o parto, foi recebido por ela em prantos. O motivo estava claro: alguém da enfermagem havia passado por ali antes, quando a criança ainda não havia vindo do berçário para o quarto da mãe, e lhe fizera o desastroso comentário: *não sabia que o marido da senhora é japonês; o bebê tem os olhos tão puxadinhos*. Para uma médica, ainda mais entrada nos 40 anos de vida, tal comentário bastava. E até então a gravidez tinha corrido de forma inteiramente normal e nem se cogitara de algum exame que pudesse mostrar anormalidade.

Pedro começou a nos contar este episódio de forma serena, como quem deseja apenas ajudar o grupo a começar a pensar e a agir de acordo com o objetivo proposto. Mas logo percebemos que ele estava com dificuldades em conter sua emoção. Proferir a frase infeliz daquela mulher tão mal preparada, já foi para ele quase impossível, dado o choro que lhe veio forte, incontido, repleto de soluços doloridos. A primeira reação do grupo foi de dor, mas ao mesmo tempo de forte perplexidade. Ninguém conseguia dizer nada. Quem tomou a iniciativa foi, para variar, uma mulher, Iris Ferrari, uma professora de genética. E ela nem disse nada, apenas se aproximou de Pedro, sentou-se ao lado dele e lhe tomou a mão, trazendo-o mais próxi-

mo a si. O que dizer numa hora dessas não era caso de palavras, realmente. Por alguns minutos ficamos estáticos, tendo alguns se aproximado e fazendo, em torno de Pedro, uma roda de conforto. Choramos alguns, ou quase todos, rodeando e confortando o colega tão querido.

As palavras só nos surgiram alguns minutos mais tarde, quando o próprio Pedro tomou a iniciativa de falar, já mais consolado em sua dor. E nos pediu desculpas pelo ocorrido. Neste momento pude dizer algo que muitos ali talvez dissessem também, o que percebi pela leitura de seus rostos: *Pedro, não peça desculpas; nós é que estamos agradecidos por nos ter dedicado a confiança de compartilhar a sua dor*.

*Breaking bad news* – coisa mais difícil nesta vida...

## **Dois pacientes queridos e uma vaca**

Cliniquei por poucos anos. Se contar o tempo de residência médica, terei começado no ano de 1972, embora de forma restrita ao ambiente hospitalar. Em 1974 fui trabalhar em São Simão, Goiás, conforme já mencionei aqui e então “tirei o meu atraso” ambulatorial, pois atendia por dia às vezes mais de oitenta pacientes, entre os exames admissionais e casos leves ou mesmo graves. A partir de 1975, já em Uberlândia, tive consultório próprio (embora por pouco tempo) e passei a atender regularmente no Hospital de Clínicas, tanto no ambulatório como na emergência, durando esta etapa até 1982, quando passei a me dedicar integralmente à saúde pública, além da docência na Faculdade de Medicina da UFU. Dez anos de prática clínica direta, portanto.

Pelas minhas mãos passaram incontáveis pacientes. De alguns, salvei a vida ou a tornei melhor. De outros fui ouvinte paciencioso. Para um punhado encontrei soluções provisórias para os males que traziam. Para a maioria, talvez, fui apenas o doutor que os ou-



viu e despachou, sem diagnóstico e sem perspectiva de algum tipo de *fidelização*, dentro dos imperativos históricos de uma medicina massificada e avessa a vínculos entre pacientes, médicos e instituições.

Mas houve também alguns pacientes que me marcaram e ficaram inesquecíveis. Espero que a recíproca tenha sido verdadeira, pois a maioria desses já deve ter morrido, como é o caso dos dois tipos humanos de que me recordo nessas linhas.

Alcides Alves Pimenta, o *Seu Negrinho* (que era, na verdade, branco), um homem rijo de setenta anos, buscou atendimento comigo no ambulatório da UFU para esclarecer a causa da fraqueza e do emagrecimento que experimentava, de forma inédita em sua vida de pequeno fazendeiro e comerciante. Um simples hemograma esclareceu o diagnóstico: ele tinha uma leucemia mielóide, doença crônica que já na época, final dos anos setenta, tinha boas perspectivas de cura ou pelo menos de controle.

Eu o encaminhei ao oncologista, que iniciou o tratamento com corticosteróides e mais alguma coisa, e o devolveu a mim, para acompanhar o tratamento, que produziu resultado palpável imediato, aliás. Ele vinha ao ambulatório mensalmente e logo as consultas se resumiram a um breve exame e algumas perguntas, além de agradáveis dedos de prosa. E assim foi por uns bons três anos.

Em 1980, quando suspendi minhas atividades assistenciais para fazer especialização na Escola Nacional de Saúde Pública, no Rio, ele ficou inconformado e só se tranquilizou quando eu lhe garanti que em meu lugar ficaria Antonio Carlos Miziara, pessoa de minha total confiança, que me acompanhava nas consultas, à época residente de Clínica Médica e já iniciado na especialidade de oncologia. Falarei também deste sujeito admirável mais adiante. Mas quando voltei a Uberlândia, oito meses depois, retomamos o contato e o acompanhamento clínico, até que um ou dois anos depois resolvi parar de vez com a assistência direta a pacientes, pois eu já estava envolvido com atividades de saúde pública que me mobilizavam as

energias, no caso a instalação de uma “Unidade Didática Avançada” na periferia da cidade.

Desta vez evitei maior dramatização. Miziara continuou acompanhando Seu Negrinho no ambulatório e eu passei a visitá-lo em casa, mais como amigo dele e da família do que como médico. Mas, para agradá-lo, não deixava de lhe medir a pressão, auscultar o peito, fazer algumas perguntas e dar uma conferida geral nos últimos exames.

Tudo correu bem por mais algum tempo, mas um dia a invasão leucocitária atípica falou mais alto e Seu Negrinho piorou substancialmente. Nas semanas seguintes minhas visitas se multiplicaram e eu, de certa forma, voltei a ser seu médico, embora em caráter mais paliativo do que qualquer outra coisa.

Uma noite, cerca de 1984, dona Leta, sua esposa, me telefonou preocupada, pois o marido tinha muita falta de ar e estava muito pálido. Cheguei a tempo de seu último suspiro, sem poder fazer nada – e nem era o caso de qualquer heroísmo médico. Assim, o médico se afastou e só ficou o amigo, o que já é muito numa hora dessas. Acompanhei os procedimentos fúnebres iniciais, consolei a família (e fui consolado também) e participei do tradicional café com pão de queijo até a manhã raiar, lado a lado com o corpo de meu amigo.

A morte de Seu Negrinho me deu oportunidade de fazer, por única vez em minha vida e acho que na de muitos médicos, algo prosaico, mas que me abriu para uma nova dimensão do cuidado: eu ajudei o filho e o moço da funerária e lhe vestir o corpo, com direito a terno e gravata, além de leve maquiagem. Não é nada, mas certamente representou uma experiência marcante para mim, que me trouxe de forma intensa um sentimento de fragilidade da vida e do elo que deve existir entre os mortos e os que continuam vivos, bem como entre médicos e pacientes, sabe-se lá até quando, tendo como pano de fundo o momento em que se venha vestir o sujeito para finalmente levá-lo ao caixão.

Dona Helenita Travaglia me veio encaminhada, como paciente particular, por um colega de Faculdade, Leonardo Diniz, que a atendera durante uma longa internação no Hospital Julia Kubitschek de Belo Horizonte. Não era muito idosa, talvez pouco passasse dos sessenta anos, mas tinha um organismo combalido, com insuficiências diversas, particularmente pulmonares, fumante que fora por longos anos. Era casada com Olinto Travaglia, uma figura doce, que me lembrava o Gepetto, o marceneiro que criara o Pinocchio da famosa história.

Helenita me chegara às mãos já nas vésperas de fechar o consultório, de modo que fiz ali seus primeiros atendimentos e depois passei a vê-la em casa, quando chamado. A empatia, assim como na história anterior, foi imediata, não só envolvendo a paciente como seu simpático companheiro.

A receptividade gentil e generosa da família, constituída apenas pelos dois anciãos, era comovedora, de modo que também ali comecei a me sentir em casa e passei também a compartilhar, em visitas que nem lhes cobrava mais, uma verdadeira parceria afetiva, sem preço. A intimidade cresceu e em algumas ocasiões levava comigo meu filho Maurício, na época com sete ou oito anos, que também foi muito bem recebido pelos velhinhos, que passaram a cobrar a presença dele, quando por acaso não o levava comigo. Mauricio geralmente ficava na sala, enquanto eu ia ao quarto examinar a paciente, e quase sempre levava no bolso, para se distrair, um ou dois de seus inúmeros carrinhos. E ali, nos sofás, entre montes e vales de almofadas e espaldares, deixava sua imaginação correr solta, em viagens sem fim.

Dona Helenita quase sempre o convocava ao quarto, de onde já não mais saía, de forma que aos poucos o garoto participava de toda a consulta. Um belo dia, enquanto eu auscultava a paciente e fazia algumas perguntas, ele foi se chegando ao leito e, ato contínuo, passou a trilhar novas estradas, no caso, a cama e as pernas de Dona Helenita. Eu bem que tentei afastá-lo, mesmo suavemente, mas a velhinha insistiu que eu o deixasse continuar na viagem, com o que

ela se divertia intensamente. Mauricio, por sua vez, tomou-se de intimidade e passou a tratar a dona da casa como “Donanonita”.

Um dia, ao final da consulta, Olinto disse à mulher: *fala para o Dr. Flavio aquilo que você está aflita para perguntar*. Ela o repreendeu, contrafeita e se negou a falar, não o fazendo mesmo que ele insistisse. De minha parte, achei melhor não insistir. Já na porta da rua, Olinto me contou qual era a pergunta que se calava. *Ela quer saber se o senhor é de fato médico ou se seria veterinário...*

Achei muita graça e logo entendi o motivo da dúvida. Eu passara alguns anos coordenando a vacinação contra raiva animal na cidade, na condição de técnico da Diretoria Regional de Saúde. Como tal, não poucas vezes eu comparecera à TV ou aos jornais, falando sobre cuidados com animais, mordeduras, esquemas e campanhas de vacinação etc. É claro que a dúvida era pertinente...

Já pensaram: alguém se tratar durante alguns anos com um profissional cuja formação suspeita que seja a de médico de gatos, cães e cavalos, não de gente... Era grande o dilema de dona Helenita, realmente. Mas pedi licença ao marido e voltei ao quarto, colocando o assunto em pratos limpos. E achamos todos muito graça naquilo.

E a vaca anunciada no título acima, onde e como entra nessa história?

Voltemos a Seu Negrinho. Ele havia sido fazendeiro, dos pequenos é verdade, mas mantinha algum gado na fazenda de um filho, próxima à cidade. E me fez tal presente. Não se sentiu encorajado em me perguntar se eu queria ou aceitaria algo como uma vaca, mas à moda de minha outra cliente citada acima, pediu à esposa, Dona Leda, que o fizesse. Eu confesso que fui pego de surpresa, mas como tinha um pequeno sítio nos arredores da cidade (e não sou dado a recusar presentes oferecidos de coração), aceitei.

A tal vaca, na verdade, ainda não era vaca, mas apenas uma novilha de um ano. Ir conhecê-la na fazenda do filho de Negrinho foi uma festa para as crianças. Ela era uma “girolanda”, mais holandesa do que indiana, e por isso mesmo bem mansa, permitindo até mes-

## Pelos gerais do Triângulo

Em 1976, um ano após minha chegada em Uberlândia, arranjei um segundo emprego, como, aliás, é comum entre os médicos de hoje e de sempre.

Faço um parêntese: quando alguém ouvir falar que os sindicatos e associações médicas pleiteiam maior ordenamento e regularização das condições de trabalho da profissão, não acreditem! Aos médicos sempre interessaram os regimes liberais de trabalho, mesmo que isso lhes custe impraticáveis jornadas de oitenta horas semanais ou, em outras palavras, mera simulação de se estar presente estando ausente. Mas vamos ao caso que me propus a contar.

Um colega, Evandro Guimarães de Sousa, que dividia consultório comigo, havia assumido a Diretoria Regional de Saúde sediada na cidade. E dispondo de uma vaga de “supervisor” indagou a mim se eu não me interessaria em preenchê-la. Concurso? Isso não se usava então. Era caso de ir a Belo Horizonte e conversar com alguém de prestígio na Secretaria de Estado. E assim fiz.

Por sorte havia me encontrado, nos dias em que ocorreu o convite, com José (Zecão) Teubner Ferreira, meu amigo da UFMG, que tinha um posto de destaque na SES. Falei com ele e – zaz – a vaga ficou afiançada para mim. Passados poucos dias assinei contrato com a Funed, órgão anexo da SES que cuidava deste tipo de coisa. Percebi que era um contrato de quarenta horas semanais, que se somariam às outras quarenta que eu tinha na Faculdade de Medicina. Façam a conta... Mas meu amigo me garantiu que não haveria problema, pois eram funções “integradas” – seja lá o que isso for.

Tempos depois descobri que, na verdade, o convite tinha sido feito também a outro médico recém-chegado a Uberlândia, Jansen Cunha Lima, que teve o azar de aportar a BH alguns dias depois de mim, que então já estava contratado.

mo os afagos da meninada. Ato contínuo, ela chegou ao sítio numa camionete, para alegria continuada da família. Quando fomos recebê-la no nosso sítio Sagarana, em clima de grande festa, passei em uma casa de produtos agropecuários e comprei um adereço que me pareceu essencial para quem era agora proprietário de uma vaca: um cincerro. Logo se viu que não foi uma boa ideia.

A vaquinha logo ganhou um nome, dado pelas crianças: *Camélia*. De sino ao pescoço andava incansavelmente pelos dez mil metros quadrados que lhe cabiam na propriedade. O cerrado, entretanto, como se sabe, não é pródigo em gramíneas. Deu-se então que em menos de quinze dias o terreno que já era ralo e devastado ficou totalmente careca. Na vizinhança, situação igual; não havia onde me socorrer com capim. Assim, chegou logo a vez da ração, já um produto muito dispendioso na época. E eram dois ou três sacos por semana. Nas noites que passávamos no Sagarana, praticamente em todos os finais de semana, o que mais se ouvia era o cincerro de Camélia a soar incansavelmente, pra lá e pra cá. *Nessum dorma*, ainda mais com um barulho daqueles.

Resumo da ópera: a vaca foi um presente honroso, daqueles que fazem parte do folclore da medicina em toda parte e que me deixou muito feliz. Mas felicidade mesmo foi a de quando pudemos retirar a mesma do mísero espaço que ela ocupava. Compramos uma propriedade maior, uma verdadeira fazendinha em um município vizinho, na qual os hectares eram bem mais numerosos do que no Sítio Sagarana. Camélia foi transferida para lá, viveu muitos anos e produziu muitos bezerros, além de alguns litros de leite. Quem quiser que conte outra.

E assim, cheguei à DRS (na época CRS, de “Centro”) sem funções definidas. Evandro me determinou que eu supervisionasse o atendimento em tuberculose e hanseníase em toda a região. Aliás, naqueles tempos de domínio do Inamps, o papel da SES se limitava a uma triste e pobre tríade: tuberculose, hanseníase e imunizações. Um sistema unificado e integrado de saúde era apenas um sonho, remoto.

Tratei de cuidar de tais tarefas da melhor maneira que pude, viajando aos municípios, que eram 27 na ocasião, e fazendo entrevistas com os responsáveis pelo atendimento. A interlocução cotidiana era feita – imaginem – por cartas e pacotes de exames e radiografias. Nem telefone disponível havia. Quinze dias, no mínimo, para a informação ir e voltar. Ainda bem que a maioria dos médicos, se não todos, sabia muito bem o que devia fazer e as mensagens que me enviavam eram bastante burocráticas; e também às vezes pouco fidedignas, eu desconfiava.

Havia também as viagens, ditas de “supervisão”, que deviam ser feitas em um único dia, pois não havia recursos para diárias de pernoite, apenas para refeições. Assim, a gente saía de Uberlândia de manhã para acessar municípios que felizmente não distavam mais do que 160 km da cidade e à noite já estávamos em casa novamente. Era uma questão de sorte encontrar alguns médicos trabalhando, pois o emprego era em tempo parcial e no serviço público de saúde, como se sabe, as horas médicas possuem a estranha capacidade de contarem em dobro ou triplo. Mas se fazia o que era possível.

Já na época me deparei com um fenômeno peculiar que me acompanhou nas outras instâncias onde trabalhei e nas quais as viagens faziam parte do cenário. Refiro-me à disputa de algumas pessoas, não necessariamente de escalão mais baixo, em busca de oportunidades de viajar, pelo simples acréscimo de vencimento que lhes era possibilitado pelas famigeradas “diárias” – que eram uma merreca, diga-se de passagem, principalmente se do tipo parcial, para alimentação. Alguns levavam matula para não ter despesas com refeições e assim poupar alguns trocados. Assim, nas desconfortá-

veis viaturas disponíveis, às vezes ocorria superlotação, com um motorista e um supervisor com funções definidas, e mais um ou dois sujeitos, do laboratório ou do almoxarifado, por exemplo, usufruindo dessa forma insólita de incrementar renda.

Nessas viagens, os eventos mais emocionantes eram representados pela repressão à ocupação das geladeiras de vacinas com as coisas mais diversas, de água de beber, até linguiças, queijos, refrigerantes e ovos. É bem verdade que algumas vezes não havia mesmo vacinas para oferecer...

Quando me lembro desses périplos, hoje, me dá certo pudor, pois considero que eram, na maioria das vezes, perfeitamente dispensáveis, mesmo que ainda não houvesse internet ou outra tecnologia mais aprimorada de comunicação. Um telefone fixo, de mesa, dos antigos, resolveria muito bem a maioria dos casos que surgiam. Mas mesmo assim as viagens aconteciam.

Nossa frota de viaturas era quase comovente: um Jeep Wyllis de duas décadas de uso, herói não da Segunda Guerra, mas da extinta “Campanha da Lepra”; uma Rural Wyllis um pouco mais nova e mais confortável (mas não muito), além da jóia da coroa, uma VW Brasília recém adquirida e “tinindo” de nova. Bons mesmo eram os motoristas, com uma lembrança especial para o Sr. Alfredo Silva, sempre muito amáveis, prudentes e aptos a consertar qualquer defeito que as tais viaturas apresentassem na estrada, o que não era raro acontecer.

Entre as muitas peripécias que vivi nessas viagens, algumas acabaram sendo marcantes para mim, em termos de aprendizado e relações humanas delas derivadas. Em uma ocasião, creio que em 1976 ou 1977, fui investigar um possível surto de meningite num remoto distrito de Santa Vitória, chamado Chaveslândia (ou Xaveslândia, quem sabe Xavierlândia, como lá escreviam), que ficava na barranca do rio Paranaíba, bem defronte a São Simão, Goiás, onde eu havia trabalhado. Duzentos e cinquenta quilômetros de estrada.



Cheguei lá com algumas informações e fiz um périplo por todas as casas do vilarejo, colhendo informações junto às famílias, que foram completadas com um inquérito rápido nos hospitais de São Simão e Santa Vitória (que dispunham de informação escassa e pouco confiável, na verdade). Fiz um relatório bacana, no qual analisei os casos existentes, propus algumas medidas, acrescentei algumas fotos e esperei os elogios, que vieram fartos, tanto da Diretoria Regional como da SES em BH, onde meu grande amigo José Maria Borges era coordenador de Vigilância. Mas qual! De toda forma espero que nenhum epidemiologista contemporâneo tenha acesso àquilo, tão precário e amadorístico que foi.

Em outro inquérito dessa natureza não fui tão feliz. Era um surto de diarreia, supostamente salmonelose ou rotavirose, em Capinópolis, outra cidade de nossa área de abrangência, próxima a Ituiutaba. Repeti a sequência de procedimentos na qual eu tinha sido tão bem-sucedido anteriormente. Mas dessa vez o crivo epidemiológico verdadeiro se fez presente: Elmira Alfradique, que agora trabalhava na DRS, reconhecida como pessoa competente e, acima de tudo, brava no último furo, me passou a maior esculhambação, pela falta de método em recolher alguns dados e materiais imprescindíveis ao esclarecimento do caso, além de pouca atenção com aspectos amostrais. Tive de dizer para ela que, então, da próxima vez, que ela se movesse do birô e fosse a campo. Mas tudo passou, como deve passar. Tempos depois ficamos amigos e tudo foi esquecido. Mas o fato é que nessa peripécia ninguém matou e, creio, ninguém morreu também.

Conheci gente de todo tipo. De sacerdotes abnegados a cínicos desavergonhados, passando por muitos que estavam ali sem maior preocupação ou consciência relativa ao seu papel ou a coerência e a consistência do que faziam. Na época me surgiu uma pergunta que até hoje me martela, a ser dirigida a quem trabalha em tais unidades: *se seu pai, sua mãe, seus filhos, adoecerem é aqui que você os traz para se tratar?* Para a maioria, talvez, ali fosse apenas um lugar onde se ganhava o pão, mas não para tratar da saúde da família.

Mas, sinceramente, auguro que alguma coisa tenha mudado nesses mais de 40 anos que já se passaram desde então.

História da época: na segunda metade da década de setenta, o Ministério da Saúde criou um programa conhecido como PIASS, voltado à “interiorização das ações de saúde e saneamento”. Era um produto legítimo e bem-intencionado de um grupo de sanitaristas progressistas que tinham encontrado abrigo no Ministério, graças, principalmente, à clarividência e coragem de dois caras notáveis, Waldir Arcoverde, Ministro e Mozart de Abreu Lima, Secretário Executivo. O PIASS seria um correspondente e precursor do que mais tarde se chamou Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Era mesmo bastante ousado e inovador.

Nós da DRS recebemos, então, através de Francisco (Chicão) de Assis Machado, um sanitarista mineiro que lá estava alocado, tradicional militante do *Partidão*, a missão de mobilizar os prefeitos da região para que fizessem moções junto ao Ministro e ao Governo Federal para que o tal programa fosse instalado também no Triângulo Mineiro, já que, em princípio, ele se destinava apenas às regiões mais pobres do país, Nordeste, Vale da Ribeira e Vale do Jequitinhonha, por exemplo.

E lá fui eu, na mesma Capinópolis da diarreia referida acima, conversar com Sua Excelência o Prefeito, que de forma inédita e exclusiva em toda a região, era filiado ao MDB. O único prefeito em tal condição! Cheguei a ficar emocionado. Conversa vai, conversa vem, ganhei intimidade e lasquei a pergunta que me saltava garganta a fora: *o senhor tem participado do movimento de anistia e de diretas já? Acha possível ‘a gente’ conseguir isso?* Ele me olhou como quem vê um marciano e não deixou por menos: *Olha moço, a gente tá nesse MDB porque aqui na cidade tem uns FDP que estão na Arena. Mas votar nós vota mesmo é com o Dr. Homero.*

Homero Santos, eterno deputado federal pela Arena e PDS, figura ímpar, era o representante legítimo da Arena e do Governo Militar na região...

## Um visitante ilustre em Uberlândia

Fora da turma que um dia pugnou pela chamada Reforma Sanitária brasileira, aquela dos anos 80, talvez pouca gente conheça hoje Carlos Gentile de Mello. Ele era um médico de carreira do antigo Inamps (antes INPS) que se destacou pela sua visão abrangente da saúde, se esmerando, particularmente, na crítica à irracionalidade do sistema de saúde brasileiro, dividido entre a “saúde pública” pobre e abandonada e a “saúde previdenciária”, bem mais abonada, mas estupidamente gastadeira de recursos, além alcance não universalizado.

Ela era figura carimbada nos anos 70 e 80. Publicou alguns livros e se destacou no combate pela democratização da saúde a partir das trincheiras da grande imprensa, que não raramente abria espaço para ele. Além disso, tinha uma personalidade marcante, muito comunicativo e extremamente irônico, sem deixar de ser didático, em suas intervenções públicas. Eu o conheci no Rio de Janeiro, quando fui fazer meu curso de especialização na Escola Nacional de Saúde Pública. Em tal ambiente, ele, ao lado de Sérgio Arouca, Eduardo Costa, Hésio Cordeiro (este na UERJ), além de outros, eram as grandes estrelas das novas propostas que surgiam à esquerda do *establishment* inampsiano e governista em geral.

Gentile pode ser citado, sem nenhum favor, como um dos intelectuais da saúde que mais contribuiu para a utopia da Reforma Sanitária e da criação do SUS, embora para fazer justiça a ele e outros, seria de bom tom perceber que o sistema com que sonharam certamente se tornou bastante diferente com o que a realidade nacional engendrou.

Gentile estava sempre disponível quando se tratava da cruzada sanitária reformista. Assim, resolvi convidá-lo, em meados de 1981, para fazer uma palestra em Uberlândia, não só para meus colegas e alunos da Universidade, como para o público em geral.

Eu já era meio calejado com eventos públicos na cidade, principalmente se eram de teor político (ou também crítico, como era o caso). Difícil, quase sempre, reunir um bom público. E bem no dia de Gentile falar desabou, no final da tarde, um temporal memorável. Mas ele só tinha um dia conosco e, assim, tivemos que tocar o projeto em frente. Esperando a chuva passar, consegui, com uma hora de atraso, reunir uma dúzia de abnegados e amigos.

Como o auditório reservado para o evento era o da Sociedade Médica, de localização central, achamos que o público seria maior, mas isso não aconteceu. Mas, em todo caso, tivemos a “honra” de contar com a presença do presidente da entidade. Coloquei tal palavra entre aspas por motivos que logo se verá.

O tal presidente era um daqueles médicos visceralmente liberais, dono de hospital, famoso por suas intervenções desabridas e suas tiradas fora de hora. Era o que poderia ser chamado, nos termos de hoje, de um completo e acabado *sem-noção*. E ainda chegou vindo de alguma mesa de bar, coisa que seu hálito e seus gestos denotavam. Pelo que deu a perceber quando finalmente abriu a boca, tendo custado a fazê-lo por ter chegado atrasado, talvez tentando se inteirar do assunto em pauta, o presidente tinha captado só um detalhe relativo à palestra: *Gentile era do Inamps...*

E o *sem-noção* veio com tudo. Iniciou uma arenga interminável, na qual deplorava o valor das US e das GIH, os atrasos de pagamento, as glosas de contas hospitalares.

Detalhe importante: Gentile era um inimigo feroz do processo de pagamento baseado nas tais “US” e “GIH”, na verdade um tipo de pagamento por serviço prestado, que já naquela época havia sido superado em todo o mundo, por se constituir em terrível fonte de corrupção, além de multiplicador artificial de despesas com saúde. Vêm daí as famosas histórias relativas a apêndices operados duas vezes, amígdalas quatro, cesarianas em homens, além de cirurgias de próstata em mulheres.

Gentile era tão visceral em sua crítica a tal sistema de pagamento, que uma brincadeira corrente na ocasião, entre seus amigos, era a de que ela havia gravado em sua secretária eletrônica a seguinte mensagem, seu verdadeiro mantra: *aqui fala Carlos Gentile de Mello; deixe seu recado e não se esqueça: pagamentos por US e GIH são fontes inesgotáveis de corrupção e desvio!*

Mas o palestrante tentava acalmar o presidente: *mas meu amigo, eu também sou contra isso tudo! Eu defendo outro estado de coisas... E o sem-noção retrucava: mas se o senhor é do Inamps tem que esclarecer, porque aqui nós estamos quase morrendo de fome por falta de pagamento decente...*

Para finalizar, não custa revelar que, naquele tempo, a agência do Inamps em Uberlândia tinha cerca de quinze ou dezesseis médicos auditores de contas hospitalares. Desses, apenas dois não eram donos ou sócios dos hospitais locais. Sem comentários...

Depois dessa desisti de me meter em tais aventuras.

## **Da maldade humana**

Eu nunca apreciei muito aquelas festas que são feitas de cinco em cinco anos para comemorar a formatura. Como todo mundo sabe, os médicos primam pelo seu cultivo, assim como pela comemoração anual do dia de São Lucas, padroeiro da profissão, em 18 de outubro. Para mim, respectivamente, trata-se de saudosismo sem substância ou mesmo de narcisismo descarado.

O tal “Dia do Médico” realmente sempre me deixou impressionado... Durante muitos anos, quando ainda tinha ativo o meu registro no CRM, nos dias dezoito de outubro recebia mensagens, postadas por médicos, comemorando... o Dia do Médico. Acho que é realmente peculiar na profissão. Giovanni Berlinguer já havia chamado atenção sobre isso em seu livro dos anos 70, “Medicina e Política”. Uma estratégia de ocupação de espaços de poder, segundo ele. Se-

ria, a meu ver, o mesmo que os cozinheiros passassem a elogiar seus quitutes, sem ouvir os comensais. Não seria, então, o caso de deixar, primeiro, os pacientes se manifestarem?

Compareci a apenas duas dessas festividades quinquenais: na de cinco anos, quando eu não sabia ao certo o que me aguardava e na de quinze, na qual estive por absoluta insistência de Eliane, também colega de turma.

Nesta última festa, realizada em Araxá (se aquelas termas falassem...), eu tinha pelo menos duas ou três razões sérias para faltar. Primeiro porque eu já tinha ideia do que me aguardava, sendo eu pouco afeito ao uso dos “faróis de ré” passadistas, como disse Pedro Nava. Segundo, porque eu havia recém fraturado uma costela em uma infeliz partida de futebol, na qual fui atropelado por um verdadeiro tanque de guerra e, em tal situação, estava portador de uma verdadeira *amplexofobia*. E eu sabia que os abraços viriam aos montes, com direito àqueles tradicionais tapinhas, melhor dizendo, *murros* nas costas, habituais entre o público masculino.

Mas a terceira e mais importante razão era outra. Eu na época era Secretário Municipal de Saúde e, dentro de minhas prerrogativas (e com toda razão) havia demitido ninguém menos do que um colega de turma. E isso, para os médicos, é o horror completo, verdadeira traição à classe. Como “eles” costumam dizer *colega não entrega e nem persegue colega*. Mas o caso era bem outro. Eu não perseguira ninguém, mas sim havia demitido um inadimplente, pouco responsável, mau cumpridor de deveres profissionais e não apenas de horários, além de ser um tremendo manipulador, que o tempo todo tentava colocar a comunidade contra a administração municipal.

Sendo assim, *fire!* E eu nem precisei recorrer a comissões de inquérito ou coisa que o valha, pois nossos contratos eram temporários, anteriores à vigência das leis constitucionais que regularam a matéria do concurso público e da estabilidade. E para a rua o tal sujeito foi. Ou melhor, para o belo apartamento que a riquíssima família

dele tinha em São Paulo. Acho que um dia ele deve até ter me agradecido por ter, quem sabe, lhe antecipado tal decisão...

E assim eu cheguei à tal festa muito ressabiado. Não sabia se o pior seriam os abraços ou as cobranças de “traição” que fatalmente se despejariam sobre minha pobre cabeça. E entrei na arena como um cristão na cova dos leões.

Depois dos abraços, que me deixaram quase sem fala, algum gaiato levantou o nome do demitido, mas não para me cobrar qualquer coisa, mas apenas para indagar: *ele era gay mesmo?*

Aliviado eu respondi que sim, mas logo arrematei, antes que algum agente do politicamente correto aproveitasse a deixa: *mas não foi por isso que ele foi demitido...*

E tudo ficou por isso mesmo. Ou melhor, levantou-se, de novo, uma antiga lebre, com grande entusiasmo nas participações: *quem seriam os gays enrustidos da turma de 1971?* Assunto que, na ocasião, comemorava quase 20 anos de pulsação.

## **Eu, quase político**

Corria o ano de 1986. Eu participava da administração municipal em Uberlândia e, no horizonte, já raiavam as negociações e fofocas para a eleição daquele ano, para o Legislativo estadual e federal. Era impossível ficar fora dessas conversas. Como sempre acontece, a o grupo de Secretários do governo já estava meio rachado, entre uma facção mais pragmática e outra mais progressista (mas, por favor, não me perguntem sobre os reais significados dessas palavras, ainda mais passados tantos anos). Eu me alinhava com o segundo grupo.

Uma brincadeira da época: nosso governo se parecia com um violino – tocado pela direita, mas seguro pela esquerda...

Na verdade, o que nos movia era certa antipatia – retribuída, aliás – frente a dois líderes do PMDB na região, Luiz Alberto Rodrigues, deputado estadual e Ronan Tito, senador. Eram dois tremendos manipuladores, faziam uma política das mais rasteiras e clientelistas e quase sempre criticavam, de forma abusiva, a parte do secretariado que eles não julgavam suficientemente alinhada com o partido. Tal era o meu caso, mas me faziam companhia mais uns três ou quatro colegas. O próprio prefeito era frequentemente cobrado por eles por não colocar “ordem na casa”, ou, em outras palavras, exigir de seus assessores uma postura política “coerente” com a estratégia política dos caciques referidos acima.

O tal grupo sob suspeita, associado a alguns filiados mais independentes, achou que devia ter sua própria opção para a eleição legislativa que se avizinhava. E assim, conversa vai, conversa vem, dois nomes foram cogitados: o meu e o de Niza Luz, que respondia pela Secretaria de Ação Social. Nós fomos cogitados por razões até bem objetivas: éramos, de longe, os dois secretários da administração municipal com maior visibilidade pública e midiática. Mas daí a virar político certamente ia uma distância muito grande, pelo menos no meu caso.

As coisas foram caminhando. Niza logo declarou que não toparia, pois tinha compromissos familiares ou particulares que a impediriam. Não que não gostasse da política; ela mais tarde foi vice-prefeita de Uberlândia na chapa de nosso principal adversário da ocasião. Coisas da política – ou pelo menos do que se chama “política” no Brasil... E foi assim que, da noite para o dia, me vi candidato, embora deva confessar que sem muita convicção.

Na hora de escolher o nível da candidatura, estadual ou federal, tivemos que nos dobrar às tais lideranças. E elas haviam determinado que deveria ser estadual, pois Rodrigues já se lançara candidato a deputado federal na ocasião e não queria concorrência. Fazer o quê? Aceitar, foi a solução.



E assim eu fiquei pensando no assunto por alguns dias, sem me definir em um primeiro momento. Eliane, naturalmente, era contra. Os amigos insistiam. O prefeito, neutro. E eu, totalmente perplexo...

A situação só se resolveu quando fui procurado por um sujeito, o qual, aliás, eu nunca tinha visto, que se anunciou como liderança política do chamado “Pontal do Triângulo”. Ele veio todo formal, marcou hora com minha secretária, veio em camisa de seda e deixou no ar um perfume que me nauseou por horas seguidas. Era um *anjo da anunciação*, porém com sinal trocado, depois eu percebi...

E o tal sujeitinho: *doutor, sua candidatura vem em boa hora; liderança jovem e dinâmica é o que nos falta no momento; temos que desbancar esses políticos que não largam a rapadura. Só na minha cidade posso conseguir dois mil votos certos. E nem falo dos contatos que tenho em muitas outras cidades da região. Vim aqui para anunciar meu apoio.*

Eu recebi aquilo com o pé atrás, naturalmente. Só não esperava que tal anjo se desmascarasse tão rapidamente.

- *Doutor, é o seguinte, para começar a trabalhar preciso levantar, de imediato, uma graninha, coisa pouca, mas essencial para começar. O senhor pode tirar isso do bolso sem susto, que depois será reposto pelos doadores de campanha...* O “quanto” ele não explicitou exatamente, apenas sugeriu: era bem mais do que o meu salário de secretário.

E foi assim que, mesmo antes de ser anunciada oficialmente, minha candidatura foi retirada. Para nunca mais.

## **A cura da doença de Chagas**

Acabei parando de clinicar por vários motivos. O principal era ideológico, pois achava de fato que poderia ser mais útil à sociedade se passasse a encarar o processo de trabalho em saúde no plano

do coletivo, frente aos determinantes sociais da saúde e da doença. Mas havia outra razão, esta mais íntima e talvez pouco nobre: eu já não suportava mais a quantidade de pessoas que se apresentavam nos ambulatórios e emergências com os quadros que um dia eu apelidei de pessoas “SHAI”: *somatizadoras, hipocondríacas, auto-indulgentes*. É que eu havia sido treinado, nos meus anos de faculdade e residência médica, apenas a fazer *diagnósticos* e conduzir *tratamentos*, nesta ordem. E isso me parecia cada vez mais difícil, correndo mesmo o risco de cair em uma postura clínica (e talvez também cínica) que eu recusava: *para sintomas vagos, tratamentos idem*.

Além disso, a vida de gestor público me abriu novos horizontes, nela me realizando muito mais do que na clínica. Mesmo quando eu era abordado, nas ruas da cidade, por antigos pacientes que me perguntavam quando eu iria voltar a atender, não deixava de ficar lisonjeado, embora, sinceramente, nunca tenha deixado de achar que minha opção de abandonar a clínica foi a mais acertada.

Mas na nova vida havia também percalços. Eu agora estava exposto e não raramente recebia pancadas de todo lado. Comecei mesmo até a gostar disso, pois creio ter desenvolvido uma boa capacidade de produzir resposta “à altura” do interlocutor. Lembro-me, deliciado, por exemplo, da resposta que dei a um vereador que me inquiriu, em uma visita minha (convocada) à Câmara Municipal. Sua Excelência queria saber por que eu não trazia, de antemão, os assuntos da SMS para discutir ali, com os legisladores; se isso não seria mais democrático. E eu não deixei por menos: *Excelência, eu votei, no plebiscito de 1994, pelo regime parlamentarista. Mas infelizmente perdi...* O tal vereador balançou a cabeça contrafeito e me deixou em paz. Aliás, abandonou a inquisição poucos minutos depois. Excelências...

Como Secretário não raramente era colocado frente a problemas que estavam inteiramente além de minha capacidade ou responsabilidade legal. Neste aspecto, acho que paguei um preço caro por ter sido sempre um sujeito que não teve medo – ou foi ingênuo o

bastante – em expressar suas opiniões, donde muitos acharem que eu sabia de tudo e de tudo daria conta. Acho que meu prefeito, mesmo, me via com alguém assim. E tome demandas esquisitas. Por exemplo, o caso do homem que havia descoberto a cura da Doença de Chagas.

Ele me veio encaminhado diretamente do Gabinete de Zaire, com recomendações expressas que lhe fosse dada prioridade no atendimento. Chegou meio desconfiado, só começando a interagir comigo depois que viu a porta de entrada fechada por minha secretária. E mesmo assim me pediu para fechar a janela que havia atrás de minha mesa, segundo ele, *porque o assunto que lhe trazia até ali era muito sério e envolvia muitos interesses*.

E então, em voz baixa, meio que se aproximando de mim, começou a falar. Disse que tinha, finalmente, depois de muitos estudos e pesquisas, descoberto a fórmula de um medicamento potente, capaz de curar completamente a terrível Doença de Chagas. E me falou de dezenas de pacientes que já haviam recebido o mesmo, com sucesso comprovado. E me citou o médico que com ele trabalhava, um cardiologista da cidade que eu conhecia de vista, que poderia atestar todas aquelas curas, tendo se tornado um grande entusiasta do revolucionário fármaco.

Neste ponto, meu *pé atrás* recuou ainda mais. Eu conhecia a história real de tal médico, figura controversa, havido na cidade como um picareta de marca, muitos duvidando até da veracidade de seus títulos profissionais e científicos. Mas deixei o homem prosseguir, perguntando-lhe em que a Prefeitura poderia ajudar em tão meritória empreitada.

Foi o sinal que ele esperava. Abriu finalmente a pastinha de plástico que trazia, agarrada, debaixo do braço e se entusiasmou. E me mostrou não fórmulas farmacológicas, mas cifras e mais cifras, relativas à compra de equipamentos, construção de instalações, remuneração de pessoal. A ideia que trazia era de fazer uma ampla

“campanha” para acabar de vez com a Doença de Chagas na cidade, quiçá na região, onde ela era fortemente endêmica.

Sugeri que deixasse os papéis comigo, para analisá-los de forma mais aprofundada, mas ele não permitiu, alegando que ali estavam coisas muito estratégicas e que, além do mais, ele só tinha aquelas cópias.

Para ganhar tempo, perguntei-lhe sobre como tinha chegado àquela fórmula. Neste momento, o homenzinho, depois de breve relutância, voltou à janela, para confirmar se estava fechada de fato. Aproveitando que já estava de pé, aproximou-se ainda mais de mim, quase me sussurrando ao ouvido: *ela foi passada a mim por um extraterrestre!*

*Quando? Como?* – aí eu fiquei realmente interessado em ver até onde ia a viagem daquele sujeito.

*- Doutor, desculpe, eu já lhe disse muito; isso não poderei revelar!*

Se um dia descobrirem a cura da Doença de Chagas e provarem que ela realmente veio do espaço sideral, darei, mais do que minha mão à palmatória, minha cabeça à guilhotina da história...

## **Como deixar de ser homenageado pelos alunos**

Na minha vida de professor de medicina creio que tive um momento áureo, que se deu entre a minha chegada à Faculdade de Medicina de Uberlândia (então *Escola de Medicina e Cirurgia*) e um momento seguinte, cerca de cinco anos depois. Eu era jovem, esbelto, bigodudo, com cabelos lisos e de fios longos a me descer sobre a nuca, andava de moto. Bonitão, diziam... Mas na verdade o segredo de meu sucesso era outro: eu viera preencher um vazio. Até então a faculdade não havia ministrado a disciplina de Doenças Infecciosas e Parasitárias, e eu, concursado para tal área na UFMG, chegara ali

para dar o recado. E foi assim, parece, que acabei obtendo muito sucesso.

Além disso, logo me envolvi com o atendimento, não só no pronto socorro como nos ambulatórios, além de acompanhar pacientes na enfermaria. De repente eu estava presente em vários cenários de ensino e assistência. É bem verdade que eu não era o único fazê-lo, mas de alguma forma era contemplado pela aura de ser novidade naquele ambiente. Fui lembrado até mesmo para ser diretor da faculdade, no final do segundo ano que lá cheguei. Daí me surgiu uma frase que tem me ajudado muito na vida, particularmente em reuniões de condomínio: *muito cuidado ao praticar ou mesmo divulgar ideias inovadoras ou sensatas; as pessoas podem imaginar que você topa aceitar ser diretor ou síndico...*

Assim, não chegou a ser surpresa para mim quando, no final do ano seguinte, a primeira turma que havia tido aulas comigo, me escolheu como um de seus homenageados. E assim aconteceu por quatro anos seguidos. Eu me sentia mesmo o queridinho geral...

Mas como bem se sabe, o que é bom não dura muito. Foi o que me aconteceu, ajudado que fui pela inquietação existencial que me acompanha pela vida a fora. Explico. Depois de quatro anos repetindo os conteúdos de clínica das doenças infecciosas, sempre dentro de um esquema clássico, que incluía *etiologia, patogenia, diagnóstico clínico, terapêutica*, resolvi promover uma virada em tal disco, já meio gasto e rachado. Além do mais, o território das DIP estava bastante revirado agora, com o advento da AIDS, de forma que a antiga “medicina tropical”, de forte inclinação pela determinação geográfica das doenças, estava se vendo perturbada pelos novos ventos da determinação social e cultural.

E foi assim que comecei a conversar com meu colega e amigo Melicégenes Ribeiro Ambrósio, grande figura, que era o responsável pela disciplina de Medicina Preventiva, cujo território, aliás, também se via perturbado por ventos de mudança. *Que tal se criássemos uma nova disciplina, que integrasse prevenção e cura?* – foi o que propus

a ele. Ele relutou um pouco, mais acabou aceitando, talvez mais por confiar em mim do que propriamente por achar a ideia totalmente viável. E assim foi; já no primeiro semestre de 1980 estávamos ministrando aulas em parceria, ora eu, ora ele (todo o conteúdo era apenas teórico na ocasião).

O resultado disso, em termos didáticos eu não sei. Certamente foi uma coisa inédita, pois o comum na ocasião era cada disciplina, com seu professor, ocupar um cercadinho, sem maior comunicação, nem para os lados, nem para trás e muito menos para a frente, na grade curricular. Mas certo desfecho me pareceu cabal e definitivo: eu nunca mais fui homenageado pelos alunos...

Anos depois, já na Universidade de Brasília, cansado de ser um professor tão invisível e pouco reconhecido, resolvi desabafar, produzindo a seguinte *fábula moderna com sabor antigo. Phantasilia e Belgladesh*, foi o nome que dei a tal brincadeira, logo se verá por quê.

~

<< Era uma vez um Reino, muito distante daqui no tempo e no espaço, chamado Phantasilia. Seu rei, Eu-ricus, muito poderoso e dono de muitas posses, tinha um único filho, Patricius, cujo sonho era estudar a Arte de Curar. Toda a família era impressionada com a destreza com que Patricius esfolava e depenava pássaros, retirando com perícia, de seus corpinhos ainda cálidos, os corações pulsantes. Todos queriam que o príncipezinho seguisse a carreira de *Perscrutador*, que era o nome que se dava aos praticantes da Arte de Curar e todos tinham certeza que ele se dedicaria ao estudo das cavidades esquerdas do coração, que era um ramo importantíssimo da perscrutatória da época. Naquele tempo, grassavam muitas doenças destas cavidades, tanto é que várias pessoas da família de Eu-Ricus e de sua mulher haviam adoecido e mesmo morrido em consequência das mesmas. Patricius era muito curioso a respeito de doenças e doentes e descobrira que as tarefas de perscrutador lhe cairiam como uma luva e haveriam de lhe granjear grande prestígio e muito

dinheiro, pois não só pessoas de sua família como muitas outras, ligadas a ela por laços de sangue e de nobreza, padeciam das tais doenças cardiossinistras.

Quanto ao acometimento das demais cavidades do órgão, ou mesmo do corpo, bem como de outras camadas da população, Patricius pouco ou nada sabia, pois todo o seu pensamento, até então, fora dedicado a se imaginar um *Perscrutador* notável, um *cardiossinistrólogo*, como outros que ele conhecera nos saraus da corte, todos muito queridos e muito abonados.

Assim foi que o príncipe chegou à idade de frequentar a Academia da Arte de Curar e foi encaminhado por seu pai a uma notável instituição de seu tempo, conhecido como HUBrius, onde a maioria das famílias nobres punha seus filhos a aprender a Arte. É bem verdade, que já àquele momento, um Rei vizinho, por nome Jofranus, resolvera criar sua própria Academia, com a justificativa de que no Hubrius não se ensinava corretamente a Arte e de que era preciso dar oportunidade a mais pessoas no aprendizado da mesma. Apesar disso, Eu-ricus, apegado à tradição como um Rei que se preze, mandou Patricius para o Hubrius, recomendando que ele dedicasse o melhor de seus esforços ao aprendizado da Arte, o que, afinal de contas, era um destino traçado para ele desde a infância. Além do mais, não tinha cabimento que todos aqueles passarinhos inocentes tivessem sido sacrificados em vão... Patricius, justiça seja feita, saiu-se muito bem no Hubrius, tendo sido até escolhido por seus pares para fazer a tradicional *Homenagem aos Pais*, durante o rito de passagem final da Academia.

É certo que ao findar seus estudos, Patricius se envolvera em uma polêmica desgastante com Epidemonis, um velho lente da Faculdade que cismara de mudar a tradicional e bem posta ordem das coisas, ao dizer que os alunos deviam também cuidar das pessoas pobres, estudar outras matérias além daqueles que tratavam do corpo e dos elementos físicos, além de praticar em ambientes diferentes das tradicionais *salas perscrutatórias*. Patricius, galhardamente, liderou a reação contra tais medidas estapafúrdias, argumentando

muito apropriadamente que ele e seus colegas não tinham vindo à Academia, e com tantos sacrifícios, para praticar algo que não fazia parte de nenhuma tradição conhecida a não ser, claro, que tudo não passasse de uma invenção diabólica do notório Epidemonis, um sujeito que, além do mais, era conhecido no Hubrius e fora dele como portador de pensamentos fora de linha, donde sua alcunha jocosa de *Epidemonius*.

Superado e esquecido este episódio desagradável, que quase empana o brilho do grande festival que Eu-ricus promovera para homenagear seu filho, agora iniciado na Arte, Patricius resolveu seguir o caminho de todos os filhos das boas famílias da época: procurar o Reino de *Terra Mater*, para se aprofundar na perscrutatória das cavidades sinistras. E assim veio a conseguir, graças a um Arquiduque que devia favores a seu pai, uma vaga no Incorus, que era o nome do Templo onde melhor se praticava tal mister. Longa é a Arte, curta é a Vida...

Passados cinco invernos, Patricius finalmente cumpriu o rito final da Arte de Curar e recebeu a prebenda de *Perscrutador Hermenêutico e Douto*, ou «PHD», como singelamente se dizia então em *Terra Mater*. Como os anos passados em tais estudos profundos o haviam deixado muito esgotado do espírito e dos nervos, Patricius, com licença de seu pai, pôs-se a correr o mundo, para conhecer outros reinos e travar contato com perscrutadores de outras academias, no que foi muito bem-sucedido, tendo feito inúmeras amizades e mesmo sido convidado a colaborar em diversos alfarrábios que então se editavam aqui e ali sobre o tema das preocupações de nosso herói: os distúrbios das cavidades sinistras.

Chegara entretanto, e finalmente, a hora de retornar a sua velha Phantasilia. Ah pobre Patricius! Quando ele vagava feliz e inocente pelos reinos da Disnélia e da Maiâmia, jamais poderia imaginar que tudo mudara em seu país e que o mundo que ele conhecera simplesmente desabara! Para dizer pouco: a monarquia fora derrubada e seu pai obrigado a se exilar em um Reino vizinho, a Penúmbria, sob a guarda de seu monarca e amigo Ignotus II. Os bens da família



tinham sido confiscados, seu poder extinto. Aliás, o próprio nome de seu país natal fora mudado, era agora *Belgladesh*. O Hubrius entrara em decadência e Jofranus, em seu Reino à oeste, não cabia em si de contente com o sucesso de sua nova academia, da qual agora emergiam chusmas de novos perscrutadores cavitários.

Assim foi que Patricius encarou firmemente a realidade e foi abrir sua *Sala Perscrutatória* em um bom local, próximo às antigas residências da nobreza. Mas, qual! A nobreza se dispersara e os poucos que ficaram não tinham dinheiro. Alguns até mesmo descobriram que nem doentes eram de verdade, mas que haviam sido enganados por certo perscrutador de nome Iatrogenicus que andara pelo Reino, por coincidência num tempo em que os diagnósticos brotavam como cogumelos à sombra. Passados dois anos de sofrimento, o belo pergaminho que certificava sua passagem pelo Incorus esquecido em uma parede (e depois em um fundo de gaveta), Patricius teve que abrir mão de toda sua expectativa e de toda sua ilusão, cultivadas nos anos do Incorus e nos reinos estrangeiros...

Vai então nosso herói, envergonhado, à procura de um reles emprego, mediante soldo, para praticar a Arte. E aí então, horror dos horrores, dá com os costados em um lugar onde os doentes eram doentes não só das cavidades do coração, mas também de outras partes do corpo e até mesmo da alma, além do mais sendo pobres, muito pobres – pobres de doer! As salas perscrutatórias e a vasta equipagem de um perscrutador pouco ou nada valiam naquela situação – e era assim em toda *Belgladesh*, ex-*Phantasilia*. Foi então que Patricius lembrou-se de seu antigo desafeto *Epidemonis*, dito *Epidemonius*: quem sabe ele não tivesse razão? Mas aí, então, já era tarde, muito tarde...>>

∞

A história que criei foi essa. Talvez um pouco sarcástica, reconheço, mas bem fundamentada nas minhas vivências de professor, particularmente nos últimos anos, quando me dedicava inteiramente ao que então se denominava *saúde coletiva* e depois *medicina so-*

*cial*. Alguns esclarecimentos talvez caibam, pela datação do texto no final dos anos 90, embora ele pretenda ser autoexplicativo. *Jofranus*, diz respeito a Jofran Frejat, ex-Secretário de Saúde do DF, responsável pela criação – bem-sucedida, aliás – no início dos anos dois mil – de uma nova faculdade de medicina na cidade. *Hubrius* é uma brincadeira com a sigla HUB – Hospital Universitário de Brasília. O título da crônica deriva de uma piada da década anterior, de autoria, se não me engano do economista Edmar Bacha, que falava do Brasil como uma *Belíndia* – ou seja, uma mistura insólita de Bélgica com Índia. *Epidemonius* representa minha homenagem aos endiabrados, persistentes e, acima de tudo, heroicos professores de medicina preventiva, social, coletiva, seja lá qual for o nome que se atribua a esta área de conhecimento, da qual eu, honrosamente, fiz parte.

## Cenas da vida de um professor

Comentário adicional a esta história de *Phantasylia e Belgladesh*, para me redimir de alguma acusação de intolerância ou amargura com a carreira de professor. Anos depois de aposentado da UnB tive que me submeter a uma cirurgia de ombro, no *Hubrius*. Eu já estava na mesa cirúrgica quando um mascarado – o anestesista – se aproximou de mim e me disse, olhos nos olhos: *professor, nunca é tarde; eu queria lhe pedir desculpas por termos, eu e minha turma, valorizado tão pouco aquelas informações que você nos trazia. Só depois vimos como aquilo tudo era tão importante*. Eu apenas pedi a ele que tirasse a máscara, para que eu o reconhecesse e lhe disse, entre honrado e emocionado: *não faz mal, estão perdoados*. E por dentro, como Cristo: *vocês não tinham mesmo nenhuma ideia do que faziam...*

Mas devo dizer que se a minha carreira docente não foi completa, dada a interrupção que sofreu entre 1989 e 1995, intervalo em que fui fazer mestrado na Fiocruz e em seguida assumir um posto no

Ministério da Saúde, para em seguida ser transferido para a UnB. Penso assim que tive, com os devidos descontos, uma carreira docente ao menos precoce e até relativamente longa, durando, no total, quase três décadas. Assim, estive presente em salas de aula entre 1969 e 1973, no colégio Arnaldo e curso Champagnat, em BH e também na Faculdade de Medicina da UFMG, e depois, entre 1975 e 1988, na UFU e entre 1995 e 2003, na UnB, marcando ponto efetivo nos famosos ambientes de *cuspe e giz* – as tecnologias educacionais só vieram depois.

Fui feliz e infeliz, misturadamente, as faria tudo outra vez...

Como professor, uma das manias que tive, e que agora confesso, era a de fazer as coisas de forma diferente a cada momento. Assim, quando se trata de ir e vir, por exemplo, quase sempre me recuso a usar o mesmo caminho duas vezes para alcançar o mesmo objetivo. Mesmo no roteiro do trabalho à minha residência, a não ser que não existam de fato outros caminhos viáveis, embora às vezes tenha que testar isso de forma exaustiva.

Assim, como professor, sempre gostei de *innovar*. Peço licença para usar aqui este verbo tão querido nos dias atuais: *innovar*. Podem chamar de *criar novidades*, também. Não que eu ache que isso seja uma qualidade minha. Pode ser um defeito, coisa de quem se sente entediado quando faz as coisas sempre do mesmo jeito, mesmo que tal jeito demonstre ser correto. Devo dizer, também, que talvez muito do que eu chame *inovação* seja apenas maneira de fazer algo diferente do que os *outros* costumam fazer, já que nas universidades e em outras áreas provocar ou aceitar as mudanças não chega a ser um comportamento habitual.

Entre as minhas *inovações* pedagógicas tenho que admitir que colecionei alguns fracassos, junto com alguns frutos positivos também.

Assim, por exemplo, nos meus últimos tempos de professor da Universidade de Brasília, início do século XXI, coincidindo com a recente expansão das comunicações pela internet, ainda sob a égide do velho e bom *e-mail*, resolvi organizar uma lista de discussão com

os alunos, tendo como temas alguns dos conteúdos da disciplina que ministrava. Fiz isso de maneira mais pontual, na chamada Introdução às Práticas de Saúde (IPS), no primeiro período e de forma mais abrangente na de Administração de Serviços de Saúde (ADM), no oitavo. A receptividade até que foi boa, no início, mas logo tive que ouvir coisas do tipo “este professor ao invés de dar aula fica nos enrolando na internet”. Mas olha que eram apenas discussões em paralelo às aulas formais, ou seja, dava um trabalho dos diabos, em dobro, inclusive! Um dia começaram a postar as graçolas comuns na web, chegando mesmo a fazer circular no grupo a foto de uma privada devidamente “carregada”. Chamei a atenção dos responsáveis e resolvi reduzir a iniciativa, reservando-a para alunos mais maduros e responsáveis, coisa de que, particularmente, o curso de medicina da UnB era carente.

Programei, também, algumas visitas a instituições de saúde, a serem feitas por grupos de alunos, que depois apresentariam em classe um relatório de suas impressões. Funcionou relativamente bem, mas do ponto de vista dos anfitriões as furadas foram constantes, sendo os alunos vistos como verdadeiro estorvo. Fato curioso foi o relatório de um grupo que visitou a OPAS, escritório regional para as Américas da Organização Mundial de Saúde, situado no Setor Embaixadas Norte, em Brasília. Ali eles foram bem recebidos, mas se revelaram muito críticos com o que viram, ao considerarem que em instalações daquela magnitude e luxo era inconcebível que ali também não se atendessem pacientes, relegados às péssimas estruturas da rede hospitalar do DF. É mole?

Uma vez resolvi incluir em um debate com a turma de Enfermagem um tópico sobre a influência da religiosidade ou da espiritualidade na saúde. Quase desencadeei na Faculdade de Saúde uma reedição de Belfast ou Jerusalém, com as militantes de uma corrente, as chamadas evangélicas, que parecem ser especialmente numerosas e ativas no curso de enfermagem, a se digladiarem com as papistas, minoritárias, porém aguerridas... Melhor não insistir nisso, foi a conclusão a que cheguei.

De outra feita, resolvi criar uma disciplina opcional com matrícula aberta para todos os cursos da UnB, mesmo fora da área da saúde. O horário de aulas era inovador, este sim, entre dezoito e vinte horas, para que a participação fosse ampla. *Saúde no Brasil* era o nome da matéria e ali eu discutia a história e os rumos da construção do SUS, utilizando como material de aulas, muitas vezes, notícias de jornal e comentários afins. Eu mesmo me surpreendi com o número de matrículas, mais de cem, tendo sido obrigado mesmo a mudar da sala convencional prevista, passando as aulas para o grande auditório da Faculdade de Saúde. Havia alunos de Geografia, Jornalismo, Agronomia, Sociologia e por aí vai, além de alguns da própria área de saúde. Do curso de medicina, literalmente ninguém... A plateia muito numerosa, embora bem interessada, não facilitava o desenvolvimento de discussões, mas mesmo assim acho que foi um acontecimento marcante para muitos alunos. E com certeza para a minha vida de professor entediado...

Anos antes, no curso de medicina da Universidade Federal de Uberlândia, resolvi implantar uma novidade na disciplina que lecionava junto com Melicégenes Ambrósio, a tal da Profilaxia e Clínica das Doenças Transmissíveis. Naquele tempo, eu era apenas um iniciante na arte de inovar. Determinei então, como trabalho a ser apresentado mais tarde em classe, que grupos de alunos realizassem entrevistas com médicos locais que tivessem mais de 40 anos de formados. Hoje eu tenho 45 anos de formatura, mas na época essas quatro décadas me pareciam uma eternidade, digna de um Matusalém. Com a ajuda de alguns amigos e professores da faculdade localizei logo um punhado destes anciãos e assim os alunos foram a campo. O objetivo era indagar desses personagens como eles percebiam as mudanças na vida social e nas tecnologias médicas, bem como os modos de reconhecimento social da prática médica, ao longo de seus anos de profissão. Melhor intenção, impossível.

Os jovens foram bem recebidos, de maneira geral, e muitas informações interessantes foram colhidas, embora houvesse aqueles entrevistados que se revelaram incapazes de se lembrar de muita

coisa. Mas mesmo assim, como momento de interação entre gerações, considere a atividade perfeitamente válida. Até aí tudo bem.

Um problema veio à tona, porém, com determinada entrevista, com um médico de noventa anos ou mais, sessenta anos de prática médica, um dos fundadores da faculdade e *persona* sumamente *grata* na cidade. Não citarei seu nome pelos motivos que se verá adiante. O entrevistado era, aparentemente, um homem ainda muito lúcido e recebeu os alunos com fidalguia, capturando de saída a atenção e a simpatia destes. A entrevista parece que durou a tarde inteira, pois o homem tinha muito o que dizer e não queria parar de falar. Não foram necessárias mais do que uma ou duas perguntas e o resto ocorreu espontaneamente. Alunos extasiados ao final, de tal forma que o relato deste grupo não só foi o mais abrangente como o mais bem avaliado pelos colegas, que logo entraram no clima de simpatia ao entrevistado.

Mas o conteúdo daquilo... Pelo amor de Deus! O homem era um conservador e passadista feito e acabado. Para ele os bons tempos foram apenas os que já tinham passado. No mundo atual nada mais prestava. Os médicos agiam agora como “porcos fuçadores”, ou algo assim, nas palavras dele. A busca de lucro na medicina tinha transformado a profissão em verdadeira “pocilga”. E por aí se caminhou.

O pior é que a turma gostou... E ao invés de fazer qualquer análise crítica ou comparativa de conteúdo, embora eu tentasse o tempo todo conduzir a discussão para tanto, o que ouvi da maioria dos alunos foram palavras de louvor e total sintonia com as ideias extravagantes do octogenário. E parecia, ao fim e ao cabo, que apenas confirmavam impressões que traziam da vida em família e em sociedade. Daria tudo para saber como essas pessoas conduzem sua vida profissional atualmente: será que escaparam de se refocilar em alguma pocilga?

Talvez tenham me faltado, reconheço, mais sensibilidade e senso de humor para conduzir os trabalhos, pode ser. Mas aprendi, desde então, que às vezes nada é mais conservador do que a juventude...

## Minha chegada à UnB

Na mudança de governo de 2005, com a chegada de FHC à presidência da República, a equipe da qual eu fazia parte no Ministério da Saúde foi desfeita. Ia dizer *desmantelada*, mas acho que, justiça seja feita, o que ocorreu foi normal, pois afinal a maioria dos que estavam lá em posição de direção e assessoramento superior não éramos funcionários de carreira do Ministério. É bem verdade que, para os que entraram a situação era mais ou menos a mesma, *um seis trocado por meia dúzia*, como diz o velho adágio.

Ao contrário da troca de governo anterior, de Collor para Itamar, na qual eu fiz gestões para ficar, desta vez me dei conta que era hora de me mandar. Lembrei-me, então, de um verso que segundo minha mãe, sua babá na infância, ainda filha de escravos, cantava para ela: *que passarim amoroso / frutejo acabou / passarim tá teimoso...*

Meu pomar havia secado e eu queria procurar frutos de outros sabores, sem teimosia nenhuma. E assim me aproximei daquele que seria meu destino normal e previsível, por pertencer à carreira docente: a Universidade de Brasília. Até então eu quase não conhecia ninguém lá, salvo uma ou duas pessoas que eram professores de um aperfeiçoamento em Medicina Tropical que eu havia cursado quase vinte anos antes. Mas tinha da UnB uma imagem muito poderosa, que vinha do momento que a conheci em 1976, ainda marcada pela ditadura, mas muito expressiva em termos da lindeza que era aquele campus, no qual pelo menos um resquício do sonho de Darcy e Anísio talvez ainda sobrevivesse.

Meu primeiro contato na UnB, nos anos 90, foi com Mourad Ibrahim Belaciano, professor na Faculdade de Saúde, da qual veio a se tornar diretor mais tarde. E ele comprou meu passe, defendendo minha transferência da UFU com grande garra. No começo, contei com a simpatia de Vanize Macedo, minha antiga professora na Medicina Tropical, mas a adesão dela à minha causa se desfez quando ela foi

informada que eu já era professor titular na UFU – e assim eu só poderia vir para a UnB se permitisse um rebaixamento de minha qualificação, coisa que nem eu nem Mourad aceitamos.

Aqui cabe uma explicação. Tal titularidade nunca me havia deixado à vontade, pois foi fruto de um casuísmo corporativo, pelo qual eu não lutei, diga-se de passagem. Assim, alguns docentes da UFU, que tinham pontuação alta na carreira, por força de tempo de serviço e pioneirismo, como era o meu caso, na época da federalização daquela Universidade foram automaticamente reclassificados de acordo com a nomenclatura das já existentes universidades federais. E assim virei *titular*. E a egrégia professora queria que eu abrisse mão disso – e dos vencimentos correspondentes – o que não achei definitivamente uma coisa justa.

Vanize nunca me deu atenção, pois talvez tenha se sentido derrotada com a decisão que Mourad conseguiu arrancar de um dos conselhos da UnB, favorável à minha transferência. Independente disso, manteve em sua sala uma foto em que eu estava presente ao lado dela, junto aos colegas da turma de aperfeiçoamento de Medicina Tropical, em 1976. Talvez tal detalhe lhe tenha escapado.

Minha transferência, concretizada no início de 1995, teve para mim um sabor especial, não o de ter derrotado alguém, mas de ter possibilitado, mediante troca de vaga, um concurso na UFU, no qual foi aprovada uma pessoa que sempre admirei muito, Lindioneza Adriano Ribeiro, também objeto de um relato meu nestas memórias (*Bons Alunos, in Personae*).

Voltemos a Mourad. Devo a ele minha vinda para a UnB, mas também devo dizer que ele é uma pessoa de temperamento complexo e difícil. Judeu libanês, isso talvez explique seu comportamento messiânico, pretensamente à frente de seu tempo, totalmente independente do juízo que dele alguém possa fazer. Um tipo para o qual não há adversários, mas sim inimigos. E por estarmos em campos opostos, alguns anos depois, quando o curso de medicina se emancipou da Faculdade de Ciências da Saúde, ele rompeu comigo



e, passados mais de 15 anos, nunca mais nos falamos. Eu lamentei e continuo lamentando, sem deixar de admitir que Mourad é uma pessoa importante e, em que pese suas bizarrices, tem liderança verdadeira no ambiente universitário. A criação do curso de medicina na SES-DF (Escola Superior de Ciências da Saúde), que veio quebrar a cômoda hegemonia da UnB neste aspecto, é obra quase cem por cento dele, sem tirar o mérito de outro messiânico de origem libanesa que comandava a saúde no DF à época: Jofran Frejat, o Jofranus de minha fábula. Fizeram uma boa dupla, tal árabe, talvez cristão, e tal judeu.

Não encontrei, na UnB, circuitos permeáveis para minhas preocupações a respeito da renovação das práticas de saúde, coisa que se transformou em uma espécie de mantra para mim, depois da minha gestão da saúde em Uberlândia, além dos quatro anos passados no Ministério da Saúde. A área de saúde da universidade, embora tivesse uma tradição de ação comunitária estabelecida na década de 70, com um projeto desenvolvido em Sobradinho e Planaltina, havia se concentrado basicamente na assistência via Hospital Universitário, aliás localizado em uma área central de Brasília, a L2 Norte.

Havia também, coordenado por Mourad, um projeto de extensão financiado pela Fundação Kellog (o chamado Prouni), mas que já encontrava em declínio, vitimado pela tradicional crise de sustentabilidade que costuma acometer as propostas que, por dependerem de muitos apoiadores, acabam por não contar com nenhum. Além do mais, todos os lócus do projeto já se encontravam ocupados por gente que ali estava desde seu início, todos muito ciosos e autossuficientes em suas tarefas. Logo percebi que minha participação no Prouni era realmente dispensável, naquele momento.

Como fator de alento, entretanto, me aproximei de uma experiência de Saúde da Família, o *Programa Saúde em Casa (PSC)*, que estava sendo implantada pela SES de Brasília, como parte do programa de Governo de Cristovam Buarque. Passei a levar alunos,

tanto do primeiro como do sexto ano, para acompanhar equipes do programa, o que creio ter sido útil para a formação deles, embora alguns tenham reagido fortemente contra tal ideia. Eu e os outros docentes envolvidos nos prontificamos também a colaborar com o PSC e, para tanto, fizemos algumas interlocuções com a SES e preparamos alguns documentos, contendo análises e sugestões. Devo dizer, contudo, que uma proverbial autossuficiência dos burocratas no governo, aliada à dificuldade em receber críticas, acabaram nos afastando do programa.

Mais tarde, graças a um entendimento pessoal com meu amigo Vitor Machado, que também aparece na seção *Personae*, foi possível levar os alunos do último ano a fazerem parte de seu internato em Ceres, Goiás, sob a supervisão de Vitor e outras pessoas igualmente generosas e competentes. Considero essas duas últimas iniciativas altamente proveitosas e penso que foram as únicas coisas de alguma importância que consegui realizar na Universidade de Brasília, da qual não guardo mágoas, só distância.

Em 2003 me despedi de vez da UnB, que me trouxe muitas dores e algumas delícias e segui para Uberlândia para ser, de novo, secretário de saúde. As dores que ali experimentei superaram, e muito, as que a universidade me proporcionou. Mas em compensação, em Uberlândia nasceu Flavinho, rapa de meu tacho, alegria de minha velhice. Assim é a vida, não precisa de mais.

Mas o fato é que, na UnB o sonho de Darci Ribeiro estava se derretendo, pelo menos em minha área. Já tinha tempo de aposentadoria e resolvi executá-la. Minha diretora na Faculdade de Medicina, na época, Tânia Rosa, ficou sabendo e me chamou: *professor, por que se aposentar logo agora, temos tantas coisas para fazer aqui!* Admito que lhe ofereci resposta evasiva e talvez descortês: *quero trabalhar em lugar onde tenha papel higiênico nos banheiros e menos greves*. Mas isso não deixava de ser um bom resumo para a ópera...

Preparei, então, minha saída da UnB. Por sorte eu já tinha a proposta de voltar para Uberlândia – mas isso é assunto para outro

momento. Minha decisão foi pouco divulgada. Mas, para surpresa minha, em uma aula da disciplina Administração de Serviços de Saúde, que eu conduzia com ânimo desproporcional à acolhida dos estudantes e que seria a última de minha estadia na UnB, fui abordado por um aluno, frente a toda classe, no final da sessão. Confesso que isso me deixou um pouco preocupado, porque este aluno tinha sido meu monitor algum tempo antes e fora afastado por mim devido a sua inadimplência com as obrigações e tarefas que lhe eram atribuídas. *Lá vem chumbo*, pensei, porque isso era regra nas relações acadêmicas de então, principalmente na Medicina, com seus legítimos representantes da elite econômica, política e militar de Brasília. Mas qual, é preciso realmente ter a mente aberta! Getúlio Morato, o nome do moço, queria me fazer uma homenagem pelo meu esforço e dedicação e, principalmente, pedir desculpas pela incompreensão com que disciplinas da área de Medicina Social eram tratadas pelos alunos. E pediu para mim uma salva de palmas, a única que recebi nos 30 anos de carreira docente. Abracei-o, agradei e segui em frente. Uberlândia me esperava, de novo.

## Feitiço X Feiticeiro

Entre 1981 e 1982 o piauiense Francelino Pereira era o governador de Minas Gerais e as coisas iam de mal a pior na saúde, pelas influências políticas igualmente poderosas e clientelistas, capitaneadas pelo partido do governador – Arena e depois PDS – que ele havia designado imodestamente como “o maior partido do Ocidente”. Em Uberlândia, certa calma política consentida no governo anterior, de Aureliano Chaves, ainda manteve os agentes partidários locais sob controle, mas com o desembarque do piauiense no Palácio da Liberdade, em 1979, as coisas mudaram para pior. Afinal a ditadura, apoiada por tais líderes estaduais começava a mostrar marcas de esgotamento e eles se cada vez mais se arvoravam na sustentação da mesma.

Eu trabalhava como supervisor técnico na Diretoria Regional de Saúde de Uberlândia. João Pedro Gustin e Homero Santos eram as duas grandes lideranças locais do PDS. Não que eles não interferissem na instituição – certamente o faziam – mas seus contatos eram realizados diretamente com o nosso Diretor, Evandro Souza, indicado e mesmo aparentado com um deles, muito mais do que com os mortais comuns, como nós técnicos. Mas a mudança de governo alterou a rotina. Agora simplesmente tínhamos dois cabos eleitorais de Homero e Gustin nomeados, com direito a cargo de direção, para trabalhar ao nosso lado, cotidianamente. O pior (ou o melhor...) é que eram sujeitos simpáticos, que nunca negaram o que os trazia ali e que cumpririam isso com afinco. De cara foram declinando sua intenção de não interferir nas questões técnicas, promessa que entretanto nunca foi cumprida totalmente. Mas pelo menos manifestaram tal boa intenção.

Além deles, foi nomeado também um novo diretor, um médico da cidade, meu ex-aluno na Escola de Medicina, que vinha ficando famoso por suas peripécias à frente de uma clínica de emagrecimento na qual eram vendidas e aplicadas, mediante internação, verdadeiras bombas farmacológicas, fabricadas ali mesmo, em um cômodo no quintal da casa que servia de sede para o empreendimento. E tal sujeito, com quatro ou cinco anos de formado, já era dono de um vistoso Mercedes Benz.

A Diretoria Regional ficou movimentada na época, superando certa modorra que ali imperava até então. Os referidos cabos eleitorais, ocupando agora salas nobres no prédio, tinham filas em suas portas durante todo dia, geralmente formadas por seus assemelhados e correspondentes das cidades da região, por presidentes de diretórios e mesmo vereadores e prefeitos municipais. Conversas longas, muito cafezinho, muita risada e alguns bate-papos com portas fechadas eram a regra nesses colóquios. No final quase sempre era liberada uma caixa com medicamentos ou algum equipamento, sempre em doses homeopáticas, contudo. A regra maquiaveliana era praticada por eles com rigor: *faça devagar o bem...*

Assim começou a ser quebrada a promessa de não interferência nas questões técnicas. Mas sempre com muita simpatia por parte dos encarregados *homero-gustinianos*. Anos depois descobri uma frase, atribuída aos colonizadores ingleses, que bem descreve a atuação daqueles dois pelintras, com seus tapinhas nas costas e seus sorrisos cúmplices: *do it, but do it nicely...*

Já o Diretor, este se esfalfava... De vereador e prefeito para cima ele fazia questão de receber em seu gabinete, refrigerado até quase que estalactites de gelo pendessem do teto. Fora isso, era chamado em sua clínica-bomba pelo menos três ou quatro vezes ao dia, por alguma “urgência” (e era provável que fosse mesmo...), permanecendo por lá por uma ou duas horas em cada chamada. Nos intervalos, atendia a uma permanente fila de senhoritas em trajes, digamos, tentadores, que deviam morrer de frio naquela sala refrigerada. Às vezes saíam de lá com ele para uma volta de Mercedes, talvez para pegar um calorzinho, que afinal ninguém é de ferro.

Aquilo tudo, para boa parte de nós, da equipe técnica, dava engulhos no estômago. Outros somente achavam graça, pois afinal a DRS, antes tão pacata, agora era um torvelinho divertido e movimentado. Uma parte nem ligava, talvez repetindo intimamente o famoso mantra de que *político é assim mesmo*.

Foi assim que eu achei que poderia fazer alguma coisa. O que me ocorreu foi procurar um ex-professor meu da UFMG, que agora tinha um cargo adjunto, muito próximo ao Secretário de Saúde da época. Meu antigo mestre parecia poderoso, sem dúvida; quem sabe nos ajudaria e dar um basta naquilo?

A execução do plano se deu em rápido passo seguinte. Imbuído, então, das intenções mais cívicas possíveis, peguei um ônibus da Viação Gontijo em Uberlândia e rumei para BH. Eu tinha alguns assuntos a tratar na Secretaria de Estado e não me foi difícil marcar uma conversa com o meu antigo mestre, que me recebeu muito bem e apenas me pediu paciência, pois estava aguardando um telefonema muito importante, pelo que tivesse, talvez, que interromper

nossa conversa por alguns minutos, não mais. Pegamos então aquele papo básico, ele querendo saber onde estava e o que fazia etc.

Eu, percebendo que meu interlocutor, embora amistoso, demonstrava alguma pressa, resolvi iniciar logo o relato que trazia. Falei dos abusos que presenciava, das interferências nas decisões técnicas, principalmente no suprimento irregular de material, na ronda interminável de agentes partidários, na bizarrice da atuação do diretor...

De repente o telefone tocou, ele me fez um sinal com as mãos e atendeu. A conversa parecia ser sigilosa, já que respondia com “sim” e “não” a maioria das vezes, quase não se alongando. Percebi, entretanto, que se falava de uma viagem, para o dia seguinte, ao que parecia, e que a partida se daria nas primeiras horas da manhã. Em algum momento o assunto era relativo a diárias, para o que ele dizia, “sim, pagar aqui pela superintendência”. Despediu-se em poucos minutos, mas percebi que o interlocutor viria pessoalmente falar com ele em poucos minutos.

Quando ele desligou, vi que a afabilidade inicial era substituída pela pressa agora, bem mais perceptível e tendo captado isso comecei a guardar os documentos que trouxera, já preparando a despedida.

Eu já de pé, com os documentos na mão, meio que caindo pelo chão, querendo sair da sala, pois o mestre estava agora realmente apurado. Eis que entra o homem que estava ao telefone. E vai logo dizendo, sem perceber que havia visita na sala: *então, doutor, para Guarapari temos que ver como abastecer a viatura no meio do caminho, pois não temos convênio de combustível em outro estado; preciso providenciar um adiantamento...*

O mestre empalideceu. Dois dias depois era um feriado que prolongava o final de semana e Guarapari, para quem não sabe, é (ou era) a praia predileta dos mineiros...

Moral da história? Nenhuma. Recolhi-me ao lugar de onde não deveria ter saído.

## **Back to Berlândia**

Janeiro de 2003. Eu defendera, um mês antes, minha tese de doutorado na Fiocruz e estava, para usar uma expressão sincera, embora pouco refinada, de *saco-cheio* com a UnB. Afinal, não recebera qualquer estímulo da Universidade para fazer doutorado; tinha pago todas as passagens aéreas de meu bolso, três ou quatro vezes por mês; o colega indicado pelo meu departamento para me substituir não o fez e a corporação acadêmica deixou por isso mesmo; o curso de medicina em cuja emancipação institucional eu havia me engajado já dava mostras de que nele tudo continuaria como dantes, ou pior. Enfim, percebi que o melhor seria encontrar outra coisa para fazer.

Eis que atendo um telefonema. Era Zaire Rezende, prefeito de Uberlândia em segundo mandato, insistindo para que eu aceitasse seu convite, que já havia sido feito dois anos antes e fora então recusado por mim. Eu sabia dos riscos que corria, pois acompanhava de longe a situação política da cidade e sabia que as coisas por lá não andavam nada bem. Resolvi, mesmo assim, correr os riscos. Aceitei. Afinal, pensei (sem conhecer, ainda, o palhaço deputado): *pior do que está não fica*, tendo foco não só na situação da cidade como na minha profissional.

Cheguei lá em março do mesmo ano. No hotel, à noite, ao ligar a TV, assisti a chuva de bombas sobre Bagdá, na fatídica noite que Bush resolveu ir ao encalço de Saddam Hussein e de suas pretensas armas de destruição em massa – e deu no que deu. Só depois pude perceber que devia ter entendido aquilo como um sinal premonitório...

A administração já ia pela metade, com índices de popularidade do prefeito pífios, sendo a saúde uma das principais áreas críticas da administração. E foi assim que aquela Bagdá me abriu as portas... Aquilo, de certa forma repetia a situação do Brasil atual, fermen-

tada ao longo dos últimos anos. Aliás, dizem que a política sempre se repete: um governo desgastado, com apoiadores dúbios ou simplesmente em movimento de traição, concessões corporativas e clientelistas por todo lado. Governo de coalizão – ou de ocasião – esse filme nós vimos de novo em 2013, 2014, 2016, 2020 (e antes também).

Foram dois anos de destruição em massa da administração municipal, com suas trinta secretarias, a maioria sem dinheiro e com titulares imobilizados e perplexos, na melhor das hipóteses ou já em estado de traição, na pior delas. Muitos já haviam abandonado o navio. Bombas me caíam na cabeça o tempo todo, sem que eu pudesse me valer, como Saddam, de esconderijos possíveis. Mas fazer o quê – não sou de desistir.

Da egrégia Câmara de Vereadores tive um tratamento digno daquele que os americanos teriam dedicado ao ditador iraquiano, se o pegassem de jeito. Estive lá diversas vezes, intimado, digo melhor, *a convite*, e jamais consegui manter dois dedos de diálogo civilizado ou minimamente inteligente com Suas Excelências, um verdadeiro bando de gente mal informada e desonesta, pelo menos do ponto de vista *intelectual*, se é que esta palavra coubesse ali. Um deles queria que eu discutisse as ações de saúde com o Legislativo antes de implementá-las, ao que eu lhe retorqui, com ironia, mas totalmente coberto de razão, ter apoiado o parlamentarismo no plebiscito de 1994, tendo infelizmente perdido meu voto. Foi o bastante para o sujeito abandonar o plenário e ir para o gabinete ou para o cafezinho. Nas portas do plenário, todas as vezes que eu ia lá, me sentia como se adentrasse no Inferno de Dante, abandonado de toda esperança.

Mas tive também meus consolos também, por exemplo, o de ali ver chegar meu quarto filho, Flavinho, nascido no meio da batalha, mas muito bem acolhido pelas mãos dos doutores Ismael Ferreira, o grande parteiro que trouxe ao mundo uma geração inteira de uberlandenses, bem como o queridíssimo pediatra e amigo Meligé-



nes Ambrósio, que não deixava por menos na sua assistência aos neonatos.

E não posso deixar de louvar as pessoas que comigo trabalharam, uma equipe que de modo geral manteve nos postos, embora tenha descartado alguns mais renitentes e rançosos. E não posso esquecer de gente como Rosuita Fratari, a quem convidei para ser minha secretária adjunta; e mais as figuras adoráveis de Glaucia Galante; Alfredo Demétrio Jorge; Rogério Ferreira; Eneas Faleiros; Dario dos Passos; Marcela Guedes; João Batista Silva; Roseli Muniz; Rubens Galvão; Sueli Nozella; Shirley; Eduardo; Maria Luiza; Marcão e tantos outros.

Foi uma lição e tanto. Saí de lá desgastado, mas certamente melhor do que entrei. Fui também “homenageado” com uma ação de “improbidade administrativa” por parte dos excelentes promotores, zelosos cuidadores da coisa pública, que me autuaram por faltarem medicamentos, em um único dia da semana e em uma única unidade. As sumidades, simplesmente, não atentaram para o fato de que isso ocorrera por falta de pagamento ao fornecedor o que, aliás, não era de minha responsabilidade, pois a Prefeitura trabalhava em regime de caixa único centralizado na ocasião, sem qualquer autonomia das secretarias em fazer pagamentos por decisão própria.

Homenagem também me fez o cidadão que em certo momento presidia a Fundação Maçônica, à qual eu reduzi à devida dimensão, não mais de *gestora*, como ela achava de que devia ser, mas de simples *prestadora* de serviços à municipalidade. Assim falou o egrégio *bode*: *estamos só esperando o doutor acabar com esta “poesia” para podermos agir de fato*. A tal *poesia* no caso, tinha como versos as medidas de enxugamento e racionalização do modelo assistencial e gerencial em saúde, que passavam também pela redução do poder dos maçons. Imaginem que nas unidades onde eles detinham contrato impunham regras e até feriados próprios, além de placas em que afirmavam que sua ação ali, junto à Prefeitura, fazia parte de um projeto caritativo deles.

Em 31 de dezembro de 2004 encerrei minhas atividades em Uberlândia e, como despedida, assisti a inesquecível posse da nova administração naquela Câmara de Vereadores, a mesma que meses depois tentou introduzir a frase “Deus está aqui” entre os símbolos municipais, assunto que repercutiu no Brasil inteiro, com direito até a manchete no Jornal Nacional. Aquilo era para ser um culto ecumênico, palavra que significa, é bom lembrar, “aberto para o mundo”. Na ocasião, um sacerdote católico e alguns pastores evangélicos se revezaram na condução do ato. Até aí, tudo bem. O problema, a meu ver, foi o caráter de hegemonia que os representantes evangélicos procuraram trazer ao momento. Ficamos ali uma boa hora e meia com noventa por cento do tempo ocupado pelos pentecostais, que se alternavam no palco com brados de exortação e muita música (de gosto duvidoso, diga-se de passagem) – como se estivessem em um templo de suas seitas e não em um ambiente laico e, ainda mais, participando de um ato convocado como *ecumênico*. Por sorte não cobraram dízimo...

Repito, foi uma experiência positiva, em seu conjunto, embora o sofrimento do dia a dia tenha sido exorbitante. Mas, de toda forma, a grande lição foi e continua sendo para mim: *cargo público, nunca mais!*

## **Sob as luzes da ribalta**

A experiência relatada acima ainda me rendeu outros dissabores. Um belo dia de 2004 a Promotoria Pública de Uberlândia, tendo recebido uma denúncia, talvez de Vereador ou funcionário demitido, correu em diligência a uma das unidades do sistema de saúde, onde constatou a falta de alguns medicamentos e materiais. Denúncias dessa natureza eram constantes na imprensa e na Câmara de Vereadores, tendo em vista que a SMS trabalhava com uma lista de padronizada de medicamentos como, aliás, devem fazer os gestores públicos de saúde em toda parte. Com efeito, o conteúdo nossa lis-

ta de medicamentos, com quase as duas centenas de itens, gerava insatisfação na clientela, que nem sempre alcançava o que desejava receber, secundada pelos médicos da rede, que receitavam de forma abundante e até pouco responsável os medicamentos fora da tabela, seja por uma questão de formação, seja pela opção claramente manifestada por muitos de colocar a administração municipal em dificuldades. Como pano de fundo, medidas restritivas e de contenção de custos, que eu fora obrigado a tomar em diversas ocasiões. Na tal visita, Suas Excelências se arvoraram a retirar conclusões a partir de um único momento, em uma única unidade, não se detendo de fato sobre a continuidade (ou não-continuidade) do fornecimento de medicamentos em toda a rede ao longo do tempo.

O problema era recorrente, sendo muito mais grave anteriormente ao contrato que tínhamos na ocasião, um contrato unificado e global, apontado pelo MP como lesivo ao interesse público. Sem provas, contudo. O que aconteceu e que provocou a reação dos bravos rapazes da Promotoria, gente talvez treinada na barra dos tribunais, onde a obrigação do Promotor é colocar gente na cadeia, foi motivado por baixa de caixa municipal naquele momento, mas não foi sequer uma pálida sombra do que ocorria antes, quando o sistema de licitações múltiplas e parceladas vigorava.

O contrato em questão, assinado com uma empresa de São Paulo, representava, sem dúvida, um instrumento de dinamização da política farmacêutica, de natureza semelhante a outros igualmente celebrados no âmbito da administração pública com particulares, em muitos municípios do Brasil que não tinham a “sorte” de ter promotores tão competentes como os de Uberlândia. Entre suas vantagens estavam o fato de que o faturamento ocorria apenas após entrega do medicamento à clientela; os custos de transporte e armazenamento corriam por conta da empresa, da mesma forma que a responsabilidade em arcar com os medicamentos vencidos. Disso decorreu, inclusive, a redução de quadro de dezenas de funcionários da Prefeitura, ao mesmo tempo em que foram contratados pela Home Care, para prestarem serviços diretamente a ela, fato que foi

colocado pelas excelências como um prejuízo provocado pelo contrato firmado e não como uma vantagem operacional do mesmo.

Os Promotores se horrorizaram, na ocasião, na vistoria que fizeram ao almoxarifado da empresa, tendo ali encontrado medicamentos vencidos. Ou seja, simplesmente, o que deveria ser contado como ponto favorável ao contrato em vigência foi apontado como objeto de ilicitude, pois tais medicamentos lá estavam exatamente para serem devolvidos ou descartados, em processo que não oneraria em nada os cofres municipais, ao contrário do que sempre aconteceu na rede municipal de saúde.

A denúncia de alguns vereadores teria motivado a ação da Promotoria, mas os mesmos não foram identificados, embora bem conhecidos: eram membros do grupo que fazia oposição sistemática e visceral ao Governo Municipal, vetando de forma contumaz projetos de interesse da população da cidade, em nome de conveniências partidárias circunstanciais. Pessoas que nunca se animaram a um debate aberto nas várias ocasiões em que estive na Câmara Municipal. Mesmo assim sua denúncia foi acolhida prontamente e sem maior crítica, como se não fossem partes interessadas na ação, por motivos eleitoreiros – em 2004 ocorreram eleições para a Câmara e Prefeitura, é bom lembrar.

Além disso, aleguei em minha defesa na ocasião mais alguns tópicos: (1) Se quem comprava não pagava, quem vendia seria obrigado a continuar o fornecimento, desfazendo o chamado “equilíbrio financeiro” dos contratos públicos? (2) O pretenso custo dos procedimentos administrativos da empresa fornecedora referia-se à cobertura de diversas despesas do contrato (salário de todo o pessoal anteriormente lotado na Prefeitura, aluguel do almoxarifado, despesas de manutenção das instalações, transporte) e não era apenas o “lucro” da empresa como afirmaram as tais excelências. (3) Disseram os promotores nos autos que “foi possível verificar que a PMU realizou a fiscalização de forma pueril”; “aliás não fosse o MPF e MPE visitarem as instalações da UAI Tibery nada decorreria em termos de atenção aos termos contratuais”; afirmações gratuitas e

## Cargo público nunca mais

irresponsáveis, demonstrando que o MP considerava que só assumimos o papel de gestores públicos da saúde quando eles adentraram ao cenário, num verdadeiro *fiat lux* (4) Assinei, de sua consciência o contrato, pois ele havia passado antes de mim, pelas mãos dos Secretários de Administração, de Finanças, do chefe da Seção de Compras e do próprio Procurador do Município – e nenhum deles foi acusado de nada. (5) Sobre a tal “primazia do interesse público”, expressão reiterada no processo, tenho consciência de que fiz o que deveria ter feito; “dano moral e coletivo”, como quer o MP, se daria, de fato, caso o contrato fosse rompido, situação que acarretaria de quatro a seis meses de interrupção do fornecimento de remédios, prazo necessário para se realizar, até sua completude, um processo licitatório.

Para completar as sumidades ainda me acusaram de um pretensão “enriquecimento sem causa” possibilitado pelo contrato. De minha parte, o que posso dizer é que saí da gestão municipal exatamente como entrei: como um membro da classe média apenas “remediado”, funcionário público durante toda a minha vida, sem amedrontar nada mais do que me possibilitaram meus vencimentos. Sobre multa que me foi estipulada, da qual soube pela imprensa ainda antes da Carta Precatória me ter sido entregue, o que posso dizer é que em mais de 30 anos como servidor público não amedrontei sequer uma parcela disso em bens e reservas. Assim, o que se produziria, nada mais nada menos, se tal penalidade viesse se realizar, seria somente um ato de humilhação e espezinhamento de um cidadão e servidor honrado, comprometendo-me pelo resto de minha existência e certamente aos meus herdeiros também.

Finalizando, não custa esclarecer: fui absolvido nas três instâncias às quais o processo foi encaminhado, inclusive no STJ.

Promotores... Quem vigia e quem nos defende dessa gente?

Encerrei minha história de retorno a Uberlândia com a expressão acima. Hoje, passados já mais de quinze anos, consegui mantê-la sem ressalvas, ajudado, é claro, pela escassez de convites neste sentido...

Quando terminei minha colaboração naquela Bagdá, (antes *Califórnia*), resolvi escrever algo sobre os acertos e as dificuldades que encontrei em minha passagem. Não só o fiz como entreguei, sob a forma de carta pessoal ao Prefeito, meu amigo Zaire Rezende. E assim, depois de julgar meu texto perdido, acabei por resgatá-lo recentemente. E ele dizia o seguinte:

<<Desde o momento em que algumas pessoas ligadas à estrutura partidária do PMDB começaram a criticar o trabalho desenvolvido por minha equipe na Secretaria de Saúde, ao ponto mesmo de considerá-lo a causa principal de sua derrota eleitoral, resolvi me antecipar e analisar um pouco do panorama das dificuldades enfrentadas. Mas quero fazer uma análise não só dos obstáculos encontrados, mas também dos acertos concretizados, que afinal não foram poucos.

Espero que, uma vez superada a dor da derrota que nos atinge a todos e mais uma vez entregue os destinos dessa cidade aos conservadores de sempre, possamos discutir de forma aberta, sem preconceitos, sem rancores os problemas e os avanços que tivemos, não só na saúde, mas na administração municipal como um todo, fazendo um balanço justo de sua administração.

Rejeito o jogo dos que acusam a saúde de ter contribuído para o mau resultado nas recentes eleições. Foram os mesmos que, na minha chegada, me louvaram e me anunciaram como “o salvador da pátria”, quem sabe já antevendo o futuro e fazendo nele a previsão da existência de um bode expiatório.

Quero lembrar-lhe, Zaire, de saída, que não foram poucas as vezes que lhe alertei sobre os obstáculos administrativos, financeiros, políticos e culturais que rodeavam minha gestão na saúde. Em pelo menos dois momentos pensei sinceramente que entregar meu cargo seria a melhor solução, dando ao governo a chance de escolher alguém mais sintonizado com certa lógica corrente de fazer política, combinando inovação zero com recursos escassos, que de fato imperou na administração como um todo.

E somente não abandonei o barco porque você me solicitou que continuasse. E permaneci não apenas em atenção a você, mas também por respeito a uma equipe e pela coerência do projeto que propus implantar, embora todos os obstáculos colocados no caminho da saúde.

Em primeiro lugar, não houve tempo hábil para a consolidação de muitas das medidas tomadas, principalmente aquelas que envolveriam mudanças culturais e adesão das equipes para vigorarem. As mudanças na sistemática de atendimento nas impropriamente chamadas *Unidades de Atenção Integral à Saúde* (UAI), tão criticadas, além da própria implementação da Estratégia de Saúde da Família, muito se ressentiram da falta de tempo, o que afinal de contas estava fora de nossa governabilidade.

Além disso, é preciso admitir que se dispõe, na Prefeitura de Uberlândia, de uma máquina administrativa e de apoio logístico extremamente ineficiente e pouco ágil, com não raras evidências de má vontade ou mesmo desrespeito pela saúde, considerada “gastadora” e “ineficaz”. Exemplos concretos e paradigmáticos de tal incapacidade e de tais posturas estão nos setores municipais de orçamento e finanças, compras, informática e jurídico, frente aos quais tivemos incontáveis dificuldades, reiteradamente denunciadas por mim em nossos despachos e mesmo por escrito.

Outro aspecto a considerar, foram os marcantes descaminhos (para dizer pouco!) da área da saúde em sua gestão como um todo: troca de secretários; baixa capacidade gerencial e política dos titulares

anteriores; indefinição de um plano de ação; permeabilidade à política partidária; não implementação de programas previstos no Plano de Governo original; mudanças de status anunciadas e não concretizadas em relação à gestão pela Fundação Maçonica; confrontação tardia e débil face ao “poder médico”; não neutralização de interesses particulares contrariados; falta de ação intersetorial para resolver os problemas da área etc.

Nos vinte meses de minha gestão foi necessário impor medidas de natureza administrativa e regulatória, imprescindíveis, como por exemplo, o remanejamento das especialidades; as restrições a consumo de medicamentos, exames, horas-extras, pagamentos a pessoal, além de outros, nem sempre realizando intervenções de maior “agrado” potencial à clientela, principalmente interna (médicos, essencialmente), gerando frustração e oposição, com o consequente desgaste político à administração como um todo. Mas a opção única era a de agir assim, com firmeza, para não sucumbir ao descabimento reinante na rede de serviços, situação, aliás, muito pouco conhecida (e consequentemente mal gerida) pela administração municipal até a minha chegada, diga-se de passagem.

Não se pode esquecer, Zaire, que tivemos uma oposição totalmente livre para agir contra nós, inclusive irresponsavelmente, sem contrapartidas ofensivas por parte do governo, principalmente em relação ao Legislativo e à imprensa local. Na saúde tal situação chegou às raias do paroxismo. Minha intervenção pessoal, não mediada em absoluto por quem deveria ter responsabilidades sobre isso (seu chefe de gabinete e assessoria de imprensa, por exemplo), junto ao jornal Correio de Uberlândia, no início do ano, constitui uma marca importante do que estou afirmando.

Onde encontrar apoios para a saúde? Em Uberlândia, infelizmente, o que se encontra é apenas tibieza e insipiência de uma comunidade intelectual ou técnica de apoio e crítica construtiva às mudanças propostas, seja no âmbito da SMS e mesmo da cidade (nas universidades), ao contrário do que costuma acontecer em centros mais avançados. Se alguém tinha interesses nessa área, eles eram



particularistas (exemplo claro: o Diretor do Hospital da UFU que queria-porque-queria ser o seu secretário de saúde), ou então partidarizados, quando não as duas coisas ao mesmo tempo. A saúde caminhou sozinha, sem apoios externos o tempo todo, ao contrário da área ambiental, mais feliz, no meu entendimento, em abrir esses caminhos.

E qual foi a política de alianças do governo, frente a tantos desafios? Eu diria, sem medo de ser injusto e embora não tenha estado aqui desde o começo: tal política foi bastante débil por parte do governo, seja na saúde ou em geral. Bem que tentei fazer minha parte, por exemplo, em articulações com a Câmara ou com a Imprensa, mas não obtive respaldo superior e ou do governo como um todo para agir.

Agora o ponto mais delicado... Faltou consistência e articulação interna e externa a este governo, seja em sua ação intersetorial; na busca de resultados duradouros e sustentáveis; na administração de conflitos entre secretários; na coordenação geral centralizada das ações de governo. Este não foi, definitivamente, o que a Ciência Política chamaria de “Bom Governo”. No máximo, poder-se-ia falar de um “governo bem intencionado”, portador de ações isoladas corretas, conduzido por uma pessoa inatacável do ponto de vista de sua honradez pessoal. São muitas qualidades, sem dúvida, mas não perfazem os critérios de um real “bom governo”.

Além disso houve, no meu entendimento, muito pouca firmeza em relação a uma posição *de governo* referente à saúde. Exemplos contundentes: o Prefeito afirmava uma coisa e o Secretário de Finanças impedia frequentemente sua execução, como nos casos da protelação desmesurada da implantação do PSF ao longo de 2004; a crise de abastecimento da rede em junho-julho deste ano de 2004, por falta de pagamento a fornecedores; a protelação sucessiva por mais de um ano da negociação da dívida com os hospitais da cidade. Em julho e agosto tivemos algumas semanas de desabastecimento de toda a rede, inclusive de medicamentos essenciais e de emergência, por que o mesmo Secretário de Finanças (de quem ninguém mais se

lembra, nem mesmo para incriminá-lo pelo mau resultado eleitoral de outubro) não pagou a conta da empresa fornecedora de medicamentos, apesar das suas determinações em contrário. E quem está respondendo processo na Promotoria sou eu...

Neste aspecto, a situação que foi constatada diretamente por você naquela reunião com os coordenadores das UAI em seu gabinete, de franco desabastecimento da rede até mesmo de itens essenciais e prosaicos (papel higiênico!) é outro exemplo marcante. Se você bem se lembra, o Secretário de Administração admitiu, na ocasião, que fazer compras por licitação demoraria até seis meses em alguns casos (!). Isso foi uma regra geral, Prefeito. Morosidade extrema para o essencial e agilidade insólita para o supérfluo – posso dar inúmeros exemplos também.

Finalmente, para não botar toda a culpa no Governo Municipal, gostaria de chamar sua atenção para a verdadeira “impregnação” da sociedade e dos trabalhadores de saúde pelo “modelo UAI” (pronto atendimento, especialização, dependência tecnológica, não integração em rede) vigente historicamente na cidade o qual, embora distante de uma *contemporaneidade sanitária*, possui forte apelo social e corporativo, por suas características de ênfase curativa; abordagem referencial de casos agudos; falta de controle de procedimentos médicos e complementares; não-participação dos usuários; gestão alheia à PMU (e sim pela FMMS); planejamento baseado na oferta (e não na demanda), incentivo ao poderio dos médicos, entre outros aspectos. E foi justamente este modelo que tentamos desesperadamente mudar, mas certamente nos breves quinze meses que tivemos os resultados podem não ter aparecido completamente.>>

## Boas vindas

Trabalhei em muitos lugares, antes e depois de formado. Uma lista cronológica de meus empregos formais aqui vai, apenas para efeito de maior esclarecimento a respeito do que vou dizer. Colégios Arnaldo e Champagnat; Universidade Federal de Minas Gerais; Consórcio Impregilo-Almeida; Escola de Medicina de Uberlândia; Prefeitura Municipal de Uberlândia (em duas ocasiões); Instituto Brasileiro de Administração Municipal; Ministério da Saúde; Universidade de Brasília; Organização Panamericana de Saúde O mesmo aconteceu nas instituições de ensino que frequentei, ressaltando uma honrosa exceção: aquela hilária aula *trote*, de que já falei em outra parte dessas Memórias (Ver *Lição de Anatomia, em Noviciado*)

Agora posso concluir o parágrafo anterior: em nenhuma de tais instituições tomei parte de algum ritual, manifestação ou evento, por mínimos que fossem, de boas-vindas a ingressantes. Nem como anfitrião, nem como recém-chegado. Parece coisa de pouca monta, mas eu, sinceramente, acho que isso importa.

É bem verdade que, na UFMG, quando fui apresentar meu pedido de demissão à Dona Gercina, digna encarregada da Seção de Pessoal da Faculdade de Medicina, fui brindado por ela com a seguinte pérola: *professor, estou aqui há trinta anos e é a primeira vez que alguém pede demissão!* Considerei como um elogio, pois afinal estava fazendo algo diferente dos demais, em décadas (!), originalidade que considerei muito positiva. Assim, se não tive nenhum tipo de boas-vindas na entrada, pelo menos pude contar deferência correspondente na saída.

Na UnB a coisa foi ainda mais radical. Fui recebido no gabinete do diretor e este me indicou uma porta no corredor em frente, dentro do qual eu deveria “procurar um espaço” para me assentar. Aquilo era um depósito de traquitanas abandonadas, com vasta camada de poeira sobre os móveis ali jogados, coisa de fazer um alérgico – que

felizmente eu não era – sair dali às carreiras. Tive de me conformar em catar uma das poucas cadeiras, com as quatro patas inteiras e prestantes, uma mesa em iguais condições e me arrumar, com muita labuta, depois usar um pano igualmente sujo para limpar tal mobiliário.

Na mesma indefectível UnB, um tempo depois, propus ao coordenador do curso médico, um sujeito permanentemente mal-humorado, com pinta de quem acabava de desembarcar de um estágio em Harvard, que fizéssemos uma semana de recepção aos calouros. Afinal eu ministrava uma disciplina que os pegava já no primeiro dia de aula e estava disposto a ceder o meu horário para tal atividade, esperando que outros professores também o fizessem nos dias seguintes, para que os alunos pudessem ter palestras e serem apresentados ao programa de curso, além receberem orientações e cumprimentos de boas-vindas diretos da direção, dos professores e dos demais alunos. O casmurro me olhou com se não estivesse acreditando no que ouvia e pediu alguns dias de prazo para pensar. Quando o abordei novamente, já às vésperas do início do ano letivo, ele me fuzilou com olhos, gestos e voz: *meu senhor, o nosso currículo é muito apertado não tem espaço para coisas desse tipo.* E como eu esbocei uma tímida insistência, quase berrou: *por favor, me deixe trabalhar!*

Recolhi-me à minha inconveniência e resolvi promover, por conta própria, no meu singelo horário de aula, algo semelhante. E passei a convidar outros professores, pessoas de fora e médicos experientes, além de apresentar filmes de temática crítica sobre a medicina, para dizer algo mais substancioso aos pobres ingressantes e com eles dialogar, ao invés de simplesmente lhes despejar aquelas tradicionais latadas de saber.

Tudo isso poderá parecer implicância com a UnB – mas não é. Coisas assim podem acontecer – e certamente acontecem – nas melhores instituições. Mas deu-se que uma vez eu convidei, como seria natural, a diretora da Faculdade de Ciências da Saúde para uma palestra de recepção aos alunos. A professora era uma mulher abnegada,

totalmente “casada” com a profissão de médica (e jamais com qualquer outra entidade, humana ou institucional), famosa pelos seus, digamos, excessos de linguagem. E em sua recepção aos ingressantes daquele semestre, não deixou por menos. De sola, já deixou claro que a vida dela como diretora lhe exigia muitos sacrifícios; que ela era mal compreendida e perseguida; que as pessoas que trabalhavam ali não tinham compromisso com nada; que lhe faltavam recursos para tudo, até mesmo para a compra de papel higiênico e que às vezes foi mesmo obrigada a mandar arrambar portas de professores que se aposentavam, abandonavam suas salas e não mais apareciam nem para devolver as chaves. Imaginem a cara dos pobres calourinhos... Mas nem assim desisti de tais eventos e felizmente cheguei a colher ótimos frutos disso, como a história que narrarei a seguir.

Depois daquele episódio em Uberlândia, no qual um velho médico abriu desmesuradamente o verbo com os alunos de medicina, expondo todas as suas frustrações, não só com a medicina, mas também com a humanidade em geral, conforme narrei em *Cenas da vida de um professor (Vita Activa)* pude um dia lavar minha alma. E o fiz em grande estilo, anos depois, quando convidei outro médico octogenário para uma palestra e debate com a turma de medicina na UnB. Deste vale a pena citar o nome: Pedro Sampaio Guerra, pai de meu amigo de infância Eduardo Guerra, também médico em Brasília. Dr. Pedro clinicou e operou por décadas em Timóteo/Acesita e Coronel Fabriciano, no Vale do Aço, em Minas Gerais.

Dr. Pedro abafou! Foi totalmente modesto em narrar suas peripécias como médico de interior, que incluía desde atendimentos em lombo de burro até cirurgias de improviso, sem anestesistas e recursos essenciais por perto. Reconheceu que sua geração havia penado muito, mas que via a profissão com otimismo e muita expectativa em relação às novas tecnologias, que estavam mudando, para melhor, a vida dos médicos e dos pacientes. Respondeu a todas as perguntas, dando sempre voz à réplica e elogiando os estudantes por serem tão perspicazes. No final agradeceu muito a oportuni-

de que lhe demos, de forma imensamente humilde, arrematando que havia aprendido muito ali comigo e meus alunos. Foi aplaudido de pé pela moçada.

Disse Guimarães Rosa que a natureza da gente “é muito segundas e sábados”. Eu diria, acrescentando, que os seres humanos podem ser anjos ou demônios, às vezes ao mesmo tempo, mas muitas vezes separadamente – e com força total em uma das duas categorias de tal aforisma. Aquele foi como um dia de domingo, no qual eu e meus alunos da UnB recebemos um verdadeiro Arcanjo.

Mas, sinceramente, não quero fazer desta página, que pretende ser construtiva, um muro de lamentações. Assim, não poderia nunca me esquecer de um evento que inverte toda essa lógica infeliz: a recepção que me proporcionaram, na Secretaria Municipal de Saúde de Uberlândia, quando assumi o cargo em março de 2003. Já relatei isso em *Back to Berlândia*. E realmente depois disso não poderia ter mais do que me lamentar.

Toda essa história me leva a pensar se coisas assim não deveriam ser práticas institucionais consagradas. Por que não o seriam?

Acho que uma parte da explicação está na pouca valorização que as pessoas dão ao que fazem, principalmente se isso ocorre dentro de uma instituição pública. Pode ser que no privado as coisas sejam diferentes, mas minha experiência com isso, ao longo de minha vida, infelizmente foi pequena. Eu fui quase sempre um servidor público. A resposta habitual a uma pergunta que eu fazia aos funcionários das unidades de saúde em Uberlândia, a respeito de qual era o serviço que prefeririam para levar seus parentes próximos quando adoeciam, é bem significativa a respeito de tal valorização: os serviços privados eram os preferidos. Em outras palavras, o que se fazia ali seria bom só para os outros, não para quem ali trabalhasse ou sua família. E este, para mim, seria apenas *um* dos motivos pelos quais o SUS esbarra em tantas dificuldades pelo Brasil a fora.

Quando estive no Canadá pude perceber algo curioso em quase todas as instituições que visitei, na contramão dessa lamentável desvalorização do lugar onde se presta serviço que aqui se vê. Fiquei particularmente encantado com o fato de que em cada portaria de setor ou departamento, independente do grau de circulação de pessoas externas no local, haver quase sempre um quadro de avisos ou pôster com o nome e a foto de cada pessoa que ali trabalhava, bem como sua função, valendo para todos os funcionários, independente de seu status, sendo tudo organizado formalmente, mas de forma simpática e comunicativa, típicas do agir dos canadenses. Fotos com rostos sorridentes, diga-se de passagem! Para mim, a mensagem principal era: *aqui a gente gosta de trabalhar e respeita o que se faz e a quem nos procura*. Certamente haveria exceções, como sempre há em toda obra humana, mas a disposição institucional de *acolher e informar* ali estava posta, de forma absolutamente clara. Não deixa de ser um bom começo para as pessoas passarem a valorizar o que fazem.

Não deixo de admitir que trabalhar em instituição pública no Brasil muitas vezes é desanimador, com a falta de recursos e, principalmente, pela captura das mesmas pelos políticos e seus apaniguados. Mas o que lamento mais é a postura generalizada que aceita ou proclama que *o que é público é ruim*. Mas não deixaria de ser um bom começo que as instituições públicas exercessem uma cultura de receptividade desde a chegada dos novos funcionários e que principalmente, como um dia disse Gastão Wagner, um amigo meu, acho que inspirado em Hannah Arendt: é preciso incentivar os bons e fazer com que os maus tenham um pouquinho de temor...

## Mar Aberto

4

Reunido pelos  
meus dias de

De como eu virei a casaca: clínico,  
sanitarista, gestor, (quase) político

Oitava

A imorredoura instituição

Males que vêm para o bem

De como eu virei doutor de verdade

Tanajuras no verão

Algum médico a bordo?

De como produzir um ótimo relatório

Escola Nacional de Saúde Pública

Prefeituras...



experiencia, inflama o peito e o  
referem uma fase manjada.

## De como eu virei a casaca: clínico, sanitarista, gestor, (quase) político

Aquela vida de médico e ainda mais plantonista já me cansava. Foi assim que resolvi sair para outros voos. Ou melhor, para outros mares, mais profundos e amplos. Passei assim *além do Bojador*.

Um começo para tudo? Cerca de 1980, eu deixava meu plantão bissemanal no Pronto Socorro da UFU com certa sensação de alívio. Era meu último plantão naquela unidade e, esperava sinceramente, que fosse o *último plantão* de minha vida! Eu havia solicitado meu afastamento algumas semanas antes, pois não só me sentia fatigado com tal atividade, como, além do mais, havia decidido fazer uma virada em minha vida profissional, concorrendo a uma vaga no Curso de Especialização em Planejamento de Saúde na Escola Nacional de Saúde Pública, no Rio de Janeiro.

Mas de fato, com quase 10 anos de formado, eu estava muito cansado das noites mal dormidas e da tensão das emergências, atividades que mantivera ao longo dos últimos 12 ou 13 anos, contando o tempo de estudante e residente. Já contei tal história antes. Eu passara toda a década inicial de minha vida profissional perscrutando o horizonte para ver se vislumbrava mudanças no sistema de saúde. Um amigo, que assumira a recém-criada Diretoria Regional de Saúde da SES-MG em Uberlândia, já me havia alertado, assim meio à maneira de Dante falando do *Inferno*: “abandone suas esperanças, a saúde pública continua ruim como sempre foi no Brasil”. Mas será que não tinha jeito mesmo? – eu me inquiria. E olhando para trás, via que a década de 70 estava sendo realmente desastrosa, não só na saúde, como em outros campos: regime militar, epidemia de meningite, ditadura do INPS-INAMPS, persistência da dicotomia preventivo-curativa, ministros repetidamente se sucedendo em Brasília, propostas apenas paliativas de mudança, etc. Assisti algo assim se repetir entre 2016 e 2021, mas é outra história, a ser tratada em hora devida. Havia, é certo, no horizonte algumas discussões,

Nos meus anos de Uberlândia, principalmente em minha nova atividade de secretário municipal, gradualmente me veio a certeza de que eu tinha um papel maior a cumprir no cenário da saúde, maior, pelo menos, do que aquele que eu vinha exercendo. A primeira sensação se deu depois de um convite de Nelson Rodrigues dos Santos, a quem eu já conhecia das lidas do ensino médico, para participar de uma reunião de secretários municipais de saúde paulistas, a partir da qual foi criado um colegiado deles. Pouco depois, conversa vai conversa vem com meus colegas mineiros, fizemos o mesmo, em uma reunião em Araxá. Comecei a viajar para reuniões deste tipo muito amiúde, para desgosto de meu prefeito e de minha mulher. Participei da famosíssima Oitava Conferência Nacional de Saúde como delegado por MG, não tanto por meus méritos, mas por manobras do Partidão (ao qual eu nem pertencia...) em Brasília. Em 1987 estava em Londrina, onde foi fundado o colegiado nacional de SMS, fazendo parte da primeira diretoria. Comecei a gostar daquela história, sem conseguir convencer Eliane disso. Difícil mesmo agradar a todos... Terminando meu mandato em Uberlândia, já separado de minha mulher, fui para o Rio fazer mestrado na Fiocruz; anos depois um doutorado. Entrementes, caí no Ministério da Saúde, onde fiz algumas coisas importantes, ao lado de outras totalmente irrelevantes ou mesmo prosaicas. Nos intervalos fui ao Canadá e, como técnico do, MS visitei todas as capitais do Brasil, muitas cidades no interior também e cheguei até a Inglaterra, em uma missão internacional. Foi assim que o mar se abriu para este Moisés. Não recebi e nem repassei a ninguém as Tábuas da Lei, mas acho que o saldo foi bom, pelo menos para mim...

os primeiros movimentos, traduzidos pelos municípios que organizavam, ainda que precariamente, seus serviços de saúde.

Mas eu vivia em Uberlândia, onde essas notícias mal chegavam...

É bem verdade que, um dia, entre 1976 e 1977, outro amigo, José Teubner Ferreira (Zecão), eterno militante da saúde e de causas progressistas, não poucas vezes perdidas, pediu-me um dinheiro “emprestado” – pouca coisa na verdade. Era sua maneira de envolver os amigos em uma nova causa: a assinatura de uma publicação, que um grupo de gente de esquerda, principalmente do eixo Rio-São Paulo, estava fundando, para discutir a questão da saúde no Brasil. Assim me aproximei do CEBES, de uma revista chamada *Saúde em Debate*, e também de muitas pessoas que tinham preocupações semelhantes às minhas e que vinham, em luta renhida, encontrando caminhos para ampliar e debater suas ideias, mesmo face ao ambiente de *ditaduras* (dos militares, do INAMPS, da medicina corporativa, da descrença da sociedade, da falta de perspectivas, etc.) em que nos encontrávamos.

Assim foi por tais caminhos que eu me decidi a abandonar os planos, meu consultório, minha roupa branca, minha disciplina de Doenças Infecciosas e Parasitárias na Escola de Medicina de Uberlândia, indo desembarcar no Rio de Janeiro, com família – mulher e três filhos pequenos! – e muita disposição em iniciar um novo ciclo profissional.

Oito meses no Rio e eu já estava de volta a Uberlândia, com mil ideias na cabeça, mas nenhum instrumento para realizá-las à mão. Mas, curiosamente, justo naquele ano de 1980, algumas coisas começaram a acontecer e eu me vi enfiado de ponta cabeça nelas, primeiro no Rio, depois em Uberlândia.

No Rio, eu encontrara, para minha alegria, um ambiente de discussões acalorado, muitas vezes polarizado, com a participação das academias (da ENSP, inclusive, com destaque), do Sindicato dos Médicos, de setores das secretarias de saúde (de Niterói, por exemplo). E não faltavam temas: a eterna crise da saúde; a redemocratiza-

ção do país e da saúde; a recém lançada campanha de vacinação maciça anti-pólio (que alguns enxergavam por um surrado viés *conspiratório*); a epidemia de dengue nos dois lados da Guanabara; a reforma do sistema de saúde; o movimento de moradores pela saúde, e tantos outros. Não raras vezes participei de discussões, quase face a face, com Gentile de Melo, Sérgio Arouca, Hésio Cordeiro, Jayme Landman, Ernani Braga, Mario Magalhães da Silveira e outros, que eu só conhecia das páginas dos jornais e da *Saúde em Debate*. Para mim, era simplesmente *a glória*!

De volta a Uberlândia, dentro do panorama agitado a que me referi acima, acabei convidado para tomar parte de um grupo reunido pelo Bispo Diocesano, Dom Estevão Avelar (um dominicano, adepto da *Teologia da Libertação*, que havia enfrentado os militares no Pará), para organizar a programação da Campanha da Fraternidade de 1981, cujo tema era a Saúde. Na mesma ocasião, uma Pró-Reitora de Extensão recentemente empossada na UFU, Prof<sup>a</sup> Claudia Lucia Carneiro de Mattos, me chamava para fazer parte de um grupo cuja tarefa era organizar um serviço ambulatorial universitário *de extensão* na periferia da cidade, inédito naquele tempo e naquele lugar. Foi assim que me envolvi com o projeto da Unidade Didática Avançada do Jardim Brasília, voltada para a atenção primária da saúde, dentro da filosofia de Alma Ata – cujos ecos chegavam com toda força a Uberlândia. Isto abriu para mim um fértil período de militância. A ansiedade com os plantões estava agora superada, melhor dizendo, fora transferida, pois os desafios agora eram outros, não menos desgastantes, por vezes, mas muito mais motivadores.

Militando na Campanha da Fraternidade e no projeto do Jardim Brasília, acabei ficando visível, inclusive em um ambiente que eu ainda não frequentara, qual seja o da política partidária. Fui convidado, dessa forma, para assumir a Secretaria Municipal de Saúde de Uberlândia, em 1983, pelo candidato vencedor das eleições realizadas no ano anterior, Zaire Rezende. Ele era um médico ginecologista, poucos meses antes das eleições apenas um ilustre desconhecido, mas que em campanha memorável deslocara as oligarquias que

ocupavam o poder local havia décadas, seja aquelas da legenda e sublegendas oficiais (Arena-PDS), como as do MDB-PMDB, partido ao qual era filiado.

A partir daí meus horizontes começaram, de fato, a se ampliar e através do Prefeito e de seu partido pude tomar contato com algumas experiências de municípios que começavam a remar contra a corrente na saúde, como Lajes, Londrina e Piracicaba. Fui também apresentado, por uma colega assistente social do Jardim Brasília, Lílían de Sá, ao programa de saúde desenvolvido na Unidade de São José do Murialdo, na cidade de Porto Alegre. Tive também a sorte de conhecer e conviver de perto com Maria Helena Brandão Oliveira, também assistente social, que já tinha a cabeça aberta para tais coisas e que virou amiga e referência por toda a vida.

Fui, assim, tragado por uma confluência de movimentos, às vezes verdadeiras avalanches, que subverteram e arejaram a saúde no Brasil, na década de 80. Minha faina se dividia, então, entre: a gestão da saúde em Uberlândia, para a qual eu fora convidado pelo citado Zaire (aliás, melhor dizendo, gestão que representou um verdadeiro *fiat lux* para a cidade); a mobilização municipalista pela saúde, que resultou nos Conselhos de Secretários Municipais de Saúde, estaduais e nacional (Cosems e Conasems); o proselitismo pela convocação e depois pela divulgação da VIII Conferência Nacional de Saúde, na qual fui delegado; a participação, como representante da Associação Brasileira de Municípios, na Comissão Nacional de Reforma Sanitária; a militância na Plenária de Saúde; o *lobbismo* (do bem...) frente aos Constituintes de 1986 para aprovação das propostas da Plenária; a mobilização pela Lei Orgânica da Saúde, e assim por diante.

Em tudo estive um pouco, sendo às vezes mal compreendido pelo meu Prefeito, pelos meus pares secretários e mesmo pelos técnicos da SMS – e também por minha família – que gostariam de me ver mais assíduo em Uberlândia. Paguei este preço, mas acho foi menos oneroso para mim do que para os outros. As críticas arrefeceram um pouco quando a OPAS, através de Eugênio Vilaça Mendes, achou

por bem incluir nossa experiência de saúde de Uberlândia no livro *Atalhos nos Caminhos da Saúde*, coordenado por Célia Almeida (OPAS, 1989).

Embora as atuais lideranças do movimento de Secretários Municipais de Saúde tenham demonstrado repetidas vezes que preferem ignorar o passado, eu quero deixar aqui, mais do que meu testemunho, minha orgulhosa declaração “de presença”. Fui o primeiro presidente do Conselho de Secretários Municipais de Saúde de Minas Gerais (Cosems), além de, modéstia a parte, ter sido parte ativa e eu diria mesmo estratégica, graças ao poder simbólico de mobilização que ser gestor em Uberlândia me conferia, da organização do mesmo, o que me obrigou a viagens e articulações repetidas no âmbito estadual.

Em 1987, fui escolhido, em Congresso de SMS realizado em Londrina, como vice coordenador (mas titular na prática) da comissão que organizou a entidade nacional, o Conasems, criado oficialmente um ano depois, no congresso de Olinda. Fui também o primeiro vice-presidente da entidade, mas mais uma vez, na prática, fiz as vezes de presidente, pois o sujeito que foi eleito no evento, mais pela presença maciça de outros pernambucanos do que por seus méritos pessoais, já se lançou no pleito sabendo que não ficaria muito tempo no cargo, candidato que era a vereador em Recife.

Mas tudo bem, isso não está contado nas crônicas oficiais da história do Conasems e do Cosems-MG, que foram, por assim dizer, reescritas à maneira estalinista, ou seja, aquela prática de até mesmo apagar pessoas nas fotografias oficiais, conforme Trotsky experimentou ainda em vida. Mas deixa pra lá, a vida seguiu e eu não morri no final...

## Oitava

Minha *Vita Activa* em Uberlândia passou por fases diversas. Primeiro fui médico e docente universitário; depois técnico da Diretoria

Regional de Saúde; mais adiante, a partir de 1983, gestor municipal de saúde. Em todos esses momentos não deixei de lado minhas tarefas de professor, acumulando-as com as da outra função eventualmente exercida. Pelo menos nos tempos de DRS, minha carga horária superava, em abstrato, claro, aquilo que era legalmente permitido, mas havia um acordo tácito de que isso não seria problema, tanto na universidade (onde muitos docentes operavam seus consultórios no período da tarde) quanto na Diretoria de Saúde, na qual eu representava suposto ponto de ligação com a Universidade.

Nos meados de minha gestão como Secretário de Saúde, mais exatamente em 1986, os ventos começaram a soprar de maneira diferente, com meu envolvimento na formação de um organismo ou conselho de secretários municipais em MG e, particularmente com a realização da oitava Conferência Nacional de Saúde, a primeira desde que o país havia entrado na trilha democrática (ponhamos alguma reserva nisso...). Foi aí que os ventos começaram a empurrar meu barco em direção ao *Mar Aberto*.

Essa Conferência Nacional mobilizou as minhas energias e esperanças na ocasião. Aliás, minhas e de mais uma multidão de pessoas, embriagadas com a Nova República, embora Tancredo estivesse morto e o presidente fosse Sarney, político de índole conservadora, notório pactuário da ditadura, além de ter sido criado dentro do que havia de mais reacionário na vida nacional – a UDN. Mas as esperanças eram muito fortes e, em 1986, ainda não estavam se derretendo no sol, como diz a canção de Milton e Brant. Assim, em setembro ou outubro deste ano, acorremos a Brasília, aos milhares, em brados retumbantes e entusiasmados, achando que havia finalmente chegado a hora de reformar o precário sistema de saúde brasileiro e dar-lhe a feição há tanto tempo sonhada.

Esta conferência, embora fizesse parte de uma série (era já a oitava), nasceu de uma feliz convergência de pessoas e situações. Afinal, um grupo progressista ganhara, com a Nova República, posto de destaque dentro do sistema sanitário nacional, ainda mais fragmentado e ineficaz do que o atual. No Inamps, Hésio Cordeiro, um profes-

sor universitário do Instituto de Medicina Social UERJ; na Fiocruz, Sérgio Arouca, professor da Escola Nacional de Saúde Pública da Fiocruz e político ligado ao antigo PCB; no Ministério de Previdência Social, Waldir Pires, político baiano ligado à esquerda brizolista, além de outros nomes, menos notáveis. O fato é que com os ventos favoráveis da democracia e da participação soprando, tratou-se logo de criar uma marca distintiva para as mudanças auguradas na saúde do Brasil, ou seja, a Conferência Nacional de Saúde de 1986, convocada com grande estardalhaço e com direito até a merchandising em novela Global.

A tônica das conferências nacionais que vieram depois, de 1992 em diante, era a de que sua organização fosse “piramidal”, isto é, organizadas a partir da “base”. Mas como não havia base organizada ou esta fosse ainda muito difusa, tocou-se a música pela velha partitura, com as convocações derivadas diretamente de Brasília. E foi assim que compareci ao evento como “delegado” de Uberlândia, graças a um fax vindo diretamente do gabinete de Saraiva Felipe, que na época chefiava a Secretaria de Serviços Médicos do MPAS – na verdade um órgão apenas de articulação política, pois quem mandava de fato na saúde da Previdência era o Inamps.

Em minha defesa, devo dizer que eu estava tentando organizar tal “base” na cidade, tendo mesmo proposto e organizado um primeiro esboço de Conselho Municipal de Saúde, para o que consegui trazer até mesmo convidados de fora, no caso dois militantes de Nova Iguaçu, onde o bispo católico progressista Dom Mauro Morelli apoiava intensamente as chamadas Comunidades Eclesiais de Base e a militância participativa em geral. Chegamos a realizar pelo menos dois encontros antes da grande conferência em Brasília e ainda que informalmente, eu, como promotor e apoiador do movimento local, além de Secretário da área, já seria objeto de consenso para tal representação, só não tendo sido decidido isso por falta de clareza quanto ao processo de escolha. De toda forma, antes eu, convocado por fax, do que algum aventureiro arrivista, mais carente de legitimidade do que a minha pessoa.



Havia de tudo no Ginásio de Esportes, onde ocorreu o evento. Grupos os mais diversos acampavam e faziam saudável lobby de suas demandas nas entradas do prédio. Eu vi índios, parentes de vítimas de acidentes, sindicalistas, portadores de patologias, membros de partidos políticos, representantes do movimento de moradores, sanitaristas, municipalistas, além de muitos outros grupos de interesse travando ali um bom combate. É claro que havia também as eternas propostas extremadas e impraticáveis, como a de retirar do cenário da saúde no Brasil a iniciativa privada. E cada corporação da saúde, tendo a Fundação SESP e a Sucam em posição notória, tentando mostrar a todos que sua atuação era o que livrava o país do atraso e do caos na saúde. Ausências ou participações apenas tíbias, mas dignas de nota, já se mostravam, como a das entidades médicas, com honrosa exceção dos sindicatos. Mas tudo fazia parte de um todo em que a esperança de mudança era o mote dominante.

Nota curiosa: na abertura do evento o próprio José Sarney esteve presente e foi aplaudido vivamente pelo público. Não que tal sujeito merecesse tanto, mas, enfim, cabe lembrar que o Brasil vivia tempos mais amáveis, cheios de esperança no futuro, em que a delicadeza ainda era capaz de se mostrar, sem parecer subserviência.

Um dos grandes acontecimentos da Oitava CNS foi uma reunião, da qual eu participei ativamente. Ali, em uma das arquibancadas laterais do Ginásio de Esportes de Brasília, estávamos umas cinquenta pessoas, geralmente secretários ou representantes de gestão municipal de saúde, gente de todo o Brasil. Sob a liderança incontestável de Nelson Rodrigues dos Santos, o Nelsão – a quem homenageio mais adiante nestas memórias – fizemos o compromisso que considero histórico, que se materializou ao longo do ano seguinte: a fundação do Conasems, o organismo de representação dos Secretários Municipais de Saúde de todo o país. Eu estava lá e considero que isso foi uma das coisas mais importantes – se não a mais relevante – em que me envolvi na vida.

Muita coisa aconteceu ali naquelas salas improvisadas e escadarias. O *Relatório da Oitava*, cantado em prosa e verso até hoje, descon-

fio que já estivesse pronto antes mesmo do evento começar, mas certamente reunia um conjunto de sonhos e ideias, para não dizer utopias, que cabiam bem naquele momento e que provavelmente contariam com o apoio daquela massa de entusiastas. Muita unanimidade, como se vê, mas sem deixar de lembrar que excessos de tal ingrediente podem não fazer bem à concretização de planos, ao chocarem irremediavelmente contra a realidade. Mas naquele tempo eu não sabia disso e de fato achei tudo muito especial, acreditando sinceramente que muitas mudanças poderiam surgir dali.

Acho que na Oitava nasceram também alguns mitos sobre o nosso Sistema Único de Saúde, por exemplo, o de que ele é um produto legítimo de um vasto “movimento social”; de que é possível, na saúde, dar “tudo para todos” ou de que aquela carta de desejos em que se constituiu o decantado relatório oficial fosse, de fato, a expressão irretocável da vontade popular.

Muitos anos depois, do alto da *Torre de Vigia*, que é como eu intitulo a última seção dessas memórias, pude constatar que o *pensamento desejoso* é útil como luz acesa em farol de guia, mas não necessariamente para construir coisas sólidas. Assim, pude fazer minhas críticas ao processo de participação social no país, em particular e à construção do SUS, mas em meu favor posso dizer que só o fiz depois de ter embarcado em canoas que naufragaram e ter me perdido em curvas e buracos sem fim em tal estrada.

Foi assim que se abriu o mar para este pobre Moisés...

## **A imorredoura instituição**

Na época da Assembleia Nacional Constituinte, entre 1986 e 1988, eu comecei a circular intensamente pelo país, *por mares nunca dantes navegados*, pelo menos por mim. Eu já participava do movimento de criação do Conasems, a entidade nacional de SMS, além de fazer

parte da Comissão Nacional de Reforma Sanitária, na qual fui admitido pela porta da frente – episódio que narrarei em outro capítulo.

Nessas viagens, o comum era fazer o proselitismo municipalista em saúde – e nisso eu fiquei escolado. Às vezes também me chamavam para explicar o conteúdo do tópico da Saúde e Seguridade Social na Constituição que estava sendo elaborada, já que circulava a notícia, verdadeira, aliás, de que eu andava fazendo, junto com outros SMS, um lobby *do bem* frente aos parlamentares constituintes. Com efeito, naquela ocasião defendia algumas cláusulas de nosso interesse, principalmente em termos de descentralização e municipalização dos serviços de saúde. Devo dizer que já não sei se sustentaria exatamente as mesmas ideias hoje...

De maneira geral eu realizava tais *milagres* em outras freguesias, pois em Uberlândia meus interlocutores eram mais escassos, no máximo os membros da breve e valorosa “CRIS”, ou Comissão Regional Interinstitucional de Saúde, criada por força da implantação da política de saúde preliminar ao SUS, e também transitória. Até que um dia resolveram prestigiar o santo de casa... E assim fui convidado pelo Agente Local da Previdência Social, com quem eu mantinha uma relação respeitosa, apesar de nossas divergências, a explicar o conteúdo do relatório da saúde da Constituinte aos funcionários da tal Agência. Fui recebido com certa frieza, em um pequeno auditório quase lotado e de clima muito abafado, em dois dos sentidos possíveis desta palavra.

Comecei por um voo panorâmico, falando sobre o conceito de *Seguridade Social*, diferente daquele de *Seguro Social*, que fundamentava a filosofia de ação e o funcionamento dos vários segmentos da Previdência naquele tempo.

Isso posto, abordei mais de perto as mudanças que estavam sendo construídas na saúde, dando ênfase especial à questão do *direito universal*, que punha por terra todo o suporte normativo que havia dado ao Inamps a prerrogativa de exigir a famosa “carteirinha” de

quem quisesse ser atendido em seus serviços. Nesse momento, vi que as fisionomias da audiência começavam a se contrair.

E abordei, já em ambiente que eu percebia como de franca desconfiança, a possibilidade concreta de que a gestão única dos serviços e ações de saúde passassem a ser da alçada dos governos estaduais e municipais, deixando ao Inamps um papel secundário e até mesmo renunciando sua extinção.

Passei então pelos vários conceitos em jogo: *descentralização, participação, unificação, regionalização, integralidade...* O ar de incredulidade ficava cada vez mais explícito.

Até que abri para perguntas do auditório. Demorou um pouco, mas elas vieram, meio tímidas, mas anunciando um clima não só de desconfiança, mas também de oposição ao que se discutia em Brasília. As intervenções eram também marcadas por expressões de incredulidade, quase sempre com afirmativas de que o papel da previdência federal era insubstituível no Brasil, e que seu enfraquecimento certamente levaria o sistema ao caos, não só na assistência à saúde, mas também na prestação das aposentadorias, pensões e demais benefícios sociais. Alguns membros da plateia, visivelmente nervosos, saíram para fumar no corredor em frente e não mais retornaram, abrindo, fora daquele auditório onde eu me encontrava, uma nova reunião, de cunho certamente dissidente.

E eu aguentando firme...

Até que veio a indagação fatal, a pergunta mãe de todas as perguntas, originada de uma senhorinha que vagamente me lembrou aquela *Miss Suéter* de João Bosco e Aldir Blanc (a digna escriturária do INPS, lembram-se?).

Foi assim: *Doutor, mas para isso tudo valer ainda vai ter que passar pela Direção Nacional e ainda ser publicado como Portaria da Presidência do Inamps, não é?*

Pano rapidíssimo. Poucos meses depois a *Constituição Cidadã* era promulgada em Brasília, em sessão solene do Congresso Nacional,

sem que o famigerado *Boletim da Presidência do Inamps* tivesse se ocupado dela.

∞

O Inamps, instituição ainda presente na memória de muitos, ainda me trouxe pelo menos mais uma história curiosa, digna de ser passada adiante.

Deu-se o seguinte: quando fui trabalhar em Brasília, em 1991, meu primeiro posto foi no IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal, que tinha um convênio de assistência técnica com a recém-criada Fundação Nacional de Saúde, híbrido da fusão da “inteligência” e da “beleza”, conforme o famoso *joke* de G. Bernard Shaw, que resultou do casamento da antiga Fundação SESP com a Sucam, Superintendência de Campanhas de Saúde Pública. Aliás, por ter repetido a piadinha do genial irlandês em uma reunião de diretores da nova instituição, passei a ser visto com desconfiança desde então, da qual só me livrei quando por força do destino – o que contarei depois – fui demitido e depois admitido em um novo posto no Ministério da Saúde.

E o novo posto estava situado bem no olho de um furacão. Eu fui trabalhar na Secretaria de Assistência à Saúde, que naquele momento representava uma nova fusão, a do Inamps com o próprio Ministério. Não se deve esquecer que até os anos finais da década de oitenta o Inamps ainda era uma autarquia dentro da esfera do Ministério da Previdência. Mas a nova década já se iniciara e corriam os tempos da unificação do sistema de saúde, resultado da Constituição de 1988. E foi assim que, depois de alguma protelação, o velho Instituto de Assistência Médica da Previdência Social deveria finalmente se juntar à administração direta, ou seja, ao MS. Operação complicada aquela, pois o ente a ser incorporado era maior, mais endinheirado e até mais complexo do que aquele que o iria absorver. E foi assim que, entre 1992 e 1995, meu trabalho se deu dentro de uma pinguela balouçante, com um pé no Ministério da Saúde antigo, outro no Inamps, não muito menos antigo, mas muito mais matreiro. Naque-

les tempos ainda se ouviam frases como *manda para o Inamps, isso é coisa de lá*, ou seu oposto, relativo ao MS, dependendo da natureza do papel ou do processo em curso. Como se não estivessem as duas instituições – e nós, seus pobres servidores – dentro de um sistema orgulhosamente autodefinido como Único.

Mas em 1993, com a chegada ao governo de Itamar Franco e de um ministro um pouco mais corajoso, Jamil Haddad, a extinção do Leviatã foi decretada de vez. Ato contínuo, foi reservado todo um andar, o último, do prédio situado no início da L2 Sul, onde então funcionava a quimera SAS-Inamps, para que ali se instalasse o Grupo de Trabalho que iria cuidar da finalização dos trabalhos do Inamps. Não nos esqueçamos, é bem mais fácil criar um órgão público do que extingui-lo. E naquelas alturas andar nove se instalou o QG do referido GT, sob a presidência de um notável burocrata do antigo DASP, que passou a ser designado, ironicamente, pelos mortais que lhe quedavam abaixo, como *O Extintor*. Sua primeira medida foi a vedar o acesso ao nono andar aos comuns, situados nos andares inferiores, para tanto mandando instalar portas com chave na saída dos elevadores e nas escadas que ali davam aceso. Por sorte não houve incêndios na ocasião...

No Natal de 1993 os trabalhos já iam avançados, caixas e caixas de documentos subiam e desciam pelos elevadores, bem como sujeitos engravatados e *Margots*, *escriturárias* de variados calibres (ainda a canção de Bosco e Blanc). Foi então que o digno *Extintor* enunciou a sua pérola máxima, dirigida indistinta e democraticamente a todos os que frequentavam o prédio. O cartão de boas festas que mandara afixar na portaria do prédio e nos elevadores dizia simplesmente o seguinte: *Em nome da nossa imorredoura instituição, o Inamps, desejamos a todos um Feliz Natal e um próspero ano de 1994.*

E aquele homem estava ali para liquidar, de vez, a tal “imorredoura instituição”. Acreditem...

## Males que vêm para o bem

Na minha passagem pela Fundação Nacional de Saúde o horizonte estava carregado de nuvens de chumbo, como poucas vezes se viu na vida nacional. Estava Fernando Collor no governo e as denúncias de corrupção pipocavam por todo lado, particularmente, na área da saúde, na qual um notório irmão do inesquecível P. C. Farias dava as cartas.

É bem verdade que o Farias em questão, mesmo sem ser ministro, não só *faria* como *fez* – e muito... O ministro, de direito, era Alcení Guerra, um político paranaense até bem respeitado no movimento da reforma sanitária, por ser um defensor do sistema público, tanto na sua vida parlamentar como nos cargos executivos que teve, inclusive no Inamps.

O auge da crise na saúde se deu quando foram denunciadas falcatruas na compra de bicicletas e guarda-chuvas para o então inédito programa de Agentes Comunitários de Saúde, dentro de um superfaturamento astronômico. O mágico da vez era um executivo paranaense, amigo de Alcení, mas muito afinado em termos de ética e moralidade, com os irmãos Farias, que comandava a diretoria de compras da Funasa. O homem era um dos tais que primava seus despachos com uma histórica frase: *encaminhar ao SUS!* – como se a instituição à qual pertencia não fosse parte do mesmo.

O escândalo das *bicicletas e dos guarda-chuvas*, como ficou conhecido, tendo como agente de recepção as até então desconhecidas *Lojas do Pedro*, de Curitiba, foi um dos fatores desencadeantes da queda de Collor e de seus cúmplices, incluindo o próprio Alcení, que certamente também não era tão santo como parecia.

Mas antes do presidente cair, rolamos ribanceira abaixo uma leva de técnicos da Funasa, incluindo sua presidente, uma enfermeira jovem, graciosa e inteligente chamada Isabel, além de boa parte de SUS diretores, incluindo Carlos Catão de Loyola, meu chefe – este

realmente um homem que poderia ser chamado de santo naquele imbróglio todo. E como o chefe despendeu, todos os seus auxiliares rolaram juntos com ele.

Isso foi muito desconfortável para mim, pois afinal fora demitido no âmago de um escândalo de corrupção. Meu próprio pai, vejo atualmente que de maneira apenas ingênua, um dia me perguntou: *mas você não está envolvido com isso, meu filho?* – o que me deixou muito chateado e mesmo rompido com ele durante mais de um ano. Pior do que isso foi a perda do cargo que eu detinha, um reles DAS - 2, mas que me permitia a liberação da minha instituição de origem, a UFU, para permanecer em Brasília, como era meu grande desejo.

Minha flutuação no espaço durou pouco tempo, felizmente. Com a chegada de um novo ministro, Adib Jatene (grande homem!), fui atrás de alguns conhecidos que chegavam para assumir postos no Ministério da Saúde (cito nominalmente os dois mais importantes: José da Silva Guedes e Eduardo Levcovitz) e através deles acabei nomeado para um posto hierárquico até maior, agora na Secretaria de Assistência à Saúde (SAS).

Mas a moral dessa história não tem nada a ver com postos e amigos. Quando fui exonerado na Funasa eu estava, na verdade, já meio angustiado com o estado de paralisia de minha dissertação de mestrado, a ser defendida na ENSP/Fiocruz e iniciada pouco tempo antes. De maneira que, refeito do susto da demissão, resolvi encarar de frente o trabalho, retomando-o com afinco. Agora eu tinha tempo livre e até sobrando. Três meses depois eu já conseguira marcar a data da defesa e o fiz dentro ainda dos prazos normais, sendo bem acolhido pela banca, salvo uma examinadora – esta escolhida por mim diretamente – que quase ia me reprovando. Coisas das Academias...

Há males que vêm, de fato, para o bem. Alcení Guerra, para mim pelo menos, foi um deles.



## De como eu virei um doutor de verdade

Fugindo ao cânone e aos protocolos, dediquei o primeiro capítulo de minha tese de doutorado, defendida na ENSP em 2002 a mim mesmo... E o fiz formalmente, esclarecendo: *concedo-me a oportunidade de tentar demonstrar aos meus leitores o como e o porquê desta tese, não do ponto de vista acadêmico ou científico, pois para tanto me sobrarão espaço nos capítulos que se seguirão. Aqui, o que interessa à minha pessoa, mas sinceramente espero que, também, aos outros, é recuperar um pouco da trajetória profissional que me levou a fazer, com mais de 50 anos nas costas, um doutorado e uma tese, além de encontrar um tema, o de saúde da família.*

Parti do pressuposto de que era preciso gostar do objeto com que se trabalha. Ou, para ser talvez menos exato, mas certamente mais próximo do que realmente acontece: seria preciso amar este objeto, ter com ele uma relação fundada – por que não dizê-lo? – no *desejo*, seja para compreendê-lo, seja para mudá-lo, explicá-lo, transmiti-lo aos outros, enfim. Falei portanto, do meu *desejo*, de como ele surgiu e se transformou ao longo de minha vida profissional.

Assim foi que no primeiro capítulo da tal tese, resolvi falar na primeira pessoa do singular, dando voz a uma pessoa, *singular*: a minha. A *pessoa* acadêmica, científica, protocolar, adverti, falará depois, talvez até demasiadamente...

Falei de meus contatos dentro do que veio a se chamar mais tarde *movimento municipalista de saúde*, por me permitir perceber que talvez minhas indagações dos anos anteriores começavam, aqui e ali, a ter respostas, principalmente por parte dos municípios. Mas faltava, eu pressentia, uma política de saúde voltada para a atenção primária e mesmo uma discussão mais aprofundada e menos marcada pela *ideologia conspiratória* a respeito do papel da atenção primária e de sua recolocação como questão central na discussão referente ao modelo assistencial. Era como uma construção a ser

iniciada, com os materiais – tijolos, areia, cimento – espalhados em volta, mas sem pedreiros que os organizassem e alicerces onde fossem assentados.

Havia debates, é claro, e estes eram intensos, mas muito *ideologizados* e travados dentro de circuitos relativamente estanques: de um lado, os acadêmicos, olhando tudo de maneira muito crítica e repleta de suspeição; de outro, os municipalistas, que sabiam de fato o que era o povo (e principalmente seu “mau” costume de pressionar as autoridades literalmente, batendo-lhes à porta...), e que bem ou mal encontravam seus caminhos. E eu, ao mesmo tempo acadêmico (*ma non troppo*), e gestor municipal de saúde, estando entre a espada e a cruz, creio que fiz opção pela primeira: preferi a *luta* e não a *ascese*. Nem preciso dizer que isso não foi muito bem recebido no meu ambiente universitário, que me julgou rendido a um novo e estranho Senhor. Mais uma tarifa a pagar...

No meio deste caminho me apareceu, com força, a Saúde da Família. Foi assim: cerca de 1997, docente da UnB, me aproximei de uma experiência correlata, o *Programa Saúde em Casa (PSC)*, que estava sendo implantada pela SES de Brasília, como parte do programa de Governo de Cristovam Buarque. Passei a levar alunos, tanto do primeiro como do sexto ano, para acompanhar equipes do programa, o que creio ter sido muito bom para a formação deles. Eu e os outros docentes envolvidos nos prontificamos a colaborar com o PSC e, para tanto, fizemos algumas interlocuções com a SES e preparamos alguns documentos, contendo análises e sugestões. Devo dizer, contudo, que certa autossuficiência de nossos colegas no governo aliada, talvez, à dificuldade em receber críticas, acabaram nos afastando do programa. Acho que já falei disso aqui.

Tive, além disso, oportunidade de conviver com membros das equipes do PSC e depois do PSF, como alunos dos Cursos de Especialização da UnB, desde 1999. Considero esses contatos altamente proveitosos, pois através deles me foi possível acompanhar as idas e vindas do programa, aliás, extinto em um primeiro momento da

administração Roriz, em 1999, e depois retomado com novo rótulo, de PSF propriamente dito, embora sem grandes mudanças de fato.

Cheguei, assim, à minha tese de doutorado na Escola Nacional de Saúde Pública da FIOCRUZ, no Rio de Janeiro, defendida em 2002. Resumindo minha motivação: encontrei meu tema e minhas questões – ou eles me encontraram, não sei bem – através das preocupações e dos *insights* que me acompanhavam desde o tempo que eu era apenas um médico clínico. Aproximei-me dele, também, por sentir que o estado da arte referente à questão da saúde da família se tornara mais convidativo e que as questões ideológicas que o rodeavam, antes dominantes e, certamente, prejudiciais ao seu melhor entendimento tinham, finalmente, encontrado sua dosagem e sua dimensão adequadas, ou resumindo: as *teorias conspiratórias* não mais imperavam.

Não deixou de influir, também, na calibragem de meu desejo, o fato de que eu me sentia ainda devedor (quem sabe apenas a mim mesmo) de um trabalho que fosse acadêmico, mas que ao mesmo tempo não perdesse de vista o empirismo e a aplicabilidade na realidade. Ou seja, minha dissertação de mestrado, sobre representações sociais, dentro de uma abordagem demasiadamente sociológica (que me perdoem os sociólogos se me arvorei a tanto, sendo apenas médico...) ainda se encontrava, de certa forma, atravessada em minha garganta. Eu precisava de algo de fôlego, e que me fizesse justiça!

Teve influência, também, a percepção que em mim se acumulava a respeito da trajetória do PSF em todo o país, que eu via e acompanhava em minhas visitas ao programa do DF e de muitas outras localidades. Creio que poderia resumir essas transformações, qualificando-as como autênticos saltos de qualidade; como passagens do *sonhado ao concreto*; do *normativo-duro à dialética do possível*; da *teorização ao empirismo*; do movimento *para a realidade* para o movimento *a partir da realidade*; da elucubração *tecno-política* à construção *social*.

Foi com esta bagagem de suposições, mas, também, com algum grau de apreensão empírica e concreta da realidade, que me dispus a fazer o doutorado e, como decorrência, uma tese. Foi assim que justifiquei minha legitimidade, minha afinidade e minha *familiaridade* (sem trocadilho) com o objeto da saúde da família. Dotado de tais pretensões fui, pela terceira vez em minha vida, desembarcar no Rio de Janeiro, cidade que, devo admitir, sempre me causou sentimentos contraditórios, pois sempre saio e retorno a ela, o que ocorreu por três vezes em um período de 20 anos.

## Tanajuras no verão

No *mar aberto* do SUS naveguei como ninguém por este país. Viajar, afinal, é uma das principais atividades de que se ocupam os detentores de cargos de Direção e Assessoramento Superior, os populares “DAS”, na Esplanada dos Ministérios. E eu não fugi a tal regra, embora, deva confessar, não tivesse muito gosto em frequentar hotéis, aeroportos, aviões e reuniões burocráticas fora de minha base (e pensando bem, nela também). Mas como fazia parte de meu trabalho, não me restava outra opção a não ser embarcar. E assim houve ocasião em que eu iniciei a semana em Macapá e a encerrei em Caxias do Sul, com o enorme dilema de fazer a mala com os trajes adequados à mudança climática e, além disso, preparar minha agenda para o que viesse.

Isso sempre me provocou algumas reflexões, que coloquei em papel, certa vez. Escrevi que já nos anos 70 o Ministério da Saúde tinha deixado para trás uma letargia de décadas. Nesta ocasião, anda vigia o regime militar, mas estava presente no cenário da saúde uma feliz combinação de dirigentes com perfil técnico, espírito progressista, muita personalidade e destemor na ação. Naquele momento, com o crescimento do Programa de Interiorização das Ações de Saúde e Saneamento (PIASS) e de outros programas de alcance nacional, o mastodonte que ocupava e ainda ocupa o Bloco G da Es-

planada, passou a ter uma ação mais eficiente no cenário da saúde nacional. Em tempos por assim dizer *heróicos*, o MS arregimentou uma boa quantidade de gente nova, oriunda dos cursos de saúde pública que começavam a proliferar nas principais capitais, contratou-a por mecanismos alternativos, fora do tradicional e formal concurso público e a colocou a trabalhar no aperfeiçoamento das propostas já em curso, mas também na promoção das mesmas e no seu acompanhamento junto aos estados. E eram 26 estados, apenas um a menos do que hoje, no proverbial país continental que todos conhecem.

Tive oportunidade de conviver com pelo menos duas pessoas que passaram por estas trajetórias inovadoras, quase revolucionárias, em plena ditadura. Um deles foi Francisco de Assis Machado, o Chicão, que já citei aqui a respeito daquela história do único Prefeito do MDB no Triângulo Mineiro, o tal que me contou que era de tal partido apenas porque uns *fdp*, seus inimigos, tinham ida para a Arena. O outro desses caras teve influência especial em minha vida: Ricardo de Freitas Scotti. Uma das pessoas mais racionais e organizadas que já conheci. Um radical neste campo, gestor e líder extraordinário, prenhe de conhecimentos e de disposição para compartilhá-los. Somos da mesma geração, circulante nas ruas de BH dos anos 50 e 60. Trabalhei junto com ele na Diretoria Regional de Saúde de Uberlândia e o considero, junto com Maria Helena Brandão, também pessoa muito ligada a ele, as influências principais que me ensinaram a trabalhar com saúde pública.

Mas volto ao Ministério da Saúde, naqueles anos heroicos. Diferente de hoje, não havia aviação regional desenvolvida e os aeroportos praticamente se limitavam às capitais – não todas. Cabia àqueles técnicos, que somavam pouco mais de duas dezenas, viajar intensivamente, para dar conta de todo o recado junto às unidades federadas. Meu amigo Scotti me deu o seguinte depoimento: *a gente viajava duas, três semanas seguidas; às vezes chegava em casa, em Brasília, com tempo pouco mais que suficiente para tirar as roupas*

*da mala e colocar outras peças, para começar tudo de novo – e era a gente mesmo que “se” autorizava a viajar...*

Bem, os tempos mudaram... A comunicação se tornou instantânea, seja por telefone ou por quaisquer dos diversos instrumentos possibilitados pela internet. Mas em Brasília, o processo de trabalho de acompanhamento e monitoramento dos estados ainda não mudou de forma compatível (estamos na metade da segunda década do século 21). As viagens e mais viagens por parte de uma equipe técnica muitíssimo mais numerosa, continuam a todo vapor. Fiquei abismado com o que vi, certa vez, quando voltava de uma viagem de trabalho (dessa vez pelo Ministério do Desenvolvimento Social) ao Acre. Pois bem, no Aeroporto de Rio Branco pude presenciar, quando do embarque de volta para Brasília, o encontro de equipes técnicas do MS, de três secretarias diferentes do órgão. Aquelas pessoas estavam ali havia alguns dias e só vieram a se encontrar no momento da volta para casa. Ou seja: cada um – ou cada grupo – tratou dos assuntos de seu pedaço, nada mais, sem se dar conta que havia, talvez na sala vizinha ou no andar de baixo, outras pessoas que vinham de Brasília até ali para fazer a mesma coisa: acompanhar e monitorar as atividades desenvolvidas pelos estados no âmbito da saúde.

Devo admitir, todavia, que este depoimento crítico chega a ser desnecessário, pois qualquer um que aborde, com mais intimidade, os técnicos das SES por todo o Brasil, sabe do mal-estar dos mesmos frente a estas visitas múltiplas, muitas vezes intempestivas e nem sempre consequentes em termos de objetivos comuns ou minimamente definidos.

Isso, é claro, custa muito dinheiro. Calculei na época o quanto, somando preços de passagens e diárias, sem incluir as práticas e critérios pouco ortodoxos de cálculo das mesmas. Era dinheiro suficiente para ações mais efetivas, incluindo, talvez, a compra de equipamentos de alta potência para práticas mais eficazes de “tele” interação. Imagino que não é preciso ser versado em modernas tecnologias de comunicação para saber que o uso da internet e,

particularmente, da tecnologia chamada *videoconferência*, que oferecem mil e uma vantagens sobre essa proliferação de viagens, que sempre me lembram os enxames de tanajuras no início do verão do cerrado.

Em um resumo rápido, minhas viagens pelo Brasil como representante do MS consistiam, basicamente, em separar as eternas brigas entre o *peçoal do Inamps*, já lotados nos escritórios do MS nos estados, contra o *peçoal das SES*, nos primeiros tempos da descentralização e da unificação, ainda não concluídas mesmo nos primeiros dez anos da Constituição ter parido o SUS. Isso para não falar das brigas ainda mais rançosas e cabeludas entro o tal povo das SES e o dos municípios, em que se misturavam, além do ranço político-partidário, terríveis questões de vaidade pessoal e fuga de responsabilidades. Isso para não falar do quebra pau permanente entre os burocratas da máquina pública e os proprietários de hospitais e clínicas, quando uma coisa e outra não se confundissem.

Mas como militante do movimento municipalista, nos anos 80, minhas viagens foram ainda mais “divertidas” do que as ministeriais.

Vai aqui, num breve resumo, um repertório de curiosidades e escabrosidades que essas viagens me ofereceram. Mas o relato traz apenas uma síntese das situações que eu vivi, sem citar, por motivos óbvios, o nome de alguns dos *santos* atuantes em tais *milagres*, bem como a localização de seus respectivos santuários.

Em certa capital do Nordeste havia uma Primeira Dama – talvez não a única, mas sem dúvida a “primeira”, aquela que detinha o privilégio de dormir “em palácio” – que mantinha uma sala ao lado de seu marido, o Governador, na qual eram que distribuídas não só as famigeradas “AIH”, autorizações para se internar em hospitais pelo Inamps, como outros benefícios sociais, como programas de leite, de enxovais, de próteses etc. Ele era um mandatário poderoso, da estirpe de coronéis de engenho, um personagem de Gilberto Freyre, mas diziam as más línguas que quem mandava de fato, em casa, no palácio e mesmo no estado era a mulher, a qual, para impor seu

mando ao pobre marido lhe aplicava, periodicamente, surras com toalha molhada – para não lhe deixar marcas visíveis. Deve ter feito curso no DOI-CODI...

Em outra capital, no extremo Norte, a briga de egos era tão grande, que minha missão de apartar os contendores fracassou, porque o secretário da capital, um nissei com tremenda cara de mau, se recusou a fazer interlocução, mesmo sob a minha batuta de “agente federal”, com sua contraparte estadual, no que foi apoiado por sua equipe, a qual, à parte, me confessou que o risco de os dois se engalfinharem não era nada desprezível. Este mesmo secretário de estado é personagem de outro relato meu aqui nessas memórias – *Tem um médico a bordo?*

No Centro-Oeste assisti, certa vez, cenas de quase pugilato na partilha de AIH, marcadas por um cenário particular: de um lado e de outro da mesma mesa havia donos de hospitais, uns apenas isso; outros “acumulando a função” de auditores ou supervisores do Inamps. Macacos tomando conta da banana que outros símios disputavam. Neste dia, tive que segurar, quase que literalmente, meu amigo Antonio Carlos Cezario (que cedo nos deixou), que já ia se animando a proferir uma justa, exaltada e esbravejante lição de moral, porém meio inoportuna, àqueles sujeitos tão pouco republicanos.

Em uma aprazível capital do Nordeste, a viatura da SES foi me buscar no aeroporto, conforme combinado. Sem dilemas éticos, pois a viagem não era para apartar brigas com municípios ou com o Inamps. Como era noite – e ninguém é de ferro – principalmente nas cercanias do Equador, o percurso incluiu uma parada de algumas horas em estabelecimentos da *night* local, das mais animadas, por sinal. Até aí tudo bem, mas o que vocês acham daquele carro chapa branca estacionado bem em frente da choperia onde nos deleitávamos? E com o motorista dentro do veículo, a Senzala da vez, apartada da Casa Grande. E quando me manifestei sobre isso aos anfitriões eles apenas me disseram: *não se preocupe, aqui ninguém liga para essas coisas...*



Trabalhei na Funasa em uma época de vacas magras. Talvez não para todos os escalões, como é de praxe, mas para mim, pobre mortal, com certeza. Viagens, por exemplo, de preferência em voos noturnos ou promocionais. Diárias, o mínimo necessário, mesmo que para economizar você tivesse que sair de seu hotel ao meio dia para pegar um voo às dez da noite. Nos eventos de treinamento, acomodações coletivas para treinandos e treinadores. Foi dentro de tal contexto que me enviaram a Natal, para um seminário de planejamento, dos muitos que então se fazia, de forma meio compulsiva, sem que no final ninguém cumprisse o planejado e poucos sequer se lembravam do que foi ali discutido. Mas eu que não conhecia Natal – e nem as práticas funasianas ainda – me empolguei, principalmente ao verificar que a localização do hotel que me destinaram era simplesmente a famosa praia de Ponta Negra. Assim, apeei de meu voo lá pela meia noite e tanto, e tomei a viatura que me cabia, rumo ao paraíso (pelo menos no meu ingênuo entendimento). Ao chegar ao hotel, melhor dizendo, um *pousadão* meio abandonado e com sinais evidentes de decadência, vi que algo muito diferente me aguardava. Ao abrir a porta do quarto que me era destinado, me vi dentro de um cômodo grande, mas não ao ponto de caber com conforto as oito ou dez camas que ali estavam, das quais pelo menos sete já ocupadas por um bando de homens tagarelas, suarentos, roncadores e malcheirosos. A cama que ainda não estava ocupada, junto à porta do banheiro, naturalmente estava reservada para minha pessoa. Tinha ar condicionado, sim, mas o aparelho só fazia barulho – insuportável, por sinal – e bem em cima da minha cabeça. Ainda bem que a minha estadia ali foi curta, apenas uma noite.

Na Funasa, por essas e por outras, eu não duraria mais do que seis meses. É bem verdade que ainda fui pego em outra armadilha da mesma natureza, em uma reunião na Praia de *Mosqueiro*, no Pará. O nome de tal lugar, aliás, me pareceu altamente apropriado, dado as criaturas aladas que por lá abundavam.

Ainda como porta voz da Funasa, fui certa vez a uma capital do mesmo Nordeste. Bem naquele estado em que uma dinastia ocupou

(e talvez ainda ocupe) o centro do poder durante mais de quarenta anos. Ainda não esclareci? Vá lá... Para não me acusarem de preconceito, falo também das qualidades do lugar: é também a terra de Ferreira Gullar, Alcione e Zeca Baleiro. OK assim? A reunião à qual fui enviado ocorreu em uma chácara nos arredores da capital, visando evitar a evasão de participantes, fenômeno comum nesse tipo de evento, afinal nada mais do que *coisa dos homens de Brasília*. A reunião já começou tumultuada, pois as chaves dos cômodos da casa ninguém sabia onde estavam. A turma se virou debaixo das mangueiras mesmo. Faltou água também, inclusive para beber, pois a firma encarregada da entrega dos garrafões não deu as caras, por suposta falta de pagamento de entregas anteriores. Na hora do almoço, nada de comida, que também vinha de fora. Cada um se virou como pôde até que as marmitas chegaram, quase três horas da tarde, bem frias, junto com a entrega de água. Tudo bem então? Nem tanto. No dia seguinte havia água e a comida chegou pontualmente ao meio dia, mas não vieram os copos e os talheres... Melhor mesmo era comentário geral: *aqui é assim mesmo, lugar onde a família S. manda não podia ser diferente. Não tem solução...* De fato, o que faltava ali, principalmente, não seriam chaves, nem água, nem comida, nem talheres, mas principalmente autoestima...

Inusitada, também, foi a minha aventura em outra das capitais do Norte, ainda no tempo em que meu proselitismo se dirigia aos Secretários Municipais de Saúde, na qualidade de vice-presidente de sua entidade nacional. Eu havia sido convidado pelo Secretário local, um baixinho estranho, com cara de duende ou de ET, para fazer uma palestra para representantes municipais sobre a iminente fundação do que ele chamava de “Codesams”, na verdade, “Conasems”. Por mais que eu insistisse na nomenclatura correta o duende amazônico insistia em falar de seu modo, até que resolvi abandonar meus propósitos corretivos e acabei passando por ali como representante do tal “Codesams” mesmo. O ET não veio me esperar no aeroporto, mandando, em seu lugar sua secretária, morena alta e vistosa, meio indígena, meio mulata, a qual, logo percebi, tinha funções amplas na SMS, que iam desde cuidar da agenda do Senhor

Secretário até receber visitantes, passando também por distribuir ordens na repartição. A morena me conduziu gentilmente ao hotel onde eu pernoitaria, pois já era bem tarde, ficando de me apanhar no dia seguinte, como de fato aconteceu. Passei o dia em reuniões, almocei entre dignos colegas e no final da tarde, quem aparece de novo para me conduzir de volta ao hotel? Ela mesmo, a Morenona. A parte pitoresca do dia foi o que ela me disse ao chegarmos no hotel, já bem íntima, pois na véspera só me tratava por “senhor” e “doutor”. Foi assim: *“você me espere lá pelas dez que eu venho lhe buscar para dar um giro na ‘naite’ da cidade, que é bem animada. Vou só esperar meu marido sair para seu plantão na delegacia...”* Eu, hein? Disse que já tinha outro compromisso, agradei e me despedi. No dia seguinte ela voltou para me levar ao aeroporto e nem mais tocou no assunto noturno.

Outra de minhas tarefas habituais era a de representar o MS em Conferências de Saúde e outros eventos. Em algumas ocasiões eu era convidado diretamente pelos organizadores; em outras representava as chefias, particularmente meu particular amigo Gilson Carvalho, que adorava este tipo de evento, mas nem sempre podia comparecer a todos a que era convidado.

Em Santa Maria-RS, certa vez, não em uma conferência, mas em um congresso nacional de especialistas, fui fazer uma palestra sobre o processo de descentralização, mas só de última hora me avisaram que, além disso, eu estaria representando também o Ministro, no caso, Adib Jatene, que não poderia vir. Assim, por algumas horas, posso dizer que “virei” Ministro da Saúde e com tais prerrogativas fui logo convidado para um colóquio no gabinete de Sua Excelência o Prefeito Municipal, para uma roda de mate e alguma conversinha sobre AIH, convênios federais, repasses ordinários e extraordinários, além de outros temas igualmente espinhosos. Claro que eu não tinha resposta para tudo, afinal fora pego de surpresa. Tive então que me segurar com escapatórias genéricas, com as quais já estava acostumado. Mas aprendi, certamente, algumas coisas importantes sobre a cultura gaúcha, por exemplo, que você não deve passar

a cuia de chimarrão para seu vizinho de roda antes que a mesma “ronque”. Ou que as cuias de mate parecem ser diretamente proporcionais ao calibre da autoridade que as detêm. A cuia do prefeito de Santa Maria da Boca do Monte tinha uns trinta centímetros de profundidade e nela cabia um oceano de intragável chimarrão. Esvaziá-la foi um tremendo sacrifício, do qual custei a me recuperar.

Certa vez o convite era para Varginha, no meu estado natal. Tive que negociar, em primeiro lugar, o meio de transporte: preferi, contra a vontade de meu anfitrião, o velho e bom ônibus intermunicipal, pois já estava um tanto calejado com algumas viagens anteriores, realizadas em viaturas decrepitas do erário municipal. Acertada esta parte, rumei ao pujante município cafeeiro do Sul de Minas. Fiz a palestra de abertura de uma Conferência Municipal de Saúde, tudo dentro do esperado, pois de há muito tinha um discurso pronto, válido inclusive para as indagações da plateia, quase sempre previsíveis e pouco originais. Terminada a minha fala, ou mesmo antes dela, não me lembro bem, fui cercado, na porta do auditório, por uma repórter da TV local, que pelo visto fazia oposição ao Prefeito, organizador da conferência. E a repórter, que me lembrou a personagem de um sambinha cantado por Simonal, nos anos sessenta (*lá vai ela e pensa que é mulher*), do alto de seus quinze centímetros de salto e de sua exuberante maquiagem, que a tornava semelhante a uma mini-Cleópatra, partiu célere e sequiosa de sangue para cima de mim: *o que há de novo doutor, o que o Ministério pode oferecer a Varginha, onde há um total descaso com a saúde?* Eu, me afastando lateralmente um passo, mostrei para a câmera o auditório lotado e disse aos telespectadores, convicta e vitoriosamente: *a novidade é esta: cidadãos discutindo a saúde – e é daqui que devem sair as soluções que você está procurando.* Corta!, disse a moçoila, afoitamente. Dessa vez creio que não fui para o ar.

Nas Conferências de Saúde gostava de florear minhas falas, geralmente bem objetivas e didáticas (creio eu) com algumas citações de efeito. Em algum lugar, de que não me recordo agora, resolvi usar Manoel Castells para um *gran finale*: *eu participo, tu participas, ele*

*participa... eles decidem.* Aplausos delirantes! Perdi um pouco do entusiasmo, entretanto, quando olhei para as fisionomias contrafeitas do Prefeito e do Secretário Municipal de Saúde, na mesa de honra. No mesmo estilo, deixei escapar em local pouco apropriado a citação de Bernard Shaw, a respeito da proposta de casamento feita ao escritor irlandês pela Miss Inglaterra de então, o que, segundo ela poderia produzir criaturas que unissem a beleza dela com a inteligência dele. Shaw argumentou reduzindo ao argumento a seu oposto: *e se herdassem a minha feiura e a seus escassos dotes intelectuais, senhorita?* O evento era um seminário de diretores estaduais da Funasa e o que motivou a citação de Shaw foi o risco de que o casamento entre Sucam e FSESP não produzisse uma criatura viável. Foi demais, acredito, mas pelo menos deve ter colaborado para antecipar minha saída da Instituição.

Em Goiânia, certa vez, ao terminar minha fala, fui interpelado por um cidadão na platéia, que queria que eu explicasse uma frase minha durante a palestra, que ele tinha entendido como uma ofensa ao SUS. Algo como: *um sistema assim não tem jeito mesmo.* Logo me dei conta do que acontecera e dos motivos da má interpretação. O sujeito simplesmente entrara no auditório (e eu o tinha visto justo nessa hora) no meio de um raciocínio meu, no qual eu falava sobre o notório domínio dos interesses privados e corporativos na saúde e as dificuldades que isso produzia, donde aquele arremate que o repugnou. E não houve argumento meu que o convencesse que eu era do bem, do lado dele, não daquele “outro lado” que ele rejeitava. E já então eu desconfiava dos militantes, aquelas pessoas que retalham o mundo à sua imagem, semelhança e conveniência, passando a tomar a parte como se fosse o todo. Em todo caso, devo dizer que até já ouvi gente acusar Chico Buarque de machista, pela letra de Mulheres de Atenas. Pode?

Nem tudo são horrores, todavia. No final dos anos 90 coordenei um trabalho de extensão universitária no município de São João da Aliança, em Goiás. Eu fora procurado pelo então Secretário Municipal de Saúde, um gaúcho de sangue quente, mas muito boa praça,

misto de fazendeiro e chofer de caminhão, chamado João Roberto Piass. Ele queria apoio da Universidade de Brasília para sua recém implantada repartição, o que me deixou animado, sendo este tipo de coisa um tanto invulgar no meio das administrações municipais, geralmente formadas por pessoas autossuficientes e desconfiadas em relação à ajuda acadêmica, ou muitas vezes pouco criativas e dependentes das ordens dos prefeitos. Assim, um dos projetos que a cooperação da UnB desenvolveu, o único que teve princípio, meio e fim, aliás, foi a organização de uma Conferência Municipal de Saúde, a primeira delas na cidade. João Roberto teve permanência curta na administração; saiu de lá rompido como prefeito, com quem se desentendeu tão seriamente a ponto de trocarem sopapos na via pública. Coisas da política, não só interiorana...

São João da Aliança, cidade situada uma centena e meio de quilômetros a Nordeste de Brasília, território de gaúchos emigrados plantadores de soja, porta de entrada da Chapada dos Veadeiros, era também conhecida nas rodas hospitalares do DF como “São João das Ambulâncias”, dada a notória precariedade dos escassos serviços de saúde ali existentes.

Esta conferência não deixou de ser um evento notável. Não poderia afirmar com certeza, mas acho possível que nunca mais tenha se repetido algo assim na cidade, com exceção, talvez, de algum show sertanejo no mesmo local onde ocorrera. Conseguiu-se reunir no Ginásio de Esportes da cidade mais de trezentas pessoas. Como a lei 8142 mandasse, “sabidamente”, que metade do público fosse composta por representantes institucionais, isso claramente inviabilizaria o evento (afinal onde iríamos encontrar mais de cem representantes de tal extração?). Assim foi que resolvemos “pular” esta parte, a da *paridade* prevista na lei, e realizamos a conferência com maioria absoluta de usuários – como naturalmente seria mais razoável. No meio dos debates, que iam bem mornos e com conteúdo previsível, um pastor pentecostal pede a palavra. Eu já o conhecia de reuniões anteriores, mas não exatamente suas opiniões sobre a saúde, que eu temia fossem marcadas pelo conservadorismo e fundamenta-

lismo religioso, como acontece com essa gente. Mas qual! É bom realmente não ter pré-conceitos de nenhuma espécie. O homem simplesmente nos brindou com uma magnífica reflexão inspirada em versículos bíblicos, dizendo que de fato os desígnios de Deus eram de que todos tivessem boa saúde, e que isso só poderia ser conseguido graças a esforços e cada um e de todos, da sociedade e dos governos, no sentido de se promover hábitos saudáveis, de ajudar o próximo a conhecê-los, de ter a saúde com um bem divino, mas de cujo cuidado deveríamos nos sentir responsáveis. E citou, uma a uma, diversas passagens da Bíblia que reforçavam seu pensamento.

Mesmo com momentos gratificantes como este, o fato é que cansei de falar ou participar de eventos públicos. Em parte, porque passei a me sentir desatualizado, mas também porque assumi como regra de pensamento a expressão *a unanimidade faz mal à saúde*, que também virou título de um livro meu. E me fatiguei em repetir unanimidades, redundâncias e platitudes, passando a preferir enunciados novos e desafiadores, muitas vezes encarados como apostasias pelo establishment sanitário, que já não me acolhia calorosamente como o fizera no passado. Enfim, coisas pouco apropriadas para o tipo de plateia das conferências e eventos assemelhados.

Minha última participação deste tipo, com público amplo e muita polarização de debates, se deu por volta de 2013, quando minha amiga Ana Costa me solicitou que proferisse palestra sobre Determinantes Sociais em Saúde, em um evento destinado a qualquer coisa como “saúde de minorias”, o que incluía desde GLBT a seringueiros; de garimpeiros a ribeirinhos; de assentados do MST a ciganos; passando ainda por indígenas e afrodescendentes, sem deixar de lado aqueles indefectíveis *povos do campo e da floresta*, que nunca entendi muito bem quem são de fato. Quando se escrever a história das políticas sociais capitaneadas pelos governos do PT isso certamente será esclarecido.

Lá pelo meio da minha fala eu me referi aos *tempos negros* da saúde, a era das pestes etc e tal. Percebi, então, um murmúrio suspeito na plateia. Quando terminei, já havia sido formada uma fila de interlocutores, melhor dizendo de inquisidores, querendo que eu me explicasse e até mesmo me desculpasse pela *expressão racista* que usara em minha fala. Achei que era brincadeira, mas não era. A mesa, sintonizada com o clima da inquisição já instalado na plateia, permitia a inscrição de cada vez mais pessoas, com as interpelações se transformando em verdadeiras diatribes acusatórias contra mim e contra os intelectuais em geral (vi logo que este era o principal problema que viam em minha pessoa ali – logo eu...), com conteúdo totalmente distante do tema da palestra. Houve até quem visse no diapositivo que mostrava um grupo de sem-terra armados com enxadas e foices, colocado ali exatamente para mostrar a importância da luta pela saúde dos menos favorecidos, como uma acusação de violência ao MST. Quando finalmente me foi dada a palavra, após meia hora ou mais de agressões e ironias, tive oportunidade de proferir a frase mais marcante de que já fui capaz, a qual daria uma fortuna para repetir muitas vezes mais: *desculpem, meus amigos, não tenho como responder – não é que me deu um ‘branco’?* Coloquei, é claro, a ênfase necessária nesta última palavra, pois, como se sabe, inquisidores não costumam ter muito senso ou percepção de o que é humor. E fui embora sem mais nenhum comentário.

E além do mais, se o tal encontro era destinado às *minorias*, como anunciado nos folders e faixas da entrada, bem que me cabia reivindicar também tal estatuto, nem que fosse para me defender dos ataques que sofri, pois afinal eu era um dos poucos *brancos, heterossexuais, letrados, católicos, urbanos* que ali faziam presença.

Hoje as palestras e falas em público não me pegam mais, nem do lado de baixo, na plateia e muito menos do lado de cima, em algum palco. Sou mais feliz assim.



## Algum médico a bordo?

Nunca fui de apregoar minha condição de “doutor” médico. Talvez nos primeiros momentos de minha vida profissional cheguei a me orgulhar – *ma non troppo* – de receber tal tratamento das pessoas que me rodeavam. Mas logo que fiz meu primeiro bloco de receitas e o carimbo correspondente, mandei colocar neles apenas: *Flavio A. de Andrade Goulart – Médico*. Até hoje me incomoda ver alguns médicos se apresentarem assim, quando atendem o telefone, por exemplo, ou quando se candidatam a um cargo eletivo. Não poupo de minhas críticas os demais profissionais, que por razões de afirmação em um mercado competitivo dominado simbolicamente pelos médicos, também se auto-intitulam “doutor”. Minha mãe, certa vez, ao ver minha empregada me tratar por *Seu Flávio* (aliás, *Frávio*) e até às vezes por “você”, me admoestou: *meu filho, mas você é um médico, deve exigir ser tratado de forma diferente...*

Mas eu queria falar aqui é de outra coisa.

Sabem vocês daquele momento, dentro de um avião em pleno voo, que pelo alto-falante alguém da tripulação indaga se *há algum médico a bordo*? Pois é, principalmente nessas horas a minha “doutoridade” pede demissão.

Curioso é que, quando eu era médico de verdade, isso nunca havia acontecido comigo, mas bastou eu começar a trabalhar com saúde pública, e por consequência viajar muito de avião, na proporção em que meus conhecimentos clínicos iam se desvanecendo, tais acontecimentos começaram a se repetir de forma incômoda. Em uma das primeiras vezes que aconteceu, logo percebi a causa do chamado: havia um diabinho de três ou quatro anos em apuros, acompanhado de pai e mãe, logo nas fileiras da frente. Uma criança hiperativa que corria desenfreadamente pelo corredor central do avião e que de repente, ao ser contido pela mãe, com um puxão no braço, começou a berrar desesperadamente. Fácil o diagnóstico, feito por mim

lá da antepenúltima fileira: *luxação ulnar*, ou seria *cubital*? – para alguma coisa as aulas de ortopedia deveriam ter me servido.

Dei uma olhada para ver se ninguém acudia ao chamado e como nada acontecesse, fui eu mesmo, ver se podia fazer alguma coisa. Por sorte, o pouso estava próximo e me coube apenas indicar algo que uma das comissárias já estava providenciando, uma contenção de Velpeau, feita com um pano triangular, unindo junto ao tronco o bracinho lesado. A moça já ia feito a coisa certa, mas como eu era o doutor a bordo, os cumprimentos vieram para mim, que aprovei o procedimento. E para complementar minha sábia participação no caso, recomendei a visita a um ortopedista, logo após a aterrissagem.

De outra feita, queriam que eu atestasse se uma grávida, aparentemente em seu derradeiro momento antes do parto, já embarcada, poderia prosseguir viagem. Como eu estava nas fileiras da frente, quase ao lado da moça, não pude conferir se havia alguém mais a bordo que se desincumbisse disso. Expliquei que não poderia atestar nada, por desconhecer o estado da gestante e não ter como avaliá-la com uma simples conversa, embora ela garantisse à tripulação que seu médico lhe havia dito que havia pelo menos quinze dias livres pela frente e que ela estava viajando exatamente para dar à luz onde estava o marido e outras pessoas da família, ou seja, em Brasília, destino final do voo. No final, como insistissem em molestar a pobre criatura, resolvi me assumir como médico, dizendo que tudo indicava não haver problemas que a impedissem de viajar. E assim aconteceu. Ao ver a recepção que o maridinho lhe fez em Brasília, duas horas mais tarde, pude perceber que minha intuição estava inteiramente correta – não em relação ao momento do parto em si, que continuava sem condições de avaliar, mas quanto à importância da convivência amorosa e familiar, não só para uma gestante, como para qualquer outro ser humano.

Mas o pior mesmo me aconteceu em um voo de Brasília para Rio Branco, no Acre, numa daquelas operações de apartação de brigas. Logo ao entrar no avião eu vi um pobre sujeito, verdadeiro espec-

tro magro e pálido, munido de soro, sonda, coletor e tudo mais que se usa nos hospitais para prolongar o sofrimento de pacientes. Era seguramente um daqueles casos *desenganados*, remetido à origem para morrer em paz, junto à família. E nem havia embarcado em Brasília, onde ocorria apenas a escala de voo nascido em São Paulo.

Lá pelas tantas não deu outra, procuravam um médico a bordo. Dessa vez eu me assentava na fileira trinta e tantos e pude observar se havia alguém disponível nas poltronas à minha frente. Aparentemente não havia e assim eu caminhei para o sacrifício. Vi logo que não havia nada a fazer, a não ser esperar o pouso e torcer para que uma ambulância estivesse a postos. E estaria, me garantiu a comissária. Fiquei por ali alguns momentos fazendo cera, tomando o pulso do paciente, fazendo-lhe algumas perguntas formais, que ele mal compreendia ou respondia. Eis que me aparece um “colega”, vindo de uma ou duas fileiras atrás, um daqueles que espera para ver se alguém se candidata primeiro. Concordou com minhas observações, aliás, perfeitamente dispensáveis no caso, e retornou a seu lugar de assento, até porque o pouso já se aproximava.

Tal viagem a Rio Branco era para apartar mais uma daquelas famosas contendas entre gestor estadual e municipal – eu na condição de “juiz” federal. Logo na descida vi que havia repórteres TV à espera – à minha espera! – já que haviam sido avisados pela turma municipal da chegada de uma “autoridade” de Brasília, que viera por fim à sonegação de verbas e informações de que eram vítimas por parte do governo estadual, ao qual o prefeito de Rio Branco, filiado ao PT, fazia oposição. Boa matéria para escândalo, como se vê.

Quando já me preparava para falar, ainda medindo a boa e necessária cautela que o caso requeria, percebi que o “colega” de minutos antes também se aproximava das câmeras e repórteres, sem que lhe tenham dado muita atenção. O que eu não sabia, mas me foi confirmado depois pelos agentes municipais, que aquele era o Secretário de Estado da Saúde, figura mafiosa segundo eles, que agia o tempo todo estragando a festa do governo petista que lhe fazia opo-

sição. Ao que parece, imaginou que a reportagem seria dedicada a ele e não ao estranho que acabara de desembarcar...

Assim é o Brasil e o Acre nada mais é do que uma parte dele.

## **Como produzir um ótimo relatório**

Meu gosto pela escrita acabou me aproximando de uma atividade que exerci com bastante frequência ao longo de minha vida, às vezes de graça, outras vezes pago para tanto. Nos últimos tempos a segunda modalidade tem sido a mais frequente. Falo da elaboração de relatórios de conferências de saúde e outros tipos de reunião, de que o setor é pródigo. Afinal, a turma da saúde gosta de debater, embora mostre certa dificuldade em acrescentar coisas novas no cenário, incorrendo naquele *mais do mesmo* a que já me referi antes.

Uma dessas tarefas me trouxe especial notoriedade, com gratificação financeiramente modesta, mas certamente intelectual e simbólica. Em 1999 eu estava morando no Rio de Janeiro, cursando o Doutorado na Fiocruz e alguém que já conhecia o meu trabalho no campo das relatorias indicou meu nome para a Comissão Organizadora da Conferência Estadual de Saúde daquele ano. Imagino que isso deve ter causado alguma estranheza em muita gente, pois a saúde, não só no Rio como em outros locais, é profundamente marcada pelas simpatias (ou antipatias) ideológicas, partidárias ou simplesmente grupais. E o escolhido era um sujeito que não pertencia a nenhum grupo ideológico ou de afinidade eletiva local, não era filiado a nenhum partido e além do mais era um cara de fora, totalmente desconhecido pela patota. Assim, fui à luta, sabendo dos riscos que corria, mas ao mesmo tempo tendo a certeza de que meu descolamento da situação local poderia ser fator de sucesso, mais do que de fracasso.

O ambiente era tenso... A tradicional disputa entre brizolistas, petistas, comunistas da velha guarda, chaguistas, além de outros “istas” misturava gasolina e fósforo aceso em todos os ambientes, já desde a fase preparatória, com sinais de detonar e por a perder todo o processo da conferência. Além disso, em pleno evento, um líder da área da enfermagem foi assassinado em um subúrbio carioca, por prováveis disputas por controle sindical. Isso, evidentemente, repercutiu na própria conferência, que alguns chegaram a propor que fosse suspensa.

E eu lá, firme atrás do meu laptop, contando com a ajuda de duas moças minhas colegas na ENSP, ambas dotadas de forte espírito militante, como era de praxe ali. E as tais ajudantes, mesmo me respeitando como relator oficial, chegaram a me questionar algumas vezes, com preocupação, se não seria adequado ouvirmos, se não ao final de cada dia de trabalho, pelo menos no final do evento, as lideranças para ver se o conteúdo que estávamos registrando seria o mais adequado. Acreditam? E eu: *vamos tocar o trabalho sem esse tipo de coisa; o relatório será entregue em duas ou três semanas, de acordo com o contrato firmado e aí, se tiverem questionamentos, mudarei o que for necessário*. Era bem um sinal das expectativas gerais, mas mantive minha decisão. E para evitar maiores contratempos me retirei para Friburgo depois do último dia, na casa de minha tia Teresa, e passei vários dias lá tocando a escrita do documento.

Não foi um trabalho fácil: poderia ser comparado ao ajuntamento de cacos de uma garrafa atirada do sétimo andar. Como era de praxe neste tipo de evento, já na ocasião e até hoje, cada grupelho ideológico, se esforçava para colocar nos relatórios intermediários derivados dos grupos suas ideias, às vezes perfeitamente idênticas às dos rivais, mas marcadas por palavras de ordem ou jargões característicos de cada facção, com disputas até mesmo em torno de posições das vírgulas em uma frase. Mas eu que já tinha experiência nisso, ou seja, em organizar a miscelânea, fui desconstruindo hipérboles e outras piruetas semânticas, sem descuidar de eliminar as abundantes redundâncias e platitudes, de tal forma que elabo-

rei um relatório que tinha como principal qualidade o fato de ser *legível*, além de *enxuto*. E que uma vez concluído foi entregue aos contratantes, com abertura para as devidas correções e ajustes – que não aconteceram, simplesmente...

Qualidade minha de escreva? Nem tanto... É do ofício militante agir apenas no calor das batalhas, para depois cuidar de outra coisa, desde que seja também algo forjado em altas temperaturas e que lhes permita a continuar a enxergar o mundo através de uma janelinha – *a sua janelinha* – e deixar a vida seguir adiante.

Disse muita coisa sobre o presente tema, mas não disse tudo. Em que consiste um relatório de Conferência de Saúde, seja ela local, estadual ou nacional? Cabe esclarecer. Na minha experiência, trata-se apenas de um amontoado de ideias bem-intencionadas, na maioria das vezes, embora algumas sejam totalmente algumas desconexas ou descabidas, além de outras já contempladas na legislação e nas normas – para dizer pouco. Utilidade duvidosa, portanto. Penso que o meu relatório do Rio ficou bem cuidado, do ponto de vista formal, certamente, por refletir com fidelidade o conteúdo que ali se discutiu. Mas quanto a sua aplicação prática, desculpem, tenho sérias dúvidas que tenha servido para alguma coisa.

Minha situação nestes casos é mais ou menos a de um arquiteto que projeta e até constrói moradias onde ninguém vai habitar. Mas a vida segue.

## **Escola Nacional de Saúde Pública**

Em 1980, com menos de dez anos de formado, eu já tinha concluído que meu negócio não era, absolutamente, ser um daqueles médicos tradicionais, com todos seus rituais de roupa branca, plantões, empregos diversos, pacientes dependentes, além da prerrogativa de ser chamado de *doutor*. Neste momento, uma luz se acendeu no horizonte: uma especialização na renomada Escola Nacional de

Saúde Pública, ligada à Fiocruz, no Rio de Janeiro, por onde alguns conhecidos meus haviam passado, trazendo de lá menções muito positivas. Foi assim que me candidatei a uma vaga em um curso de especialização em Planejamento de Saúde, fui aprovado e, munido de família, mala e cuia, rumei do sertão do Triângulo Mineiro ao litoral carioca.

Éramos sete emigrados, então: eu, Eliane, Daniela, Maurício, Nanda, Maria José, nossa empregada, além de seu filho recém-nascido, Wesley. Alugamos um apartamento térreo, melhor dizendo *subterrâneo*, de dois quartos, na Tijuca, numa rua de tráfego pesado, em dois sentidos da palavra, de frente para o Morro do Salgueiro. À noite dormíamos ao som de ônibus passando, tiros e batuques. Pelo menos não havia balas perdidas ou, pelo menos, não chegamos a dar notícias delas. Ao chegar em casa, à noite, às vezes era preciso afugentar do corredor algum rato notívago. Mas éramos jovens e tudo isso fazia parte do enredo.

Escola Nacional de Saúde Pública. Ela acabava de sair de alguns anos de sufoco impingidos pela ditadura, que até seu nome mudou para “Presidente Castelo Branco”. Na Fiocruz havia sempre um coronel ou preposto dos militares no comando, inclusive um que era simplesmente o pai de uma grande liderança de esquerda nos anos seguintes: Eduardo Jorge.

Primeira impressão: os horários de trabalho. Nada ocorria ali antes de nove horas da manhã, às vezes até mais do que isso. Às quatro da tarde era hora de se mandar, porque o tráfego (ou o tráfico) na Avenida Brasil, defronte, já não eram brincadeira. Os almoços na própria ENPS, sofríveis em termos de qualidade, pelo menos incrementavam o contato entre os que ali ensinavam e aqueles, como eu, tentavam aprender alguma coisa.

Nas aulas, o marxismo comandava o cenário. Os que não rezavam nessa cartilha não se sentavam à pequena mesa da intelectualidade enspiana. E palavras como “positivista” ou “funcionalista” eram consideradas como pejorativas. A figura dominante era a de Sérgio

Arouca, paulista emigrado para o Rio, liderança do PCB, que granjeara grande fama entre boa parte da esquerda sanitária de então graças à sua tese de doutorado na USP: *O Dilema Preventivista*, tecida em forte jargão marxista e estruturalista. Desconfio que muitos de seus louvadores não a tenham lido, de fato. Eu, pelo menos, confesso que li apenas alguns excertos, coisa obrigatória na ocasião. Arouca se fazia acompanhar de uma trupe de peso, dentro da qual se destacavam os argentinos exilados Mario Hamilton e Adolfo Chorny, além de sua esposa de então, Annamaria Tambelini. Sobre Arouca já tive oportunidade de fazer outros comentários nessas memórias, meio na contramão do que se diz dele em outras rodas, quando narro a fundação do Conasems.

Figura curiosa da época era Jayme Araujo Oliveira, que ministrava uma disciplina de Política de Saúde e Teorias do Estado (ou algo assim). Jaime era filho de Severino Araujo, maestro da histórica Orquestra Tabajara. Ele era ortodoxo em sua crença marxista, ao ponto de se sentir provocado quando alguém levantava questões, por exemplo, relativas à emergência do movimento Solidariedade, antagônico à ditadura comunista da Polônia. Ele empalidecia e simplesmente desqualificava a questão e seu formulador, dizendo que não estava ali para ser provocado. Quando o Muro de Berlim ruuiu, alguns anos depois, me disseram que ele, que já tinha formação psicanalista, resolveu sair da ENSP para ir trabalhar ao lado de um divã.

Mas não posso me queixar, em absoluto, da formação que a ENPS me ofereceu, principalmente com a convivência com algumas poucas pessoas realmente capazes e dotadas de grande clarividência e crítica em relação ao dogmatismo da maioria. Recordo-me especialmente de duas delas.

Cecília Minayo, por exemplo, ministrava uma disciplina ligada à metodologia das ciências sociais. Pessoa doce, mas ao mesmo tempo firme e decidida, calejada pela perda de uma filha, ainda criança, com câncer. Era minha conterrânea e até mesmo descobrimos que ela havia sido colega de minha tia Angelita no colégio Nossa Senho-



ra das Dores de Itabira – coisas de mineiros. Ela tinha formação marxista, como todos os demais, mas professava uma abordagem das ciências sociais mais leve e eclética, sem dogmas, valorizando também o pensamento de autores não marxistas, como Weber, Levi Strauss, Durkheim e outros. Cecília acabou sendo minha orientadora de dissertação no mestrado, alguns anos depois. Devo a ela muito da minha visão relativizadora do mundo, sem perder a compostura ideológica e nem a ternura, claro.

Joaquim Cardoso de Melo dedicava-se ao tema da educação em saúde. Nele o carisma e a gentileza no trato com os alunos eram marcas registradas. Tinha também formação e filiação à esquerda, mas com certeza não era um dogmático. Homossexual assumido, mas não militante, faleceu precocemente, vítima da aids.

Apesar de ter chegado na ENSP em plena ditadura, já pude perceber ali a forte demarcação ideológica que ali imperava e creio que ainda vigora. Não havia, definitivamente, gente da banda *direita*, longe disso. Todos os docentes e pesquisadores, além dos trabalhadores mais organizados, eram gente convicta de esquerda, mas que nunca se entendia, graças aos diversos “ismos” presentes no cenário: comunismo, petismo (ainda incipiente), chaguismo, brizolismo, anarquismo etc. As costumeiras assembleias gerais, tendo como mote mais do que aumentos salariais (como hoje), a luta contra a ditadura, apesar da aparente sintonia ideológica, mesmo assim eram palcos onde tal esgrima ideológica se punha a nu.

Mas a turma que me acompanhava naquele curso, sem dúvida, tinha alguns expoentes, entre eles, José Gomes Temporão, que chegou a ser Ministro da Saúde no governo Lula, Eduardo Levkovitz (Dadá), que foi meu chefe no Ministério da Saúde uma década depois, tendo sido também funcionário *top* da OPAS, além de Zezé Polessa (sim, ela mesma!), a grande atriz de novelas da Globo, pessoa linda e simpática desde aquele momento.

Estive na ENSP durante alguns meses em 1980, na tal especialização e ali retornei, para o mestrado, entre 1989 e 1990 e depois para o

doutorado, em 1999. A cada partida pensava em nunca mais voltar, decisão que por duas vezes não consegui manter, por razões que só o coração compreende. Mas o saldo de minhas idas para lá certamente é positivo. Se me permito fazer críticas à instituição, não é por desprezá-la, muito antes pelo contrário. Como, aliás, deve acontecer nas grandes amizades e amores.

Mas ainda me divirto em provocar alguns ensaios atuais, nas redes sociais, em comentários irônicos, mas respeitosos, quando destilam sua visão de mundo fundada na ideologia, no facciosismo e no *wishful thinking*, verdadeiras marcas registradas da querida e inesquecível escola que me abrigou por três vezes. Mas que nem por isso a desmerecem.

### Prefeituras...

Prefeituras? Conheço bem. Trabalhei em uma delas por oito anos e isso só me fez respeitar a lida dos prefeitos, seus secretários e servidores em geral, nem sempre bem compreendidos pela população e quase sempre mal compreendidos pelos Promotores e Juízes.

Dizendo assim, de maneira genérica, farei todos acreditarem que sou um defensor intransigente da atuação local e das políticas de descentralização. Mas não é bem assim, defendendo alguns princípios relativos a isso, mas ao mesmo tempo a prática me mostrou que eles não podem ser estendidos e replicados sem críticas e, diria mesmo, sem algumas cautelas.

Os bons municipalistas dizem que a gente nasce e vive (e morre também...) em municípios, não no estado ou na Nação. Acho que isso é bastante abstrato, mas certamente vale como figura de estilo e slogan de crença na descentralização das políticas públicas.

No SUS, a expressão *A municipalização é o caminho* ficou consagrada, mas na verdade, em minha modesta opinião, este caminho às vezes leva ao abismo – quando não a lugar nenhum.

Além da minha atuação em Uberlândia, como Secretário Municipal de Saúde em dois mandatos, por força de outras atividades que exerci, tive múltiplos contatos com municípios, dentro e fora da questão específica da saúde. Com efeito, na minha época de Ministério da Saúde não foram raros meus contatos com Prefeitos e Secretários de Saúde que, aliás, fazia parte de meu ofício, quase sempre em missão de esclarecimento, cooperação técnica e, por que não dizer, também de apartação de brigas. Depois, na UnB, fiz parte de um pequeno núcleo de assessoria a municípios, dentro do NESP, Núcleo de Estudos em Saúde Pública, tendo a meu lado o insubstituível amigo Carlo Zanetti. Antes disso, por algum tempo, prestei assessoria ao IBAM, Instituto Municipal de Administração Municipal, através do qual, em convênio com a Fundação Nacional de Saúde, realizei um diagnóstico da situação de saúde dos municípios do então recém-criado estado de Tocantins. Por conta disso acabei vindo morar em Brasília. Mesmo em Uberlândia, tinha contatos frequentes com as cidades da região, que se viam muitas vezes empolgadas com as coisas que nós, da *cidade grande*, fazíamos. Minha tese de doutorado na ENSP/Fiocruz foi baseada em estudos de casos municipais. Ainda na década dos noventa, realizei, junto com minha inesquecível monitora Michele Lessa, o primeiro estudo relativo à saúde nos municípios do Entorno do DF, tendo visitado e analisado mais de duas dezenas deles.

Por força disso estive em lugares tão variados como Curitiba, Vitória da Conquista, Cidade de Goiás, Crato, Uberaba, Poços de Caldas, Campo Grande, Guaraí de Tocantins, Alto Paraíso de Goiás, São João da Aliança, Ibiá, Formosa, Santa Isabel, Macapá, Ceres, Rio Branco, Manaus, Porto Velho, São João Del Rey, Sete (e Três) Lagoas, Guarulhos, Salvador e muitos outros. Difícil dizer o que tais cidades têm em comum, só me arriscaria a afirmar que nenhum deles tinha administração do PT quando os visitei como consultor-prestador de serviços, pois como todo mundo sabe, petista só contrata petista – o que considero uma injustiça comigo, que votei no Lula quatro vezes.

Antes que me perca nas ironias e críticas à gestão municipal, devo reconhecer algumas das suas qualidades. A maior delas, certamente, é a proximidade com quem de fato precisa dos serviços públicos, aliada à possibilidade de que os respectivos demandantes batam à porta, real ou literalmente, das autoridades e de seus prepostos. Isso é uma situação única, que jamais ameaça um burocrata na Esplanada dos Ministérios. Prefeitos roubam do erário? Sim, as evidências são claras e permanentes. Mas, convenhamos, quem seria mais perigoso: um prefeitinho que bem ou mal tem cidadãos e vereadores de oposição por perto, ou algum daqueles burocratas abrigados nas casamatas refrigeradas das capitais dos estados ou de Brasília? Ficam assim registrados os princípios de minha simpatia por aqueles que têm sob seu encargo a gestão de qualquer política ou programa no nível local, sem que isso me impeça de também enxergar o outro lado da moeda. Sem esquecer que a corrupção não conhece fronteiras e que nos ambientes relativamente pouco republicanos das Prefeituras e Câmaras de Vereadores podem acontecer – e acontecem – as mutretas mais diversas.

Os gabinetes dos Prefeitos, por exemplo, são ambientes curiosos. Refrigerados ao ponto de escorrerem estalactites de gelo dos tetos. Mau gosto quase sempre presente, nos móveis, nos tapetes, nos decotes das secretárias, nos estampados dos sofás. Mas o que espanta mesmo é a quantidade de gente que faz ponto ali. Não sei bem a que se dedicam, se são funcionários com funções definidas ou apenas ordenanças, à espera, quem sabe, de uma ordem de cima que nunca se sabe quando virá. Seriam apenas amigos, aderentes, cabos eleitorais? Não se sabe quase nada deles, apenas que geralmente são muitos e constantes, quase sempre do sexo masculino. Já passei manhãs e tardes inteiras em reuniões em tais ambientes e ao entrar e ao sair via todos eles ali, com o ar de quem tinha tarefas sérias a cumprir, olhando para o teto ou para eventuais pernas e quadris femininos que por ali transitassem. Mas para mim sempre foi um mistério saber exatamente a que se dedicam de fato.

As moçoilas de gabinete! Estas, pelo menos, têm com funções mais definidas, por exemplo, de convidar as visitas a entrar para o encontro com Suas Excelências, ou de servir água e café. Costumam estar presentes em bandos de duas, três ou até mais. Saias justas e curtas, decotes generosos, longas unhas negras, perfumes que se sentem já na esquina, fazem parte do cenário.

Instituição valorizada e constante as Prefeituras de todo o Brasil são os veículos, melhor dizendo, as “aviaturas” chapa-branca. Sua Excelência quase sempre dispõe de uma dessas, geralmente um daqueles *carrões de tiozão*, que a indústria nacional é pródiga em lançar, embora retire de circulação pouco tempo depois. Os Prefeitos as utilizam até para ir à esquina, mas gostam mesmo é de viajar à capital – ou sabe-se lá onde – em uma delas. E se a autoridade vai com a cara do visitante, este pode estar certo que será convidado, honrosamente, a se mover em uma delas, até mesmo para ser levado ao seu hotel, mesmo que este fique na quadra seguinte à Prefeitura. Como ninguém é de ferro, a importância do auxiliar, adjunto, agregado ou burocrata municipal é dado pelo acesso que o mesmo tem a um dos tais semoventes – mesmo que seja um Fiat 147 dos anos 80, que milagrosamente ainda faz parte da frota de algumas prefeituras pelo Brasil a fora.

E ainda, falando de tais “aviaturas”, uma lição que aprendi em minhas visitas terrestres a prefeituras foi a de jamais aceitar a oferta de veículos do erário municipal para viajar, ou mesmo para me locomover na cidade, dado que o risco de se embarcar em um fóssil oitentista é muito grande. Uma das poucas vezes que aceitei, a viagem, rumo a Diamantina, era noturna e passaram-se algumas horas para que eu descobrisse que todos aqueles faróis altos de caminhões que nos vinham diretamente na cara tinham uma explicação: as luzes da vetusta viatura, uma Panorama Fiat pleistocênica, miravam diretamente a copa das árvores na beira da estrada, independentemente de estarem em modo alto ou baixo.

Trabalhei em municípios grandes e pequenos do interior do Brasil. Eu poderia citar os casos de Uberaba e Poços de Caldas, na primeira

categoria, mas o que vou narrar aqui não é prerrogativa deles, mas sim do conjunto. Trata-se do fenômeno dos “Intocáveis”. Elliott Ness veio para o Brasil? Não é bem isso, mas outra coisa. Falo daquelas situações que um consultor detecta como realmente problemáticas e impeditivas de progressos e que precisam ser mudadas rapidamente para não comprometerem os processos de rearranjo do modelo de gestão ou assistência, mas que são rejeitadas liminarmente pela Autoridade, sob o argumento de que: *com esse aí não posso mexer*. E “esse aí”, pode ser o tanto o marido de uma vereadora (ou vice-versa), ou um cabo eleitoral, um médico que colaborou na última campanha eleitoral ou simplesmente algum outro *intocável*, sem que se explicitem razões, digamos, republicanas, para tal qualificação. Nas duas cidades que citei acima, verdadeiros centos metropolitanos de influência regional, pequenas coisas como essa inviabilizaram processo de mudança que poderiam realmente fazer a diferença nos respectivos sistemas de saúde. Tudo acabou ficando como dantes, com o pobre o consultor se sentindo como um arquiteto que projeta casas que ninguém chega a construir ou menos ainda habitar. Por essas e por outras parei de brincar disso, ou seja, de prestar consultoria a prefeituras.

Quando fui Secretário de Saúde em Uberlândia, em dois momentos, devo admitir que talvez tenha ficado muito *mal-acostumado*. Já explico: é que eu gozava de total confiança de meu prefeito e autonomia bem grande para tomar muitas decisões sem consultá-lo previamente – é claro que nunca deixando de cientificá-lo posteriormente, mesmo à custa de serem revertidas eventualmente algumas dessas decisões. Nenhum mérito meu ou dele, apenas penso que isso deveria ser o normal na gestão, seja ela pública ou privada. Não era, contudo, a situação que eu encontrava quando olhava ao redor, desde quando estava em Uberlândia, entre meus pares dos municípios vizinhos, ou mesmo depois, quando assessorei prefeituras pelo Brasil a fora. Aliás, sempre fiquei vivamente impressionado com as limitações de certos secretários, impossibilitados até mesmo de comparecer a uma reunião fora do município, por conta de restrições de passagens ou diárias, bem como, eventualmente, de

enviar um simples funcionário à capital para algum treinamento, para não falar em advertir ou punir um funcionário relapso. Com aqueles *intocáveis* de um lado e esses “*despoderados*” de outro, fica realmente difícil, se não impossível, fazer alguma coisa que preste. Ainda bem que tem gente que resiste e até insiste, mas este deixou de ser o meu caso.

As notáveis *primeiras damas*! Aqui é preciso fazer justiça, pois assim como a presença de corruptos na administração, isso não seria, nem de longe, uma prerrogativa municipal. Mas que elas existem, existem, e aprontam de tudo, desde terem sala ao lado do marido-prefeito, de onde comandam, formal ou informalmente, segmentos inteiros da máquina pública, até distribuírem, por conta própria, medicamentos adquiridos pela Prefeitura, sabe-se lá mediante quais critérios. Ah, sim, sem esquecer do comando das ambulâncias, aquelas *aviaturas* que, como se sabe, foram feitas para transportar *eleitores*, não exatamente *pacientes*. História sublime sobre essas indefectíveis criaturas da política brasileira: quando trabalhei em Tocantins, no período da criação do estado, me deparei com uma espécie de atlas ou almanaque onde constavam as informações mais importantes sobre os municípios que o compunham, tais como nome do prefeito, partido do mesmo, população, economia local, recursos públicos disponíveis, IDH, orçamentos, instituições locais, área em km<sup>2</sup> etc. Uma informação, todavia, era surpreendente: o nome da primeira dama e a data de seu aniversário! Para que seria? Os floristas e a fábrica de chocolates Copenhagen, na melhor das hipóteses, poderiam informar.

Para arrematar esses *causos* com um toque de humor, para não dizer de nobreza, além de ser um bom exemplo, aqui vai uma boa história. Em Santa Isabel, município de Goiás onde estive por força de uma matéria que escrevi para a Revista Brasileira de Saúde da Família, cheguei nos dias em que o médico de família local, meu grande amigo Evando Queiroz, estava promovendo uma campanha de conscientização masculina sobre o câncer de próstata. E o procedimento que estava sendo divulgado e até mesmo realizado

em ritmo de campanha era o toque de próstata. Isso no interior de Goiás, imaginem o rebuliço que corria por ali. Pois acreditem, o primeiro cidadão que se colocou na fila, para dar o exemplo, foi exatamente Sua Excelência, o Prefeito Municipal. Este foi realmente um *toque* de nobreza e de espírito público. Palmas para ele!

Para encerrar, de fato, não custaria nada citar a mim próprio, recorrendo a um texto já publicado há dez anos, no qual expus as contradições do processo de descentralização da saúde no Brasil. É para me defender de acusações de *inimigo dos municípios*, antes que elas surjam mas vamos lá:

*Igualmente, não parece existir uma correlação direta entre descentralização, eficiência e redução do clientelismo. Sistemas descentralizados, na verdade, podem funcionar como facas de dois gumes, pois por um lado facilitam o controle da sociedade sobre as políticas, mas por outro podem abrir caminho para práticas ainda mais clientelistas e excludentes, além de financeiramente onerosas para o erário público. A eficiência na execução das políticas públicas depende mais da constituição e do grau de amadurecimento das burocracias do aparelho de Estado, além das possibilidades de controle efetivo por parte dos cidadãos sobre a máquina pública, do que propriamente da escala ou nível de governo responsável pela execução dos serviços.*



## ÍNDICE REMISSIVO

- Adib Jatene **277**  
Adolfo Chorny **301**  
Agnaldo Peres **154**  
Agnelo Goulart **43**  
Alceni Guerra **276**  
Alcides Alves Pimenta **206**  
Alfredo Demétrio Jorge **246**  
Alfredo Silva **213**  
Aloisio Pimenta **97**  
Ana Lucia Magalhães Pinto **84**  
Ana Maria Costa **292**  
André Mendonça **165**  
Angelita Andrade Almeida  
Cunha **83, 89, 301**  
Antonio Candido De Melo  
Carvalho **151**  
Antonio Carlos Cezario **285**  
Antonio Celso de Melo Chiari **154**  
Aurea Goulart Veloso **102**  
Aureslindo Machado **179**  
Aymoré da Barroca **95**  
Benedito Guilherme  
de Macedo **143**  
Bogó da Barroca **94**  
Bruno Carlos Almeida  
Cunha **89**  
Caio Moreira **143**  
Carlo Goretti Zanetti **304**  
Carlos Catão Prates Loyola **275**  
Carlos de Paula Andrade **62**  
Carlos Diniz **162**  
Carlos Drummond de Andrade **136**  
Carlos Gentile de Mello **216**  
Célio de Castro **141**  
Cesar Augusto Barros Vieira **126**  
Cicida Andrade Froes **83**  
Clara Andrade Coscarelli **89**  
Clara Grimaldi **118**  
Claudia Andrade Goulart **60, 68**  
Claudia Lucia Carneiro de Matos **265**  
Cristiano Andrade Teixeira **134**  
Cristovam Buarque **279**  
Curuca **64**  
Dalton Luiz Ferreira Alves **132, 154**  
Dalton Mario Hamilton **301**  
Daniela Guimarães Goulart  
**109, 171, 301**

Danilo Coscarelli **89, 101**  
     Dario Passos **246**  
     Dilma Rouseff **84**  
     Dirce Goulart **135**  
  
 Dirceu Wagner Carvalho  
     Souza **143, 151**  
 Dolores Dutra de Moraes **136**  
 Dom Estêvão Cardoso Avelar **265**  
 Duilio Oliveira Santos **21, 67**  
     Durval Enfermeiro **182**  
     Edson Luis **103**  
     Eduardo Costa **152**  
     Eduardo Levcovitz  
         – Dadá **277, 302**  
 Eduardo Pinheiro Guerra **258**  
 Eliane Machado Guimarães **121,**  
**134, 145, 151, 153, 155, 169, 175,**  
**179, 222, 301**  
     Elke Maravilha **79**  
     Elmira Alfradique **214**  
     Ely da Conceição **141**  
     Eneas Faleiros **246**  
 Ennius Marcus Oliveira Santos  
     **21, 53**  
 Erix Curi Mafra **96, 122**  
  
 Eugenio Marcos de Andrade  
 Goulart **48, 60, 66, 81, 142**  
 Evando Queiroz **308**  
 Evandro Guimarães  
 de Souza **211**  
 Família Alves do Valle **64**  
 Família Barroca Marinho **64**  
 Família Castilho Santos **67**  
 Favita **42, 49, 81, 105**  
 Fernanda Guimarães  
 Goulart **109, 301**  
 Flavio Moreli Goulart **245**  
 Francelina Pires **49**  
 Francisco Assis Machado  
 – Chicão **215, 282**  
 Francisco Marcos Castilho  
 Santos **134**  
 Gastão Wagner **260**  
 Geraldo Magela (Advogado) **106**  
 Getulio Morato **240**  
 Gilberto da Nobrega  
 Schwantes **154**  
 Gilson Carvalho **288**  
 Gladstone Rodrigues  
 da Cunha **174, 175**  
 Glaucia Galante Buissa **246**  
 Helcio Lins Werneck **96**

Helenita Travaglia **208**  
 Heraldo Santos Andrade **41**  
     Hésio Cordeiro **268**  
 Hiron de Oliveira Santos **99**  
     Homero Santos **240**  
 Humberto Werneck **118**  
     Iris Ferrari **204**  
     Israel Pinheiro **38, 106**  
     Jamil Haddad **275**  
     Jayme Araujo Oliveira **301**  
     João Amilcar Salgado **128**  
     João Batista Domingues **246**  
     Joao Ferreira Goulart **25, 38**  
 João Mauricio de Andrade Goulart  
     **52, 60, 106, 107, 145**  
     João Pedro Gustin **241**  
 Joaquim Cardoso de Melo **302**  
     Joaquim (Paciente) **156**  
     Jofran Frejat **231, 238**  
     John Kennedy **99**  
     José Carlos (Secretário) **93**  
     José Gomes Temporão **302**  
 José Joaquim Goulart (Juca) **45**  
  
     José Marcos Dummond  
         Andrade **84, 89**  
     José Maria Borges **214**  
  
 José Maria Ribeiro Bastos  
 Filho **154**  
 José Murilo R. Zeitune **132**  
 José Reinaldo **64**  
 José Silva Guedes **277**  
 José Saraiva Felipe **269**  
 José Teubner Ferreira  
 – Zecão **211, 264**  
 Kleber Luiz da Silva **183**  
 Lauro Goulart **43, 67**  
 Lecio Veloso **102**  
 Leta Pimenta **207**  
 Lia Ribeiro Dias **133**  
 Ligia Santos Cathoud **21**  
 Lindioneza Adriano Ribeiro **237**  
 Luiz Alberto Rodrigues **221**  
 Luiz Otávio Savassi Rocha **163**  
 Macrino **156**  
 Manoel Teixeira de Sousa **175**  
 Marcela Guedes **246**  
 Marcos de Oliveira Santos **21**  
 Marcus Mares Guia **162**  
 Maria Alves Ribeiro **54**  
 Maria Cecília de Sousa  
 Minayo **301**

Maria Helena Brandão  
     Oliveira **282**  
     Maria José **301**  
     Marina Narciso **27**  
 Mario Alves Coutinho **90, 102**  
 Marita Guerra de Andrade **136**  
 Mariza Guerra de Andrade **134**  
 Mateus Queiroz Andrade **89**  
     Mauricio Guimarães  
     Goulart **59, 301**  
     Mauro Marcio de  
     Oliveira **96, 122**  
     Melicégenes Ribeiro  
     Ambrósio **246**  
 Michele Lessa Oliveira **304**  
 Mourad Ibrahim Belaciano **236**  
     Myriam Goulart  
     Oliveira **25, 58, 109**  
     Narciso José de Melo  
     Teixeira **134**  
 Nelson Rodrigues dos Santos  
     – Nelsão **270**  
 Nivaldo Enfermeiro **182**  
     Niza Luz **221**  
     Olinto Travaglia **208**  
     Oscar Niemeyer **84**  
 Oscar Versiani Caldeira **104**  
     Oswaldo Costa **164**  
     Padre Carlos Vaz de Melo **56, 113**  
     Paracatu da Barroca **94**  
     Paulo Ernesto **63**  
     Paulo Kleber Avelar Araujo **146**  
     Pedro Guerra **43**  
     Pedro Luiz Tauil **151, 204**  
     Pedro Sampaio Guerra **258**  
     Publio Oliveira Santos **21**  
     Ramon Cosenza **122**  
     Reginaldo Hollanda  
     de Albuquerque **147**  
     Roberto Santos Andrade **88**  
     Rogério Ferreira **246**  
     Romulo Paes **62**  
     Ronan Tito de Almeida **221**  
     Rosângela Guerra de Andrade **89**  
     Roseli Muniz **246**  
     Rosuita Fratari Bonito **246**  
     Rubens Galvão **246**  
     Sandra Pires **50**  
     Saulo da Matta Viana Barbosa **96**  
     Sérgio Arouca **301**  
     Sueli Nozela **246**  
     Tania Rosa **239**  
     Teresa Julieta Santos  
     Andrade **111, 134**

    Tiago Veloso **90, 102**  
     Vanize Macedo **236**  
     Vilmar Dias da Silva **162**  
 Virgilio Santos Andrade **89**  
     Virgilio Mineiro **177**  
     Vitor Machado **239**  
         Vovô Altivo  
     **22, 24, 27, 42, 62, 107, 114**  
 Vovó Dodora **20, 82, 107, 139**  
     Vovó Ermelinda **25**  
     Vovó Terezinha **20**  
         Vovô Zezé **24, 51**  
 Waldemar (Barbeiro) **136**  
     Walter Sidney da Matta  
     Ribeiro **200**  
     Willer Goulart **46, 94**  
     Zaire Rezende **177, 220,**  
     **224, 244, 251, 265**  
     Zezé Polessa **302**

reflexos uma fase mais fe

*Este livro, edição de autor e independente,  
foi impresso em Belo Horizonte no inverno de 2021,  
com tiragem de 100 exemplares para cada um  
de seus dois volumes, nas fontes Noto Serif, Anton  
e Averia Serif Libre nos papéis Pólen Bold 90g  
e Cartão Supremo 300g.*